ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 105

Brasília - DF, segunda-feira, 4 de junho de 2018

## Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Executivo ... 2
Presidência da República ... 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 4
Ministério da Cultura ... 6
Ministério da Defesa ... 9
Ministério da Educação ... 9
Ministério da Fazenda ... 20
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 27
Ministério da Integração Nacional ... 28
Ministério da Justiça ... 28
Ministério da Saúde ... 31
Ministério das Cidades ... 44
Ministério das Relações Exteriores ... 44
Ministério de Minas e Energia ... 44
Ministério do Desenvolvimento Social ... 60
Ministério do Meio Ambiente ... 60
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 60
Ministério do Trabalho ... 74
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 74
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 86
Ministério Público da União ... 87
Tribunal de Contas da União ... 90
Poder Judiciário ... 93
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 109

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (1) 17**
ORIGEM : ADC - 161533 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**Decisão**: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), julgando procedente o pedido, ao entendimento de que é constitucional a Lei 9.394/96, no que fixa a idade de seis anos para o início do ensino fundamental, inadmitida a possibilidade de corte etário obstativo de matrícula da criança no ano em que completa a idade exigida, nos termos de seu voto, no que foi acompanhado pelo Ministro Alexandre de Moraes, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 27.9.2017.

**Decisão:** Após o voto-vista do Ministro Roberto Barroso, julgando procedente o pedido, para declarar a constitucionalidade dos dispositivos impugnados e propondo a seguinte tese de julgamento: "É constitucional a exigência de 6 (seis) anos de idade para o ingresso no ensino fundamental, cabendo ao Ministério da Educação a definição do momento em que o aluno deverá preencher o critério etário", o julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de conferencista inaugural, no XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Maceió/AL, e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 24.5.2018.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.039 (2)**
ORIGEM : ADI - 5039 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RONDÔNIA
**RELATOR : MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - SINSEPOL
ADV.(A/S) : HÉLIO VIEIRA DA COSTA (0640/RO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDEPRO - SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : HÉLIO VIEIRA DA COSTA (0640/RO) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TRABALHADORES DE POLICIAIS CIVIS - COBRAPOL
ADV.(A/S) : FABRÍCIO CORREIA DE AQUINO (18486/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) : RUDI MEIRA CASSEL (DF022256/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV
ADV.(A/S) : PRISCILLA SOUZA E SILVA MENARIO SCOFANO (301800/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON
PROC.(A/S)(ES) : THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA (5633/RO)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IPREV
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAPÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO AMAZONAS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS
AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DE RORAIMA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RORAIMA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE CARREIRA DO ESTADO DO CEARÁ - SINPOL/CE
ADV.(A/S) : MÁRCIA CRISTINA MIRANDA (28357/CE)
ADV.(A/S) : ROMULO BRAGA ROCHA (24632/CE)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS PERITOS CRIMINAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : FERNANDO FERREIRA CALAZANS (93234/MG)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ADPESP
ADV.(A/S) : ISIS TAVARES DOS SANTOS VAICHEN (250035/SP)
ADV.(A/S) : DENISE OZÓRIO FABENE RODRIGUES (00246672/SP)
ADV.(A/S) : SORAYA CRISTINA DE MACEDO E LIMA (SP181565/)
ADV.(A/S) : AGNALDO APARECIDO BUENO DE OLIVEIRA (259673/SP)
ADV.(A/S) : JULI ANA DE SOUZA OLIVEIRA (350135/SP)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDPESP
ADV.(A/S) : CRISTIANE GUEIROS DE SALES (351087/SP)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DE PERNAMBUCO - SINPOL
ADV.(A/S) : RODRIGO DE SA LIBORIO (37578/PE)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE GOIAS - SINPOL-GO
ADV.(A/S) : BRUNO AURÉLIO RODRIGUES DA SILVA PENA (0033670/GO)
ADV.(A/S) : KAROLINNE DA SILVA SANTOS PENA (033883/GO)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DELEGADOS DE POLÍCIA FEDERAL - ADPF
ADV.(A/S) : ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO E OUTRO(S) (DF009930/)
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS PERITOS CRIMINAIS FEDERAIS - APCF
ADV.(A/S) : ANTÔNIO TORREÃO BRAZ FILHO E OUTRO(S) (DF009930/)

**Decisão**: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela Câmara Técnica do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, a Drª. Aline Frare Armborst, Procuradora do Estado do Rio Grande do Sul; pelo *amicus curiae* São Paulo Previdência - SPPREV, o Dr. Lucas Leite Alves, Procurador do Estado de São Paulo; pelo *amicus curiae* Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF, o Dr. Jean Paulo Ruzzarin; pelo *amicus curiae* Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo - ADPESP, o Dr. Antonio Rulli Neto; pelo *amicus curiae* Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais, o Dr. Fernando Calazans; pelos *amici curiae* Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF e Sindicato Nacional dos Peritos Criminais Federais, a Drª. Déborah de Andrade Cunha e Toni. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.5.2018.

**Decisão:** Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), conhecendo parcialmente da ação direta de inconstitucionalidade, não a conhecendo com relação ao § 3º do art. 91-A, e, na parte conhecida, declarando a inconstitucionalidade do § 12 do art. 45 e dos §§ 1º, 4º, 5º e 6º do art. 91-A da Lei Complementar 432/2008, na redação conferida pela Lei Complementar 672/2012, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de conferencista inaugural, no XXIII

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Congresso Brasileiro de Magistrados, em Maceió/AL. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 24.5.2018.

**DECISÕES**
**Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Julgamentos**

**ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 292 (3)**

ORIGEM : ADPF - 292 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S) : PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Após o relatório e a sustentação oral, o julgamento foi suspenso. Falou, pela arguente, a Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Ausentes, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de conferencista inaugural, no XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, em Maceió/AL, e, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 24.5.2018.

**Acórdãos**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 203 (4)**

ORIGEM : ADPF - 203 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : VINÍCIUS MARCELO BORGES (11722/SC)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO E REMOÇÃO NAS ATIVIDADES NOTARIAIS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Decisão**: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Plenário, sessão virtual de 30.3 a 6.4.2018.

Ementa: CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À ADPF AJUIZADA CONTRA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESIDENTE DE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NULIDADE DE ATOS DE EFETIVAÇÃO DE PESSOAS NO SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. TUTELA DE SITUAÇÕES JURÍDICAS INDIVIDUAIS E CONCRETAS. PROCESSO DE NATUREZA OBJETIVA. INOBSERVÂNCIA DO REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. DESCABIMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

**1.** O cabimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais, ou a verificação, *ab initio*, de sua inutilidade para a preservação do preceito. Precedentes desta CORTE.

**2.** Os processos objetivos do controle abstrato de constitucionalidade, tal qual a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, não constituem meio idôneo para tutelar situações jurídicas individuais e concretas. Precedentes desta CORTE.

**3.** Agravo Regimental a que se nega provimento.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Poder Executivo

**RETIFICAÇÃO**

**DECRETO 9.393, DE 30 DE MAIO DE 2018**
(Publicado no Diário Oficial de 30 de maio de 2018 - Seção 1 - Edição Extra)

- Nas assinaturas, **leia-se**: Michel Temer, Eduardo Refinetti Guardia

# Presidência da República

## DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

(*) Nº 297, de 29 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 835, de 29 de maio de 2018.

Nº 298, de 30 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.714.

Nº 306, de 1º de junho de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.909.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU de 30.05.2018, Seção 1.

## CASA CIVIL

### INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DESPACHOS**

Processo nº 99990.000418/2017-25
Interessado: AR HS SECURIT-
DEFIRO o pedido de alteração de endereço IT POA da AR POA, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, conforme abaixo:
IT POA
Anterior: Avenida Getúlio Vargas, nº 901, Sala 501, Menino Deus, Porto Alegre-RS.
Atual: Rua General Andrade Neves, Nº 90, Sala 03, Centro Histórico, Porto Alegre-RS.

Processo nº 00100.006338/2018-84
Interessado: AC NOTARIAL RFB
DEFIRO o pedido de alterações na versão 6.2 da DPC e da versão 4.2 das PC A1 e PC A3 da AC NOTORIAL RFB - 2º Nível, vinculada à AC RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

**DESPACHO**

Processo nº 00100.002512/2018-10
Interessado: AR E-CERTIFICADORA
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR E-CERTIFICADORA, vinculada à AC VALID BRASIL, com sede no endereço DOUTOR GURGEL Nº 387; SALA 31; CENTRO - PRESIDENTE PRUDENTE/ SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

## SECRETARIA-GERAL

### SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA

**RETIFICAÇÃO**

No Anexo III da Portaria SEAP/PR n° 57, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 1 de junho de 2018, Seção 1, página 104.

**Onde se lê:**

| N° | EMBARCAÇÃO | RGP | N° MARINHA | AB | INDEFERIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Agulhao III | SC-0026445-8 | 445-010119-7 | 8 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 2 | Beira Mar VII | SC-0017945-4 | 445-008670-8 | 2 | Não atendeu os incisos I e III do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 3 | Breatriz I | SC-0004178-8 | 443-011855-8 | 6,8 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 4 | Cigano III | SC-0006770-6 | 441-016720-1 | 6,5 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 5 | Dom Manoel | SC-0004769-4 | 443-010877-3 | 3,5 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 6 | Emanoel | SC-0005127-9 | 441-889350-4 | 10 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 7 | Figueirinha I | SC-0024939-0 | 445-M201400083-0 | SI | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 8 | Grande Rio | SC-0023392-7 | 445-111504-3 | 1,9 | Não cumpriu o estipulado no inciso III do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 9 | Júnior Andrade | SC-0023501-7 | 445-111247-8 | 8 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 10 | Nova Esperança | SC-0005853-5 | 441-017208-5 | 9,6 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 11 | Osso de Baleia I | SC-0005874-9 | 466-000865-7 | 19,8 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 12 | Pato I | SC-0006946-6 | 466-000829-1 | 11 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 13 | Peterson II | SC-0008950-6 | 443-011731-4 | 6,9 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 14 | Pirata VIII | SC-0017055-6 | 445-111239-7 | 9 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 15 | Rei Pesca II | SC-0022967-8 | 445-111469-1 | 5 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 16 | Valmeci VI | SC-0023434-7 | 445-111503-5 | 8 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 17 | Vinicios | SC-0005659-7 | 441-017134-8 | 6,8 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 18 | Vô Galego | SC-0028061-4 | 441-M201400338-9 | 14 | Não atendeu o inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |

**Leia-se:**

| N° | EMBARCAÇÃO | RGP | N° MARINHA | AB | INDEFERIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Andre Macari I | SC-0021182-1 | 441-013630-5 | 8,2 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 2 | Cristo Rei | SC-0019007-6 | 443-010976-1 | 6,7 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 3 | Dom Luca's | SC-0023314-7 | 441-890851-0 | 19 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 4 | Eduardo Antonio F | SC-0001313-9 | 443-0110775-1 | 108 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 5 | Estrela do Mar III | SC-0017374-0 | 441-010067-0 | 67,9 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 6 | Estrela do Mar VIII | SC-0022456-0 | 441-014512-6 | 95 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 7 | Ferreira XIV | SC-0001306-9 | 443-007927-7 | 103 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 8 | Ferreira XXVI | SC-0003580-7 | 443-048022-2 | 214 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 9 | Ferreira XXVII | SC-002225-4 | 443-048851-7 | 225 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 10 | Golfo Pesca V | RJ-0013303-8 | 443-047795-7 | 112 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 11 | Laguna II A | SC-0001263-7 | 443-009129-3 | 113 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 12 | Magalhães Silva XII | RJ-0003745-9 | 443-009147-1 | 118 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 13 | Matheus S I | SC-0026778-4 | 443-048761-8 | 18 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 14 | Matrix A | SC-0001324-7 | 443-011794-2 | 134 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 15 | Seguimos com Deus II | SC-0015895-8 | 443-M201200542-7 | SI | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 16 | Seu Madruga II | SC-0027505-7 | 461-151603-2 | 6 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 17 | Victorinha Mar | RJ-0001219-1 | 403-013312-6 | 18,2 | Não cumpriu o estipulado no inciso III do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 18 | Victorinha Mar I | RJ-0001198-7 | 382-008947-1 | 16,5 | Não cumpriu o estipulado no inciso III do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 19 | Vo Dem | SC-0010599-7 | 381-036648-0 | 19,3 | Não cumpriu o estipulado no inciso III do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 20 | Wo Lukas | SC-0006242-4 | 441-017009-1 | 6,2 | Não cumpriu o estipulado no inciso I do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |
| 21 | Yagopesca F | RJ-0001284-5 | 443-004394-9 | 75 | Não atendeu o Parágrafo único do Art. 3° da Portaria SEAP/PR n° 11, de 15 de maio de 2018. |

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## SECRETARIA EXECUTIVA

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA N° 95, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 562, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.005703/2018-45, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, o credenciamento de número BR RS 409, da empresa Serraria Marques Ltda, CNPJ nº 00.732.120/0001-83 e Inscrição Estadual 045/0043967, localizada na Linha Boêmios s/n, 4º distrito, Farroupilha - RS, antes credenciada para, na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

## SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 223, DE 17 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 16.04.2018, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal-GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, GREGORI LUIZ FERREIRA, CRMV/SC Nº 02057, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI, 21050.002971/2018-14, no Estado de Santa Catarina. Fica revogada a Portaria n° 233 de 01.17.2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

### PORTARIAS DE 24 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 16.04.2018, e pela Portaria Ministerial n°1.756, de 10 de agosto de 2017, publicada no DOU de 11.08.2017 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal-GTA, resolve:

Nº 226 - Habilitar o médico veterinário, PETERSON MATOS DA SILVA , inscrito no CRMV/SC Nº8349, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.003148/2018-18 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163143 do Estado de Santa Catarina.

Nº 227 - Habilitar o médico veterinário, LEANDRO LOPES, inscrito no CRMV/SC Nº 08053, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.003151/2018-31e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163030 do Estado de Santa Catarina.

Nº 228 - Habilitar o médico veterinário, DALTRO SOUZA DE ALMEIDA, inscrito no CRMV/SC Nº 2182, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.003154/2018-75 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163195 do Estado de Santa Catarina

Estas Portarias entram em vigor na data de publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

INTERNET
www.in.gov.br

# Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2808/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 30 de maio de 2018, Seção 1, página 7, onde se lê: "IV - Secretário de Política de Informática.", leia-se: "IV - Secretário de Políticas Digitais.".

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

### ACÓRDÃO Nº 297, DE 24 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53572.000785/2012-44
Recorrente/Interessado: RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA. CNPJ/MF nº 06.275.598/0001-08

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 103/2018/SEI/LM (SEI nº 2721506), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

### ACÓRDÃO Nº 316, DE 29 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.014520/2009-71
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 120/2018/SEI/AD (SEI nº 2700347), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; b) pela não exigibilidade da determinação constante do item "iii" do Despacho Decisório nº 5.363/2013-COUN/SCO/Anatel, de 5 de novembro de 2013, referente às infrações ao art. 8º, § 2º, do PGMU/2003; c) pelo adimplemento da determinação constante do item "iii" do Despacho Decisório nº 5.363/2013-COUN/SCO/Anatel, de 5 de novembro de 2013, referente ao art. 4º, inciso I, na localidade de Novo Marco; d) receber o requerimento SEI nº 1191942 e indeferir o pedido formulado pela Recorrente; e, e) receber e conhecer a petição protocolizada sob o SEI nº 2485387 para dar-lhe provimento.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

### ACÓRDÃO Nº 317, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Processo nº 53500.022432/2018-34
Recorrente/Interessado: USUÁRIO COM PEDIDO DE INFORMAÇÃO NO E-SIC

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 118/2018/SEI/LM (SEI nº 2793459), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso em 2ª instância.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

## GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

### ATOS DE 29 DE MAIO DE 2018

Expede autorização para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 4.032 - KARTODROMO INTERNACIONAL BIRIGUI E EVENTOS LTDA, CNPJ nº 26756040000151, Processo nº 53504.003311/2018-53;

Nº 4.033 - JOAO MALOSSO, CNPJ nº 07374410891, Processo nº 53504.002409/2018-93;

Nº 4.034 - LM TECNOLOGIA NAVAL EIRELI - EPP, CNPJ nº 15740366000174, Processo nº 53504.004651/2018-00;

Nº 4.035 - ANTONIO BELTRAN MARTINEZ, CNPJ nº 00463809815, Processo nº 53504.004814/2018-46

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

## GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

### ATO Nº 3.960, DE 28 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53560.000694/2018-33.

Expede autorização à CERRADO SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 29161512000111, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

### ATO Nº 4.018, DE 29 DE MAIO DE 2018

Expede autorização à PARNAIBA GAS LTDA, CNPJ nº 63.520.050/0001-10 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

### ATO Nº 4.098, DE 30 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SISTEMA LAJES DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 02.372.249/0001-53 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

### ATO Nº 4.099, DE 30 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) RADIO LIBERDADE DE ITAREMA LTDA, CNPJ nº 34.994.418/0001-83 associada à autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

### ATO Nº 4.112, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Decreta a extinção da autorização de uso de radiofrequências, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito e para uso próprio, das entidades relacionadas: NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES CEARÁ LTDA, Processo nº 53524.002934/2018-71, CNPJ nº 11835220000151, Fistel nº 10020238746.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

## SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

### ATOS DE 8 DE MAIO DE 2018

Nº 3.452 - Processo nº 53500.017411/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE METROPOLITANA DE RADIO E TELEVISAO LTDA - ME, CNPJ 04.257.461/0001-03, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Timon/MA.

Nº 3.474 - Processo nº 53500.017511/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Conde/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATO Nº 3.828, DE 22 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.018934/2018-61. Declara extinta, por renúncia, a partir de 16/05/2018, a autorização outorgada à DIGI SOLUCÕES DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 06.126.611/0001-67, por intermédio do Ato n° 593, de 26/01/2010, publicado no DOU de 09/02/2010, para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

### ATOS DE 28 DE MAIO DE 2018

Nº 3.959 - Processo nº 53500.022204/2018-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO PIONEIRA LTDA, CNPJ 09.590.480/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teresina/PI.

Nº 3.961 - Processo nº 53500.022229/2018-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Vila Flor/RN.

Nº 3.962 - Processo nº 53500.022232/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ITAPICURU LTDA, CNPJ 10.461.622/0001-70, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Timon/MA.

Nº 3.965 - Processo nº 53500.022263/2018-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Teresina/PI.

Nº 3.966 - Processo nº 53500.022265/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Timon/MA.

Nº 3.967 - Processo nº 53500.022266/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Nº 3.969 - Processo nº 53500.022282/2018-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CABUGI LTDA, CNPJ 10.704.625/0001-98, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Arês/RN.

Nº 3.970 - Processo nº 53500.022283/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MERCES COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 11.322.505/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Nº 3.971 - Processo nº 53500.022285/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Manaus/AM.

Nº 3.973 - Processo nº 53500.022286/2018-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Manaus/AM.

Nº 3.974 - Processo nº 53500.022288/2018-36. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Natal/RN.

Nº 3.975 - Processo nº 53500.022291/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Largo/AL.

Nº 3.976 - Processo nº 53500.022292/2018-02. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Nº 3.977 - Processo nº 53500.022296/2018-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA, CNPJ 02.316.740/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Manaus/AM.

Nº 3.979 - Processo nº 53500.022298/2018-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MIDIA PUBLICIDADE COMERCIAL LTDA., CNPJ 05.000.314/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Natal/RN.

Nº 3.981 - Processo nº 53500.022305/2018-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA, CNPJ 12.186.524/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rio Largo/AL.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 3.982 - Processo nº 53500.022309/2018-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Miguel dos Campos/AL.

Nº 3.984 - Processo nº 53500.022313/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Natal/RN.

Nº 3.986 - Processo nº 53500.022318/2018-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Pilar/AL.

Nº 3.987 - Processo nº 53500.022320/2018-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SUL BRASIL - RADIO E TELEVISÃO LTDA., CNPJ 05.492.288/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Rita/PB.

Nº 3.988 - Processo nº 53500.022321/2018-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Rita/PB.

Nº 3.989 - Processo nº 53500.022323/2018-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV GAZETA DE ALAGOAS LTDA, CNPJ 12.186.524/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Atalaia/AL.

Nº 3.990 - Processo nº 53500.022326/2018-51. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SUL BRASIL - RADIO E TELEVISÃO LTDA., CNPJ 05.492.288/0001-82, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sapé/PB.

Nº 3.991 - Processo nº 53500.022327/2018-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Atalaia/AL.

Nº 3.992 - Processo nº 53500.022328/2018-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Atalaia/AL.

Nº 3.993 - Processo nº 53500.022330/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sapé/PB.

Nº 3.994 - Processo nº 53500.022332/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bayeux/PB.

Nº 3.995 - Processo nº 53500.022333/2018-52. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Atalaia/AL.

Nº 3.996 - Processo nº 53500.022334/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICAÇÕES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de João Pessoa/PB.

Nº 3.997 - Processo nº 53500.022335/2018-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA, CNPJ 57.569.196/0001-57, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Rita/PB.

Nº 3.998 - Processo nº 53500.022336/2018-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de João Pessoa/PB.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

## ATOS DE 29 DE MAIO DE 2018

Nº 4.017 - Processo nº 53500.022398/2018-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO DIAMANTE LTDA, CNPJ 01.770.707/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.026 - Processo nº 53500.022467/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.039 - Processo nº 53500.022557/2018-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA-ME, CNPJ 08.777.397/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Laranjeiras/SE.

Nº 4.040 - Processo nº 53500.022560/2018-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Nº 4.041 - Processo nº 53500.022561/2018-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE FATIMA, CNPJ 03.523.022/0001-24, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra dos Coqueiros/SE.

Nº 4.042 - Processo nº 53500.022562/2018-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE SERGIPE LTDA, CNPJ 13.029.459/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.043 - Processo nº 53500.022563/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA VENEZA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA - ME, CNPJ 02.500.470/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belém/PA.

Nº 4.044 - Processo nº 53500.022565/2018-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barcarena/PA.

Nº 4.045 - Processo nº 53500.022566/2018-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Laranjeiras/SE.

Nº 4.046 - Processo nº 53500.022567/2018-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO FENIX LTDA, CNPJ 10.796.135/0001-69, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barra dos Coqueiros/SE.

Nº 4.047 - Processo nº 53500.022568/2018-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO INDEPENDENTE DE SAO JOSE DO RIO PRETO LTDA, CNPJ 61.413.092/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.048 - Processo nº 53500.022569/2018-99. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Nº 4.050 - Processo nº 53500.022570/2018-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à F S M COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ 10.319.151/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Nº 4.051 - Processo nº 53500.022571/2018-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Areia Branca/SE.

Nº 4.052 - Processo nº 53500.022572/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belém/PA.

Nº 4.053 - Processo nº 53500.022573/2018-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Nossa Senhora do Socorro/SE.

Nº 4.054 - Processo nº 53500.022574/2018-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.055 - Processo nº 53500.022575/2018-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belém/PA.

Nº 4.056 - Processo nº 53500.022578/2018-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE 21 COMUNICACOES S.A., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.057 - Processo nº 53500.022579/2018-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NAZARE DE COMUNICACAO, CNPJ 83.369.470/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ponta de Pedras/PA.

Nº 4.058 - Processo nº 53500.022580/2018-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO FENIX LTDA, CNPJ 10.796.135/0001-69, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.059 - Processo nº 53500.022581/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA LAGEADO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 02.388.774/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belém/PA.

Nº 4.060 - Processo nº 53500.022582/2018-48. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.061- Processo nº 53500.022583/2018-92. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à F S M COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ 10.319.151/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Itabaiana/SE.

Nº 4.062 - Processo nº 53500.022584/2018-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOAO PAULO II, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cachoeira do Arari/PA.

Nº 4.063 - Processo nº 53500.022585/2018-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à F S M COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ 10.319.151/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cabedelo/PB.

Nº 4.064 - Processo nº 53500.022586/2018-26. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Conde/PB.

Nº 4.065 - Processo nº 53500.022587/2018-71. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Mari/PB.

Nº 4.066 - Processo nº 53500.022588/2018-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à F S M COMUNICACAO LTDA - EPP, CNPJ 10.319.151/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sapé/PB.

Nº 4.068 - Processo nº 53500.022589/2018-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO ROTIONER LTDA, CNPJ 01.856.226/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santa Rita/PB.

Nº 4.069 - Processo nº 53500.022590/2018-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Coqueiro Seco/AL.

Nº 4.070 - Processo nº 53500.022591/2018-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICACOES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maceió/AL.

Nº 4.071 - Processo nº 53500.022592/2018-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MS SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ 08.575.590/0001-92, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Maceió/AL.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 4.072 - Processo nº 53500.022593/2018-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SF SERVICOS DE COMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ 08.777.375/0001-74, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Marechal Deodoro/AL.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

## SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

## DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

### PORTARIA Nº 2.668/SEI, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.026513/2018-07, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DE SONS E IMAGENS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Campo Grande/MS, o canal 41(quarenta e um), correspondente à faixa de frequência de 632 a 638 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

### PORTARIA Nº 2.730/SEI, DE 22 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.017647/2009-83, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO RECOD S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Belém/PA, o canal 23(vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

### PORTARIA Nº 2.771/SEI, DE 23 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.041336/2015-30, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Oriximiná/PA, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

## COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

### DESPACHO Nº 170/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.018350/2014-59, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da ABRIL RADIODIFUSÃO S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de LAGES, estado de Santa Catarina, utilizando o canal digital 40 (quarenta), nos termos da Nota Técnica nº 2223/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

# Ministério da Cultura

## INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

### PORTARIA Nº 32, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88.

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01- Processo n. º 01510.002283/2013-60
Projeto: Levantamento Prospectivo e Educação Patrimonial para Implantação da PCH Lambari
Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) -Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Município Jardinópolis, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02- Processo n. º 01425.000363/2014-21
Projeto: Monitoramento Arqueológico da Área Diretamente Afetada pela Construção da PCH Mantovilis
Arqueólogo Coordenador: Márcio Antônio Telles
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Santo Antônio do Leverger, Estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
03- Processo: 01512.001578/2012-18
Projeto: Salvamento Arqueológico Linha de Transmissão 230 kV Ramal Candelária 2
Arqueóloga Coordenadora: Juliana Pozzo Tatsch
Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Área de Abrangência: Município de Candelária, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

ANEXO II

01- Processo n. º 01423.000413/2012-28
Projeto: Sítio Escola Sítio Sol de Campinas 2018-2019: Pesquisa e Formação em Arqueologia
Arqueólogo Coordenador: Carlos Augusto Zimpel Neto
Apoio Institucional: Departamento de Arqueologia (DARQ) -Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Área de Abrangência: Municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard, Estado do Acre
Prazo de Validade: 24 meses
02- Processo n. º 01408.000417/2014-66
Projeto: Pesquisa Arqueológica do Conjunto Carmelita
Arqueólogo Coordenador: Ulisses Pernambucano de Melo Neto
Apoio Institucional: Superintendência Iphan-PB
Área de Abrangência: Município de João Pessoa, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO III

01- Processo n. º 01514.002465/2013-09
Projeto: Resgate na Área da Mineração Castrocal Pains
Arqueólogos Coordenadores: Clarisse Callegari Jacques e Adriano Batista de Carvalho
Apoio Institucional: Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco - MAC
Área de Abrangência: Município de Pains, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
02- Processo n° 01424.000343/2015-41
Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial ao Longo da Rodovia AP-070
Arqueólogos Coordenadores: Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite e Michel Bueno Flores da Silva
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA -Núcleo de Pesquisa Arqueológica - NuPArq - Governo do Estado do Amapá
Área de Abrangência: Município de Macapá, Estado do Amapá
Prazo de validade: 12 (doze) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Solymar Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Loteamento Solymar
Processo n. º 01512.002483/2017-26
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Solymar
Arqueóloga Coordenadora: Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana
Área de Abrangência: Município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 06 (seis) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Antonio Fernando Cesar Filho
Empreendimento: Projeto de Interligação de Linhares
Processo nº 01409.000052/2018-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento de Interligação de Linhares
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Arqueóloga de Campo: Dionne Miranda Azevedo
Apoio Institucional: Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica Adam Orssich - Instituto de Pesquisa Arqueológica e Etnográfica (IPAE)
Área de Abrangência: Município de Linhares, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03- Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Real Elevadores Imobiliária S.A
Empreendimento: Loteamento Ecivitas Smart City
Processo: 01506.006477/2016-46
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Ecivitas Smart City
Arqueólogo Coordenador: Plácido Cali
Arqueólogo de Campo: Plácido Cali
Apoio Institucional: Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe -Prefeitura de Peruíbe
Área de abrangência: Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Interalli Administração e Participações S.A.
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Marangatu X - UFV 7 a 12
Processo n. º 01402.000133/2018-53
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Fotovoltaico Marangatu X UFVs Marangatu 7 a 12
Arqueólogo Coordenador: Pedro Henrique Santos Gaspar
Arqueólogo de Campo: Pedro Henrique Santos Gaspar
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Brasileira, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Serviço Social do Comércio - Sesc
Empreendimento: Unidade de Lazer Sesc Itabaiana
Processo n. º 01504.001836/2017-70
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Unidade de Lazer Sesc Itabaiana
Arqueólogo Coordenador: Sérgio Daher de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Daniella Mendes Neiva Oliveira
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX-Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Itabaiana, Estado de Sergipe
Prazo de Validade: 01 (um) mês
06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: CGR Bonfinópolis Ltda
Empreendimento: Central de Gerenciamento de Resíduos de Bonfinópolis
Processo n. º 01516.900416/2017-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência da Central de Gerenciamento de Resíduos Bonfinópolis
Arqueólogo Coordenador: Uelde Ferreira de Souza
Arqueóloga de Campo: Jordana Vieira Goulart
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu Antropológico - Universidade Federal de Goiás (UFG)
Área de Abrangência: Município de Bonfinópolis, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
07- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S.A
Empreendimento: Parque Eólico Canoas 3
Processo n. º 01408.001510/2017-31
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Canoas 3
Arqueóloga Coordenadora: Maritza dos Santos Dode
Arqueóloga de Campo: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Área de Abrangência: Municípios de São José do Sabugi e Santa Luzia, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (três) meses
08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Companhia Paranaense de Energia
Empreendimento: Subestação de Energia Vila Gaúcha
Processo n. º 01508.000308/2017-63
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de implantação da Subestação de Energia Vila Gaúcha
Arqueólogos Coordenadores: José Luiz Lopes Garcia e Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Luciano Oliveira de Araújo
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História-Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
09- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Força Eólica do Brasil S.A.
Empreendimento: Parque Eólico Canoas 4
Processo n. º 01408.001511/2017-85
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Parque Eólico Canoas 4
Arqueóloga Coordenadora: Maritza dos Santos Dode
Arqueóloga de Campo: Elaine Cristina Carvalho da Silva
Apoio Institucional: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Área de Abrangência: Município de São José do Sabugi, Estado da Paraíba
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Terramar Incorporação de Imóveis Ltda
Empreendimento: Loteamento Terramar
Processo n. º 01512.003875/2016-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Terramar
Arqueólogo Coordenador: Paulo David Porto Fabres Teixeira
Área de Abrangência: Município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de validade: 06 (seis) meses
11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Pacaembu Empreendimentos e Construções Ltda.
Empreendimento: Loteamento Santa Tereza
Processo n. º 01506.001177/2018-32
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Santa Tereza
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Valéria Marques dos Santos Tavares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Avaré, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
12- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Legado Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Empreendimento: Condomínio de Galpões para fins comerciais
Processo n. º 01506.006715/2017-02
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação do Condomínio de Galpões para fins comerciais
Arqueólogo Coordenador: Rucirene Miguel
Arqueólogo de Campo: Wender Alves de Souza
Área de Abrangência: Município de Cajamar, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Roberto Bravo Marques Pinheiro
Empreendimento: Kennedy Mina Monte Belo
Processo nº 01409.900124/2017-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Kennedy Mina Monte Belo
Arqueólogo Coordenador: Francisco João Lopes da Silva
Arqueólogo de Campo: Lucas Petri Gonçalves
Apoio Institucional: Museu Histórico de Serra -Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Presidente Kennedy, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cesar Augusto Torresini
Empreendimento: Projeto Piaba
Processo n. º 01494.000473/2017-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Projeto Piaba
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo de Campo: Elnathan Nicolas Lima da Costa
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa em Arqueologia e História "Timbira" - Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMA SUL)
Área de Abrangência: Município de Godofredo Viana, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

### PORTARIA Nº 33, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve REVOGAR:

I- Autorização nº 17, Anexo IV, Seção I, Página 14, Portaria nº 67/2017, publicada no Diário Oficial da União em 04/12/2017 em nome do arqueólogo Edilson Teixeira de Souza, referente ao Processo n° 01516.000696/2017-83, projeto "Projeto de Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico e bens culturais acautelados na área de influência direta da barragem do córrego Capoeira, nas fazendas Brejinho e Raizama", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 19, de 29 de março de 2018, Seção I, Anexo III, Página 14, Autorização n.º 05, publicada em 02 de abril de 2018, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Fernanda Tavares Barreiros", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Luciano Pereira Pinheiro".

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 362, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
181539 - A LENDA DO CURUPIRA
Giovani Jose Cesconetto
CNPJ/CPF: 255.378.909-25
Processo: 01400008938201865
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 305.700,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 30/11/2018
Resumo do Projeto: O projeto "A lenda do Curupira"prevê a realização de uma temporada do espetáculo infantil "A LENDA DO CURUPIRA", direcionadas às escolas públicas municipais e creches de Curitiba e Região Metropolitana.
181520 - BALAIO
CHILI PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.110.918/0001-68
Processo: 01400008857201865
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 673.946,88
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: BALAIO É UM GUARDA-CHUVA MULTICULTURAL - ARTES CÊNICAS, MUSICA, DANÇA, POESIA- EM DIFERENTES CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL. UMA MARATONA DE ARTE E CULTURA, UM BALAIO DE AÇÕES CULTURAIS ESPALHADOS PELO RIO GRANDE DO SUL.
181555 - Circo Zanni Temporada 2018
ZANNI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 18.496.407/0001-17
Processo: 01400008981201821
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 777.373,55
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a montagem da lona do Circo Zanni na cidade de São Paulo e temporada com 17 apresentações do espetáculo do grupo com ingressos populares. Pretende-se trazer o circo para o coração da cidade e realizar mais uma tradicional temporada de final de ano do Circo Zanni na capital.
181410 - DESFILE 2019 GRES INDEPENDENTE DE BOA VISTA - ESPÍRITO SANTO
GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA INDEPENDENTE BOA VISTA
CNPJ/CPF: 28.483.204/0001-40
Processo: 01400008595201839
Cidade: Cariacica - ES;
Valor Aprovado: R$ 1.681.894,50
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção e realização do desfile da ESCOLA DE SAMBA INDEPENDENTE DE BOA VISTA no Carnaval do Espírito Santo, no ano de 2019, no Complexo Walmor Miranda, também conhecido como Sambão do Povo
181525 - Fahrenheit 451
SOPRO - ESCRITORIO DE CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.877.605/0001-03
Processo: 01400008886201827
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 977.350,25
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Ensaios, montagem e temporada no Rio de Janeiro do espetáculo teatral Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, com tradução de Carla Schmidt. Com direção de Bruce Gomlesvky e idelização de Bruna Diacoiannys, o texto, escrito nos anos iniciais da Guerra Fria, é uma crítica ao que o autor viu como uma crescente e disfuncional sociedade. Inédita no Brasil, a obra será encenada por 10 atores.
181504 - Fala Sério, Amor!
No Problem Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 15.201.428/0001-70
Processo: 01400008838201839
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 747.503,60
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Fala sério, amor!" é um projeto inédito de artes cênicas. Propomos uma adaptação da obra homônima da renomada autora brasileira Thalita Rebouças. A proposta pretende realizar a montagem e a temporada do espetáculo para o público infanto-juvenil. A peça contará as histórias da protagonista dos sucessos 'Fala Sério, Mãe!' e 'Fala Sério, Professor!', e suas descobertas amorosas desde a infância até o fim da adolescência.
181538 - História do Futuro, de Antônio Vieira
TRADEBERGER COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA ME
CNPJ/CPF: 20.299.577/0001-53
Processo: 01400008937201811
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 305.438,60
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Proposta consiste na montagem e apresentação de monólogo História do Futuro, baseado em texto homônimode Antonio Vieira, literato barroco. Propõe-se 10 apresentações distribuídas pelos estados do RS (Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Lajeado), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e São Paulo (São Paulo).
181543 - Legato Kids
E. P. L. R. SILVA STUDIO DE DANCA - ME
CNPJ/CPF: 28.315.814/0001-34
Processo: 01400008955201801
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 129.225,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 21/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Legato Kids visa ministrar aulas de ballet para 50 crianças com idade entre 5 a 11 anos matriculadas em escolas públicas.Busca-se o financiamento da Lei de Incentivo (Lei Rouanet) visando pagar o custo com o pagamento de professores, custos administrativos, uniformes, aluguel, energia, figurinos para o espetáculo no fim do ano letivo. Procurando com isso incentivar as familias beneficiadas no projeto,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a interação nesse importante segmento social que é o acesso à cultura e com isso retirando-as das ruas e, até mesmo, definindo a sua futura profissão.

181542 - Love, Love, Love - 2ª temporada_SP
3 DE TEATRO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.363.565/0001-97
Processo: 01400008954201858
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 310.359,65
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 19/11/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste na segunda temporada paulista do espetáculo Love, Love, Love, do inglês Mike Bartlett. O espetáculo fará temporada de 6 semanas no Teatro Vivo na cidade de São Paulo, com apresentações de sexta a domingo, totalizando 18 apresentações.

181526 - Merkabah
Associação Cultural Lirius
CNPJ/CPF: 12.387.427/0001-73
Processo: 01400008887201871
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.575.630,72
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto contitui a Programação Cultural do Espaço Merkabah, voltado a capacitação e treinamento de profissionais das artes cênicas.

181544 - Muriçocas do Miramar 2019
Flávio Eduardo Maroja Ribeiro
CNPJ/CPF: 139.391.814-04
Processo: 01400008956201847
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 470.276,52
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Muriçocas do Miramar é um evento multicultural de prévia carnavalesca, realizado há 31 anos, na cidade de João Pessoa, Paraíba, reconhecido pela Lei Estadual nº 9.631/2011 como Patrimônio Cultural e Imaterial do referido estado,dada a sua importancia como atividade que agrega diversos valores culturais, atraindo anualmente um público de em média 400.000 pessoas.

181537 - Palco da Comédia
LUCAS SILVA DOMINGUES
CNPJ/CPF: 091.459.216-52
Processo: 01400008936201876
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 230.968,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente projeto visa a realização de uma série de apresentações teatrais de stand up comedy entitulada "Palco da Comédia".

181550 - Prisioneiros da Balança
AVENTURA TEATROS LTDA
CNPJ/CPF: 13.310.565/0001-17
Processo: 01400008963201849
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.510.879,73
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Com uma produção totalmente nacional o projeto visa a realização da temporada do musical Prisioneiros da Balança, O Musical. Será realizado no ano de 2019 com temporadas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e em turnê por 04 cidades do Brasil.

181496 - Projeto Agito Cultural - 1ª edição
MATRIX PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EPP
CNPJ/CPF: 20.663.856/0001-54
Processo: 01400008816201879
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 276.570,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O presente Projeto denominado "Agito Cultural" visa levar apresentações culturais do Grupo Show de Escolas de Sambade Porto Alegre a praças, parques, feiras e desfiles em espaços públicos em período pré, durante e pós carnaval naCapital Gaúcha, com o intuito de reavivar carnaval das escolas de samba pela Capital de nosso Estado e despertar ointeresse pelo samba, carnaval e a cultura popular,que nos últimos anos tem sofrido com a discriminação.

181493 - Que Mundo É Este?
RICARDO MACCHI
CNPJ/CPF: 463.934.980-72
Processo: 01400008810201800
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 537.680,47
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Que Mundo É Este? é uma proposta de encenação que levará a plateia a vivências de amor, de emoções, do lúdico e da magia, através do circo e da mágica, unindo-se ao teatro e música ao vivo para contagiar todas as idades com muita emoção, através de 20 apresentações teatrais.

181534 - ROOTS - Circulação
CMX ASSOCIADOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.637.185/0001-91
Processo: 01400008932201898
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 306.410,19
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 30/11/2018

Resumo do Projeto: Roots é um espetáculo de dança único, influenciado pela dança clássica e pelas danças urbanas, interpretado pelos bailarinos Thiago Soares, primeiro bailarino do Royal Ballet em Londres, e Danilo D´Alma, ex-bailarino do mundialmente reconhecido GRN - Grupo de Rua de Niterói.

181535 - Temporada Pólobh - 5ª Edição
POLOBH PROMOCOES EIRELLI EPP
CNPJ/CPF: 07.128.230/0001-80
Processo: 01400008934201887
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 4.210.973,33
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Temporada Pólobh chega à sua 5ª Edição. O projeto acontece em Belo Horizonte e promove a circulação de espetáculos de renome, nacionais e/ou internacionais. Ao total serão 16 apresentações em 12 temporadas. Manteremos a escolha dos espetáculos de alto nível, de médio e grande porte, já montados e com bons resultados de público e crítica, de variados estilos, teatro, dança, circo, musicais, infantis, música instrumental/erudita, com vistas à formação de plateias e disseminação da cultura. Como forma de democratizar o acesso, realizar, no mínimo, 01 ensaio aberto ou 01 Workshop ministrado pelos atores e/ou diretores de um dos espetáculos da programação, gratuito, direcionados aos estudantes de artes cênicas e de escolas públicas ou a execução gratuita, em espaços públicos, de uma apresentação.

181502 - VIDANÇA
MARIA ESTER CARNEIRO DA LUZ
CNPJ/CPF: 302.109.090-72
Processo: 01400008836201840
Cidade: Dourados - MS;
Valor Aprovado: R$ 136.445,10
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Apresentar 4 espetáculos de 02 atos do musical "MISTÉRIO NO MUNDO ENCANTADO" com coreografias abrangendo as modalidades de ballet clássico, jazz contemporâneo e folclore. O musical irá mesclar grupos de atores e todos os alunos de dança da academia e promover 1 espetáculo gratuito com arrecadação de alimentos.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º )

181557 - Ceará Natal de Luz 2018
INSTITUTO CDL DE CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ/CPF: 03.526.404/0001-01
Processo: 01400008987201806
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.270.374,50
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto Ceará Natal de Luz 2018, em sua 22º edição, consiste na realização de apresentações artísticas, espetáculos teatrais, concertos de música instrumental e erudita, apresentações de cantores líricos e corais infantil e adulto, na cidade de Fortaleza, no período de 23 de Novembro a 23 de Dezembro de 2018, com repertório musical de clássicos natalinos. Levando a um público de mais de 100 mil pessoas uma programação com artistas cearenses, reafirmando a nossa identidade cultural.

181470 - Concertos Especiais Echo II
ECHO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 59.393.421/0001-72
Processo: 01400008759201828
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.153.119,78
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Realização de uma temporada de concertos com solistas, música de câmara e orquestras em diversas cidades do Brasil, como São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus e Belém. Serão convidados artistas de projeção internacional do Brasil e do exterior. Os concertos terão ingressos a preços populares.

181505 - Coral Viva La Vida
EDUARDO DA ROSA ALVES
CNPJ/CPF: 11.339.113/0001-32
Processo: 01400008839201883
Cidade: Alvorada - RS;
Valor Aprovado: R$ 434.917,50
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Programação cultural do Coral Viva La Vida durante 10 meses contemplando ações em três esferas: 1) Atividades pedagógicas, com aulas regulares de canto coral, incluindo extensão para bairro periférico de Porto Alegre; 2) Circulação para apresentações musicais na capital e cidades do interior gaúcho; 3) Registro por meio de gravação de CD e produção de conteúdo audiovisual.

181511 - Discutindo a Relação
MATEUS STANISCUASKI - ME
CNPJ/CPF: 03.411.629/0001-12
Processo: 01400008847201820
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 267.175,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: "Discutindo a relação" é um diálogo entre música e literatura brasileira. Em concertos didáticos de música instrumental, o flautista Ayres Potthoff, o violonista Mathias Pinto e o escritor Luís Augusto Fischer se encontram para contar sobre a história e a relação nem sempre amistosa entre as duas artes e para relembrar que em momentos de tensão e de acentuação das diferenças há espaço para criar cultura de qualidade.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º )

181530 - 9ª Mostra SP de Fotografia
Revelar Brasil Fotografia e Imagem Ltda
CNPJ/CPF: 09.048.713/0001-08
Processo: 01400008891201830
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 487.431,25
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização da 9ª edição da Mostra SP de Fotografia - o maior evento expositivo de fotografia da cidade de São Paulo - realizada desde 2009 na Vila Madalena, importante pólo cultural de São Paulo. Com um mês de duração, o evento propõe a realização de cerca de 20 exposições inauguradas simultaneamente em lojas, galerias, espaços culturais, restaurantes, cafés e bares do bairro. Além das exposições, também estão previstas atividades paralelas como bate papos, visitas monitoradas e leitura de portfolios.

181540 - POR DENTRO DA MENTE DE LEONARDO DA VINCI
LARANJEIRA CULTURAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.818.301/0001-20
Processo: 01400008946201810
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 267.553,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O objetivo desse projeto é a apresentação das obras e manuscritos do cientista Leonardo da Vinci, através da exposição "Por Dentro da Mente de Leonardo da Vinci", que deverá ocorrer no Estado de São Paulo, em localidades ainda não definidas, depedendo da escolha dos patrocinadores.

181551 - Talentos do Amazonas
creusa de souza rodrigues
CNPJ/CPF: 593.468.251-20
Processo: 01400008973201884
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 820.955,45
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Esta etapa faz parte de um concurso nacional de representantes da diversidade dos países reunidos num mesmo palco, 5 continentes. Visa Valorizar, difundir e divulgar a cultura de matriz amazonense, reconhecer sua vasta influência em nossa formação cultural, através de projeto que evidencia a beleza cultural do povo amazonense por meio de suas representantes municipais e estaduais em diversas categorias de faixa etária. Realizará o concurso nos municípios, proporcionando as inscritas a oportunidade de aprender Artes Cênicas nas modalidades de Teatro e Dança, além de agregar com a modalidade Modelo, Manequim e Etiqueta;no Concurso Estadual, onde serão eleitas as Representantes do Estado Amazonense, cada uma em sua respectiva categoria; atribuindo os prêmios estabelecidos para as vencedoras municipais e para as vencedoras estaduais. Para as primeiras colocadas no Estadual suporte e ajuda de custo para representação no Nacional. Haverá ainda a Exposição de Visual "Talentos da Amazônia"'.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º )

181556 - 115 Anos de Jornal Cruzeiro do Sul: Patrimônio Cultural
LARISSA CARNECINE DE OLIVEIRA 40769293816
CNPJ/CPF: 20.363.703/0001-91
Processo: 01400008983201810
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Aprovado: R$ 888.670,00
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Jornal Cruzeiro do Sul, mantém a tradição de ter a maior tiragem diária impressa e de maior circulação no interior do Estado de São Paulo, sendo a principal mídia de Sorocaba e região, conforme aferição do Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Po sua ontribuição ao longo de 115 anos é hora de fazer um balanço e programar uma retrospectiva dos melhores momentos, publicando, um livro comemorativo com apresentação musical no evento de lançamento. Busca-se oferecer à população mais uma importante contribuição histórica para pesquisa, entretenimento, cultura e conhecimento

181533 - Brasil Diversos
Pestana Arte & Publicações
CNPJ/CPF: 00.711.278/0001-77
Processo: 01400008931201843
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 990.267,50
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Iremos produzir um livro onde o conteúdo ira esclarecer e deixar registrado a importância da abolição da escravatura e de todos os movimentos relacionados à desigualdade racial que vivemos nos últimos séculos e para abrilhantar nosso projeto iremos produzir um seminario, estilo workshop sobre o tema para enriquecermos a importancia dessa raça para nosso desenvolvimento cultural, buscando assim contribuir para a unidade das raças e da cultura.

181494 - LIVRO: A MÚSICA ITALIANA NO SUL DO BRASIL
ARA PRODUCOES LTDA ME - ME
CNPJ/CPF: 10.803.650/0001-29
Processo: 01400008812201891
Cidade: Araranguá - SC;
Valor Aprovado: R$ 217.999,99
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: Trata-se de um livro de valor artístico e humanístico a partir da pesquisa cultural e histórica de canções típicas italianas presentes na região sul do Brasil. Acompanham o

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

livro partituras de músicas italianas e um CD com a gravação destas músicas, salvaguardando para as gerações futuras a cultura e as memórias da colonização italiana em nosso país.

181489 - Quixabeiras E Quipás
FABIO FERRAZ
CNPJ/CPF: 055.982.229-49
Processo: 01400008791201811
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 166.771,25
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A presente proposta tem como objetivo a publicação de 3000 exemplares do livro de poesia "Quixabeiras E Quipás" do poeta Fábio Ferraz, uma obra que traz mensagens de realidade e otimismo e reflete o êxodo do povo nordestino. Uma oportunidade de acesso ao conhecimento da literatura brasileira e um compromisso com a cultura popular e nordestina. Foi o primeiro livro publicado pelo autor em 1979, agora após passar por uma revisão será lançado sua segunda edição.

181491 - Rios do Oeste
MOISES EUSTAQUIO OLIVEIRA 08295377833
CNPJ/CPF: 28.111.465/0001-39
Processo: 01400008808201822
Cidade: Andradina - SP;
Valor Aprovado: R$ 476.663,70
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e publicação do livro de fotografia artística e documental "Rios do Oeste".

181549 - Rota 66 aos 66 - Do Sonho à Realidade
ALVARO LUCIO MAGRI PEREIRA
CNPJ/CPF: 071.169.000-63
Processo: 01400008962201802
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 197.206,25
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Rota 66 aos 66 - Do Sonho à Realidade" tem como foco registrar a realização de um sonho, uma aventura, percorrer a Histórica Rota 66, nos Estados Unidos, uma rodovia que foi utilizada pelos aventureiros americanos que foram para o oeste em busca de ouro e oportunidades. O livro tem como público alvo, motociclistas acima dos 40 anos, além é claro, de qualquer um que se interesse por literatura, viagens e aventuras reais. Com esse projeto pretende-se publicar e divulgar 3.000 exemplares dessa obra que será vivida e escrita por Álvaro Magri.

ANEXO II
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
181506 - DVD Renan Felipe - Ao Vivo - Por aí...
RENAN FELIPE NICOLINI
CNPJ/CPF: 385.704.308-33
Processo: 01400008840201816
Cidade: Adamantina - SP;
Valor Aprovado: R$ 694.053,72
Prazo de Captação: 04/06/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "DVD Renan Felipe - Ao Vivo - Por aí..." foi modelado para realizar a gravação e tiragem de um DVD autoral do artista Renan Felipe, captadas ao vivo em cenários diferentes, em estilo cinematográfico. Além disso, haverá uma circulação de shows do artista. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da circulação da música popular de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

**PORTARIA Nº 363, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
176507 - Apresentação dos Bois Garantido e Caprichoso em Parintins 2018
MANA PRODUCOES, COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 10.230.780/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 2.240.619,98
Valor total atual: R$ 8.238.864,29

**PORTARIA Nº 364, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º )
178371 - CARAVANA TEATRAL DO LIVRO EM CENA 2018/2019
PRO-ARTE MOVIMENTO - COMERCIO DE OBRAS DE ARTE LTDA - ME
CNPJ/CPF: 27.805.196/0001-48
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 165.814,59
Valor total atual: R$ 786.369,60

**PORTARIA N° 365 , DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art 1º - Tornar sem efeito o descredenciamento da parecerista MICHELLE RODRIGUES GABRIEL, CPF: 273.062.768-59 na Portaria nº 347 de 23/05/2018, publicada no D.O.U. nº 99 de 24/05/2018, Seção 1, página 14.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

# Ministério da Defesa

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA N° 2101/GM-MD, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 26 de fevereiro de 2018, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, em consonância com o contido no art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no Processo nº 00063.001689/2018-92 e à luz da alínea b, inciso XVI, artigo 31 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e inciso XVI, artigo 1º do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, resolve:

Aprovar, a Diretriz Ministerial nº 8/2018, que determina ao Ministério da Defesa a utilização dos efetivos militares na garantia da votação e apuração nas Eleições Suplementares no Estado do Tocantins 2018, nas localidades e municípios que forem solicitados pelo TSE.

JOAQUIM SILVA E LUNA

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 523, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

Os objetivos estabelecidos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

Que a Portaria nº 328, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Educação - MEC, não se aplica aos cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, e aos cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais; e

Que o art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 24, de 21 de dezembro de 2017, dispõe que o calendário para protocolo para pedidos de aumento de vagas em cursos de Medicina será definido em portaria ministerial específica, resolve:

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, ou ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, poderão protocolizar pedidos de aumento de vagas destes cursos, uma única vez, por meio de ofício formal à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que serão analisados de acordo com as regras estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º Os pedidos de aumento de vagas em cursos de Medicina devem ser protocolados por meio de ofício endereçado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, juntamente com as seguintes informações e documentos:

I - nome, grau, modalidade e código do curso;

II - nome e código da Instituição de Ensino Superior;

III - quantidade de vagas que se pretende aumentar; e

IV - cópia da decisão do órgão competente da Instituição de Ensino Superior que tenha decidido pelo aumento do número de vagas.

Art. 3º São requisitos para o aumento de vagas, cumulativamente:

I - ato de autorização do curso vigente;

II - ato autorizativo institucional vigente;

III - inexistência de medida de supervisão institucional vigente;

IV - inexistência de penalidade em vigência aplicada à Instituição de Ensino Superior que implique limitação à expansão de sua oferta, inclusive no curso objeto do pedido de aumento de vagas;

V - inexistência de medida de supervisão vigente no curso a que se refere o pedido de aumento de vagas;

VI - inexistência de penalidade de redução de vagas aplicada ao curso nos últimos dois anos ou de outra penalidade em vigência; e

VII - comprovação da demanda social pelo curso, por meio da demonstração de que a relação candidato/vaga no processo seletivo realizado no último ano foi maior que um.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, deverão atender satisfatoriamente os requisitos da visita de monitoramento mais recente realizada após a publicação do ato autorizativo.

§ 2º As Instituições Federais de Ensino Superior que ofertem cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais deverão apresentar manifestação favorável da Secretaria de Educação Superior.

Art. 4º A análise do pedido de aumento de vagas para cursos de Medicina observará, necessariamente, a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município de oferta do curso, na data da informação prestada pelo Ministério da Saúde, independentemente de alterações posteriores nos dados da região de saúde, observando os seguintes critérios:

I - número de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponíveis por aluno em quantidade maior ou igual a cinco;

II - existência de Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD;

III - número de alunos por Equipe de Atenção Básica - EAB menor ou igual a três;

IV - existência de leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

V - grau de comprometimento dos leitos do SUS para utilização acadêmica;

VI - existência de, pelo menos, três programas de residência médica nas especialidades prioritárias implantados ou em implantação;

VII - adesão pelo município ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ; e

VIII - hospital de ensino ou unidade hospitalar com mais de oitenta leitos, com potencial para ser certificado como hospital de ensino, conforme legislação de regência.

§ 1º O não atendimento de quaisquer dos critérios listados nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo ensejará o indeferimento do pedido de aumento de vagas do curso de Medicina.

§ 2º São considerados programas de residência médica em especialidades prioritárias aqueles em Clínica Médica, em Cirurgia, em Ginecologia-Obstetrícia, em Pediatria e em Medicina de Família e Comunidade.

§ 3º As informações necessárias à avaliação da estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde serão disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, a pedido da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

§ 4º A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior poderá, para fins de verificação de disponibilidade de estrutura dos equipamentos públicos, de cenários de atenção na rede e de programas de saúde, considerar os dados da região de saúde na qual se insere o município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

Art. 5º O pedido de aumento de vagas deverá considerar o limite máximo de cem vagas a serem autorizadas em acréscimo às vagas originalmente autorizadas.

§ 1º Ao limite definido no caput não deverão ser consideradas as vagas que venham a ser ofertadas por meio de bolsas previstas no plano de oferta de bolsas para alunos, obedecido o limite de dez por cento do número de vagas anuais.

§ 2º Caso mais de uma Instituição de Ensino Superior apresente pedido de aumento de vagas para o curso de Medicina em um mesmo município ou região de saúde e caso a estrutura de equipamentos públicos e programas de saúde existentes e disponíveis no município ou em sua região de saúde não comporte o número de vagas pleiteadas para os cursos das Instituições de Ensino Superior interessadas, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior deverá proceder à divisão de vagas de forma proporcional às quantidades de vagas de cada pleiteante.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Deferido o pedido de aumento, as novas vagas somente poderão ser utilizadas para ingresso no próximo processo seletivo do curso.

Art. 6º Concluída a instrução processual, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior apreciará o pedido e emitirá seu parecer, publicando sua decisão.

Art. 7º Nas hipóteses de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de aumento de vagas, caberá recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de trinta dias, respeitado o número máximo de vagas do pedido originário e o limite máximo de cem vagas definido nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

## FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

### PORTARIA Nº 337, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de validade dos Documentos de Regularidade de Inscrição (DRI) e dos Documentos de Regularidade de Matrícula (DRM), destinados à contratação de financiamento e realização do aditamento de contrato de financiamento do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 15 do anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017 e,

Considerando o disposto no § 1º do art. 20-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a redação dada pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017;

Considerando o disposto no art. 25 da Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, e no art. 107 da Portaria Normativa nº 209, de 7 de março de 2018;

Considerando o disposto no § 3º do art. 2º da Portaria Normativa nº 23, de 10 de novembro de 2011, no § 4º do art. 47 da Portaria Normativa 209, de 2018 e a Portaria Normativa nº 80, de 1º de fevereiro de 2018; e

Considerando a greve de âmbito nacional deflagrada pelos caminhoneiros, resolve:

Art. 1° Os Documentos de Regularidade de Inscrição (DRI) e os Documentos de Regularidade de Matrícula (DRM) com prazo de validade expirado no período de 23 de maio de 2018 a 8 de junho de 2018 deverão ser acatados pelos agentes financeiros do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para fins da formalização do contrato e realização do aditamento de renovação semestral da operação de crédito, até o dia 22 de junho de 2018.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO FERNANDO LOT

## INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

### PORTARIA Nº 437, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Administração Pública do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Administração Pública, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração Pública, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração Pública, Resolução CNE/CES n° 1, de 13 de junho de 2014, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Administração Pública, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração Pública, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. ético e crítico, com atuação fundamentada nos princípios da administração pública;

II. responsável em relação à res publica e ao caráter público e democrático do Estado;

III. proativo, criativo e inovador nos diferentes contextos organizacionais e socioambientais;

IV. comprometido com a coprodução do bem público com a isonomia e legitimidade social e com o respeito à diversidade local e global; e

V. integrador da teoria e da prática no âmbito da administração pública.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração Pública, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. aplicar os princípios da administração pública no exercício da atividade profissional na condição de agente público;

II. planejar, organizar e dirigir planos e programas públicos;

III. controlar processo de tomada de decisão e inovação no ciclo de políticas e projetos públicos;

IV. reconhecer, definir, analisar e propor soluções para problemas e conflitos de interesse público;

V. aplicar métodos e técnicas de natureza quantitativa e qualitativa em atividades da administração pública;

VI. realizar processos de negociação e de mediação referentes à administração pública; e

VII. utilizar processos de comunicação intra/interinstitucional e social de forma assertiva, efetiva e legítima.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração Pública, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Filosofia, ética, antropologia, sociologia e ciência politica;

II. Teorias das organizações e da administração pública;

III. Planejamento e Gestão governamental;

IV. Gestão de políticas, de programas e de projetos públicos e socioambientais;

V. Gestão de áreas funcionais (pessoas, finanças, orçamento público, logística de materiais e de serviços);

VI. Gestão de processos;

VII. Matemática e Estatística aplicadas à administração pública;

VIII. Direito, Economia e Ciências Contábeis;

IX. Psicologia aplicada às organizações;

X. Métodos qualitativos aplicados à administração pública;

XI. Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);

XII. Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro; e

XIII. Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

### PORTARIA Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Administração do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Administração, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Resolução CNE/CES n° 4, de 13 de junho de 2005, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Administração, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico e reflexivo acerca do fenômeno organizacional em suas dimensões histórica, social, econômica, ambiental, política e cultural;

II. analítico na compreensão da inter-relação entre os contextos regional, nacional e global, de forma sistêmica;

III. ético e responsável na tomada de decisões e na solução de problemas no âmbito das organizações, com atuação pautada no conhecimento científico e metodológico;

IV. comprometido com a gestão ética pautada na consciência das demandas sociais, na diversidade e na sustentabilidade;

V. proativo, flexível, criativo e inovador frente aos desafios organizacionais; e

VI. colaborativo e propositivo na liderança, integrando os interesses das diferentes áreas e promovendo o desenvolvimento de pessoas e equipes.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. reconhecer e delimitar problemas e identificar oportunidades;

II. planejar e implementar, com efetividade, ações alinhadas às estratégias da organização;

III. promover a comunicação no ambiente organizacional interno e externo;

IV. coordenar e integrar as diferentes áreas funcionais da organização;

V. identificar e alocar recursos, pessoas e funções;

VI. desenvolver o capital humano, mediante liderança e trabalho em equipe;

VII. monitorar resultados e avaliar desempenho;

VIII. lidar com mudanças e situações de risco; e

IX. promover uma gestão para a sustentabilidade, inclusão e diversidade.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Administração, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Antropologia, Sociologia, Ciência Política, Filosofia e Ética;

II. Psicologia e Comportamento Organizacional;

III. Sistemas de Informação e Tecnologias da Informação e Comunicação;

IV. Ciências Jurídicas, Econômicas e Contábeis;

V. Teorias da Administração e das Organizações;

VI. Gestão de Pessoas;

VII. Administração de Marketing;

VIII. Finanças;

IX. Operações, Logística e Gestão da Qualidade;

X. Planejamento e Gestão Estratégica;

XI. Gestão de Projetos e Gestão de processos e serviços;

XII. Gestão da Inovação, Gestão do conhecimento e Empreendedorismo;

XIII. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa;

XIV. Métodos quantitativos aplicados à Administração; e

XV. Métodos qualitativos aplicados à Administração.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

### PORTARIA Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Ciências Contábeis, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, Resolução CNE/CES n° 10, de 16 de dezembro de 2004, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Ciências Contábeis, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. proativo e propositivo na atuação em questões inerentes e afins à atividade contábil, em seus diversos contextos e modelos organizacionais;

II. analítico e crítico na elaboração e na divulgação de informações aos usuários;

III. atento às normas, aos padrões e aos regulamentos pertinentes às funções contábeis e suas respectivas atualizações e aplicações;

IV. atualizado frente às inovações tecnológicas e metodológicas aplicáveis à atividade profissional; e

V. ético e probo em sua atividade profissional, comprometido com a responsabilidade socioambiental e com o respeito às diversidades da sociedade.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. exercer as funções contábeis utilizando adequadamente a terminologia e a linguagem da Ciência Contábil;

II. identificar e analisar processos contábeis com visão sistêmica e interdisciplinar;

III. realizar atividades de auditoria, perícia e arbitragem;

IV. interpretar e aplicar as normatizações, os pronunciamentos e as legislações inerentes à contabilidade, gerando informações para o processo decisório;

V. elaborar pareceres e relatórios, valendo-se da quantificação de informações; e

VI. modelar, implantar e analisar sistemas de informações contábeis e de controle gerencial.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Contábeis, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teoria e história da contabilidade;
II. Contabilidade financeira/societária;
III. Contabilidade gerencial e custos;
IV. Controladoria;
V. Sistemas de informações contábeis;
VI. Contabilidade aplicada ao setor público;
VII. Auditoria;
VIII. Perícia e arbitragem;
IX. Análise de demonstrações contábeis;
X. Administração financeira;
XI. Legislação societária e empresarial;
XII. Legislação fiscal e tributária;
XIII. Legislação social e trabalhista;
XIV. Métodos quantitativos aplicados à contabilidade;
XV. Noções atuariais; e
XVI. Ética e legislação profissional.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 440, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Econômicas do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Ciências Econômicas, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Econômicas, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, Resolução CNE/CES n° 4, de 13 de julho de 2007, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Ciências Econômicas, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Econômicas, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. atento às questões econômicas contemporâneas derivadas de uma realidade diversificada, global e em constante transformação;

II. analítico e crítico na interpretação das questões econômicas de acordo com o contexto histórico, político, social e cultural;

III. sensível e reflexivo na adoção da abordagem teórica, histórica e quantitativa para propor soluções a problemas econômicos;

IV. comprometido com a análise da realidade brasileira; e

V. ético, coerente e responsável no tratamento das informações para subsidiar tomadas de decisão.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Econômicas, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar os impactos de mudanças institucionais sobre o comportamento e as decisões dos agentes econômicos;

II. analisar e interpretar a conjuntura econômica e política global e seus impactos sobre a realidade econômica brasileira;

III. analisar e interpretar o contexto histórico e os condicionantes estruturais das transformações socioeconômicas;

IV. analisar as inter-relações entre as dimensões local, regional e global dos fenômenos econômicos;

V. mensurar e avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes de escolhas públicas e privadas;

VI. utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos;

VII. utilizar, de forma lógica e consistente, a análise gráfica e quantitativa na tomada de decisões econômicas;

VIII. elaborar, analisar e avaliar políticas públicas;

IX. elaborar, analisar e avaliar projetos econômicos e estratégias financeiras; e

X. construir cenários econômicos para dar suporte a tomadas de decisão.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Ciências Econômicas, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Estatística Aplicada à Economia;
II. Matemática Aplicada à Economia;
III. Econometria;
IV. Contabilidade Social;
V. Macroeconomia;
VI. Microeconomia;
VII. Economia Industrial, da Tecnologia e Inovação;
VIII. Economia Política;
IX. Formação Econômica do Brasil;
X. Economia Brasileira Contemporânea;
XI. História Econômica Geral;
XII. História do Pensamento Econômico;
XIII. Economia Internacional;
XIV. Economia do Setor Público;
XV. Economia Monetária;
XVI. Desenvolvimento Socioeconômico; e
XVII. Mercados Financeiro e de Capitais.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 441, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Resolução CNE/CES n° 492, de 03 de abril de 2001, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico e reflexivo, com formação humana, científica e técnica, capaz de atuar frente à complexidade e à velocidade do mundo contemporâneo e às demandas mercadológicas, institucionais e sociais;

II. inovador e empreendedor na criação e na execução dos processos comunicacionais;

III. estrategista para desenvolver as atividades de planejamento de comunicação integrada (de posicionamento de marca, de ferramentas, de mídia e de pontos de contato) e para monitorar e aferir os resultados;

IV. criativo para conceber e produzir campanhas e ações comunicacionais em multiplataformas; e

V. ético no exercício da comunicação, do marketing e da publicidade e propaganda, e em relação à diversidade das demandas mercadológicas, institucionais e sociais.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. identificar e analisar os cenários políticos, econômicos, sociais e culturais, em escala global, nacional, regional e local, que influenciam o ambiente mercadológico e publicitário;

II. propor soluções estratégicas para os problemas mercadológicos e comunicacionais, utilizando ferramentas de comunicação integrada;

III. orientar e executar processos e fluxos comunicacionais no âmbito do planejamento, da mídia e dos pontos de contato, da criação e da produção para multiplataformas;

IV. monitorar e aferir resultados mercadológicos, institucionais e sociais das campanhas e de ações comunicacionais;

V. conceber e desenvolver soluções criativas e persuasivas, em termos de estéticas e linguagens, nos âmbitos mercadológico, institucional e social;

VI. produzir soluções criativas e persuasivas, em termos de estéticas e linguagens, nos âmbitos mercadológico, institucional e social;

VII. realizar e interpretar pesquisas de consumo, de tendências, de motivação, de concorrência, de imagem, entre outras; e

VIII. gerenciar departamentos de marketing e de comunicação, agências de comunicação e produtoras do setor comunicacional.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teorias da Comunicação;
II. História da Comunicação e da Publicidade e Propaganda;
III. Metodologia e Pesquisa em Comunicação;
IV. Linguagens da Comunicação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V. Tecnologias da Comunicação;
VI. Estética da Comunicação;
VII. Sociologia da Comunicação;
VIII. Psicologia da Comunicação;
IX. Pesquisa de Mercado e Comportamento do Consumidor;
X. Marketing e Gestão de Marcas;
XI. Planejamento de Comunicação Integrada;
XII. Planejamento de Mídia e de Pontos de Contato;
XIII. Ferramentas de Comunicação Integrada;
XIV. Redação Publicitária;
XV. Direção de Arte;
XVI. Produção Audiovisual, Digital, Fotográfica, Gráfica e Sonora;
XVII. Gestão e resultados em Publicidade e Propaganda;
XVIII. Legislação e Ética profissional; e
XIX. Criatividade, Inovação e Empreendedorismo.
Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 442, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Design do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Design, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:
Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.
Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.
Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.
Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.
Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.
Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Design, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Design, Resolução CNE/CES n° 5, de 8 de março de 2004, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.
Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Design, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.
Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Design, em projetos de produtos, de sistemas e/ou de serviços, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:
I. ético e crítico, atento às demandas individuais, sociais e ambientais;
II. expressivo na comunicação de conceitos, ideias e soluções;
III. sensível e empático a questões históricas, estéticas e culturais;
IV. comprometido com o conhecimento e a utilização de metodologias projetuais;
V. consequente em relação aos impactos dos fatores materiais, tecnológicos e produtivos; e
VI. prospectivo, com visão sistêmica e multidisciplinar, quanto à gestão de design e à inovação.
Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Design, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:
I. dialogar com diferentes áreas de conhecimento e atividades humanas em situações de projeto;
II. sintetizar e configurar em projetos de design (produtos, sistemas e/ou serviços) as informações obtidas em análise sistêmica e na atuação multidisciplinar;
III. diagnosticar, conceituar, desenvolver, implementar e avaliar projetos de design (produtos, sistemas e serviços);
IV. identificar e selecionar, entre as diferentes metodologias projetuais, a mais adequada para distintas situações e contextos;
V. promover conexões entre os conhecimentos históricos, estéticos e/ou culturais no percurso do projeto de design (produtos, sistemas e/ou serviços);
VI. representar e comunicar ideias, conceitos e soluções por meio de linguagens (digitais e/ou analógicas);
VII. saber especificar e implementar processos de produção e seus distintos componentes;
VIII. adequar as diversas tecnologias na produção de design respeitando as diferenças socioculturais e ambientais;
IX. considerar na abordagem projetual de design (produtos, sistemas e/ou serviços) os aspectos físicos, cognitivos e emocionais;
X. avaliar, em equipes multidisciplinares, a viabilidade técnica e funcional de produtos, sistemas e/ou serviços, considerando aspectos econômicos e mercadológicos;
XI. integrar a dimensão simbólica ao projeto, considerando forma/função/significado; e
XII gerenciar o processo de design considerando visão estratégica, pessoas, etapas de projeto e seus aportes.
Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Design, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:
I. História e Teorias do Design;
II. Estética e História da Arte;
III. Ergonomia nas relações usuário/objeto/ambiente;
IV. Design e estudos socioculturais;
V. Design e estudos econômicos e mercadológicos;
VI. Percepção, Comunicação e Semiótica;
VII. Linguagem e Expressão visual;
VIII. Representação gráfica;
IX. Metodologias de Projeto;
X. Design e Sustentabilidade;
XI. Materiais, processos e meios produtivos;
XII. Gestão do Design;
XIII. Design e Inovação; e
XIV. Documentação de projetos em Design.
Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 443, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Direito do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, , a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Direito, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:
Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.
Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.
Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.
Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.
Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.
Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Direito, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES n° 9, de 29 de setembro de 2004, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.
Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Direito, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.
Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Direito, tomará como referência do perfil do concluinte os seguintes aspectos:
I. generalista, humanístico e axiológico na atuação do Direito;
II. reflexivo e crítico para a adequada argumentação e interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais;
III. propositivo na elaboração de alternativas voltadas para a intervenção nas situações jurídico-sociais;
IV. ético no exercício do Direito e na promoção do desenvolvimento da cidadania; e
V. autônomo e dinâmico na condução de sua própria aprendizagem.
Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Direito, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:
I. identificar o fenômeno jurídico e seus efeitos;
II. ler, compreender e elaborar textos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das técnicas e dos métodos pertinentes;
III. analisar e compreender situações jurídicas mediante o uso de legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito;
IV. desenvolver argumentação e raciocínio jurídicos adequados e coerentes;
V. compreender, de forma interdisciplinar, os fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;
VI inter-relacionar fundamentos filosóficos, sociológicos, axiológicos e teóricos do Direito com sua implicação prática;
VII. exercer atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias (administrativas, privadas ou judiciais), com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
VIII. atuar em solução de controvérsias e na tomada de decisões;
IX. compreender o impacto das tecnologias no Direito; e
X. realizar atividades de pesquisa e extensão jurídicas, com aplicação de fundamentos, métodos e técnicas científicas.
Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Direito, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:
I. Antropologia;
II. Sociologia;
III. Psicologia jurídica;
IV. Filosofia do Direito e Ética;
V. História do Direito;
VI. Teoria Geral do Direito;
VII. Teoria do Estado e Ciência Política;
VIII. Direito Constitucional;
IX. Direito Ambiental;
X. Direito Administrativo;
XI. Direito Tributário;
XII. Direito Penal;
XIII. Direito Civil;
XIV. Direito Econômico e Economia Política;
XV. Direito Empresarial;
XVI. Direito do Trabalho;
XVII. Direito Internacional;
XVIII. Direitos Humanos; e
XIX. Direito Processual.
Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 444, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Formação Geral, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:
Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.
Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.
Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.
Art. 3º A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e (08) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.
§1º A prova de Formação Geral tem a concepção dos seus itens e o processo de correção balizados pelos princípios dos Direitos Humanos.
§2º As questões discursivas do componente de Formação Geral avaliam aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto.
Art. 4º As diretrizes para a avaliação do componente específico de cada área serão publicadas em Portarias específicas.
Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá no componente específico de cada Área ou Curso Superior de Tecnologia avaliado, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e (27) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudo de casos.
Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente de Formação Geral, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:
I. ético e comprometido com as questões sociais, culturais e ambientais;
II. humanista e crítico, apoiado em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam a área de sua formação;
III. protagonista do saber, com visão do mundo em sua diversidade para práticas de multiletramentos, voltadas para o exercício da cidadania;
IV. proativo, solidário, autônomo e consciente na tomada de decisões, considerando o contexto situacional; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V. colaborativo e propositivo no trabalho em equipes, grupos e redes, atuando com respeito, cooperação, iniciativa e responsabilidade social.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente de Formação Geral, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. fazer escolhas éticas e responsabilizar-se por suas consequências;

II. promover diálogo e práticas de convivência, compartilhando saberes e conhecimentos;

III. trabalhar em equipe, de forma flexível e colaborativa;

IV. buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;

V. organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;

VI. planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em contextos diversos;

VII. compreender as linguagens e suas respectivas variações como expressão das diferentes manifestações étnico-culturais;

VIII. identificar representações verbais, gráficas e numéricas de um mesmo significado;

IX. formular e articular argumentos e contra-argumentos consistentes em situações sociocomunicativas; e

X. ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente de Formação Geral, tomará como referencial os seguintes temas:

I. Ética, democracia e cidadania;

II. Estado, sociedade e trabalho;

III. Educação e Ciência;

IV. Cultura e arte;

V. Tecnologia e inovação;

VI. Meio ambiente: natureza e intervenção humana;

VII. Processos de globalização e política internacional; e

VIII. Sociodiversidade e multiculturalismo: solidariedade/violência, tolerância/intolerância, inclusão/exclusão, sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 445, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, , a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gastronomia, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. criativo, com visão sistêmica e empreendedora em relação às diversas etapas e aos diferentes ambientes associados aos serviços de alimentação;

II. crítico, técnico e inovador frente à sua conduta profissional e às tecnologias implicadas no exercício da profissão;

III. sensível aos hábitos alimentares e aos aspectos histórico-culturais da gastronomia;

IV. responsável em relação às questões socioambientais que impactam o exercício profissional;

V. assertivo na gestão de negócios e pessoas; e

VI. comprometido com a ética profissional.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. identificar, selecionar e utilizar equipamentos e utensílios para a execução das produções gastronômicas, considerando as normas de segurança;

II. planejar cardápios que levem em consideração aspectos da composição e da harmonização dos alimentos e bebidas;

III. gerenciar e operacionalizar os custos das atividades de produções gastronômicas;

IV. identificar, classificar e selecionar as matérias-primas utilizadas em produções gastronômicas;

V. organizar e desenvolver critérios de qualidade e de segurança de alimentos e bebidas;

VI. preparar alimentos e bebidas considerando fatores culturais, econômicos e socioambientais;

VII. aplicar métodos de pré-preparo e preparo adequados aos ingredientes, considerando suas especificidades;

VIII. elaborar e apresentar as preparações de acordo com a tipologia de serviços;

IX. aplicar legislações e normas técnicas relacionadas à atividade profissional;

X. planejar, organizar, executar e gerenciar serviços de alimentos e de bebidas em diversos segmentos de mercado;

XI. dimensionar, selecionar, capacitar e gerir equipes de trabalho no efetivo desempenho da profissão; e

XII. realizar pesquisas de mercado, de tendências e inovações gastronômicas, utilizando os resultados no exercício profissional.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. História da alimentação e da gastronomia;

II. Fundamentos da nutrição humana;

III. Segurança dos alimentos;

IV. Planejamento de cardápio;

V. Técnicas básicas de cozinha;

VI. Técnicas de confeitaria;

VII. Técnicas de panificação;

VIII. Cozinhas clássicas: Francesa e Italiana;

IX. Cozinha brasileira;

X. Cozinha internacional;

XI. Cozinha contemporânea e tendências gastronômicas;

XII. Gestão de pessoas em serviços de alimentos e bebidas;

XIII. Plano de negócios, custos e controles, marketing, promoção e vendas em serviços de alimentos e bebidas;

XIV. Planejamento físico funcional de serviços de alimentos e bebidas;

XV. Sustentabilidade na gastronomia;

XVI. Tipologia de restaurantes, de eventos e de serviços; e

XVII. Bebidas.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 446, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Comunicação Social - Jornalismo, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo, Resolução CNE/CES n° 1, de 27 de setembro de 2013, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. comprometido com a defesa da democracia, dos direitos humanos, da participação social e da liberdade de expressão;

II. consciente das relações entre o campo de trabalho, a complexidade e a diversidade do mundo contemporâneo e os processos socioeconômicos, políticos e culturais;

III. compromissado com o interesse público, as demandas sociais e os desafios profissionais da área;

IV. ético e reflexivo quanto à produção e à recepção dos conteúdos jornalísticos;

V. crítico e investigativo em relação ao poder exercido pelo jornalismo na construção de sentidos; e

VI. responsável, rigoroso, objetivo e preciso nos processos de apuração, registro e divulgação dos fatos sociais.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. propor e formular pautas;

II. selecionar fontes, utilizando critérios de pertinência e independência;

III. formular questões e conduzir entrevistas;

IV. contextualizar, interpretar, investigar e explicar fatos e informações;

V. elaborar reportagens investigativas;

VI. produzir e analisar notícias e conteúdos em diferentes formatos jornalísticos;

VII. editar material jornalístico;

VIII. planejar coberturas jornalísticas;

IX. elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico;

X. desenvolver e implementar projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa;

XI. trabalhar em equipes profissionais multifacetadas e/ou interdisciplinares;

XII. propor, experimentar e inovar as linguagens jornalísticas;

XIII. adequar o texto jornalístico à diversidade linguística, social e cultural do público; e

XIV. empreender e gerir negócios em jornalismo.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teorias da Comunicação;

II. Teorias do Jornalismo;

III. História do Jornalismo;

IV. Linguagens jornalísticas;

V. Políticas de Comunicação;

VI. Sociologia da Comunicação;

VII. Crítica da Mídia;

VIII. Metodologia e Pesquisa em Jornalismo;

IX. Legislação e ética em Jornalismo;

X. Gêneros e formatos jornalísticos;

XI. Jornalismo Especializado;

XII. Jornalismo Impresso;

XIII. Fotojornalismo;

XIV. Radiojornalismo e mídias sonoras;

XV. Telejornalismo e audiovisual;

XVI. Jornalismo digital e multiplataforma;

XVII. Jornalismo de dados;

XVIII. Planejamento gráfico e visual em Jornalismo;

XIX. Comunicação institucional, corporativa e assessoria de imprensa; e

XX. Novas práticas, técnicas e processos de produção jornalísticos.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 447, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Psicologia do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Psicologia, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Psicologia, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia, Resolução CNE/CES n° 5, de 15 de março de 2011, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Psicologia, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Psicologia, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. comprometido com o aprimoramento e a capacitação contínuos, por meio da construção e do desenvolvimento do conhecimento em Psicologia nas dimensões da ciência e da profissão;

II. atento à compreensão dos fenômenos psicológicos, considerando sua complexidade, sua diversidade e sua multideterminação em interlocução com outros campos de conhecimento;

III. ético e crítico no que diz respeito à atuação profissional, visando à promoção dos direitos humanos e do bem-estar dos indivíduos, dos grupos, das organizações e das comunidades;

IV. ético e crítico na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia; e

V. comprometido com o estabelecimento de vínculos interpessoais que propiciem a sua atuação ética em equipes multiprofissionais.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Psicologia, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. avaliar, planejar e decidir as condutas profissionais, com base em fundamentos teórico-metodológicos e epistemológicos e considerando as características da população-alvo;

II. planejar, conduzir e relatar investigações científicas, apoiado em análise crítica das diferentes estratégias de pesquisa;

III. elaborar relatos científicos, informes psicológicos (pareceres técnicos, laudos) e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;

IV. diagnosticar, planejar e intervir em processos educativos em diferentes contextos;

V. diagnosticar, planejar e intervir em processos psicossociológicos em diferentes contextos de trabalho;

VI. diagnosticar, planejar e intervir em processos de prevenção e promoção da saúde, em nível individual e coletivo;

VII. diagnosticar, planejar e intervir em processos de apoio psicossocial a grupos, segmentos e comunidades em situação de vulnerabilidade individual e social;

VIII. realizar psicodiagnóstico, psicoterapia e outras estratégias de intervenção em demandas individuais e coletivas;

IX. coordenar e mediar processos grupais, em diferentes contextos, considerando diferenças individuais e socioculturais; e

X. avaliar os resultados e impactos das intervenções psicológicas conduzidas em diferentes contextos.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Psicologia, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Fundamentos epistemológicos e históricos da Psicologia;

II. Fundamentos, métodos e técnicas de investigação científica;

III. Processos de avaliação psicológica;

IV. Processos psicológicos básicos;

V. Processos psicopatológicos;

VI. Processos grupais;

VII. Processos clínicos;

VIII. Processos educativos;

IX. Processos de aprendizagem;

X. Bases biológicas do comportamento humano;

XI. Intervenções em processos educativos;

XII. Intervenções em processos organizacionais e de gestão de pessoas;

XIII. Intervenções em saúde e bem-estar do trabalhador;

XIV. Intervenções em atenção e promoção da saúde;

XV. Intervenções em processos psicossociais; e

XVI. Ética no exercício profissional.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 448, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Relações Internacionais do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Relações Internacionais, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Relações Internacionais, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais, Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Relações Internacionais, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Relações Internacionais, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico e reflexivo na análise de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social;

II. ético e humanista na tomada de decisões perante os problemas da agenda internacional contemporânea;

III. colaborativo e propositivo na mediação de conflitos, na busca de cooperação e na solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;

IV. sensível à diversidade cultural, social, étnico-racial, religiosa, de gênero e de orientação sexual e comprometido com a promoção da dignidade humana;

V. analítico acerca de argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; e

VI. diligente e criativo na pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários e de projetos para atuação nas esferas nacional, regional e internacional.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Relações Internacionais, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar processos, eventos e fenômenos históricos e contemporâneos das relações internacionais;

II. identificar, analisar e avaliar problemas numa realidade diversificada e em transformação;

III. planejar, negociar e executar projetos de cooperação e de internacionalização de diferentes tipos de organizações;

IV. planejar, negociar, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento nas diferentes escalas;

V. analisar e avaliar a formulação e a execução de política externa;

VI. elaborar, avaliar, negociar e aplicar instrumentos normativos internacionais;

VII. avaliar os reflexos da política e economia internacionais sobre a dimensão nacional;

VIII. identificar os atores e os seus interesses nas relações internacionais;

IX. identificar e analisar os elementos que atuam sobre as relações de cooperação e conflito nas relações internacionais; e

X. utilizar instrumentalmente a língua inglesa.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Relações Internacionais, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teorias das Relações Internacionais;

II. Economia Política Internacional;

III. Instituições, Regimes e Organizações Internacionais;

IV. Direito Internacional Público e Direitos Humanos;

V. Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Defesa;

VI. Política Externa e Política Externa Brasileira;

VII. História das Relações Internacionais; e

VIII. Política Internacional Contemporânea.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 449, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Secretariado Executivo do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, , a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Secretariado Executivo, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Secretariado Executivo, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Secretariado Executivo, Resolução CNE/CES n° 3, de 23 de junho de 2005, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Secretariado Executivo, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Secretariado Executivo, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. comprometido com a construção e com a articulação de conhecimentos científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos específicos da sua área, com visão generalista e intersetorial da organização.

II. consciente das implicações e das responsabilidades éticas do seu exercício profissional;

III. compromissado com a postura crítica e reflexiva articulada com discrição e sensibilidade para as questões transversais do contexto em que atua;

IV. proativo para atuar em modelos inovadores de gestão, com flexibilidade às mudanças; e

V. receptivo para a diversidade de contextos sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Secretariado Executivo, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar, interpretar e articular conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada;

II. atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional;

III. exercer funções gerenciais, com sólido domínio sobre planejamento, organização, controle e direção;

IV. utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos e situações organizacionais;

V. utilizar recursos de comunicação e expressão compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

VI. adotar meios inovadores ou alternativos relacionados à melhoria da qualidade e da produtividade dos serviços, identificando necessidades e equacionando soluções;

VII. gerenciar informações, assegurando uniformidade, sigilo e referencial para diferentes usuários, imprimindo segurança, credibilidade e fidelidade ao fluxo de informações;

VIII. gerir e assessorar processos administrativos com foco nas metas organizacionais, observando as peculiares relações hierárquicas; e

IX. utilizar as técnicas secretariais, com tecnologias inovadoras, conferindo eficiência e eficácia aos processos.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Secretariado Executivo, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Assessoria:

a. Histórico e regulamentação da profissão;

b. Ética profissional;

c. Gestão e execução de rotinas secretariais;

d. Comunicação organizacional; e

e. Redação empresarial e oficial em língua portuguesa e inglesa.

II. Gestão secretarial:

a. Gestão de pessoas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b. Gestão de projetos e de processos;
c. Gestão da tecnologia e da informação; e
d. Gestão de eventos, cerimonial e protocolo.
III. Administração estratégica:
a. Relações de poder, cultura e clima organizacional;
b. Aspectos estruturais das organizações;
c. Conceitos e etapas do planejamento estratégico; e
d. Cenários nacionais e internacionais.
IV. Consultoria e Empreendedorismo:
a. Consultoria secretarial;
b. Empreendedorismo: coorporativo, social e individual; e
c. Pesquisa e inovação.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 450, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Serviço Social do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área deServiço Social, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Serviço Social, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Serviço Social, Resolução CNE/CES n° 15, de 13 de março de 2002, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Serviço Social, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Serviço Social, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. compromissada(o) com os direitos, a democracia e a liberdade na direção do Projeto Ético Político Profissional;

II. compromissada(o) com a perspectiva da totalidade e com a unidade teoria-prática para análise da questão social e intervenção nas suas expressões, com base na formação profissional generalista e crítica;

III. empenhada(o) na eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação, exploração e opressão, com respeito à diversidade humana, ao meio ambiente e à igualdade social;

IV. articulada(o) com as entidades da categoria profissional, os movimentos, as organizações e as lutas sociais da classe trabalhadora;

V. orientada(o) pelo respeito ao pluralismo como elemento da vida acadêmica e profissional; e

VI. crítica(o), reflexiva(o), investigativa(o) e propositiva(o) no trabalho profissional.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Serviço Social, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. identificar demandas oriundas da questão social, com base nas particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, para formular respostas profissionais;

II. planejar, elaborar, executar e avaliar políticas sociais e seus planos, programas, projetos, serviços e benefícios;

III. construir, analisar e interpretar indicadores sociais;

IV. prestar assessoria e consultoria a movimentos sociais, redes e outros coletivos políticos;

V. estimular a participação das(os) usuárias(os) nos espaços de controle social e de decisões institucionais para o fortalecimento de processos de democratização;

VI. desenvolver pesquisas e estudos que subsidiem as políticas sociais e o trabalho profissional;

VII. articular o saber acadêmico, o significado social da profissão e o seu exercício para contribuir com a mobilização de sujeitos individuais e coletivos na perspectiva da emancipação humana;

VIII. democratizar e socializar informações às(aos) usuárias(os) do Serviço Social; e

IX. realizar estudos sociais e socioeconômicos, relatórios, visitas, perícias técnicas, laudos e pareceres sociais.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Serviço Social, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Matrizes clássicas do pensamento social, econômico, filosófico e político;

II. Análise do sistema capitalista segundo as perspectivas liberal, marxista, socialdemocrata e neoliberal;

III. Herança colonial, escravista e patriarcal na formação social, política, cultural e econômica do Brasil;

IV. Inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho: desenvolvimento desigual e combinado;

V. Serviço Social e o processo de produção e reprodução das relações sociais;

VI. Trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana e transformações históricas;

VII. Estado, questão social e Serviço Social;

VIII. Movimentos sociais e lutas contra opressões de classe, de gênero, étnico-raciais, de sexualidade, geracionais e por deficiência;

IX. Financeirização do capital, contrarreformas do Estado, políticas sociais e seguridade social;

X. Fundo público e financiamento das políticas sociais;

XI Cidadania, direitos e legislação social;

XII. Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho da(o) assistente social;

XIII. Fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, regulamentação profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social;

XIV. Instrumentalidade do Serviço Social: dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa;

XV. A(O) assistente social como trabalhadora/trabalhador assalariada(o) e sua inserção nos diferentes espaços sócio-ocupacionais;

XVI. Fundamentos ontológicos da ética e suas implicações no exercício profissional do Serviço Social;

XVII. Estado laico, Direitos Humanos, fundamentalismo religioso e conservadorismos contemporâneos;

XVIII. Produção de conhecimento, pesquisa e indicadores sociais;

XIX. Estado, democracia, participação e controle social; e

XX. Formação profissional e estágio supervisionado em Serviço Social.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 451, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Comércio Exterior, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico e reflexivo acerca da integração sistêmica e multicultural dos contextos local, regional, nacional e internacional;

II. ético, responsável e comprometido com sustentabilidade socioambiental, no âmbito nacional e internacional;

III. proativo e engajado em mudanças nas atividades de comércio internacional, em organizações públicas e privadas;

IV. atento, de forma crítica, sistêmica e atual, sobre a realidade do comércio exterior brasileiro e o cenário mundial;

V. humanista na compreensão acerca das questões nacionais e internacionais relacionadas ao comércio exterior, considerando os contextos político, econômico, histórico, geográfico, jurídico, cultural e social; e

VI. íntegro no que tange à tomada de decisões relacionadas ao comércio exterior em variados contextos.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. planejar, definir, implementar e avaliar estratégias gerenciais na área de comércio exterior;

II. atuar junto às instituições públicas e privadas de controle e fiscalização no âmbito do comércio exterior;

III. acessar bases de dados e interpretar indicadores micro e macroeconômicos relacionados ao comércio exterior;

IV. administrar e otimizar recursos econômicos, financeiros e humanos voltados à área de comércio exterior;

V. prospectar e empreender oportunidades de mercados voltados a atividades de comércio exterior;

VI. coordenar fluxos logísticos;

VII. orientar a execução das ações legais, tributárias, aduaneiras e cambiais inerentes ao comércio exterior;

VIII. articular com atores e órgãos do cenário nacional e internacional relacionados às atividades do comércio exterior;

IX. utilizar os sistemas de informação oficiais de operações no comércio exterior brasileiro;

X. avaliar e selecionar sistemas de informação, de apoio e de integração, relacionados às atividades de comércio exterior; e

XI. promover a comunicação, interação e negociação no ambiente organizacional interno e externo, respeitando a interculturalidade e suas características.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Logística Nacional e Internacional: transportes e seguros;

II. Termos de Comércio Internacional: Incoterms/2010;

III. Sistema Harmonizado (SH) e Classificação Fiscal;

IV. Aspectos Legais e Legislação Aduaneira: regime comum e especial;

V. Marketing Internacional;

VI. Sistemas de Informação de Comércio Exterior;

VII. Processos e Procedimentos de Exportação e Importação: tratamento administrativo (sistemática, órgãos anuentes e intervenientes), documentação e despacho;

VIII. Negociação Internacional e Relações Multiculturais;

IX. Práticas Cambiais e Financeiras Internacionais: modalidade de pagamentos e contratos;

X. Economia Internacional;

XI. Instituições e Acordos Internacionais (tratados, organismos e blocos);

XII. Responsabilidade Social e Ambiental;

XIII. Processos de Gestão Administrativa e empreendedorismo: econômico, financeiro e humano;

XIV. Raciocínio Lógico Quantitativo;

XV. Direito do Comércio Internacional; e

XVI. Formação de Preço e Custos no Comércio Exterior: tributos, impostos, taxas e benefícios fiscais.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 452, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, , a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Design de Interiores, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico, analítico, reflexivo e humanista em relação ao seu fazer profissional, orientado por evidências técnicas e científicas;

II. ético e comprometido com sua educação permanente e com a formação das futuras gerações de profissionais de design de interiores, priorizando a autonomia intelectual, a visão sistêmica e a atuação multidisciplinar;

III. responsável social e ambientalmente, pautado pela análise de aspectos históricos, estéticos e simbólicos das comunidades, bem como as características dos sujeitos e de seu contexto socioeconômico e cultural;

IV. sensível a fatores culturais, artísticos, tecnológicos, funcionais, produtivos e materiais, priorizando a ação prospectiva e criativa e o conhecimento e uso de metodologias projetuais;

V. criativo, proativo e empreendedor diante dos diversos contextos organizacionais e socioculturais, visando uma permanente inovação na gestão do design de interiores; e

VI. propositivo e sistemático no reconhecimento, na definição e no equacionamento de problemas relacionados ao design de interiores.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. promover conexões entre os conhecimentos históricos e os artísticos, considerando os aspectos estéticos e culturais suscetíveis de influenciar a qualidade da concepção e da prática de design de interiores;

II. expressar, interpretar e comunicar ideias por meios de representação bi e tridimensional, tais como: desenhos ortogonais, perspectivas, maquetes, modelos e imagens virtuais;

III. utilizar ferramentas digitais para o tratamento de informações e representação aplicada ao design de interiores;

IV. reconhecer elementos perceptivos teórico-práticos de interpretação da relação homem-ambiente construído;

V. compreender as condições climáticas, acústicas, lumínicas e de eficiência energética, a partir do domínio das técnicas apropriadas a interiores;

VI. conceber projetos de interiores a partir do conhecimento dos diversos sistemas estruturais e construtivos;

VII. conceber projetos de interiores e mobiliário utilizando conceitos e princípios do desenho universal;

VIII. especificar e empregar materiais de forma adequada, visando, além dos aspectos estético-funcionais, a segurança e a otimização da relação custo-benefício;

IX. diagnosticar, conceituar, planejar e implementar os processos de intervenção na escala dos interiores; e

X. gerir, fiscalizar e administrar obras de design de interiores que impliquem em transformação dos espaços, em escalas públicas e privadas, abrangendo todas as suas etapas.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teoria e História da Arte, do Design e do Mobiliário;

II. Teoria da cor, percepção e composição espacial;

III. Conforto térmico, lumínico e acústico;

IV. Ergonomia e desenho universal;

V. Desenho técnico de projeto e perspectivo;

VI. Modelos tridimensionais;

VII. Detalhamento de interiores e mobiliário;

VIII. Instalações efêmeras e cenografia;

IX. Noções de instalações prediais e sistemas estruturais e construtivos das edificações;

X. Materiais aplicados;

XI. Paisagismo em pequena escala;

XII. Aspectos ambientais e a relação com o espaço construído;

XIII. Gestão de projetos de interiores;

XIV. Ética e relações profissionais;

XV. Ferramentas digitais para representação de projetos de design de interiores; e

XVI Projeto de interiores residencial, comercial, institucional e de serviços.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 453, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Design de Moda, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. criativo, inovador e empreendedor para atuar nos diversos segmentos da moda;

II. flexível, polivalente e proativo no trabalho em equipes para atuar nas distintas etapas do desenvolvimento dos produtos de moda;

III. comprometido com os fatores econômicos, estéticos, simbólicos e ergonômicos que permeiam as fases do desenvolvimento do produto e dos serviços de moda;

IV. crítico, reflexivo e ético quanto aos aspectos sociais, ambientais, políticos, históricos, culturais, educacionais e inclusivos que impactam a área da moda; e

V. responsável e preciso em sua atuação nos processos de gestão, de desenvolvimento e de produção de produtos e serviços de moda.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. conceber produtos e serviços de moda, estabelecendo conexões entre os conhecimentos histórico-artísticos e considerando os aspectos estéticos, culturais, sociais e simbólicos;

II. realizar e aplicar pesquisas de tendências, mercado, materiais, processos e tecnologias nos diversos segmentos da moda;

III. criar e desenvolver produtos e/ou coleções de moda viáveis, de acordo com a metodologia projetual de design e de moda;

IV. empreender e gerenciar negócios de moda;

V. construir a imagem de moda, utilizando estratégias de comunicação;

VI. gerenciar o fluxo de processo produtivo do vestuário;

VII. aplicar os princípios ergonômicos em produtos e/ou serviços de moda;

VIII. avaliar os processos de beneficiamento pertinentes a cada produto de moda;

IX. elaborar protótipos aplicando técnicas e processos da costura industrial;

X. desenvolver a modelagem de vestuário, utilizando diferentes técnicas e métodos;

XI. interpretar e representar graficamente coleções e produtos de moda; e

XII. elaborar portfólios e catálogos utilizando técnicas diferenciadas de expressão gráfica.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. História da indumentária e da moda e fundamentos do design;

II. Elementos (cor, textura, linha, silhueta e forma) e princípios do design (repetição, gradação, equilíbrio, contraste, proporção, ritmo, harmonia, radiação);

III. Semiótica aplicada à moda;

IV. Pesquisa de tendências, de comportamento de consumo e de tema de coleção;

V. Materiais e processos têxteis: fibras, fios, tecidos, beneficiamento e design de superfície;

VI. Desenho da figura humana, técnicas de ilustração e desenho de moda (manual e digital);

VII. Ficha técnica e desenho técnico de moda;

VIII. Modelagem bidimensional e tridimensional (manual e computadorizada);

IX. Tipos físicos e ergonomia aplicada ao vestuário;

X. Tecnologia da confecção: máquinas e equipamentos de costura, encaixe, risco e corte, protótipo, ficha técnica e peça piloto;

XI. Metodologia projetual aplicada ao desenvolvimento de coleções de produtos de moda;

XII. Marketing de moda: comportamento do consumidor, elementos constitutivos do sistema mercadológico (produto, preço, praça/canais de distribuição e promoção/composto promocional), pesquisa de mercado e segmentação de mercado;

XIII. Empreendedorismo na moda: plano de negócios; e

XIV. Sustentabilidade aplicada ao desenvolvimento de produtos e serviços de moda.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 454, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Design Gráfico, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. criativo, flexível e responsável, com visão sistêmica e estratégica;

II. sensível às necessidades dos indivíduos, dos grupos sociais e da comunidade em seu fazer profissional;

III. comprometido com a busca, a construção e o compartilhamento do conhecimento relacionado à sua atuação profissional; e

IV. protagonista e empreendedor na identificação de oportunidades para inovação.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. desenvolver projetos aplicando conhecimentos de ferramentas computacionais;

II. diagnosticar, conceituar, gerar alternativas, implementar e avaliar resultados de projetos;

III. desenvolver projetos e selecionar tecnologias seguindo os princípios de sustentabilidade (social, econômica e ambiental);

IV. especificar parâmetros de processos de produção e seus distintos componentes;

V. aplicar, entre as diversas metodologias projetuais, a mais adequada para diferentes situações e contextos;

VI. promover conexões entre conhecimentos históricos, estéticos e culturais, valorizando as especificidades locais;

VII. sintetizar e configurar em projetos as informações obtidas em análise sistêmica e nas atuações com outras áreas do conhecimento;

VIII. contemplar, na ação projetual, os aspectos sensoriais e perceptivos respeitando os princípios de acessibilidade e usabilidade;

IX. analisar criticamente projetos e produtos com base nos princípios do Design; e

X. propor soluções de gestão e avaliar a viabilidade técnica, funcional e econômica de projetos.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico, tomará como referencial os seguintes conteúdos curriculares:

I. História do Design;

II. Estudo das relações entre design, sociedade e cultura;

III. Estudos da percepção visual: cor, imagem, estética e semiótica;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV. Linguagem, expressão e representação visual;
V. Metodologias do Design;
VI. Estudos em ergonomia informacional;
VII. Materiais e produção gráfica;
VIII. Tipografia;
IX. Fundamentos da Computação Gráfica;
X. Design editorial;
XI. Desenvolvimento de interfaces em mídias digitais;
XII. Sistemas de identidade visual;
XIII. Design de embalagem;
XIV. Empreendedorismo, gestão e inovação;
XV. Ética nas relações profissionais; e
XVI Legislação aplicada ao Design.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INES FINI

**PORTARIA Nº 455, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gestão Comercial, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. analítico, reflexivo e crítico na condução de negócios comerciais;
II. comprometido com a responsabilidade socioambiental;
III. ético em sua atuação profissional;
IV. empático e assertivo nos relacionamentos interpessoais; e
V. proativo e inovador, com visão prospectiva e sistêmica no gerenciamento comercial de negócios.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar cenários internos e externos nos contextos comerciais para tomada de decisão;
II. planejar, organizar, dirigir e controlar negócios comerciais;
III. implementar processo de marketing;
IV. analisar demonstrativos financeiros e de mercado;
V. definir preços, pautando-se em diferentes aspectos;
VI. exercer as práticas de negociação;
VII. desenvolver equipes comerciais;
VIII. promover relacionamento com as partes interessadas da área comercial; e
IX. gerir estrategicamente a área comercial considerando compra, venda e pós-venda.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Comércio Eletrônico e Mídias Digitais;
II. Comunicação e Expressão;
III. Contabilidade Gerencial;
IV. Custos e Formação de Preços;
V. Direito Aplicado ao Comércio;
VI. Economia e Mercado;
VII. Empreendedorismo;
VIII. Estrutura Organizacional e Gestão de Processos;
IX. Relacionamento com Clientes;
X. Finanças e Orçamento;
XI. Logística empresarial;
XII. Gestão da Qualidade;
XIII. Gestão de Pessoas e Equipes;
XIV Gestão de Vendas;
XV. Gestão Estratégica;
XVI. Gestão Mercadológica e Comportamento do Consumidor;
XVII. Matemática Financeira;
XVIII. Negociação e Gestão de Conflitos;
XIX. Sistemas de Informação Gerencial; e
XX. Responsabilidade socioambiental.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 456, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, , a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gestão da Qualidade, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. crítico e analítico na percepção de incidência de falhas na proposição de soluções para não conformidades;
II. ético e comprometido com o rigor técnico na gestão de recursos, objetivando certificações e/ou premiações da qualidade com base nas normas estabelecidas;
III. proativo na liderança e no desenvolvimento de pessoas e equipes, visando a comunicação e a disseminação da cultura da qualidade;
IV. inovador na elaboração de ferramentas de gestão e controle de processos organizacionais;
V. analítico com visão sistêmica na análise e avaliação dos processos relacionados à qualidade e seus referenciais comparativos; e
VI. crítico diante das ações de responsabilidade social e ambiental, comprometido com o respeito à diversidade e ao exercício da cidadania.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Tecnologia em Gestão da Qualidade, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. elaborar, aplicar e gerenciar ferramentas e indicadores de qualidade e produtividade, considerando aspectos quantitativos e qualitativos;
II. planejar, implementar e auditar sistemas de gestão integrada da qualidade em serviços, produtos e processos, de acordo com a cultura, estratégias organizacionais e legislação vigente;
III. realizar mapeamento de processos organizacionais segundo indicadores de qualidade e produtividade;
IV. medir, analisar dados e produzir documentação e relatórios, considerando normas de qualidade estabelecidas;
V. avaliar sistematicamente procedimentos, práticas e rotinas internas e externas de uma organização aplicadas a serviços, produtos e processos;
VI. gerenciar pessoas, promover e disseminar a cultura da qualidade e a produtividade nos processos organizacionais;
VII. desenvolver processos para a atuação com procedimentos e rotinas destinados a minimizar a não conformidade;
VIII. implementar e gerenciar a gestão do conhecimento e a inovação nas organizações;
IX. gerenciar e manter o fluxo de informação e comunicação no ambiente organizacional;
X. aplicar ferramentas da qualidade para a identificação e proposição de soluções para problemas organizacionais;
XI. propor e gerenciar estratégias para obtenção de certificações;
XII. assessorar a implantação e execução das políticas de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho;
XIII. gerenciar projetos relacionados a melhoria da performance aos sistemas de gestão integrado da qualidade;
XIV. gerenciar custos relacionados à qualidade; e
XV. assessorar as organizações em relação a questões da gestão ambiental.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Tecnologia em Gestão da Qualidade, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Fundamentos da Gestão da Qualidade;
II. Ferramentas da Qualidade;
III. Normas, Certificações e Prêmios da Qualidade;
IV. Auditoria da Qualidade e Indicadores de desempenho;
V. Gestão de Projetos;
VI. Gestão de Processos;
VII. Gestão da Produção;
VIII. Gestão de Produtos e Serviços;
IX. Gestão da Cadeia de Suprimentos;
X. Gestão da informação organizacional;
XI. Fundamentos de Matemática e Estatística;
XII. Gestão de Pessoas;
XIII. Metrologia e instrumentação;
XIV. Custos da Qualidade;
XV. Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho;
XVI. Gestão Ambiental; e
XVII. Fundamentos da Administração e Estratégias Organizacionais.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

**PORTARIA Nº 457, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. ético, crítico, holístico e humanista como gestor de recursos humanos;
II. comprometido com o embasamento científico, tecnológico e socioeconômico na gestão de recursos humanos e organizacional;
III. empreendedor, dinâmico e inovador nas diversas etapas de planejamento, de implementação das práticas e de avaliação dos processos de gestão de recursos humanos;
IV. estratégico, com visão sistêmica, considerando os ambientes interno e externo na busca de vantagem competitiva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V. resiliente e flexível às mudanças de cenários nos processos da gestão de recursos humanos; e

VI. proativo e com capacidade para liderança, que contribua para os relacionamentos intra e interpessoal e o trabalho em equipe no âmbito de sua atuação profissional.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. identificar, pesquisar, avaliar e gerenciar a cultura e o clima organizacional;

II. gerenciar e operacionalizar processos de recrutamento e de seleção;

III. gerenciar e operacionalizar processos de treinamento e de desenvolvimento de pessoas;

IV. gerenciar e operacionalizar processos de avaliação de desempenho de pessoas;

V. promover ações para a gestão de carreiras;

VI. gerenciar e operacionalizar processos de cargos e salários, remuneração, incentivos e benefícios;

VII. gerenciar e operacionalizar rotinas de pessoal;

VIII. identificar, gerenciar e promover políticas de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho;

IX. reconhecer e relacionar os estilos de liderança e sua influência nas relações organizacionais; e

X. negociar e mediar conflitos no âmbito da gestão de recursos humanos.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Comportamento organizacional;
II. Comunicação organizacional;
III. Cultura e clima-organizacional;
IV. Empreendedorismo;
V. Ética e sustentabilidade;
VI. Fundamentos de gestão;
VII. Gerenciamento de carreiras;
VIII. Gestão por competências;
IX. Legislação trabalhista e previdenciária;
X. Negociação;
XI. Recrutamento e seleção;
XII. Remuneração e benefícios;
XIII. Rotinas de pessoal;
XIV. Saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho;
XV. Sistemas de informações gerenciais;
XVI. Treinamento e desenvolvimento;
XVII. Gestão de desempenho; e
XVIII. Cargos e salários.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 458, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Gestão Pública, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. atento ao rigor técnico na tomada de decisões em contextos diversificados e interdependentes da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade;

II. comprometido com a defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado e com os impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da gestão pública;

III. eficiente no controle e na avaliação de programas e projetos da administração pública;

IV. ético e inovador nos processos de gestão de políticas públicas;

V. promotor do exercício da cidadania por meio da compreensão do significado de controle social; e

VI. sensível e analítico ao cenário social, político, cultural e legal e sua relação com a gestão pública.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar o caráter social e sustentável das questões político-econômicas na tomada de decisão;

II. diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública;

III. comunicar, negociar e integrar com os diferentes atores da sociedade;

IV. avaliar e emitir parecer técnico na gestão pública;

V. aplicar princípios e fundamentos técnico/teóricos interdisciplinares na gestão pública;

VI. coletar e analisar dados para suporte às funções e atribuições da gestão pública;

VII. analisar, elaborar, implementar e avaliar políticas públicas por meio de planos, programas e projetos;

VIII. utilizar os instrumentos normativos e regulatórios na gestão pública; e

IX. planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Comportamento organizacional;
II. Comunicação e linguagem;
III. Contabilidade pública;
IV. Economia do setor público
V. Estado, Governo e Administração Pública;
VI. Ética, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável;
VII. Finanças e orçamento público;
VIII. Gestão de programas e projetos;
IX. Gestão de recursos humanos no setor público;
X. Legislação aplicada ao setor público;
XI. Licitações e contratos administrativos;
XII. Logística e patrimônio público;
XIII. Marketing aplicado ao setor público;
XIV. Matemática e Estatística aplicadas à gestão pública;
XV. Planejamento organizacional;
XVI. Políticas públicas;
XVII. Processos decisórios e técnicas de negociação;
XVIII. Sistemas de informação e apoio à decisão na gestão pública; e
XIX. Teorias da Administração Pública.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 459, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Logística do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Logística, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Logística, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Logística, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Logística, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. humanista, ético, reflexivo, crítico e responsável no desenvolvimento das dimensões econômica, social, ambiental e institucional;

II. inovador, criativo e flexível na execução de suas atividades, com resiliência, visão sistêmica e estratégica;

III. colaborativo e propositivo no trabalho em equipes e no atendimento às expectativas das partes interessadas; e

IV. comprometido com o seu autodesenvolvimento e formação continuada.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Logística, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. planejar, organizar, conduzir e controlar sistemas logísticos de qualquer natureza;

II. aplicar as tecnologias de informação e comunicação aos princípios da logística para agregar valor ao produto, serviço e soluções ao cliente;

III. estabelecer processos de compras, identificação e desenvolvimento de fornecedores, além de negociar padrões de recebimento e expedição;

IV. gerenciar o suprimento e a distribuição física por meio das atividades de transporte, manutenção de estoque, processamento de pedidos, aquisição, embalagem, armazenagem, manuseio de materiais, manutenção de informações e programação de produtos;

V. gerenciar a cadeia de suprimentos por meio da integração entre fornecedores e clientes;

VI. dimensionar e controlar recursos vinculados às operações logísticas;

VII. implantar soluções para otimizar e racionalizar os processos logísticos;

VIII. prover níveis adequados de serviços ao cliente a custo razoável; e

IX. desenvolver o capital humano como vantagem competitiva nas soluções logísticas.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Logística, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Fundamentos de logística;
II. Marketing Aplicado à logística;
III. Gestão da Cadeia de Suprimentos;
IV. Suprimento físico, Administração de Materiais e Distribuição física;
V. Gestão de Transportes;
VI. Pesquisa operacional aplicada à logística;
VII. Gestão de Custos logísticos;
VIII. Gestão da produção e operações;
IX. Logística internacional;
X. Tecnologia da Informação aplicada à logística;
XI. Legislação aplicada à logística;
XII. Logística Reversa;
XIII. Gestão da qualidade; e
XIV. Gestão de pessoas.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 460, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Marketing do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Marketing, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Marketing, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Marketing, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Marketing, tomará como referência do perfil do egresso as seguintes características:

I. protagonista e agente de mudança na identificação de oportunidades para inovação na área do marketing;

II. capaz de liderar, interagir e trabalhar com equipes multidisciplinares, visando esforços cooperativos;

III. ético, reflexivo, crítico e responsável no desenvolvimento das dimensões social, ambiental, econômica e institucional;

IV. comprometido com a educação permanente e atento às tendências mercadológicas e aos anseios sociais;

V. sensível, com visão holística e humanista relacionadas ao seu fazer profissional; e

VI. criativo com espírito empreendedor.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Marketing, avaliará se o estudante desenvolveu, no processo de formação, as competências e habilidades para:

I. coordenar e mediar equipes multidisciplinares;

II. diagnosticar potenciais de mercado considerando oportunidades e ameaças;

III. planejar, executar e avaliar pesquisas e estratégias de mercado, propondo soluções;

IV. comunicar, criar e manter relacionamentos com os stakeholders;

V. criar, inovar e gerenciar bens e serviços;

VI. criar experiências positivas com o consumidor;

VII. utilizar novas tecnologias em ações do Marketing;

VIII. promover e solidificar a marca no mercado;

IX. controlar e mensurar resultados das ações de Marketing; e

X. desenvolver ações de Marketing Social, Cultural e Ambiental.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Marketing, tomará como referencial os seguintes conteúdos curriculares:

I. Matrizes de Análises Ambientais;

II. Comportamento do Consumidor;

III. Estratégias Mercadológicas;

IV. Gestão e Desenvolvimento de Produtos;

V. Formação de Preço e Percepção de valor;

VI. Canais de Distribuição;

VII. Comunicação Integrada e Marketing de Relacionamento;

VIII. Marketing de Varejo;

IX. Marketing Digital e Inteligência Artificial;

X. Branding;

XI. Pesquisa Mercadológica;

XII. Composto de Serviços;

XIII. Tópicos Contemporâneos em Marketing: Político, Social, Ambiental e Esportivo; e

XIV. Ética e Código de Defesa do Consumidor.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INES FINI

## PORTARIA Nº 461, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Tecnologia em Processos Gerenciais, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais, terá como subsídios o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, as normativas associadas ao Catálogo e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. analítico, reflexivo e crítico no planejamento, na projeção e no gerenciamento dos processos organizacionais;

II. perceptivo e proativo no atendimento às necessidades das áreas afins e na articulação de recursos organizacionais, atuando de forma sistêmica, empreendedora e inovadora;

III. ético e responsável no âmbito socioambiental, visando à sustentabilidade na operacionalização dos processos gerenciais; e

IV. comunicativo e articulador nas diversas áreas organizacionais, atuando como facilitador na tomada de decisão.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. articular recursos com foco no planejamento e desenvolvimento de negócios;

II. mapear, diagnosticar, implementar e aperfeiçoar os processos gerenciais;

III. analisar informações de gestão e propor soluções para a melhoria dos processos gerenciais;

IV. avaliar a viabilidade operacional, financeira e contábil dos processos gerenciais; e

V. gerenciar recursos e processos organizacionais.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Gestão de negócios: Plano de negócios, Análise ambiental, Análise da estratégia organizacional, Tomada de decisão;

II. Plano de ação em Gestão: Análise e utilização das informações gerenciais, Análise e operacionalização da ação gerencial;

III. Análise de desempenho financeiro dos processos gerenciais: Análise de custos e desempenho contábil e financeiro; Gestão orçamentária;

IV. Gerenciamento dos processos das relações humanas nos negócios: Análise e desenvolvimento do desempenho humano, Comunicação organizacional, Liderança, Conflitos e negociação;

V. Gerenciamento dos processos organizacionais: Mapeamento, Diagnóstico e análise, Redesenhos, Ferramentas de gestão de processos; e

VI. Comportamento humano e organizacional: Responsabilidade socioambiental, Valores morais e éticos, Respeito à diversidade cultural, social e política, Atitude empreendedora.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## PORTARIA Nº 462, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o componente específico da área de Teologia do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Teologia, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para atuação profissional e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial, bem como sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Teologia, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Teologia, Resolução CNE/CES N° 4, de 16 de setembro de 2016, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Teologia, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Teologia, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. consciente e intérprete do fenômeno humano e religioso na ótica do saber teológico, considerando o ser humano em todas as suas dimensões;

II. aberto e crítico à reflexão sobre o sagrado e o sentido da vida na perspectiva da transcendência;

III. atento e crítico aos fenômenos religiosos em seus diferentes contextos histórico-sociais;

IV. engajado na esfera pública para promoção e defesa dos Direitos Humanos, em consonância com os princípios éticos de ação para a cidadania;

V. comprometido com o respeito ao pluralismo religioso e confessional e aberto ao diálogo com outras tradições religiosas e com os que não creem; e

VI. consciente das implicações éticas do seu exercício profissional e da sua responsabilidade social, decorrentes dos desafios contemporâneos da globalização, das tecnologias, da bioética e da implementação do desenvolvimento sustentável.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Teologia, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. analisar e interpretar fatos do cotidiano, integrando as várias áreas do conhecimento teológico;

II. promover a pesquisa, o ensino e a divulgação do saber teológico, com a finalidade de dialogar com diferentes públicos;

III. elaborar e desenvolver projetos de pesquisa conforme as exigências acadêmicas, produzindo conhecimento científico no campo da Teologia e das ciências afins;

IV. interpretar narrativas, textos históricos e tradições religiosas a partir de seu contexto originário, por meio de instrumentos analíticos;

V. articular de forma interdisciplinar o saber teológico com os saberes de outras ciências;

VI. promover a inclusão social junto a diferentes grupos culturais e sociais, de modo participativo e ético;

VII. desenvolver trabalhos em equipe e colaborar na implementação de projetos em prol da Justiça Social e da cultura de paz;

VIII. promover a defesa dos Direitos Humanos e contribuir para a construção permanente de uma sociedade mais justa e solidária, a partir do envolvimento em espaços públicos e privados de discussão interdisciplinar no âmbito das questões ambientais, étnico-raciais, da Bioética, entre outras;

IX. assessorar e participar de instituições confessionais, interconfessionais, educacionais, assistenciais e promocionais, na perspectiva teórica e prática;

X. articular o saber acadêmico com os desafios da vida cotidiana em sua atuação profissional;

XI. decodificar o campo simbólico do sagrado presente em expressões artísticas e culturais;

XII. implementar e estimular dinâmicas de trabalho para favorecer a discussão coletiva entre a arte, a religião e a cultura; e

XIII. assessorar pessoas e grupos por meio de aconselhamento e de mediação de conflitos.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Teologia, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Textos Sagrados e Hermenêutica;

II. Tradições, Ritos e Doutrinas Religiosas;

III. Espiritualidade;

IV. Novas Expressões Religiosas;

V. Ética;

VI. Bioética;

VII. Ecumenismo e Diálogo inter-religioso;

VIII. Escatologia;

IX. História da Teologia e História das Religiões;

X. Antropologia Teológica e Antropologia da Religião;

XI. Religião e Sociedade;

XII. Filosofia e Religião;

XIII. Psicologia e Religião;

XIV. Teologia Prática;

XV. Enfoques atuais em Teologia: feminismo, gênero, América Latina, trânsito religioso, mobilidade humana, intolerância, tradições indígenas, afro-brasileira e orientais;

XVI Métodos Teológicos; e

XVII. Teologia, arte e cultura.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 463, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre o componente específico da área de Turismo do Enade 2018.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Portaria Normativa nº 501, de 25 de maio de 2018, e considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Área de Turismo, nomeada pela Portaria Inep nº 151, de 05 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Art. 2º A prova do Enade 2018 será constituída pelo componente de Formação Geral, comum a todas as áreas, e pelo componente específico de cada área.

Parágrafo único. O concluinte terá 04 (quatro) horas para resolver as questões de Formação Geral e do componente específico.

Art. 3º As diretrizes para o componente de Formação Geral são publicadas em Portaria específica.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente de Formação Geral, 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 08 (oito) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de caso.

Art. 4º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Turismo, terá como subsídio as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Turismo, Resolução CNE/CES n° 13, de 24 de novembro de 2006, as normativas associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação profissional.

Parágrafo único. A prova do Enade 2018 terá, no componente específico da área de Turismo, 30 (trinta) questões, sendo 03 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 5º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Turismo, tomará como referência do perfil do concluinte as seguintes características:

I. humanístico e generalista, com visão holística para a compreensão da vida social e da relevância do fenômeno turístico;

II. técnico e científico na sua atuação profissional, no âmbito da gestão e/ou da operação da atividade turística;

III. crítico, reflexivo e eticamente propositivo nas posturas e ações nas atividades do turismo, visando o desenvolvimento local, a partir das diretrizes da área e das políticas públicas;

IV. sensível, responsável e engajado em relação à valorização e ao respeito às singularidades dos ambientes, dos indivíduos e dos grupos sociais;

V. comprometido com sua formação contínua, adotando conduta profissional autônoma e que dialogue permanentemente com a sociedade; e

VI. criativo e inovador com atitude empreendedora no planejamento sustentável de destinos e organizações turísticas nos âmbitos público, privado e do terceiro setor.

Art. 6º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Turismo, avaliará se o concluinte desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I. agir em consonância com os princípios éticos e legais da formação;

II. analisar a relevância e os impactos do lazer e do turismo na sociedade contemporânea, levando em conta aspectos como mobilidade, diversidade, inclusão social e novas tecnologias;

III. ensejar processos autônomos, autogeridos, inclusivos e solidários de desenvolvimento turístico em âmbito comunitário;

IV. interpretar cientificamente o fenômeno turístico, a partir de diferentes áreas do conhecimento, considerando os aspectos estruturais e conjunturais;

V. analisar as políticas públicas de turismo e a legislação pertinente, com vistas a orientar o desenvolvimento em bases sustentáveis de destinos e organizações turísticas;

VI. compreender e atuar nos processos de elaboração, implantação e avaliação de planos, programas e projetos, voltados ao desenvolvimento de destinos e organizações turísticas;

VII. promover a articulação dos sujeitos envolvidos no processo de planejamento, gestão e operação de destinos e organizações turísticas, espacial e historicamente situadas;

VIII. prospectar e analisar cenários relativos à oferta e à demanda de destinos e organizações turísticas consolidadas e emergentes;

IX. formatar, promover e comercializar produtos e serviços turísticos;

X. avaliar a prestação de serviços turísticos;

XI. utilizar os procedimentos metodológicos de coleta, sistematização e interpretação de dados e informações para o planejamento da atividade turística;

XII. caracterizar o perfil e o comportamento do turista; e

XIII. utilizar a comunicação intercultural para intervenção em localidades, destinos e organizações turísticas, considerando as referências das comunidades e o alcance do bem comum.

Art. 7º A prova do Enade 2018, no componente específico da área de Turismo, tomará como referencial os conteúdos que contemplam:

I. Teorias do Turismo, Lazer e Hospitalidade;

II. Políticas públicas do Turismo e legislação específica;

III. Organização e produção do espaço turístico;

IV. Patrimônio natural e cultural;

V. Planejamento, organização e gestão estratégica e participativa de destinos e organizações turísticas;

VI. Turismo e desenvolvimento(s) local, regional, nacional e/ou internacional;

VII. Dimensões da sustentabilidade em destinos e empreendimentos turísticos;

VIII. Marketing e segmentação turística;

IX. As relações entre oferta e demanda no mercado turístico;

X. Novos canais de distribuição do produto turístico;

XI. Ética e responsabilidade socioambiental no Turismo;

XII. Gestão e operação de serviços em: alimentos e bebidas, eventos, meios de hospedagem, agenciamento, transportes e lazer;

XIII. Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo;

XIV. Tecnologias de informação para o Turismo;

XV. Cenários e tendências do Turismo; e

XVI. Diversidade, inclusão e acessibilidade em Turismo.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

## Ministério da Fazenda

### BANCO CENTRAL DO BRASIL

### DIRETORIA COLEGIADA

**CIRCULAR Nº 3.902, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre os procedimentos para o cumprimento do requerimento de margem bilateral de garantia em operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas no País ou no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não liquidadas por meio de entidade que se interponha como contraparte central.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 30 de maio de 2018, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 28 da Resolução nº 4.662, de 25 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Circular estabelece procedimentos para o cumprimento do requerimento de margem bilateral de garantia em operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas no País ou no exterior por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não liquidadas por meio de entidade que se interponha como contraparte central, de que trata a Resolução nº 4.662 de 25 de maio de 2018.

Art. 2º Para fins de apuração das margens de garantia de que trata esta Circular, devem ser considerados apenas os acordos bilaterais para compensação e liquidação de obrigações que satisfaçam as seguintes condições:

I - o acordo deve ser formalizado em instrumento contratual que atenda aos seguintes requisitos:

a) o contrato que ampara a cobertura da exposição relativa ao acordo deve ter eficácia jurídica plena em todas as jurisdições nas quais deva ou possa produzir efeitos; e

b) os direitos e obrigações decorrentes do uso do acordo devem estar previstos no contrato, salvo os que decorram diretamente da lei; e

II - o acordo deve estabelecer as hipóteses que impliquem antecipação do vencimento, bem como a metodologia para a apuração, compensação e liquidação das obrigações a ele sujeitas.

§ 1º Na hipótese de os acordos estabelecerem a antecipação do vencimento por inadimplência de uma das partes, devem ser estipuladas as situações que caracterizem a inadimplência.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, devem ser consideradas como situações que caracterizam a inadimplência a declaração de insolvência e a decretação de intervenção, de falência, de liquidação extrajudicial ou de outro regime de resolução pelas autoridades competentes.

§ 3º É vedada a estipulação de cláusulas estabelecendo que, após o vencimento, apuração e compensação de obrigações, a contraparte adimplente não pague ou limite o pronto pagamento do valor final devido, caso a contraparte inadimplente seja credora.

Art. 3º A margem inicial mínima (MIM) deve ser apurada com base na soma da margem inicial bruta (MIB) das operações cobertas que não estão sujeitas aos acordos de que trata o art. 2º desta Circular com o somatório das margens iniciais líquidas associadas a esses acordos, conforme a seguinte fórmula:

$$MIM = MIB + \sum_{n=1}^{N} MIL_{Netting,n}, \text{ em que:}$$

I - N é o número de acordos mencionados no caput, celebrados entre a instituição coberta e sua contraparte coberta; e

II - $MIL_{Netting,n}$ é a margem inicial líquida das operações sujeitas ao n-ésimo acordo celebrado e mantido pela instituição coberta e sua contraparte coberta.

§ 1º A margem inicial bruta (MIB) corresponde ao somatório da multiplicação entre o valor nocional de cada operação coberta e o seu respectivo fator de ponderação, considerando a classe de derivativos e o prazo de vencimento associados à operação, conforme estabelecido a seguir:

I - 2% (dois por cento), no caso de derivativos de crédito com prazo de vencimento remanescente inferior a 2 anos;

II - 5% (cinco por cento), no caso de derivativos de crédito com prazo de vencimento remanescente entre 2 e 5 anos;

III - 10% (dez por cento), no caso de derivativos de crédito com prazo de vencimento remanescente maior que 5 anos;

IV - 15% (quinze por cento), no caso de derivativos de mercadorias (commodities);

V - 15% (quinze por cento), no caso de derivativos de ações;

VI - 6% (seis por cento), no caso de derivativos de moeda estrangeira e de derivativos de ouro;

VII - 1% (um por cento), no caso de derivativos de taxa de juros com prazo de vencimento remanescente inferior a 2 anos;

VIII - 2% (dois por cento), no caso de derivativos de taxa de juros com prazo de vencimento remanescente entre 2 e 5 anos;

IX - 4% (quatro por cento), no caso de derivativos de taxa de juros com prazo de vencimento remanescente maior que 5 anos; e

X - 15% (quinze por cento), no caso de outros derivativos.

§ 2º No caso de derivativos com características não lineares, a MIB deve ser apurada com base na multiplicação entre o valor nocional, a variação do preço do derivativo em relação à variação do preço do ativo objeto (delta) e os fatores indicados nos incisos do § 1º, conforme a classe de derivativos e seus prazos de vencimento.

§ 3º No caso de uma operação classificada em mais de uma das classes de derivativos elencadas nos incisos do § 1º, deve ser utilizado o maior dos fatores de ponderação.

§ 4º A $MIL_{Netting,n}$ deve ser apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$MIL_{Netting,n} = 0,4 \times MIB_{Netting,n} + 0,6 \times NGR_n \times MIB_{Netting,n}$, em que:

I - a $MIB_{Netting,n}$ representa a margem inicial bruta do n-ésimo acordo, apurada conforme metodologia descrita no § 1º; e

II - o $NGR_n$, para o n-ésimo acordo mencionado no caput, deve ser calculado pela instituição coberta por meio dos seguintes procedimentos:

a) para cada parte "p" do n-ésimo acordo, a instituição coberta deve computar a razão:

$$NGR_{n,p} = \frac{Max\left(\sum_{i=1}^{K_n} MtM_{i,p}, 0\right)}{\sum_{i=1}^{K_n} Max\left(MtM_{i,p}, 0\right)}, \text{ em que:}$$

1. "p" assume o valor 1 para indicar a instituição coberta e assume o valor 2 para indicar sua contraparte coberta;

2. $K_n$ é o número de operações cobertas que integram o n-ésimo acordo mencionado no caput;

3. $MtM_{i,p}$ é o valor de mercado da operação "i" para a parte "p"; e

4. Max ( ) é a função máximo, cujo valor consiste no maior valor de seus argumentos.

b) caso ocorra a situação na qual, para alguma parte "p" do n-ésimo acordo, o denominador da razão a que se refere a alínea "a" seja nulo, a instituição coberta deve considerar que $NGR_n=1$; e

c) em qualquer caso distinto do previsto na alínea "b", a instituição coberta deve considerar que o valor do $NGR_n$ é o maior valor entre as razões computadas na alínea "a", de acordo com a seguinte fórmula:

$$NGR_n = Max\left(NGR_{n,1}, NGR_{n,2}\right).$$

§ 5º Para fins de apuração da MIM a ser entregue pela instituição coberta, não devem ser consideradas no cômputo da MIB e da $MIB_{Netting,n}$ as modalidades de operações com derivativos nas quais a instituição não ofereça risco de crédito para sua contraparte, a exemplo do contrato de opções em que referida instituição atue como parte compradora da opção.

§ 6º Para fins de apuração da MIM a ser recebida pela instituição coberta, não devem ser consideradas no cômputo da MIB e da $MIB_{Netting,n}$ as modalidades de operações com derivativos nas quais a instituição não corre risco de crédito de sua contraparte, a exemplo do contrato de opções em que referida instituição atue como parte vendedora da opção.

§ 7º As modalidades mencionadas nos §§ 5º e 6º devem ser consideradas na apuração do NGR, para fins de apuração da MIM a ser entregue pela instituição coberta e para fins de apuração da MIM a ser recebida pela instituição coberta.

Art. 4º A margem de variação mínima (MVM) a ser mantida pela instituição coberta a favor da sua contraparte coberta é igual ao valor absoluto do somatório dos valores de mercado das operações cobertas que possuem valor de mercado negativo para a instituição coberta.

Art. 5º A MVM a ser mantida pela contraparte coberta a favor da instituição coberta é igual ao somatório dos valores de mercado das operações cobertas que possuem valor de mercado positivo para a instituição coberta.

Art. 6º No caso de operações cobertas sujeitas a um mesmo acordo bilateral para compensação e liquidação de obrigações, conforme requisitos estabelecidos no art. 2º, a MVM poderá ser calculada considerando o valor de mercado líquido das operações sujeitas a um mesmo acordo, para efeitos das apurações das margens mínimas mencionadas nos arts. 4º e 5º.

Art. 7º Para fins desta Circular, a margem de garantia poderá ser constituída com base no recebimento ou na entrega dos seguintes instrumentos financeiros:

I - depósitos à vista e depósitos de poupança mantidos na instituição coberta receptora da garantia;

II - depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio e certificados de operações estruturadas emitidos pela instituição coberta receptora da garantia e custodiados na própria instituição ou em seu favor por terceiros;

III - títulos públicos federais aceitos pelo Banco Central do Brasil em operações de redesconto intradia;

IV - títulos e valores mobiliários emitidos pela União Europeia, pelo Banco Central Europeu ou pelas demais entidades elencadas no art. 2º, § 1º, inciso IV da Resolução nº 4.662, de 2018;

V - títulos e valores mobiliários emitidos por governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais, desde que a classificação externa de risco da emissão, conferida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários, seja igual ou superior a AA- ou classificação equivalente;

VI - ações incluídas em índices relevantes de bolsa de valores reconhecida pela autoridade supervisora da jurisdição em que esteja localizada, ou títulos nelas conversíveis;

VII - ouro ativo financeiro;

VIII - títulos de crédito emitidos por entidades não financeiras que possuam ações em índices relevantes de bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão governamental e cuja classificação externa de risco da emissão, conferida por agência de classificação de risco de crédito registrada ou reconhecida no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários, seja igual ou superior à classificação em escala nacional brAAA ou equivalente; e

IX - cotas de fundos de investimento, desde que atendidas as seguintes condições:

a) o valor de mercado das cotas deve ser avaliado e divulgado, no mínimo, diariamente;

b) o resgate ou negociação das cotas pode ser realizado diariamente;

c) os investimentos do fundo devem restringir-se aos instrumentos elencados nos incisos I a VIII do caput e a cotas de outros fundos de investimento que satisfaçam o disposto na alínea "e" deste inciso;

d) o fundo deve ser administrado por entidade supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários ou deve submeter-se a alguma das jurisdições estrangeiras elencadas no art. 2º, § 1º, incisos II e III da Resolução nº 4.662, de 2018; e

e) o disposto nas alíneas "a" a "d" deste inciso deve aplicar-se às cotas de fundos de investimento que integram os ativos do fundo de investimento titular das cotas.

§ 1º A classificação externa de risco de que trata o inciso V do caput deve ser a de maior grau de risco, se houver mais de uma classificação disponível.

§ 2º Para os efeitos do disposto no caput, não poderão ser utilizados instrumentos financeiros:

I - cuja obrigação de pagamento seja assegurada pela própria contraparte que entrega os instrumentos ou por entidade a ela ligada, com a qual sejam elaboradas demonstrações financeiras em bases consolidadas;

II - cujo risco de crédito apresente correlação positiva relevante com o risco de crédito da entidade que entrega os instrumentos;

III - cujo valor de mercado apresente correlação negativa relevante com o risco de crédito da entidade que entrega os instrumentos; e

IV - cujo valor de mercado apresente correlação negativa relevante com o valor de mercado da carteira de derivativos.

§ 3º Os instrumentos financeiros listados nos incisos II a IX do caput, para serem admitidos como margens de garantia, devem ser objeto de:

I - registro ou depósito centralizado em entidade que exerça atividades de registro ou de depósito centralizado de ativos financeiros ou valores mobiliários, autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários; ou

II - registro, custódia ou depósito centralizado em infraestrutura do mercado financeiro regulada e supervisionada por autoridade competente em sua jurisdição quando emitidos ou custodiados no exterior.

Art. 8º A instituição coberta deve proceder à substituição do instrumento financeiro utilizado como margem de garantia no dia útil subsequente ao dia em que o instrumento deixe de atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Circular.

Art. 9º Para fins de cumprimento do requerimento das margens de garantia inicial e de variação, devem ser considerados os valores ajustados dos valores de mercado dos instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, conforme a seguinte fórmula:

VA = VM x (1 - HC - HFX), em que:

I - VM o valor de mercado do instrumento financeiro;

II - HC o fator de ajuste padronizado associado à natureza do instrumento financeiro; e

III - HFX o fator de ajuste padronizado associado ao descasamento entre a moeda de referência para a liquidação das obrigações relativas à operação coberta e a moeda na qual é denominado ou indexado o instrumento financeiro de que trata o art. 7º.

§ 1º O valor do fator de ajuste padronizado (HC) de que trata o inciso II do caput deve ser equivalente a, no mínimo:

I - 0% (zero por cento), para os instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, incisos I e II;

II - 0,5% (meio por cento), para os instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, incisos III, IV e V, quando o prazo efetivo de vencimento remanescente for inferior ou igual a 1 ano;

III - 2% (dois por cento), para os instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, incisos III, IV e V, quando o prazo efetivo de vencimento remanescente for superior a 1 ano e inferior ou igual a 5 anos;

IV - 4% (quatro por cento), para os instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, incisos III, IV e V, quando o prazo efetivo de vencimento remanescente for superior a 5 anos;

V - 15% (quinze por cento), para os instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, incisos VI, VII e VIII; e

VI - o maior dos valores de HC aplicáveis aos ativos que integram a carteira do fundo de investimentos, no caso dos instrumentos financeiros de que trata o art. 7º, inciso IX.

§ 2º No caso de impossibilidade de identificação dos ativos mencionados no § 1º, inciso VI, o valor do HC deve ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento).

§ 3º O valor do fator de ajuste padronizado HFX deve ser igual a:

I - 8% (oito por cento), se existir descasamento entre a moeda de referência para a liquidação das obrigações relativas à operação coberta e a moeda na qual é denominado ou indexado o instrumento financeiro de que trata o art. 7º; ou

II - 0% (zero por cento), na ausência do descasamento de que trata o inciso I.

§ 4º O valor de mercado do certificado de operação estruturada deve ser limitado à parcela relativa ao valor nominal protegido, de que trata a Resolução nº 4.263, de 5 de setembro de 2013.

Art. 10. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

## COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

### PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº 19957.003149/2017-26 (RJ2017/1582)

Data: 19.06.2018

Horário: 15h00min

Relator: Presidente Marcelo Barbosa

Local: Rua Sete de Setembro, nº 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade de Alexandre Souza de Azambuja, na qualidade de diretor de relações com investidores e membro do conselho de administração da Intellectual Services S.A., por infração ao: (i) art. 176 da Lei nº 6.404/76 c/c art. 21, III, da Instrução CVM nº 480/09; (ii) ao art. 21, I, c/c § único do art. 23 da Instrução CVM nº 480/09; (iii) ao art. 21, II, c/c § 1º do art. 24 da Instrução CVM n° 480/09; (iv) ao art. 21, IV, c/c art. 28, II, da Instrução CVM n° 480/09; (v) ao art. 21, V, da Instrução CVM n° 480/09; e (vi) ao art. 132 c/c 142, IV, da Lei nº 6.404/76.

| Acusados | Advogados A |
|---|---|
| Alexandre Souza de Azambuja | Não constituiu advogado (não apresentou defesa) |

Rio de Janeiro, 1º de junho de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

## SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

### DESPACHO DE 29 DE MAIO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/2150
(SEI 19957.003052/2018-02)
GPC PARTICIPACOES SA

Objeto: Apurar responsabilidade de Emilio Salgado Filho e Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de administradores da GPC Participações S.A. - Em recuperação judicial, por infração ao art. 115, §1º c/c 134, §1º, da Lei nº 6.404/76.

Assunto: Pedido de devolução de prazo para apresentação de defesas

| Acusados | Advogados |
|---|---|
| Emílio Salgado Filho | Não constituiu advogado |
| Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares | Eduardo Augusto Mattar OAB/SP 183.356 |

Trata-se de pedido de devolução de prazo para apresentação de defesas, formulado por Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 27/07/2018 para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA
Superintendente

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

## SECRETARIA EXECUTIVA

### ATO DECLARATÓRIO Nº 13, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Ratifica os Convênios ICMS aprovados na 302ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 16.05.2018 e publicados no DOU em 17.05.2018.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os Convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 302ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 16 de maio de 2018:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Convênio ICMS 42/18 - Dispõe sobre a adesão dos Estados do Amazonas, do Paraná e de Santa Catarina às disposições do Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

Convênio ICMS 44/18 - Dispõe sobre a inclusão do Estado do Amapá nas disposições do § 3º da cláusula primeira do Convênio ICMS 102/13, que autoriza as unidades federadas que menciona a concederem crédito presumido na aquisição de energia elétrica e de serviço de comunicação;

Convênio ICMS 45/18 - Autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder remissão de créditos tributários relativos ao ICMS, decorrentes da saída interna de suínos vivos de estabelecimento de produtor com destino à cooperativa de que faça parte;

Convênio ICMS 46/18 - Autoriza o Estado de Rondônia a dispensar ou reduzir multas e juros devidos pela CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A, nas hipóteses que especifica.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

**RETIFICAÇÃO**

Em atendimento as solicitações das Secretarias de Fazenda do Distrito Federal, Espírito Santo e Goiás, retifica-se o Ato COTEPE/PMPF nº 10, de 28 de maio de 2018, publicado no DOU de 29 de maio de 2018, Seção 1, páginas 25 e 26, nas linhas referentes às unidades federadas supracitadas:

a) onde se lê:

"

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *DF | 4,5960 | 5,9020 | * | * | 5,3562 | 5,3562 | - | 3,4640 | 3,2990 | - | - | - |
| *ES | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * | * |
| *GO | 4,5005 | 6,5749 | * | * | 5,6477 | 5,6477 | - | 2,6945 | - | - | - | - |

"

leia-se:

"

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DF | * | 5,9020 | * | * | 5,3562 | 5,3562 | - | 3,4640 | 3,2990 | - | - | - |
| ES | * | * | **2,9057 | **2,8192 | * | * | * | * | - | - | - | - |
| GO | * | * | * | * | 5,6477 | 5,6477 | - | * | - | - | - | - |

"

b) onde se lê:

"b) ** reduz os valores - Mato Grosso do Sul...";

leia-se:

"b) ** reduz os valores - Espírito Santo: R$ 0,46; Mato Grosso do Sul...".

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

### PORTARIA Nº 43, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Altera a Portaria PGFN nº 29, de 12 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) de que trata a Lei nº 13.606, de 9 janeiro de 2018, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, inciso I, do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, e o art. 82, incisos XIII e XVIII, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 36, de 24 de janeiro de 2014, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei nº 13.606, de 9 janeiro de 2018, e no art. 1º da Media Provisória nº 834, de 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Os artigos 2º e 14 da Portaria PGFN nº 29, de 12 de janeiro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A adesão ao PRR ocorrerá mediante requerimento a ser protocolado nas unidades de atendimento da PGFN ou da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) do domicílio tributário do devedor, no período de 1º de fevereiro a 30 de outubro de 2018, e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de sub-rogado.

.....

§ 2º Os produtores rurais e os adquirentes que aderiram ao parcelamento previsto na Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, poderão, até 30 de outubro de 2018, efetuar a migração para as modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, exclusivamente por meio do sítio da PGFN na internet, no endereço http://www.pgfn.gov.br, no Portal e-CAC PGFN, opção "Migração"." (NR)

"Art. 14. O sujeito passivo deverá comparecer às unidades de atendimento da PGFN ou da RFB de seu domicílio tributário, até o dia 29 de novembro de 2018, para comprovar o pedido de desistência e a renúncia de ações judiciais, mediante a apresentação da 2ª (segunda) via da correspondente petição protocolada ou de certidão do Cartório que ateste a situação das referidas ações". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABRÍCIO DA SOLLER

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

### ATO DECLARATÓRIO INTERPRETATIVO Nº 3, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a impossibilidade de apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins de que trata o § 14 do art. 3º c/c art. 15, II, todos da Lei nº 10.833, de 2003, após a alienação do bem.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no § 14 do art. 3º c/c art. 15, II, todos da Lei nº 10.833, de 2003, e considerando o disposto na Solução de Divergência nº 6, 13 de junho de 2016, declara:

Art. 1º A opção de calcular os créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em função da depreciação do bem, à taxa de 1/48 (um quarenta e oito avos) por mês sobre o valor de aquisição, nos termos do § 14 do art. 3º c/c art. 15, II, todos da Lei nº 10.833, de 2003, aplica-se ao bem integrante do ativo imobilizado enquanto não alienado.

Parágrafo único. No caso da alienação do bem antes do aproveitamento das 48 parcelas de crédito de que trata o caput, é vedada a utilização das parcelas restantes.

Art. 2º Ficam modificadas as conclusões em contrário constantes em Soluções de Consulta ou em Soluções de Divergência emitidas antes da publicação deste ato, independentemente de comunicação aos consulentes.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.808, DE 30 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, e nas Resoluções CGSN nºs. 138 e 139, de 19 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º O Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, será implementado, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), em conformidade com o disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I

DA ABRANGÊNCIA DO PERT-SN

Art. 2º Poderão ser liquidados na forma do Pert-SN débitos vencidos até 29 de dezembro de 2017, constituídos ou não, inclusive os incluídos em acordos de parcelamentos celebrados anteriormente, rescindidos ou ativos, e débitos cuja procedência esteja em fase de discussão administrativa ou judicial, apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei) pelo Microempreendedor Individual (MEI).

§ 1º Para fins de contagem de tempo de contribuição para obtenção dos benefícios previdenciários, o MEI poderá incluir no Pert-SN débitos não exigíveis, observado o disposto no § 15 do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º A inclusão de débitos não constituídos, prevista no caput, depende da entrega, no mínimo 3 (três) dias antes da protocolização do requerimento de adesão ao Pert-SN, do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D), ou da Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-Simei), conforme o caso,

§ 3º Não poderão ser parcelados na forma do Pert-SN:

I - multas por descumprimento de obrigação acessória;

II - a Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social a cargo da empresa optante, tributada com base:

a) nos Anexos IV e V da Lei Complementar nº 123, de 2006, até 31 de dezembro de 2008; ou

b) no Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, a partir de 1º de janeiro de 2009;

III - os demais tributos ou fatos geradores não abrangidos pelo Simples Nacional, a que se refere o § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 2006, inclusive aqueles passíveis de retenção na fonte, de desconto realizados por terceiros por força de contrato, ou de sub-rogação; e

IV - débitos dos sujeitos passivos com falência decretada na forma prevista na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO DOS DÉBITOS

Art. 3º O sujeito passivo poderá liquidar os débitos abrangidos pelo Pert-SN mediante o pagamento, em espécie, de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, e o restante:

I - poderá ser liquidado integralmente, em parcela única, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros de mora e de 70% (setenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - poderá ser parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora e de 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas; ou

III - poderá ser parcelado em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora e de 25% (vinte e cinco por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas.

Parágrafo único. A escolha por uma das opções previstas neste artigo será realizada no momento da adesão e será irretratável.

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PERT-SN E SEUS EFEITOS

Art. 4º A adesão ao Pert-SN deverá ser feita mediante requerimento a ser protocolado exclusivamente no sítio da RFB na Internet, disponível no endereço <http://rfb.gov.br>, nos Portais e-CAC ou Simples Nacional, no período de 4 de junho a 9 de julho de 2018.

§ 1º O requerimento de adesão deverá ser formulado em nome do estabelecimento matriz, pelo responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

§ 2º No momento da adesão, o sujeito passivo deverá indicar os débitos a serem incluídos no Pert-SN.

§ 3º A adesão ao Pert-SN implica:

I - confissão irrevogável e irretratável, conforme previsto nos art. 389 a 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC), dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de responsável, por ele indicados para liquidação na forma do Pert-SN; e

II - aceitação plena e irretratável, pelo sujeito passivo na condição de contribuinte ou de responsável, de todas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa; e

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas em ações de execução fiscal ou em qualquer outra ação judicial.

Art. 5º O requerimento de adesão ao Pert-SN produzirá efeitos somente depois do pagamento da 1ª (primeira) prestação, que deverá ser efetuado:

I - até o último dia útil do mês de junho de 2018, se o requerimento for apresentado no mês de junho;

II - até o prazo para pagamento com desconto da multa de ofício, caso sejam indicados débitos lançados de ofício, cuja multa ainda não esteja vencida; ou

III - até o dia 9 de julho de 2018, se o requerimento for apresentado no mês de julho.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso III, o pagamento da 1ª (primeira) prestação poderá ser realizado até o próximo dia útil na localidade em que o dia 9 de julho for feriado estadual ou municipal.

Art. 6º O sujeito passivo que não efetuar o pagamento integral do valor previsto no caput do art. 3º, correspondente a 5% (cinco por cento) da dívida consolidada, até o último dia útil do 5º (quinto) mês de ingresso no Pert-SN, terá o requerimento de adesão cancelado.

CAPÍTULO IV

DA CONSOLIDAÇÃO E DAS PRESTAÇÕES MENSAIS

Art.7º A dívida a ser incluída no Pert-SN deverá ser consolidada na data da protocolização do requerimento de adesão, e resultará da soma:

I - do principal;

II - das multas de mora, de ofício e isoladas; e

III - dos juros de mora.

Parágrafo único. Serão aplicadas as reduções previstas nos incisos I, II ou III do caput do art. 3º de acordo com a modalidade de liquidação escolhida pelo sujeito passivo.

Art. 8º Excetuadas as hipóteses previstas nos incisos II e III do caput do art. 5º, as prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

§ 1º Para os contribuintes que formalizarem a adesão ao Pert-SN no mês de junho de 2018, a 1ª (primeira) prestação a ser paga com as reduções, de acordo com a modalidade de liquidação escolhida, vencerá no último dia útil do mês de novembro de 2018, e para aqueles que formalizarem a adesão no mês de julho, a 1ª (primeira) prestação vencerá no último dia útil do mês de dezembro de 2018, e as demais no último dia útil do mês subsequentes.

§ 2º Qualquer que seja a modalidade de liquidação escolhida, o valor da parcela não poderá ser inferior a:

I - R$ 300,00 (trezentos reais), no caso de parcelamento de débitos apurados na forma do Simples Nacional, devidos por pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; ou

II - R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de parcelamento de débitos apurados na forma do Simei, devidos por MEI.

§ 3º O valor de cada prestação, inclusive da parcela mínima, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativo ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 4º O pagamento das prestações deverá ser efetuado exclusivamente por meio de documento de arrecadação emitido no sítio da RFB na Internet, no endereço constante do art. 4º.

CAPÍTULO V

DOS DÉBITOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

Art. 9º Para inclusão no Pert-SN de débitos cuja procedência esteja em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá, previamente:

I - desistir de interpor impugnações ou recursos administrativos, inclusive dos já interpostos, e das ações judiciais que tenham por objeto débitos a serem liquidados na forma do Pert-SN;

II - renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam as referidas impugnações e recursos ou as ações judiciais; e

III - no caso de ações judicias, protocolar requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 da Lei nº 13.105, de 2015.

§ 1º A desistência do sujeito passivo de interpor impugnação ou recurso administrativo deverá ser formalizada na unidade da RFB do domicílio fiscal do sujeito passivo, no mínimo até 3 (três) dias antes do requerimento de adesão ao Pert-SN, mediante apresentação do Anexo Único desta Instrução Normativa.

§ 2º A comprovação da desistência e da renúncia a que se refere este artigo deverá ser feita perante a unidade da RFB do domicílio fiscal do sujeito passivo no mínimo até 3 (três) dias antes do requerimento de adesão ao Pert-SN, mediante a apresentação da 2ª (segunda) via da correspondente petição protocolada ou de certidão que ateste a situação das referidas ações, expedida pelo cartório judicial do fórum onde tramita a ação.

§ 3º A desistência parcial de impugnação ou de recursos administrativos interpostos ou de ação judicial proposta somente será considerada se referir-se a débito passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

§ 4º Aplica-se à desistência e à renúncia a que se refere este artigo o disposto no art. 90 da Lei nº 13.105, de 2015.

Art. 10. Os depósitos vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados na forma do Pert-SN serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União até o montante necessário para apropriação aos débitos objeto do litígio, em relação aos quais houve desistência na forma do art. 9º, inclusive aos débitos referentes ao mesmo litígio e para os quais não tenha sido efetuado depósito ou que este tenha sido insuficiente para sua quitação.

§ 1º Se depois da apropriação a que se refere o caput subsistirem débitos objetos da desistência ou da renúncia a que se refere o art. 9º não liquidados pelo depósito, estes poderão ser liquidados na forma prevista nesta Instrução Normativa.

§ 2º O disposto neste artigo:

I - aplica-se somente aos débitos em relação aos quais o sujeito passivo tenha desistido da ação ou da interposição de impugnação ou recurso e renunciado a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação; e

II - aplica-se a valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional, na forma prevista na Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, até a data de publicação da Lei Complementar nº 162, de 2018.

CAPÍTULO VI

DA DESISTÊNCIA DE PARCELAMENTOS ANTERIORES EM CURSO

Art. 11. O sujeito passivo que pretenda incluir no Pert-SN saldos remanescentes de outros parcelamentos em curso deverá, previamente à adesão:

I - formalizar a desistência desses parcelamentos exclusivamente no endereço eletrônico referido no art. 4º; e

II - indicar os débitos para inclusão no Pert-SN, na forma prevista no art. 4º.

§ 1º A desistência dos parcelamentos anteriores:

I - deverá ser formalizada isoladamente em relação a cada modalidade de parcelamento do qual o sujeito passivo pretenda desistir;

II - abrangerá, obrigatoriamente, todos os débitos consolidados na respectiva modalidade de parcelamento; e

III - implicará imediata rescisão dos acordos de parcelamentos dos quais o sujeito passivo desistiu, hipótese em que este será considerado notificado das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade.

§ 2º Nas hipóteses em que os pedidos de adesão ao Pert-SN sejam cancelados ou não produzam efeitos, os parcelamentos para os quais houver desistência não serão restabelecidos.

§ 3º Os saldos devedores não passíveis de inclusão no Pert-SN, ainda que provenientes de parcelamentos rescindidos, poderão ser parcelados na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.508, de 4 de novembro de 2014, observadas as vedações por ela estabelecidas.

CAPÍTULO VII

DA EXCLUSÃO DO PERT-SN

Art. 12. Implicará a exclusão do sujeito passivo do Pert-SN e a exigência imediata do pagamento dos débitos confessados e ainda não pagos:

I - a falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - a existência de saldo devedor, após a data de vencimento da última parcela do parcelamento.

§ 1º É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 2º Depois de rescindido o acordo de parcelamento celebrado no âmbito do Pert-SN, será apurado o saldo devedor remanescente, ao qual será acrescido o valor resultante do cancelamento proporcional da redução prevista no inciso I, II ou III do art. 3º, cuja cobrança terá início imediato.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO

Art. 13. A revisão da consolidação será efetuada pela RFB, a pedido do sujeito passivo ou de ofício, e importará recálculo de todas as parcelas devidas.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A inclusão de débitos nos parcelamentos de que trata esta Instrução Normativa:

I - não implica novação de dívida; e

II - independerá de apresentação de garantia.

Art. 15. A Instrução Normativa RFB nº 1.508, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

§ 4º O disposto nesta Instrução Normativa aplica-se aos débitos apurados na forma do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (Simei), devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI), inclusive aos débitos não exigíveis, que poderão, a critério do MEI, ser parcelados para fins de contagem de tempo de contribuição para obtenção dos benefícios previdenciários, observado o disposto no § 15 do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006." (NR)

Art. 16. A Instrução Normativa RFB nº 1.713, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

.....

III - os débitos não exigíveis, a critério do MEI, para fins de contagem do tempo de contribuição para obtenção dos benefícios previdenciários, considerando o disposto no § 15 do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

....." (NR)

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO ÚNICO

(Anexo Único à Instrução Normativa RFB nº 1.808, de 30 de maio de 2018.)

Ministério da Fazenda — Receita Federal

**ANEXO ÚNICO**

**REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO OU RECURSO ADMINISTRATIVO**

Ao Sr. Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento/Presidente do ___ Conselho de Contribuintes.

**1. Identificação do sujeito passivo**

| Nome/Nome Empresarial | CNPJ |
|---|---|
| | |

**2.** O sujeito passivo acima identificado requer, para inclusão no Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.808, de 30 de maio de 2018, a desistência _____ (total/parcial) da impugnação ou do recurso interposto constante do processo administrativo nº_____. Declara, ainda, que renuncia a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamenta a referida impugnação ou recurso.[1]

**3. Desistência parcial** (preencher o quadro somente quando houver desistência parcial)

A desistência parcial acima mencionada refere-se aos débitos correspondentes aos seguintes períodos de apuração:

| |
|---|
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

**4. Identificação do representante legal da Pessoa Jurídica perante o CNPJ**

| Nome completo | CPF |
|---|---|
| | |

| Assinatura | Data |
|---|---|
| | |

[1] Usar pedidos distintos para cada processo

## SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 30 DE MAIO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.720862/2018-19, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Chile | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Dunhill Fine Cut Of London Flow Filter | 3.1) R$ 9,75 / vintena | 4.1) 1.440.000 |
| 5) Cigarro | Fine Cut 94mm | |
| 6) Embalagem | Box | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 40, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721339/2018-00, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

| | | |
|---|---|---|
| 1) País de Origem | Cuba | |
| 2) Marca Comercial | 3) Preço de Venda a Varejo | 4) Quantidade autorizada de vintenas |
| 2.1) Plaza Gold KS | 3.1) R$ 6,75 / vintena | 4.1) 2.160.000 |
| 5) Cigarro | King Size 83mm | |
| 6) Embalagem | Maço | |
| 7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle | R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho | |
| 8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle | Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG | |

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

## SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

## COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

## CENTRO DE CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.117, DE 18 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 215/75 R16 116/114 Q.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.118, DE 18 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 185 R14 102/100 Q.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.119, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 205/70 R15 106/104 S.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.120, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 4011.90.90 Mercadoria: Pneumático novo, de borracha, do tipo utilizado em caminhonetes ou similares, com a codificação 195/70 R15 104/102 R.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 40.11), RGI 6 (texto da subposição 4011.90) e RGC 1 (texto do item 4011.90.90) constantes da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 8.950, de 2016.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente Da 2ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.122, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3401.11.90 Mercadoria: Lenço e toalha umedecido(a), de toucador, de falso tecido impregnado de solução detergente, contendo água, lanolina, extrato de babosa, perfume, cocoamidopropil betaína, solventes e conservantes, próprio para higiene corporal, de uso infantil ou adulto.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (textos da Nota 3 do Capítulo 34 e da posição 34.01), RGI-6 (textos da subposição de 1º nível 3401.1 e de 2º nível 3401.11) e RGC-1 (texto do item 3401.11.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.123, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7318.15.00 Mercadoria: Parafusos sextavados de aço (99%), utilizados principalmente na fabricação de aerogeradores, de dimensões e características diversas, conforme projeto do fabricante.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (textos da Nota 2 da Seção XV, Nota 1 g) da Seção XVI e da posição 73.18), RGI-6 (textos da subposição de 1º nível 7318.1 e da subposição de 2º nível 7318.15) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.124, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 7318.16.00 Mercadoria: Porcas sextavadas de aço (99%), utilizadas principalmente na fabricação de aerogeradores, de dimensões e características diversas, conforme projeto do fabricante.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (textos da Nota 2 da Seção XV, Nota 1 g) da Seção XVI e da posição 73.18), RGI-6 (textos da subposição de 1º nível 7318.1 e da subposição de 2º nível 7318.16) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.125, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2938.90.90 Mercadoria: Adoçante natural obtido mediante extração do glicosídeo de esteviol de folhas da planta Stevia Rebaudiana, contendo rebaudiosídeo A e/ou esteviosídeo, que conferem sabor doce a alimentos e bebidas, em substituição ao açúcar, e apresentado para comercialização, na forma líquida, em frascos de 30 ml e de 80 ml, e, na forma sólida, em cartuchos com 50 envelopes de 0,05g ou de 0,07g ou, a granel, em caixas de 20 quilos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 29.38), RGI 6 (texto da subposição 2938.90) e RGC 1 (texto do item 2938.90.9) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.127, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3924.10.00 Mercadoria: Copo de plástico para ingestão de líquidos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 39.24) e RGI 6 (texto da subposição 3924.10) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Dec. nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.128, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8521.90.90 Mercadoria: Aparelho de gravação de vídeo e áudio, com armazenamento de dados em disco rígido (HD), podendo vir acompanhado de controle remoto, "mouse" e fonte de alimentação ou apenas destes dois últimos componentes, especialmente projetado para ser utilizado com câmeras de segurança, comercialmente denominado "Digital Vídeo Recorder (DVR)".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1 (texto da posição 85.21), RGI-6 (texto das subposição 8521.90) e RGC-1 (texto do item 8521.90.90) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, com alterações posteriores, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, com alterações posteriores. Subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e consolidadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.130, DE 24 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3305.90.00 Ex 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, denominado comercialmente rinse, contendo agentes orgânicos de superfície catiônicos, apresentado sob a forma de creme pastoso, em frascos de plástico contendo 355 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.05) e RGI 6 (texto da subposição 3305.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018. Ex 01 da TIPI (Decreto nº 8.950, de 2016)

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.131, DE 25 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 8543.70.99 Mercadoria: Aparelho eletrônico denominado "disco diagrama digital", destinado a registrar (de forma inalterável) velocidade, distância e tempo decorrido (em substituição ao disco diagrama de papel), medidos por cronotacógrafo de veículos, a receber (por ondas de rádio) e registrar dados do aparelho "ponto eletrônico" do motorista e, ainda, a transmitir (por ondas de rádio) todas as informações armazenadas para dispositivos remotos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 85.43), RGI 6 (texto da subposição 8543.70) e RGC 1 (texto do item 8543.70.9 e do subitem 8543.70.99), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.132, DE 25 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 2106.90.10, Ex 01 da Tipi Mercadoria: Preparação para elaboração de refresco, mediante diluição em água (16 partes de refresco para 1 parte da preparação), composta de polpa de maracujá, água, aroma natural de maracujá, metabissulfito de sódio, benzoato de sódio, betacaroteno, ácido cítrico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e goma xantana, apresentada em garrafa de plástico com 500 ml ou 980 ml, denominada "concentrado líquido para refresco de fruta".

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 21.06), RGI 6 (texto da subposição 2106.90) e RGC 1 (texto do item 2106.90.10), da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125/2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950/2016, e alterações posteriores.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.133, DE 25 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 9027.80.99 Mercadoria: Aparelho portátil de plástico, com visor de controle e de resultado, contendo tira de teste que possui anticorpos, tais como o monoclonal anti-beta HCG (gonadotrofina coriônica humana), o monoclonal anti-beta TSH, o IgG de cabra anti-coelho e o IgG de coelho, para fins de realização de auto-teste de gravidez, utilizando uma amostra de urina.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 c/c RGI 3b (texto da posição 90.27), RGI 6 (texto da subposição 9027.80) e RGC 1 (texto do item e subitem 9027.80.99) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018.

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.134, DE 25 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3305.90.00 Ex 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, denominado vulgarmente máscara capilar, contendo agentes orgânicos de superfície catiônicos, apresentado sob a forma de creme pastoso, acondicionado em frascos de plástico contendo 240, 454 e 1030 g ou em sachet de 22 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.05) e RGI 6 (texto da subposição 3305.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018. Ex 01 da TIPI (Decreto nº 8.950, de 2016)

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

**RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.135, DE 27 DE MAIO DE 2018**

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NCM: 3305.90.00 Ex 01 da TIPI Mercadoria: Condicionador para cabelos, denominado comercialmente condicionador leave-in, contendo agentes orgânicos de superfície catiônicos, tendo a função de proteger os cabelos da exposição solar, escovação, poluição e servir de proteção térmica para o secador ou chapinha, acondicionado em frascos de plástico contendo 113,5 e 355 g.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1 (texto da posição 33.05) e RGI 6 (texto da subposição 3305.90) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 125, de 2016, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 2016, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 8 de fevereiro de 2018. Ex 01 da TIPI (Decreto nº 8.950, de 2016)

ÁLVARO A. DE VASCONCELOS LEITE RIBEIRO
Presidente Da 1ª Turma

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 22 DE MAIO DE 2018**

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720368/2018-21, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Audi, modelo A3 1.4 TFSI, ano 2014, cor vermelha, chassi WAUAYJ8V1F1085692, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 15/0295325-2, de 13/02/2015, pela Alfândega no Porto de Vitória, de propriedade Sr. Koffi Pierre Hamont, CPF nº 724.502.661-00.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 25 DE MAIO DE 2018**

Declara habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) a pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo n.º 10166.732339/2017-96,

DECLARA:

Art.1º HABILITADA ao REIDI a pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome empresarial: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE

CNPJ: 00.357.038/0001-16

Nome do projeto:Reforços na Subestação Miracema (Resolução Autorizativa ANEEL n° 6.502, de 18 de julho de 2017).

Portaria de aprovação e enquadramento do projeto no REIDI: Portaria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia nº 336 de 10 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14/11/2017.

Setor de Infraestrutura favorecido: ENERGIA ELÉTRICA

Prazo estimado para execução da obra: 27/07/2017 a 27/03/2020

Art.2º O benefício de que tratam os arts. 3º e 4o da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos, contado da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art.4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

VANESSA DE MORAES SAMPAIO ABRITTA

**RETIFICAÇÃO**

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BSB Nº28 de 07 de maio de 2018, publicado no Diário Ofical da União de 08 de maio de 2018 - Seção 1 - Página 87, onde se lê:

"Art. 1º. NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - 15.913.267/0001-47, da empresa BRO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, em razão do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016."

Leia-se:

"Art. 1º. BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - 15.913.267/0001-47, da empresa BRO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, em razão do disposto no artigo 35, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016."

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

## SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Reconhece Direito ao Benefício de Redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Adicionais Não Restituíveis calculados com base no Lucro da Exploração.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA, DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e VIII, do art. 4º, da Portaria DRF/Natal nº 92, de 29 de agosto de 2012, publicada no DOU de 31 de agosto de 2012; tendo em vista o disposto no art. 60, caput, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13822.720029/2018-17, declara:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica ASPERBRAS TUBOS E CONEXÕES LTDA, CNPJ nº 02.271.201/0001-59, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0020/2018, expedido pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: 02.271.201/0001-59;

II - Endereço da Unidade Produtora: Rodovia BR-304, s/n, km 03, Lote 10, Centro Ind. Avançado, Macaíba/RN;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199- 14, de 24 de agosto de 2001, Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008;

IV - Condição Onerosa Atendida: modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Percentual de Redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%.

Art 2º Os produtos objeto do benefício fiscal são os relacionados no ANEXO deste Ato Declaratório.

Art. 3º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0020/2018, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ALENCAR DOS SANTOS

ANEXO

| PRODUTOS OBJETO DO BENEFÍCIO FISCAL | | | |
|---|---|---|---|
| 1 - Tubos e Conexões de PVC | | | |
| Capacidade instalada atual | 16.368 tonelada/ano | | |
| Capacidade incentivada | 100% da capacidade instalada | | |
| Descrição da atividade | Fabricação de laminados tubulares e conexões de PVC | | |
| Enquadramento do setor prioritário | Indústria de transformação - materiais plásticos (Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea e) | | |
| Ano em que entrou em operação | 2015 | Prazo de vigência do benefício | 10 anos |
| Período de fruição (ano calendário) | 01/01/2018 a 31/12/2027 | | |

## DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

**SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.018, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONSTRUÇÃO CIVIL. OBRA. REGULARIZAÇÃO. PESSOA FÍSICA. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. DISO. ARO.

Em relação aos serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria e carpintaria, o proprietário do imóvel, o incorporador ou o dono de obra de construção civil, pessoa física, que contratar contribuinte individual, inclusive MEI, deverá recolher a contribuição previdenciária patronal prevista no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991. Se as correspondentes contribuições tiverem sido recolhidas com vinculação inequívoca à obra e devidamente declaradas em GFIP, a remuneração por ele paga poderá ser deduzida da remuneração da mão de obra total (RMT). Entretanto, é necessário o cumprimento dos requisitos legais, tais como a utilização da DISO. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 66 - COSIT, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Arts. 338, 339, 340, 342, 351, 353, 354, 355 e 359 da IN RFB nº 971, de 2009.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e retificada em 28 de dezembro de 2017. e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.720772/2018-03, declara:

Art. 1º- Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), a empresa SAO LUIZ ENERGIA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 23.114.510/0001-95, para desenvolvimento do projeto de geração de energia elétrica Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH São Luiz, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG - PCH.PS.ES.035297-7.01, detalhado na Portaria nº 75 de 22/03/2017, do Ministério das Minas e Energia, e seu Anexo, publicados no DOU de 23/03/2017. Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da PCH São Luiz, constituído de uma Subestação Elevadora de 6,9/69 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 69 kV, com cerca de cinco quilômetros e trezentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora ao Seccionamento da Linha de Distribuição Itarana-Afonso Cláudio, de propriedade da EDP Excelsa. O prazo estimado do projeto é 31/12/2019.

Art. 2º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

## DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6.011, DE 25 DE MAIO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. FUNDAÇÃO DE DIREITO PRIVADO. APLICAÇÕES FINANCEIRAS. INCIDÊNCIA.

A Cofins apurada de forma não cumulativa incide sobre as receitas que as fundações de direito privado auferem em decorrência de suas aplicações financeiras, não se lhes aplicando a isenção prevista na Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 14, X, c/c art. 13, VIII. Desde 1º de janeiro de 2015, deve-se utilizar a alíquota de 4% (quatro por cento) na apuração não cumulativa da Cofins incidente sobre as receitas antes mencionadas. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 40, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 1º; MP nº 2.158-35, de 2001, art. 14, X, c/c art. 13, VIII; Decreto nº 8.426, de 2015; IN SRF nº 247, de 2002, arts. 9º, VIII, e 47.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS
Chefe

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 30 DE MAIO DE 2018

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU abaixo identificado, no uso da competência delegada pela Portaria RFB n.º 1.569, de 23 de agosto de 2005, publicada no DOU de 24 de agosto de 2010, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal de Nova Iguaçu (RJ), situada na Rua Ataíde Pimenta de Moraes nº 220, na cidade de Nova Iguaçu (RJ).

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON JOSE BATALHA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

| | |
|---|---|
| 01.233.693/0001-25 | ATUAL RECAUCHUTAGEM LTDA |
| 01.780.900/0001-61 | METALURGICA RV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA |
| 28.368.868/0001-68 | J MAROUN IMOVEIS LTDA |
| 29.086.543/0001-55 | Y A PENHA CIA LTDA |
| 29.151.206/0001-02 | D FERREIRA TAVARES COM. DE BEBIDAS E DOCES |
| 29.683.448/0001-39 | DISTRIBUIDORA CENTAURO MAQUINAS FERR E FERRAMENTAS |
| 30.360.036/0001-47 | BAR E RESTAURANTE LUXEMBURGO LTDA |
| 30.748.826/0001-02 | CERAMICA VULCAO LTDA |
| 31.212.947/0001-90 | NGC DRILLING EQUIPAMENTOS LTDA |
| 36.437.382/0001-62 | CORREA E PALMEIRA BAR E MERCEARIA LTDA |

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

### RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 57, de 28 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 103, Seção 1, página 55 em 30 de maio de 2018, onde se lê: "BRASDRILL BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA, leia-se:"BASSDRILL BRASIL SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA".

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 25 DE MAIO DE 2018

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, com fundamento no artigo 340, III da Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017, bem como no artigo 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016, resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do contribuinte descrito abaixo. A anulação da inscrição é motivada pelo vício na inscrição, conforme previsto no inciso II do art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1634 de 06 de maio de 2016.

PROCESSO: 10080.001186/0817-86
CONTRIBUINTE: GICELIA DA CRUZ 50817000534
CNPJ: 14.851.290/0001-91
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PROCESSO: 10010.029333/0516-37
CONTRIBUINTE: LUCIANO CARLOS RAMINELLI 16405554805
CNPJ: 14.804.979/0001-65
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

PROCESSO: 10100.002238/0916-38
CONTRIBUINTE: ANDREIA DE OLIVEIRA SILVA SANTOS 10493911448
CNPJ: 20.317.985/0001-90
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

GUILHERME BIBIANI NETO

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 30 DE MAIO DE 2018

Reconhece recinto como REDEX.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e considerando ainda o que consta do processo nº 10907.000647/2001-71, declara:

Art. 1º Fica reconhecida, a título precário, até 30 de abril de 2021, a situação de serviço de fiscalização aduaneira prestado em caráter permanente, no Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - REDEX, como de uso coletivo, sito na Rua José Cadilhe, 279 - Paranaguá/PR, administrado pela empresa COMPANHIA PRODUTORES DE ARMAZÉNS GERAIS, CNPJ nº 58.143.967/0003-74.

Art. 2º O referido recinto ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Paranaguá, que baixará as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle aduaneiro.

Art. 3º Ao recinto em apreço permanece atribuído o código 9.80.27.03-4 a ser utilizado no Siscomex.

Art. 4º Sem prejuízo de eventuais penalidades, este Ato poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido do interessado e não impede a Receita Federal do Brasil de revê-lo para adequá-lo às normas aplicáveis.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde 1º de maio de 2018.

LUIZ BERNARDI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LAGES

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 28 DE MAIO DE 2018

Habilita pessoa jurídica no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata o art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE LAGES/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, e considerando o teor do processo administrativo nº 11516.721406/2018-73 e de acordo com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e na Instrução Normativa RFB 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, declara:

O contribuinte HIDRELÉTRICA MAROMBAS I SPE LTDA, CNPJ 27.141.627/0001-19, Matrícula CEI 51.242.97567/74, fica HABILITADO ao REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI), como titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada MAROMBAS I, aprovado pela Portaria nº 94, de 13 de abril de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, com período estimado de execução da obra de 23/04/2018 a 31/07/2019.

CARLOS ALBERTO PADLIPSKAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 28 DE MAIO DE 2018

Habilita pessoa jurídica no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata o art. 1º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE LAGES/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 270, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, e considerando o teor do processo administrativo nº 11516.721407/2018-18 e de acordo com o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e na Instrução Normativa RFB 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, declara:

O contribuinte HIDRELÉTRICA MAROMBAS II SPE LTDA, CNPJ 27.141.628/0001-63, Matrícula CEI 51.242.97583/78, fica HABILITADO ao REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (REIDI), como titular do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Hidrelétrica denominada MAROMBAS II, aprovado pela Portaria nº 93, de 13 de abril de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, com período estimado de execução da obra de 09/04/2018 a 30/08/2019.

CARLOS ALBERTO PADLIPSKAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

### DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

#### PORTARIA Nº 481, DE 25 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 334542736, resolve:

Art. 1º Aprovar o encerramento da autorização para funcionamento da Darexprev Previdenciária S.C. como entidade fechada de previdência complementar, cessando-se os efeitos da Portaria nº 4.383, de 20 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 1988, página 25.205, Seção 1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 504, DE 29 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002384/2018-89 e Documento SEI nº 0119660, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Novo Plano Copasa, CNPB nº 2010.0022-29, administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 514, DE 29 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001025/2018-12 e Juntada nº 0121311, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S/A., CNPJ nº 28.152.650/0001-71, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Escelsos I - CNPB nº 1988.0009-47, e a entidade Enerprev - Previdencia Complementar do Grupo Energias do Brasil.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 515, DE 29 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001038/2018-83 e Juntada nº 0121333, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S/A., CNPJ nº 28.152.650/0001-71, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Escelsos II - CNPB nº 1988.0022-92, e a Enerprev - Previdencia Complementar do Grupo Energias do Brasil.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 519, DE 29 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001203/2018-05 e Juntada nº 0121592, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Aguassanta Participações S/A, CNPJ nº 07.198.897/0001-59, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Futura II, CNPB nº 2011.0009-47, e a entidade Futura II Entidade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 521, DE 29 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001022/2018-71 e Juntada nº 0121299, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., CNPJ nº 02.302.100/0001-06, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante - CNPB nº 1982.0020-18, e a Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 530, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.002594/2018-77, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a Nova FMC Química do Brasil Ltda., CNPJ nº 28.736.780/0001-51, na condição de patrocinadora do Plano DuPrev CD, CNPB nº 2005.0009-65, e a SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA DU PONT DO BRASIL.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 532, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001081/2018-49 e Juntada nº 0122158, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão da empresa Hidráulica Industrial - Indústria e Comércio Ltda, CNPJ nº 84.584.994/0001-20, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios WEG, CNPB nº 1991.0014-11, e a entidade WEG SEGURIDADE SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 533, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001049/2018-63 e Juntada nº 0121278, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., CNPJ nº 02.302.100/0001-06, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil - CNPB nº 2006.0071-65, e a entidade Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

#### PORTARIA Nº 534, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.001036/2018-94 e Juntada nº 0121294, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa EDP Espirito Santo Distribuição de Energia S.A., CNPJ nº 28.152.650/0001-71, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Energias do Brasil - CNPB nº 2006.0071-65, e a entidade Enerprev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

## Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 945-SEI, DE 29 DE MAIO DE 2018

Institui o Programa de Integridade, constitui a Unidade de Gestão de Integridade no âmbito do MDIC e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO o comprometimento com o Programa de Fomento a Integridade Pública (PROFIP), ocorrida mediante a assinatura do seu Termo de Adesão, em 23 de março de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, e na sua regulamentação pela Portaria 1.089, de 25 de abril de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União;

CONSIDERANDO o Guia Prático de Implementação de Programa de Integridade Pública, de abril de 2018;

CONSIDERANDO o compromisso do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços com a política de governança e com os mais elevados padrões de gestão, ética e conduta, resolve:

Art. 1º . Instituir o Programa de Integridade do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), designando a Corregedoria-Geral do MDIC como Unidade de Gestão da Integridade (UGI) deste Ministério responsável por coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade, de acordo com as orientações do art. 4º da Portaria 1.089 e do art. 19 do Decreto 9.203.

§ 1º. O Corregedor-Geral designará em portaria interna servidor responsável pelo Programa de Integridade no âmbito do MDIC.

§ 2º. A estruturação do Programa de Integridade ocorrerá por meio do Plano de Integridade, que organizará as medidas relativas ao tratamento dos riscos de integridade a serem adotadas no período e deverão ser revisados periodicamente.

Art. 2º. Determinar que a implantação do Programa Integridade do MDIC atenda às diretrizes estabelecidas nas orientações publicadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, observando legislações, instruções, manuais e suas atualizações.

Art. 3º. Esclarecer que, para efeitos desta Portaria e dos trabalhos a serem desenvolvidos, entende-se como:

I - Accountability: conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

II - Agente público: todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, preste serviços ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que não remunerado, inclusive os servidores em gozo de licença ou em período de afastamento.

III - Alta administração: Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente.

IV - Controles internos da gestão: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer

segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos organizacionais serão alcançados.

V - Corrupção: é o abuso do poder confiado, é a prática de atos ilícitos ou ilegítimos de forma deliberada ou intencional para ganhos privados.

VI - Fraude: atos que, destituídos de ameaça e do uso de violência ou força física, sejam caracterizados pela desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança.

VII - Gestão de riscos: arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo) necessária para se gerenciar riscos eficazmente.

VIII - Gerenciamento de riscos: processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização.

IX - Governança: combinação de processos e estruturas implantadas pela alta administração para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades da organização, com o intuito de alcançar seus objetivos.

X - Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

XI - Plano de integridade: documento único que contém um conjunto organizado de medidas que devem ser implementadas, em um período determinado de tempo, com a finalidade de prevenir,

detectar e remediar as ocorrências de quebra de integridade. Ele formaliza as principais informações e atividades propostas para implementação de um programa de integridade.

XII - Política de integridade: traz princípios e objetivos que guiam as atividades relacionadas à identificação e solução de riscos à integridade visando maximizar o sucesso de programas de integridade.

XIII - Programa de integridade: conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa governança. Configura-se numa estrutura de incentivos organizacionais - positivos e negativos - que visa orientar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse público.

XIV - Risco de Integridade: possibilidade de ocorrência de um evento relativo a integridade (descumprimento de norma, fraude ou ato de corrupção) que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos da organização, medida em termos de impacto e probabilidade.;

XV - Valor público: produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

Parágrafo único. Os riscos para a integridade podem ser causa, evento ou consequência de outros riscos, tais como financeiros, operacionais ou de imagem.

Art. 4º. Compete à Unidade de Gestão da Integridade:

I - Coordenar a elaboração e revisão de Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas.

II - Coordenar a implementação do programa de integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos.

III - Atuar na orientação e treinamento dos servidores do MDIC com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade.

IV - Promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do MDIC.

V - Buscar apoio de instituições, públicas ou privadas, reconhecidas por seu conhecimento específico sobre integridade sempre que julgar necessário.

Parágrafo único. A supervisão e avaliação da implementação do Programa de Integridade será responsabilidade do Subcomitê de Governança, que se reportará ao Comitê de Governança Estratégica, no âmbito do MDIC.

Art. 5º. São atribuições da Unidade de Gestão da Integridade, no exercício de sua competência:

I - Submeter à aprovação do Ministro de Estado a proposta de Plano de Integridade e revisá-lo periodicamente.

II - Levantar a situação das unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento.

III - Apoiar a Unidade de Gestão de Riscos no levantamento dos riscos de integridade e proposição de plano de tratamento.

IV - Coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de Integridade no MDIC.

V - Planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade no MDIC.

VI - Identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação.

VII - Monitorar o Programa de Integridade do MDIC e propor ações para seu aperfeiçoamento.

VIII - Propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros que se relacionam com o MDIC.

Art. 6º. Caberá ao Ministro de Estado prover o apoio técnico e administrativo ao pleno funcionamento da Unidade de Integridade.

Art. 7º. Determinar aos agentes públicos, gestores, dirigentes e unidades organizacionais do MDIC que prestem, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Gestão da Integridade.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

### PORTARIA Nº 312, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32 e parágrafo único da Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, e os termos do Parecer Técnico nº 062/2018 - COAPI/CGAPI/SPR, conforme Processo n° 52710.005614/2018-11, resolve:

Art. 1º Autorizar o remanejamento de cotas de importação de insumos no montante de US$ 3,816,805.50 (três milhões, oitocentos e dezesseis mil, oitocentos e cinco dólares norte-americanos e cinquenta centavos) do produto RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS) - Cód. Suframa 1306, aprovado pela Resolução nº 0186, de 28/07/2011, para o produto CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA) - Cód. Suframa 0674, aprovado pela Resolução nº 0175, de 20/12/2017, em nome da empresa VALFILM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0107.73-9 e CNPJ nº 04.807.608/0001-83.

Art. 2º Estabelecer que a VALFILM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da concessão do remanejamento, projeto técnico-econômico de ampliação e/ou atualização para o produto CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA) - Cód. Suframa 0674.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

# Ministério da Integração Nacional

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 71, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 18 de janeiro de 2018, Seção 1, página 35, onde se lê " Nota de Empenho n 2017NE000459, de 28 de dezembro de 2017, ", leia-se " Nota de Empenho n. 2017NE000269, de 08 de dezembro de 2017, ".

Na Portaria nº 72, de 29 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2018, Seção 1, página 17, onde se lê "... cujo objeto é a recuperação de estradas vicinais do município.", leia-se "... cujo objeto é a recuperação e adequação de estradas vicinais do município. ", onde se lê " ... fixados em R$ 1.302,00, à conta das dotações orçamentárias da União e do Município," , leia-se "... fixados em R$ 1.097.981,67 (um milhão, noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos ), à conta das dotações orçamentárias da União e do Município, onde se lê " Notas de Empenho nº 2017NE000269 e nº 2017NE000459, de 28 de dezembro de 2017, ", leia-se " Nota de Empenho nº 2017NE000459, de 28 de dezembro de 2017, ", e onde se lê "... com valor parcial de R$ 1.001.302,00.", leia-se " ... com valor integral de R$ 1.097.981,67 (um milhão, noventa e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos)."

## SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

### PORTARIA Nº 151, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n.59050.000032/2013-95, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 114, de 04 de abril de 2013, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Teófilo Otoni - MG, para ações de Defesa Civil, para até 27/02/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

### PORTARIA Nº 153, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000310/2012-23, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previstos no art. 4º da Portaria n. 730, de 26 de dezembro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Munícipio de Além Paraíba - MG, para ações de Defesa Civil, para até 30/11/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

### RESOLUÇÃO Nº 161, DE 30 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 3 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, II do Regimento Interno desta Autarquia, resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à complementação de equipamentos, em favor da empresa Sakura Exhaust do Brasil Ltda, CNPJ nº 09.623.649/0001-33, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, constante no Processo nº CUP: 59004.006414/2017-10, com base no Parecer de Análise nº 28/2018-CIF/CGINF/DGFAI, registrado no SEI sob o nº 0066009, reconhecendo-lhe o direito ao incentivo referente aos ano-calendários 2013, 2014 e 2015, no valor de R$ 378.652,64 (trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), na forma ali sumariada, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19 da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e o regulamento dos incentivos fiscais administrados pela Sudam, aprovado pela Resolução nº 65/2017 do Conselho Deliberativo da Sudam-CONDEL/SUDAM.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA
Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

MARGARETH DOS SANTOS ABDON
Diretora de Administração

# Ministério da Justiça

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 736, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, em cumprimento ao Parecer nº 00300/2018/COSEP/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0066672-53.2013.4.01.3400, resolve:

Ratificar a condição de anistiado político de JORGE JACINTHO DIAS, portador do CPF nº 017.996.817-34, e reconhecer o direito à promoção à graduação de Suboficial com proventos de Segundo-Tenente, incluídas as diferenças a que tem direito em razão da nova graduação.

CLAUDENIR BRITO PEREIRA

### PORTARIA Nº 737, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 2ª Sessão Plenária, realizada no dia 21 de março de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.26879, resolve:

Desprover o Recurso interposto por WANILDO DE CARVALHO, portador do CPF nº 177.521.917-87, ratificar a condição de anistiado político, e conceder a substituição da aposentadoria excepcional de anistiado político, sob NB 58/085.620.857-4, nos mesmos valores que vem percebendo do INSS, pelo regime de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, sem efeitos financeiros retroativos, nos termos do art. 1º, incisos I e II, c/c art. 19, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

CLAUDENIR BRITO PEREIRA

### PORTARIA Nº 738, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia na 1ª Sessão de Turma, realizada no dia 20 de fevereiro de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.67369, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por LAZARO AUGUSTO DE SOUSA, portador do CPF nº 182.940.306-00.

CLAUDENIR BRITO PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### GABINETE

#### RETIFICAÇÃO

No Despacho Presidência 85 publicado no DOU nº 103, de 30 de maio de 2018, na página 61, onde se lê: ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA, Presidente do Conselho, leia-se Paulo Burnier da Silveira, Presidente Substituto.

### DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

### COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

#### RETIFICAÇÃO

Na Ata da 106ª Sessão Ordinária de Julgamento, publicada no Diário Oficial da União de 13.06.2017, nº 112, Seção, 1, página 23, no julgamento do Processo Administrativo nº 08012.009382/2010-90. Representante: Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF). Representados: Afirma Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda.; Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas - APEOP; CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos; Construtora Brasileira e Mineradora Ltda. - CBEMI; Construtora Estrutural Ltda.; Construtora Triunfo S.A.; De Amorim Construtora de Obras Ltda.; Delta Construções S.A.; EMPO - Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil Ltda.; Feg Engenharia de Obras Ltda.; Gaisller Moreira Engenharia Civil Ltda.; Marc Construtora de Obras Ltda.; Redram Construtora de Obras Ltda.; Carlos Henrique Machado; Cláudio Bidóia; Emerson Gava; Fernando Afonso Gaisller Moreira; Gilberto Piva; Juarez Nassur Cordeiro; Mário Henrique Furtado de Andrade. Advogados: Marcelo Kintzel Graciano; Maria Fernanda Pulcheiro de Medeiros Campos; Ciro Brüning; Norberto Bezerra Maranhão Ribeiro Bonavita; Regina Célia Raimundo Peppe Bonavita; Laurieth Aparecida de Mattos e Silva; Luis Daniel de Alencar; Maria Fernanda Campello Dipp; Roberto Brzezinski Neto; André Marques Gilberto; Alberto dos Santos Formiga Júnior; Natali de Vicente Santos; Carlos Henrique Machado; Italo Tanaka Junior; Paulo Cesar Dula; Almir Hoffmann de Lara Júnior; Laércio Alcântara dos Santos; Peter Erik Kummer; Antônio Fernandes Neto; Lúcio Bagio Zanuto Júnior; Leandro Guidolin Skroch; Carlos Alberto Farracha de Castro; Cláudio Mariani Berti; Luiz Carlos Soares da Silva Junior; Elton Baiocco; Daniel de Camillis Gil Junior; Eduardo Casillo Jardim; Valéria Bittar Elbel, Carlos Eduardo Benato; Silvio de Souza Garrido Junior; Benedito Pereira Porto Neto, Vagner Augusto Dezuani, Carlos Eduardo Sanchez, Francisco Focaccia Neto, Pedro Paulo de Rezende Porto Filho, Renata Carelli dos Santos e outros. Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Voto-Vista: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira. Onde se lê: "O Plenário, por maioria, determinou a condenação de Gaisller Moreira Engenharia Civil Ltda., Feg Engenharia de Obras Ltda. e Cláudio Bidóia, com aplicação de multas previstas no voto-vista do Conselheiro Paulo Burnier da Silveira". Leia-se: "O Plenário, por maioria, determinou a condenação de Gaisller Moreira Engenharia Civil Ltda., Feg Engenharia de Obras Ltda. e Cláudio Bidóia, com aplicação de multas e demais penalidades acessórias previstas no voto-vista do Conselheiro Paulo Burnier da Silveira".

### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

#### DESPACHO Nº 678, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.009879/2015-64 (relacionado ao apartado de acesso restrito nº 08700.004397/2015-18) Representante: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Representados: Luiz Antônio Amin, Juvino Luiz Capello, Scherly Magnabosco Mascarello, Jonas Reimer, Lineu Barbosa, Fernando Cesar Garcia, Wilson Roberto Leal de Lima, Eduardo Poffo, Reinaldo Geraldi, Daniel Contini Dallmann, João de Ávila Sousa, Marcelo Messias de Lima Pereira, Eduardo Schmidt Bauer, José Edmundo Krug, Jorge Zandoná, Elias Antonio Piva, Jacqueline Ceolim, Emerson Ceolim, Manoel Martins Henriques, Regina Aparecida Magnabosco, Sandro Paulo Tonial, José Augusto Prima de Figueiredo Lima, Israel Patrício, Paulo Antônio Vieira Pasetti, Tiago Carlos Reis, Edianez Bogo Floriano, Sergio Victor Olbrich, Joel D´Agostini, Alencar Felício Reis, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Cyntia de Castro de Carvalho Lima, Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Santa Catarina, Auto Posto Amin Ltda, Posto Continental Ltda, Estação Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-30), Auto Posto Liberdade Ltda (CNPJ 03.353.006/0001-11), Postoville Ltda, Posto Aldi Ltda, Auto Posto Mercado Ltda, Auto Posto Olinda Ltda-ME, Posto Getulio Ltda, Auto Posto JC Ltda, Auto Posto JC Ltda (APA), Auto Posto Geraldi Ltda, Posto Padre Reus Ltda, Posto Graciosa Ltda, Posto Fátima Ltda, Posto Jariva Ltda, Posto Bemer Ltda, Auto Posto Pirai Ltda, Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0001-74), Posto Graciosa V Ltda (CNPJ 84.708.437/0007-6), Posto Guaíra Ltda, Posto de Combustíveis Valência Ltda, Posto Monza Ltda, Auto Posto Maranello Ltda, Auto Posto Modena Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda, Auto Posto Bucarein Ltda (Posto Brasville), Auto Posto São Benedito Ltda, Posto JA Ltda, Posto Z11 Ltda, AM Combustíveis Ltda, Posto Z10 Ltda, Posto LC Ltda, Posto Zandona Ltda, 3Auto Posto Ceolim Ltda, Auto Posto Prudente - Portico Ltda, Auto Posto Prudente Ltda, América Comercio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Binário Ltda, Auto Posto Estrela Prateada Comércio de Combustíveis Ltda, Auto Posto Serra da Estrela Ltda, Auto Posto Floresta Ltda, Posto Aliança Ltda, Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, Rejaile Distribuidora de Petróleo Ltda e Alesat Combustíveis S.A. Advogados: Alessandro Gruner, João Eduardo Demathé, Demetrio Frederico Riffel Jorge, Gabriela Wentz Vieira, Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto, Carlos Francisco de Magalhães, Hermes Nereu Oliveira, Elton Abreu Cobra, Marcelo Machini, Leonardo Canabrava Turra, Leonardo Oliveira Callado, Carlos Janilson Rego de Freitas, Aline Palhares, Paulo Teixeira Morínigo, Amazonas Francisco do Amaral, Renato Oliveira de Azevedo, Danielly Carvalho Pacheco, Dagoberto Azevedo Bueno Filho, Caroline Carlesso, Beno Brandão e outros. Decido pelo encerramento da fase instrutória, ficando os Representados notificados para a apresentação de novas alegações em 05 (cinco) dias úteis, contados em dobro, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. arts. 102, IV, e 196 do Regimento Interno do Cade, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIAS DE 24 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

Nº 96 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 13.455/2017:

ALESSANDRO MESA TEPPA - V619467-I, natural da Itália, nascido em 25 de setembro de 2004, filho de Pedro Luis Mesa Plasencia e de Maria Alejandra Teppa Rizo, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.002922/2018-91);

GIFT SERAH OGUNBUNMI - G341544-4, natural da Nigéria, nascida em 15 de fevereiro de 2011, filha de Amos Olufemi Ogunbunmi e de Juliet Ogunbunmi, residente no Distrito Federal (Processo nº08280.020249/2017-09);

JEAN RAY GUERLY EXANTUS - G214167-I, natural da República do Haiti, nascido em 13 de abril de 2009, filho de Jean Raymond Exantus e de Guerline Romain Exantus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.022846/2018-69);

MOHAMED NOOR ORABE - G268357-0, natural da Síria, nascido em 20 de julho de 2008, filho de Yasser Orabe e de Rasha Alrayes, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.005572/2018-33);

PERLA CAROLINA TORREALBA RODRIGUEZ - G150524-N, natural da Venezuela, nascida em 08 de fevereiro de 2007, filha de Gabriel Jose Torrealba Henriquez e de Zaida Carolina Rodriguez Gomez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.006826/2018-22) e

ROMEXA LORIE EXANTUS - G214186-E, natural da República do Haiti, nascida em 21 de fevereiro de 2013, filha de Jean Raymond Exantus e de Guerline Romain Exantus, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.022841/2018-36).

Nº 97 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI EL HADI MOHSEN EL KAZOUINI - V432320-B, natural do Líbano, nascido em 17 de fevereiro de 1974, filho de Mohsen El Kazouini e de Fatme Nour El Din, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.009050/2017-11);

AMIR HAYEL ALI - V477710-N, natural da República Popular da China, nascido em 31 de julho de 1993, filho de Hayel Zaal Ali e de Hanan Saoud Hussein, residente no Estado do Mato Grosso do Sul(Processo nº 08339.001106/2017-77);

NISREEN YOUSSEF EL ASSAL - V619258-R, natural do Líbano, nascida em 21 de outubro de 1978, filha de Youssef el Assal e de Mariam Abou Hessen, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08387.000078/2018-86); e

ROLA SAID BADAOUI - V377537-I, natural do Líbano, nascida em 10 de maio de 1973, filha de Said Badaoui e de Fatme Taleb, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.007960/2017-51).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 98 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDUL RAHIM FARHAT - V736107-7, natural do Líbano, nascido em 26 de março de 1981, filho de Moufid Farhat e de Nouhad Saada, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.016503/2017-48);

ADELA FERNANDEZ ABREO - Z513070-D, natural do Uruguai, nascida em 07 de setembro de 1955, filha de Longino Leon Fernandez e de Albertina Abreo, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08441.003371/2017-12);

CADRE BADJANE - V620705-U, natural da Guiné- Bissau, nascido em 18 de março de 1976, filho de Abdul Carimo Badjane e de Ruquiato Cane, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.010564/2017-10);

CECILIA TOLEDO HERNANDEZ - V435816-4, natural de Cuba, nascida em 23 de março de 1965, filha de Ibrahin Toledo Camacho e de Maria de Las Nieves Hernandez Rodriguez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08070.006718/2013-11);

CIPRIANO MIEZI SALMAO - V644544-X, natural da Angola, nascido em 29 de junho de 1963, filho de Manuel Lumbu e de Celestina Diluabanza, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.016827/2017-86);

DIANA SWEID - V898930-1, natural do Líbano, nascida em 22 de outubro de 1982, filha de Amine Sweid e de Souad Ramadan, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.302848/2016-41);

HEBA ASSAAD - V540740-N, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1990, filha de Dayoub Assaad e de Fadila Assaad, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.005431/2017-84);

JAIME MATARRODONA TORRUELLA - V476827-7, natural da Espanha, nascido em 07 de abril de 1952, filho de Valentin Matarrodona Rosell e de Francisca Torruella Serra, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08255.013509/2017-99);

LORENA HERNANDEZ PINAR - V750389-Q, natural de Cuba, nascida em 10 de novembro de 1962, filha de Modesto Rafael Hernandez Labra e de Noema de La Caridad Pinar Acosta, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08337.002456/2017-71).

NELVA MERIELE EGUEZ SOSA - V899034-O, natural da Bolívia, nascida em 04 de outubro de 1985, filha de Hipolito Eguez Molina e de Cecilia Sosa, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08338.000347/2017-17);

OSCAR GASCON GONZALEZ - G192763-8, natural da Espanha, nascido em 28 de maio de 1975, filho de Laureano Gascon Perez e de Maria Orentina Gonzalez Gonzalez, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08435.004713/2017-09);

SAMUEL SOARES MENDES PEREIRA - V620776-7, natural da Guiné- Bissau, nascido em 13 de outubro de 1985, filho de Sam Mendes Pereira e de Placida Soares da Gama, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.011445/2017-01);

THAIS MERCEDES NOUEL BRICENO - G064571-W, natural da Venezuela, nascida em 21 de julho de 2014, filha de Jhon Augusto Nouel Alea e de Maria Luisa Briceno de Nouel, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.319830/2016-12); e

WAEL ARFAOUI - G089375-W, natural da Tunísia, nascido em 14 de março de 1992, filho de Jamel Ben Ali Ben Tahar Arfaqui e de Samia Bent Mohamed Ben Kacem Taieb, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08255.011131/2017-99).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

#### PORTARIAS DE 25 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

Nº 99 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.455/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do artigo 70 da Lei nº 13.455/2017:

HSU CHI TSENG, natural da China, nascida em 10 de novembro de 2007, filha de Cheng Yu Tseng e de Hui Ting Liao, residente no Estado da Bahia (Processo: 08255.017732/2017-13);

JOSEFA KALENGA MATONDO KADICHA, natural da Angola, nascida em 15 de abril de 2013, filha de Agostinho Kadicha e de Carina Matondo, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08505.036325/2017-16);

Nº 100 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABEL CALEB BORROTO GRILLO - V226260-3, natural de Cuba, nascido em 28 de fevereiro de 1990, filho de Abelardo Borroto Carrillo e de Eunice Grillo Garcia, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.005441/2017-10);

REUEL GOMES ARRIAGA - V183203-1, natural da Guiné- Bissau, nascido em 31 de outubro de 1995, filho de Isac Arriaga e de Santa Gomes Balde Arriaga, residente no Estado de Minas Gerais(Processo nº 08354.005411/2017-40);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

**PORTARIA Nº 107, DE 30 DE MAIO DE 2018**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANDREA PAOLA MOURE - V750206-N, natural da Argentina, nascida em 31 de janeiro de 1980, filha de Carlos Enrique Moure e de Lucia Beatriz Gilardoni, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.004231/2017-82);

BATOUL TAHER - V498626-W, natural do Líbano, nascida em 23 de abril de 1987, filha de Hassan Taher e de Kadija Lakiss, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.002597/2017-88);

IDAISER HERNANDEZ ROLDAN ARAUJO - G012026-N, natural de Cuba, nascida em 05 de novembro de 1984, filha de Fredy Hernandez Villafana e de Xiomara Roldan Aguilar, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.010938/2017-01);

MARDELY ESPERANZA VEGA RUIZ - V555257-W, natural da Venezuela, nascida em 04 de abril de 1966, filha de Miguel Jose Vega Gonzalez e de Dulce Esperanza Ruiz Garcia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.055270/2017-16);

MARWAN SOMENZZI AL JASEM - G166635-F, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1990, filho de Ghandi Saleh Al Jasem e de Khaldia Alhuseyin Alelewi, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.005573/2017-80);

MUHAMMAD UMAR SALEEM - G227560-W, natural do Paquistão, nascido em 01 de fevereiro de 1988, filho de Muhammad Saleem e de Shamim Akhtar, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.017460/2017-36);

PABLO MARTIN BENDER - V533752-7, natural da Argentina, nascido em 21 de dezembro de 1981, filho de Angel Antonio Bender e de Raquel Adela Gandini de Bender, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08495.000602/2017-19); e

SANTIAGO MARTIN LUGONES - V570611-G, natural da Argentina, nascido em 24 de outubro de 1981, filho de Roberto Horacio Lugones e de Maria Elida Tacchi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.005222/2017-97).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Nº 1.747/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: HUSSEIN IBRAHIM NABOULSI
Processo: 08389.002093/2017-68

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 1.748/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: LEYDI KATHERINE OVALLE RATIVA
Processo: 08444.301162/2016-21

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 20180, INDEFIRO o pedido, tendo em vista a falta de cumprimento de exigência por parte do interessado, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.749/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessada: HANNA MERHI
Processo: 08389.005100/2017-83

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que a requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 1.751/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Migrações: Pedido de Naturalização
Interessado: ALI NEHME

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 1.752/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: RABIH EL CHAMI

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 1.753/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: RASOOL KHAN

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou saber se comunicar em língua portuguesa, nos ternos do inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

## DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

**PORTARIA Nº 87, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Trailer: MOGLI - O LIVRO DA SELVA (MOGLI, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros. International
Diretor(es): Andy Serkis
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.018959/2018-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A MORTE DE STALIN (THE DEATH OF STALIN, Bélgica / Canadá / França / Reino Unido - 2018)
Produtor(es): Yann Zenou/Laurent Zeitoun/Nicolas Duval Assakovsky/Kevin Loader
Diretor(es): Armando Iannucci
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência
Processo: 08000.019334/2018-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AMEAÇAS DO CÉU (Brasil - 2018)
Produtor(es): Storm Comunicação e Tecnologia Ltda
Diretor(es): Iara Cardoso
Distribuidor(es): STORM COMUNICAÇÃO
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000342/2018-90
Requerente: STORM COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

Filme: UM DIA PARA VIVER (24 HOURS TO LIVE, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Brian Smrz
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000581/2018-40
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Filme: AS AVENTURAS DE FUJIWARA MANCHESTER - O FILME (Brasil - 2018)
Produtor(es): UM Filmes
Diretor(es): Alê Camargo
Distribuidor(es): UM FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção Científica
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000586/2018-72
Requerente: UM FILMES LTDA.

Filme: NÓS (Brasil - 2018)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Daniels Junior/Juan Ramires/Si da Bernardo/Marcela Oliveira/Ricardo Oliveira/Citty Collins
Distribuidor(es): ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000641/2018-24
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Filme: SILÊNCIO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Associação Cultural Kinoforum
Diretor(es): Andressa Mota/Filipe Barbosa/Greicy Santos/Joel Nolasco/Karoline Fernandes/Luis Maike
Distribuidor(es): ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000643/2018-13
Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL KINOFORUM

Trailer: O NÓ DO DIABO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Vermelho Profundo
Diretor(es): Ramon Porto Mota/Gabriel Martins/Ian Abé/Jhésus Tribuzi
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000646/2018-57
Requerente: ELO COMPANY

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

**PORTARIA Nº 88, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Título: MADDEN NFL 19 (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação/Esportes
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000547/2018-75
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Título: THE PERSISTENCE (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): FIRESPRITE LTD.
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa/Horror
Plataforma: PlayStation 4

Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000608/2018-02
Requerente: FIRESPRITE LTD
Título: GEN TV PLAY (Brasil - 2017)
Produtor(es): UNINFO SISTEMAS
Distribuidor(es): UNINFO SISTEMAS
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional/Esporte/Plataforma/Música ou Ritmo
Plataforma: PlayStation 3/Computador PC/PlayStation 4/Android/iOS/Smart TV
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000653/2018-59
Requerente: UNINFO SISTEMAS
Título: BUBBLE BOBBLE (Estados Unidos da América - 1986)
Produtor(es): TAITO AMERICA CORP/NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000662/2018-40
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: DONKEY KONG JR. (Japão - 1982)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000665/2018-83
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: DR. MARIO (Estados Unidos da América - 1990)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000667/2018-72
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: EXCITEBIKE (Estados Unidos da América - 1984)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000668/2018-17
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: ICE CLIMBER (Estados Unidos da América - 1984)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000673/2018-20
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: KIRBY`S ADVENTURE (Estados Unidos da América - 1993)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC. / HAL LABORATORY, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000675/2018-19
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: MEGA MAN II (Estados Unidos da América - 1988)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC / NINTENDO OF AMERICA, INC
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000677/2018-16
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: PUNCH-OUT!! FEATURING MR. DREAM (Estados Unidos da América - 1987)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Luta
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000681/2018-76
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: SUPER MARIO BROS. 2 (Estados Unidos da América - 1988)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000685/2018-54
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: SUPER MARIO BROS. (Estados Unidos da América - 1985)
Produtor(es): NINTENDO OF AMERICA, INC
Distribuidor(es): GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRONICOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura
Plataforma: NES Classic Edition
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000686/2018-07
Requerente: GAMING DO BRASIL COMÉRCIO DE JOGOS ELETRÔNICOS LTDA.
Título: PRO EVOLUTION SOCCER 2019 (Japão - 2018)
Produtor(es): KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC
Distribuidor(es): SONY AND MICROSOFT
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4/Android/iOS
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000690/2018-67
Requerente: ANDRE BRONZONI - KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC
Título: F1 2018 (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): KOCH MEDIA GMBH
Distribuidor(es): XBLA / PSN / ECOGAMES
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000692/2018-56
Requerente: KOCH MEDIA GMBH

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

**PORTARIA Nº 89, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Título: BESTIÁRIO DO NONO MUNDO (Estados Unidos da América - 2014)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000613/2018-15
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME
Título: ACELERANDO (Estados Unidos da América - 2013)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000614/2018-51
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME
Título: LINHA DE FOGO (Estados Unidos da América - 2013)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000615/2018-04
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME
Título: A BATALHA DE MANHATTAN (Estados Unidos da América - 2015)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000616/2018-41
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME
Título: GUIA DE CAMPO DE ST. PETERSEN PARA HORRORES LOVECRAFTIANOS (Estados Unidos da América - 2015)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000617/2018-95
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME
Título: ACELERANDO (Estados Unidos da América - 2016)
Editora: NEW ORDER EDITORA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Livro
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000618/2018-30
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

As classificações das obras desta Portaria são baseadas apenas nos textos dos respectivos livros.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

# Ministério da Saúde

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 553, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein
CNPJ: 60.765.823/0001-30
Nome do Projeto: Banco Integrado de Tumores - Base para a Pesquisa de Tradução em Oncologia por Biópsia Líquida.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SIPAR: 25000.005427/2017-81
Prazo de execução: 24 meses
Valor readequado: R$ 3.735.660,48 (três milhões, setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos).
Resumo do projeto: Desenvolvimento da tecnologia de biópsia líquida, a fim de permitir o diagnóstico diferencial com baixo custo e de forma confiável.
Art. 2º Revogar a Portaria SE/MS nº 1.282, de 20 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017, seção 1, página 199.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

**PORTARIA Nº 554, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e
Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);
Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e
Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:
Instituição: Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas do Paraná
CNPJ: 79.698.643/0001-00
Nome do Projeto: Caracterização dos Anticorpos Anti-HLA em Pacientes com Doenças Hemato-Oncológicas e Investigação do Impacto de Anticorpos Específicos Contra o Doador no Transplante de Células Tronco Hematopoiéticas.
SIPAR: 25000.001142/2017-71
Prazo de execução: 24 meses
Valor readequado: R$ 826.127,16 (oitocentos e vinte e seis mil, cento e vinte e sete reais e dezesseis centavos).
Resumo do projeto: Caracterizar os anticorpos anti-HLA em pacientes com doenças onco-hematológicas e avaliar o impacto dos anticorpos específicos contra o doador na evolução clinica dos transplantes de células-tronco hematopoiéticas com incompatibilidades HLA.
Art. 2º Revogar o inciso XVI, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.184, de 9 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 230, de 1º de dezembro de 2017, seção 1, páginas 112/114.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

**PORTARIA Nº 555, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e
Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);
Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e
Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:
Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:
Instituição: Centro de Referência em Pesquisas, Projetos de Intervenção e Tratamento para Crianças e Adolescentes em Situação de Sofrimento Psíquico Severo e Persistente (Conviver)
CNPJ: 19.439.965/0001-03
Nome do Projeto: Autismo - Intervenção Psicanalítica
NUP: 25000.004557/2017-05
Prazo de execução: 17 meses
Valor readequado: R$ 212.146,11 (duzentos e doze mil, cento e quarenta e seis reais e onze centavos).
Resumo do projeto: Ampliar a oferta de vagas aos jovens com autismo, psicose, neuroses graves e diversas outras deficiências inatas ou adquirida, adequando a relação de demanda reprimida, e ampliação no repertório de procedimentos e técnicas terapêuticas realizadas na instituição.
Art. 2º Revogar o inciso XIX, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 1.241, de 30 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 122, de 1º de dezembro de 2017, seção 1, páginas 122/124.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
## DIRETORIA COLEGIADA

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.292, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora UNIHOSP Serviços de Saúde EIRELI.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.000389/2017-36, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:
Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora UNIHOSP Serviços de Saúde EIRELI, registro ANS nº 41.253-8, inscrita no CNPJ sob o nº 04.083.773/0001-30.
Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.293, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora União de Clínicas Rio Grande Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33910.019107/2017-74, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:
Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora União de Clínicas Rio Grande Ltda., registro ANS nº 36.185-2, inscrita no CNPJ sob o nº 90.790.072/0001-72.
Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.294, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre o encerramento do regime de direção fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora SOGELI Planos Odontológicos Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando os documentos constantes no processo administrativo nº 33902. 049106/2016-72, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto determino a sua publicação:
Art. 1º Fica encerrado o regime de direção fiscal e o posterior cancelamento do registro da operadora SOGELI Planos Odontológicos Ltda., registro ANS nº 35.189-0, inscrita no CNPJ sob o nº 02.484.557/0001-70.
Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.295, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a alteração do termo legal da liquidação extrajudicial da Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativas - Em Liquidação Extrajudicial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando o que consta no processo administrativo nº 33910.017417/2017-54, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:
Art. 1º Com fulcro no art. 15, § 2º, da Lei nº 6.024/1974, c/c os arts. 24-D, da Lei nº 9.656/1998, e 99, inciso II, e 197, da Lei nº 11.101/2005, e na forma do art. 21 da RN nº 316/2012, o Termo Legal da Liquidação da Sociedade Cooperativa Cruzeiro - Operadora de Planos de Saúde Sociedade Cooperativa - Em Liquidação Extrajudicial, definido na Resolução Operacional - RO nº 2.220, de 16 de outubro de 2017, passa a ser fixado no dia 01 de novembro de 2016.
Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.296, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Biolife Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.015278/2017-24, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:
Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Biolife Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 18.780.232/0001-75, registro ANS nº 41.931-1, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:
I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;
II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Biolife Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;
III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.
IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.
§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.
§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.
§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.
§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.
§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.297, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Hospital Padre Júlio Maria

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.001163/2018-33, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Hospital Padre Júlio Maria, inscrita no CNPJ sob o nº 22.296.115/0001-08, registro ANS nº 40.645-7, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Hospital Padre Júlio Maria pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.298, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora SMH - Sociedade Médico Hospitalar Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.024042/2017-89, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora SMH - Sociedade Médico Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 31.160.674/0001-87, registro ANS nº 35.164-4, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na SMH - Sociedade Médico Hospitalar Ltda. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.299, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Camboriú Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.001980/2017-19, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Camboriú Saúde Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.432.102/0001-49, registro ANS nº 36.014-7, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Camboriú Saúde Ltda. pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.300, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão de portabilidade especial aos beneficiários da operadora Free Dent Planos Odontológicos Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.017149/2017-71, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora Free Dent Planos Odontológicos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 76.026.699/0001-20, registro ANS nº 40.524-8, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Free Dent Planos Odontológicos Ltda., pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Serão consideradas, para fins de compatibilidade dos planos e como parâmetro de comercialização, as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP, vigentes na data da publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º Terá validade de 5 (cinco) dias o relatório que indica o plano de destino extraído do módulo "portabilidade especial" do Guia de Planos do sítio eletrônico da ANS na internet.

§ 5º A comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009, dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considerar-se-á o valor global do boleto para efeito da compatibilidade de produtos da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.301, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações - ABET.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de maio de 2018, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente Substituto da ANS determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações - ABET, inscrita no CNPJ sob o nº 63.089.205/0001-05, registro ANS nº 33.891-5, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações - ABET pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário perante a operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações - ABET exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da Associação Brasileira dos Empregados em Telecomunicações - ABET estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.

Art. 2º No caso de o boleto de pagamento englobar o pagamento de mais de um beneficiário de plano individual e/ou familiar, e sendo impossível a discriminação individualizada das contraprestações pecuniárias, considera-se o valor global do boleto em relação a cada um dos beneficiários para efeito de exercício da portabilidade extraordinária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

**DECISÃO DE 25 DE MAIO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei 9.961 de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 486ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 25 de maio de 2018, julgou o seguinte processo administrativo:

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto nº 324/2018/DIFIS/ANS, pela declaração do cumprimento do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta - TCAC nº 001/2016 celebrado com a CAIXA DE ASSISTÊNCIA AOS MEMBROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAMARJ, Registro ANS 41882-0 e, por via de consequência, pela extinção do ato objeto de apuração que estava nele expressamente elencado, Processo Administrativo 33902.035738/2010-63.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

## AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

## DIRETORIA COLEGIADA

**ARESTO Nº 1.129, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: ARTE NATIVA PRODUTOS NATURAIS LTDA CNPJ/CPF: 00.677.858/0001-95

25351.054531/2003-14 - AIS:200329/03-5 - GGIMP1/ANVISA

DECLARAR A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DETERMINANDO DE OFÍCIO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018

AUTUADO: BAYER S.A. CNPJ/CPF: 18.459.628/0001-15

25351.003596/2010-87 - AIS:004536/10-5 - GGFIS1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), ALÉM DA PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA IRREGULAR, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A - COPA AIRLINES CNPJ/CPF: 03.834.757/0001-79

25759.357138/2006-40 - AIS:477467/06-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: ECOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 29.992.682/0001-48

25752.218988/2012-00 - AIS:0315763/12-6 - GGPAF/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, MANTENDO-SE INALTERADA A PENALIDADE MULTA INICIALMENTE APLICADA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 011/2018, DE 15/05/2018.

AUTUADO: ID COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 06.159.241/0001-64

25759.729217/2012-99 - AIS:1042044/12-4 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: LAN PERU CNPJ/CPF: 08.650.540/0001-22

25759.321755/2007-98 - AIS:415397/07-9 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA - APPLIED BIOSYSTEMS CNPJ/CPF: 63.067.904/0001-54

25759.237240/2007-19 - AIS:303172/07-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: NESTLE BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 60.409.075/0001-52

25351.001354/2010-38 - AIS:001869/10-4 - GFIMP/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: SANSIM SERVIÇOS MEDICOS LTDA CNPJ/CPF: 73.887.424/0001-93

25761.005048/2007-16 - AIS:372986/07-9 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

AUTUADO: COMISSARIA AEREA RIO DE JANEIRO LTDA CNPJ/CPF: 42.454.330/0001-05

25752.107769/2007-61 - AIS:137503/07-2 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 10/2018, DE 08/05/2018.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO
Diretor-Presidente
Substituto

**RETIFICAÇÃO**

No DOU de 1/6/2018, Seção 1, pág. 82, onde se lê: Resolução nº 229, de 30 de maio de 2018, leia-se: Resolução - RDC nº 229, de 30 de maio de 2018.

(p/Coejo)

## DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

## GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.357, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.358, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.359, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro do alimento, sob o número de processo constante do anexo desta Resolução, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº. 986, de 21 de outubro de 1969 e do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 2º A revalidação abrange as petições que ainda não foram objetos de decisão por parte da Anvisa.

Art. 3º A revalidação automática não se aplica às petições de revalidação de registro protocolados fora do prazo estabelecido nos termos do item 7.1 da Resolução Anvisa nº. 23, de 15 de março de 2000.

Art. 4º As petições revalidadas automaticamente serão analisadas, podendo a Administração indeferir o pedido de revalidação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado ou ratificá-lo, deferindo o pedido de revalidação.

Art. 5º Os produtos com registros revalidados podem ser consultados no link: http://www7.anvisa.gov.br/datavisa/Consulta_Produto/consulta_alimento.asp.

Art. 6º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, sem haver interrupção na regularidade do registro.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.360, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Alimentos no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.361, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 08 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.362, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.363, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.364, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.365, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.366, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016 e, visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 40 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 122 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.367, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.368, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral Substituta de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 1.189, de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 91, de 14 de maio de 2018, Seção 1 Pág. 32, suplemento Pág. 16, referente ao processo nº 25351.070521/2012-83.

Onde se lê:

CARBAMAZEPINA
25351.070521/2012-83
001
05/2018 15.0715.0182.002-1 60 meses

Leia-se:

CARBAMAZEPINA
25351.070521/2012-83
001
05/2023 15.0715.0182.002-1 60 meses

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 2.097, de 03 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 150, de 07 de agosto de 2017, Seção 1 Pág. 49 e Suplemento Pág. 05, referente ao processo 25351.126061/2017-08.

Onde se lê:

Instituto Terapêutico Delta Ltda. 33173097000274
SULFATO DE NEOMICINA
NEMICINA 25351.126061/2017-08 07/2017
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
0369591/17-3
1.0440.0185.001-3 36 Meses
3.5 MG/G POM DERM CT BG PLAS X 20 G
1.0440.0185.002-1 36 Meses
3.5MG/G POM DERM CT BG AL X 20G

Leia-se:

Instituto Terapêutico Delta Ltda. 33173097000274
SULFATO DE NEOMICINA
NEMICINA 25351.126061/2017-08 07/2022
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL)
0369591/17-3
1.0440.0185.001-3 36 Meses
5 MG/G POM DERM CT BG PLAS X 20 G
1.0440.0185.002-1 36 Meses
5 MG/G POM DERM CT BG AL X 20G

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 2.706, de 6 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 195, de 10 de outubro de 2016, Seção 1 Pág. 58 e Suplemento Pág. 21, referente ao processo 25992.017500/69.

Onde se lê:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 2599201750069 Dorflex 1043879153 10/2021

Leia-se:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA 2599201750069 Dorflex 1043879153 08/2021

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 2.788, de 14 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União no 199, de 17 de outubro de 2016, Seção 1 Pág. 44 e Suplemento Pág. 19, referente ao processo 25992.017500/69.

Onde se lê:
DORFLEX 25992.017500/69 10/2021
Leia-se:
DORFLEX 25992.017500/69 08/2021

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 3.008, de 09 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 217, de 13 de novembro de 2017, Seção 1 Pág. 53 e Suplemento Pág. 06, referente ao processo 25351.510357/2017-07.

Onde se lê:
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127
TRIÓXIDO DE ARSÊNIO
TRISENOX 25351.088354/2007-01 05/2019
11038 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE
FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 0822131/17-6
1.2214.0078.001-2 36 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 10 AMP VD TRANS X 10 ML
Leia-se:
TEVA FARMACÊUTICA LTDA 05333542000108
TRIÓXIDO DE ARSÊNIO
TRISENOX 25351.510357/2017-07 05/2019
11038 RDC 73/2016 - NOVO - SUBSTITUIÇÃO DE LOCAL DE
FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 0822131/17-6
1.5573.0037.001-7 24 Meses
1 MG/ML SOL INJ IV CT 10 AMP VD TRANS X 10 ML

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE No. 577, de 08 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 48, de 12 de março de 2018, Seção 1 Pág. 51 e Suplemento Pág. 34, referente ao processo 25351.008806/2018-24.

Onde se lê:
metronidazol 25351.008806/2018-24 03/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
0 0 11 8 4 5 / 1 8 - 1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
999027/18-5 - 25000.013839/88)
(...)
1.0370.0714.012-0 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 20
1.0370.0714.013-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 50
1.0370.0714.014-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 500
1.0370.0714.015-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 200 (EMB
FRAC)
1.0370.0714.016-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 20
1.0370.0714.017-1 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 24
1.0370.0714.018-1 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 100
1.0370.0714.019-8 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 200 (EMB
FRAC)
Leia-se:
metronidazol 25351.008806/2018-24 03/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE
0 0 11 8 4 5 / 1 8 - 1
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR -
999027/18-5 - 25000.013839/88)
(...)
1.0370.0714.012-0 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.0370.0714.013-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 50
1.0370.0714.014-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 500
1.0370.0714.015-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
1.0370.0714.016-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
1.0370.0714.017-1 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 24
1.0370.0714.018-1 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 100
1.0370.0714.019-8 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 200 (EMB FRAC)

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 807, de 24 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 59, de 27 de março de 2017, Seção 1 Pág. 82 e Suplemento Pág. 23, referente ao processo 25000.0413839/88.

Onde se lê:
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
METRONIDAZOL
HELMIZOL 25000.013839/88 08/2021
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
0120844/15-6
1.0370.0071.015-0 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 20
METRONIDAZOL
1.0370.0071.016-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 50
METRONIDAZOL
1.0370.0071.017-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 500
METRONIDAZOL
1.0370.0071.018-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 200 (EMB
FRAC)
METRONIDAZOL
1.0370.0071.019-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 20
METRONIDAZOL
1.0370.0071.020-7 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 24
METRONIDAZOL
1.0370.0071.021-5 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 100
METRONIDAZOL
1.0370.0071.022-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC BRANCO X 200 (EMB
FRAC)
METRONIDAZOL
Leia-se:
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
METRONIDAZOL
HELMIZOL 25000.013839/88 08/2021
1980 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO.
0120844/15-6
1.0370.0071.015-0 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
METRONIDAZOL
1.0370.0071.016-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 50
METRONIDAZOL
1.0370.0071.017-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 500
METRONIDAZOL
1.0370.0071.018-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 100 (EMB FRAC)
METRONIDAZOL
1.0370.0071.019-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20
METRONIDAZOL
1.0370.0071.020-7 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 24
METRONIDAZOL
1.0370.0071.021-5 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 100
METRONIDAZOL
1.0370.0071.022-3 24 Meses
400 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 200 (EMB FRAC)
METRONIDAZOL

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 927, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 72, de 16 de abril de 2018, Seção 1 Pág. 35, Suplemento Pág. 14, referente ao processo nº 25351.055706/2011-41.

Onde se lê:
FENITOÍNA SÓDICA
25351.055706/2011-41
001
10/2021 15.1343.0183.002-5 36 meses
Leia-se:
FENITOÍNA SÓDICA
25351.055706/2011-41
001
10/2021 15.1343.0183.002-5 48 meses

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N°. 927, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 72, de 16 de abril de 2018, Seção 1 Pág. 35 e Suplemento Pág. 14, referente ao processo nº 25351.803125/2010-38.

Onde se lê:
BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA
1.01213-1
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO
25351.803125/2010-38
001
07/2021 15.1213.0421.001-8 48 Meses
Leia-se:
BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA
1.01213-1
CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO
25351.803125/2010-38
001
07/2021 15.1213.0421.001-8 60 Meses

## GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.403, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.404, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.405, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.406, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE n° 5.298 de 25 de novembro de 2011, publicada em DOU nº 227 de 28 de novembro de 2011, Seção 1, página 44 e em Suplemento, página 58,

Onde se lê:

Kit Instrumental 25351.508235/2011-91

INSTRUMENTAL LEGION/GENESIS II

FABRICANTE : SMITH &NEPHEW, INC - ESTADOS UNIDOS

...

CLASSE : I 10178300118

80007 - Cadastro de Famílias de Material de Uso Médico IMPORTADO

Leia-se:

Kit Instrumental 25351.508235/2011-91

INSTRUMENTAL LEGION/GENESIS II

FABRICANTE : SMITH & NEPHEW, INC - ESTADOS UNIDOS

...

CLASSE : I 10178300118

80089 - MATERIAL - Cadastro de Conjunto de Materiais de Uso Médico Importado

## GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.391, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.392, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.393, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, no âmbito da Anvisa, a avaliação de resíduos dos produtos agrotóxicos, componentes e afins, conforme relação anexa.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAUJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.321, DE 24 DE MAIO DE 2018 (*)**

A Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituta no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIMARA AZEVEDO OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

NOME DA EMPRESA: LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A
AUTORIZAÇÃO: 2.00151-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: SOFTALIND PURE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.679592/2009-13
---
NOME DA EMPRESA: ALONA LABORATÓRIOS LTDA.
AUTORIZAÇÃO: 2.03927-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: AROMATIZANTE CITRONELA DIFUSOR NOBUGS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.525334/2017-34
NOME DO PRODUTO E MARCA: AROMATIZANTE CITRONELA LÍQUIDO NOBUGS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.525335/2017-33
NOME DO PRODUTO E MARCA: AROMATIZANTE CITRONELA HOME SPRAY NOBUGS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.525333/2017-41
---
NOME DA EMPRESA: CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 2.01717-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: IMPROVE F DNA REPAIR DERMAGE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.374931/2010-54
---
NOME DA EMPRESA: F B THOMAZ COSMÉTICOS - ME
AUTORIZAÇÃO: 2.09446-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEUTRALIZANTE CAPILAR P/ PERMANENTE E ALISANTE - GRAU 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.475545/2017-29
---
NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA PEGAROLI COSMECEUTICA E QUIMICA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 2.06832-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LISSÉ CICLO REDUCER TRATAMENTO HIDRATANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.041257/2017-25
---
NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA DE COSMETICOS EVIDENCY LTDA
AUTORIZAÇÃO: 2.02372-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ONYCOSOLVE SPRAY PARA PÉS E UNHAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.623468/2017-12
---
NOME DA EMPRESA: SALVATORI INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 2.05218-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: CREME BLUE GOLD SALVATORE
NUMERO DE PROCESSO:25351.245120/2014-17
---
NOME DA EMPRESA: PHARMAKIN COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 2.03892-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: KIN BABY GEL DENTAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.075359/2008-47

(*)Republicada por ter saído com incorreções no DOU nº 101, Seção 1, pág. 53 e Suplemento nº 101, pág. 6, de 28 de maio de 2018.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.355, DE 29 DE MAIO DE 2018(*)**

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.416, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TAVARES NETO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

## GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.369, DE 30 DE MAIO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Vetter Pharma-Fertigung GmbH & Co. KG, publicada pela Resolução RE nº 3.354, de 15 de dezembro de 2016, no Diário Oficial da União nº 242, de 19 de dezembro de 2016, Seção 1, pág. 88, e em Suplemento, pág. 38; DE Genzyme do Brasil Ltda, CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1852578/16-4 e 0322507/18-1.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa IPR Pharmaceuticals, Inc, publicada pela Resolução RE nº 2.771, de 14 de outubro de 2016, no Diário Oficial da União nº 199, de 17 de outubro de 2016, Seção 1, pág. 50, e em Suplemento, pág. 45; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1339982/16-9 e 0224339/18-3.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Sanofi Winthrop Industrie - Compiègne, publicada pela Resolução RE nº 233, de 27 de janeiro de 2017, no Diário Oficial da União nº 21, de 30 de janeiro de 2017, Seção 1, pág.105, e em Suplemento, págs. 27 e 28; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1950412/16-8 e 0224333/18-4.

Art. 4º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Genzyme Ireland Limited publicada pela Resolução RE nº 1.797, de 07 de julho de 2017, no Diário Oficial da União nº 130, de 10 de julho de 2017, Seção 1, pág. 98, e em Suplemento, pág. 27; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 0010911/17-8, 0010889/17-8, 0224316/18-4 e 0224386/18-5.

Art. 5º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Hospira, Inc., publicada pela Resolução RE nº 2.054, de 28 de julho de 2017, no Diário Oficial da União n° 145, de 31 de julho de 2017, Seção 1, pág. 254, e em suplemento da Seção 1, pág. 33; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 1346920/16-7 e 0222297/18-3.

Art. 6º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa GENZYME LIMITED, publicada pela Resolução RE nº 2.496, de 21 de setembro de 2017, no Diário Oficial da União nº 184, de 25 de setembro de 2017, Seção 1, pág. 76, e em Suplemento, pág. 81; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 0517150/17-4 e 0224320/18-2.

Art. 7º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa GENZYME CORPORATION, publicada pela Resolução RE nº 2.969, de 9 de novembro de 2017, no Diário Oficial da União nº 217, de 13 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 58, e em Suplemento, pág. 86; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 0301032/17-5 e 0222477/18-1.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 8º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Jubilant HollisterStier LLC, publicada pela Resolução RE nº 49, de 5 de janeiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 5, de 8 de janeiro de 2018, Seção 1, pág. 58, e em Suplemento, pág. 31; DE Genzyme do Brasil Ltda., CNPJ: 68.132.950/0001-03, Autorização de Funcionamento 1.02.543-8; PARA Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda., CNPJ: 02.685.377/0001-57, Autorização de Funcionamento 1.01.300-3, conforme expedientes nº 0992639/17-9 e 0222332/18-5.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.370, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.371, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.372, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.373, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.374, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.375, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.376, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.377, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.378, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.379, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.380, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.381, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.382, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.383, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.384, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.385, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n° 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.386, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.387, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a atividade/classe da Autorização Especial das Empresas, constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.388, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.389, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.390, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o Art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o Parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.397, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o Art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo Art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

Considerando o Parágrafo Único do Art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 207, de 20 de fevereiro de 2018;

Considerando o parágrafo primeiro do Art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 20 de outubro de 2017, que estabelece a obrigação de comprovação válida de participação da empresa no programa CMDCAS;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.398, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.399, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.400, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.401, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.402, DE 1º DE JUNHO DE 2018(*)**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.407, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a comprovação da divulgação irregular e exposição à venda de diversos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa como se medicamentos fossem, via sitio eletrônico www.asher.com.br, pela empresa Asher Produtos Químicos Ltda (CNPJ nº 71.531.164/0001-93), que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art.1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso dos produtos "MMS - Miracle Mineral Solution", "MMS/CDS - CLORITO DE SÓDIO + HCL 4%", "Kits Prontos com Clorito de Sódio 28% + Ácido Cítrico 50% 100 mL/Cd", "Clorito de Sódio 28% + HCL 4% 100 mL/Cd", "KIT DMSO + CLORITO DE SÓDIO 28% + HCL 4% 100 ml/ cada", "CLORITO DE SÓDIO 28% 1 Litro" e "CLORITO DE SÓDIO 28% - 250 ml", pela empresa Asher Produtos Químicos Ltda (CNPJ nº 71.531.164/0001-93), localizada à Rua Luiz Barreto, 1681, Campos Elíseos, Ribeirão Preto - SP, e ainda determinar a proibição da divulgação dos mesmos, em qualquer meio de comunicação.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização de todas as unidades dos produtos citados no Art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.408, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da propaganda irregular do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa - RIVOTRAM fórmula DIA com Magnésio Quelato e RIVOTRAM fórmula NOITE com L-Triptofano, por meio dos endereços eletrônicos http://www.optimemory.net/rivotram/, http://oblogdaluiza.com/rivotram/, http://receitasfitness.org/rivotram/ e http://corpomoderno.com.br/rivotram-funciona-ansiolitico-natural/, de propriedade de empresa desconhecida, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto RIVOTRAM fórmula DIA com Magnésio Quelato e RIVOTRAM fórmula NOITE com L-Triptofano, sem registro, notificação ou cadastro na ANVISA, bem como a divulgação em qualquer veículo ou meio de comunicação e por qualquer outro tipo de mídia.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.409, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o artigo 13 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando a confirmação, pela área de registro de medicamentos, de que a formulação atualmente utilizada para o medicamento SOMALGIN CARDIO, comprimidos revestidos, em todas as suas apresentações, não foi aprovada pela Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação do medicamento SOMALGIN CARDIO, comprimidos revestidos, número de registro 135690647, da empresa EMS Sigma Pharma LTDA (CNPJ: 00.923.140/0001-31) até a adequação do registro do medicamento mediante a aprovação da formulação utilizada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.410, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, incisos XV e XXVI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização e divulgação do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, Sinelim 360, por meio dos endereços eletrônicos https://www.sinelim360.com.br/ e https://www.sinelim.com.br/

considerando que o produto Sinelim 360 está sendo divulgado na internet como possuindo propriedades terapêuticas, e que, portanto, deveria estar registrado como medicamento, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso, bem como da divulgação nos sites https://www.sinelim360.com.br/ e https://www.sinelim.com.br/ ou em qualquer meio de comunicação, do produto Sinelim 360, fabricado por empresa desconhecida.

Art. 2º Determinar, ainda, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, de todas as unidades disponíveis do produto citado no art. 1º

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.411, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a comunicação de recolhimento voluntário encaminhada pela empresa Astrazeneca do Brasil LTDA, em virtude de resultados fora de tendência para a formação do Polimorfo L do medicamento LYNPARZA (Olaparibe) registro número 1.1618.0255.001-4, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes NF944 e NG399, fabricados em 01/2017 e válidos até 06/2018 do medicamento LYNPARZA 50 mg (Olaparibe), cápsulas, importado pela empresa Astrazeneca do Brasil LTDA (CNPJ: 60.318.797/0001-00).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos lotes dos medicamentos descritos no art. 1º, nos termos da RDC nº55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.412, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da publicidade e comércio irregulares de medicamentos de venda sob prescrição médica e sujeitos a controle especial, por pessoa física ou empresa desconhecida e não regularizada junto à Vigilância Sanitária, por meio do endereço eletrônico https://anunciogratis.com.br/tag/comprar-ritalina-cuiaba/ e e-mail bossremedios@hotmail.com;

considerando a comprovação da publicidade e comércio irregulares de medicamentos sem registro na Anvisa, pelos canais de comunicação acima citados, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da publicidade e comercialização dos medicamentos Sibutramina, Biomag, Ritalina, Anfepramona, Stavigile, Venvanse, Desobesi, Dualid, Femproporex, Durateston Sibus, Rivotril, Pramil e quaisquer outros medicamentos pelo site https://anunciogratis.com.br/tag/comprar-ritalina-cuiaba/ ou pelo e-mail bossremedios@hotmail.com, de propriedade de empresa desconhecida.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.413, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o Art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

considerando a decisão da Diretoria Colegiada em revisar, de ofício, a decisão exarada na ROP nº 030/2017, conforme Aresto nº 1071, publicado em 8 de março de 2018, de acordo com o voto 10/2018 - DIGES, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistentes as determinações contidas na Resolução-RE nº 1.592, de 14/06/2017, publicada no D.O.U. nº 114 de 16/06/2017 (Seção 1, fls. 34), mantendo apenas a suspensão da importação do medicamento PERIVASC, fabricado pela empresa Kern Pharma, SL, localizada na Espanha, importado por Eurofarma Laboratórios S.A.(CNPJ: 61.190.096/0001-92).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.414, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no Art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os Art. 12, 50, 59 e 67 inciso I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o Art. 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a exposição à venda, em sítios eletrônicos, dos produtos Masterol e Sustanon, sem registros na Anvisa, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos MASTEROL, frasco de 10 ml, e SUSTANON 250, ampola de 1 ml.

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades dos produtos descritos no Art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.415, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os Art. 12, 50, 59 e 67, inciso I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Art. 7º, inciso XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização de produto sem registro ou notificação na Anvisa com alegações terapêuticas - Chá 17 ervas, caixa com 60 cápsulas de 250 mg, supostamente fabricado pela empresa Santos Flora Comércio de Ervas Ltda., localizada na Estrada Doutor Alípio Leme, 4.555, Terra Preta, Mairiporã - SP, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os medicamentos fabricados pela empresa Santos Flora Comércio de Ervas Ltda. (CNPJ: 51.569.309/0004-80), incluindo o CHÁ 17 ERVAS, caixa com 60 cápsulas de 250 mg, .

Art. 2º Determinar, ainda, a apreensão e inutilização das unidades do produto descrito no Art. 1º encontradas no mercado.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.417, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da divulgação do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa CANELA DE VELHO, fabricado por empresa desconhecida, por meio do sítio eletrônico http://www.caneladevelho.com.br, no qual são atribuídas diversas propriedades terapêuticas ao produto, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, comercialização e uso do produto CANELA DE VELHO como se medicamento fosse, bem como a divulgação em qualquer mídia, até que o produto tenha registro na Anvisa.

Art.2º Determinar ainda a apreensão e inutilização de todas as unidades do produto descrito no art. 1º, disponíveis no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.418, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o histórico de notificações de Queixas Técnicas recebidas por meio do Sistema de Notificações para a Vigilância Sanitária - NOTIVISA - relacionadas ao medicamento DOCLAXIN, fabricado pela empresa Blau Farmacêutica S.A;

Considerando Art 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição e comercialização de todos os lotes do medicamento DOCLAXIN, pó injetável (1000 mg + 200 mg e 500 mg + 100 mg (com ou sem frasco ampola de diluente de 20 ou 10 mL), fabricados pela empresa Blau Farmacêutica S.A (CNPJ nº 58.430.828/0001-60) de uso hospitalar e dispensação em farmácias e drogarias, até que a investigação sobre os desvios de qualidade seja concluída.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução RE nº 1.287, de 11 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 93, de 17 de maio de 2017, Seção 1, página 54 e em suplemento da Seção 1, página 36, retificar, a pedido, a certificação da empresa Patheon Pharmaceuticals Inc, solicitada pela empresa Vertex Farmacêutica do Brasil Ltda., CNPJ:21.798.065/0001-02, conforme expedientes nº 2618625/16-0 e 0091439/18-8.

Onde se lê: comprimidos (granel)

Leia-se: comprimidos revestidos (granel)

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE nº 873, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 67, de 9 de abril de 2018, Seção 01, pág. 98 e Suplemento, págs. 145 e 146,

Onde se lê:

EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A

ENDEREÇO: Rodovia ES 357 s/n Km 66

BAIRRO: Baunilha CEP: 40010020 - COLATINA/ES

CNPJ: 04.748.181/0009-47

PROCESSO: 25351.230385/2015-71

AUTORIZ/MS: 1.14056-6

AT I V I D A D E / C L A S S E :

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A

ENDEREÇO: Rodovia ES 357 s/n Km 66

BAIRRO: Baunilha CEP: 29715000 - COLATINA/ES

CNPJ: 04.748.181/0009-47

PROCESSO: 25351.230385/2015-71

AUTORIZ/MS: 1.14056-6

AT I V I D A D E / C L A S S E :

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

TRANSPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 871, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 67, de 9 de abril de 2018, Seção 01, pág. 98 e Suplemento, págs. 144 e 145,

Onde se lê:

EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A

ENDEREÇO: Rodovia ES 357 s/n Km 66

BAIRRO: Baunilha CEP: 40010020 - COLATINA/ES

CNPJ: 04.748.181/0009-47

PROCESSO: 25351.023406/2010-96 AUTORIZ/MS: K1544X58HMM4 (8.05993.9)

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

TRANSPORTAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: Laboratórios Bagó do Brasil S/A

ENDEREÇO: Rodovia ES 357 s/n Km 66

BAIRRO: Baunilha CEP: 29715000 - COLATINA/ES

CNPJ: 04.748.181/0009-47

PROCESSO: 25351.023406/2010-96 AUTORIZ/MS: K1544X58HMM4 (8.05993.9)

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

TRANSPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 2.603, de 29 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 189, de 2 de outubro de 2017, Seção 1, pág. 62 e Suplemento, pág. 86,

Onde se lê:

EMPRESA: roche diagnostica brasil ltda

ENDEREÇO: avenida Portugal 1100 - parte c2

BAIRRO: alphaville CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP

CNPJ: 30.280.358/0004-29

PROCESSO: 25351.329163/2016-17 AUTORIZ/MS: X8W1WM13Y277 (8.14139.1)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

EXPORTAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: roche diagnostica brasil ltda

ENDEREÇO: AV PORTUGAL 1100 - PARTE C2

BAIRRO: ITAQUI CEP: 06696060 - ITAPEVI/SP

CNPJ: 30.280.358/0004-29

PROCESSO: 25351.329163/2016-17 AUTORIZ/MS: X8W1WM13Y277 (8.14139.1)

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

EXPORTAR: CORRELATOS

IMPORTAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 1.085, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 82, de 30 de abril de 2018, Seção 1, pág. 102 e Suplemento, págs. 119 e 121,

Onde se lê:

EMPRESA: Aegerion Brasil Comércio e Importação de Medicamentos Ltda

ENDEREÇO: Alameda Santos, n° 2441, 12° Andar, cj 121

BAIRRO: Ciqueira César CEP: 01419101 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 14.555.259/0001-03

PROCESSO: 25351.096295/2018-90

AUTORIZ/MS: 1.17504-2

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

Leia-se:

EMPRESA: AEGERION BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA.

ENDEREÇO: Alameda Santos, n° 2441, 12° Andar, cj 121

BAIRRO: CERQUEIRA CESAR CEP: 01419101 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 14.555.259/0001-03

PROCESSO: 25351.096295/2018-90

AUTORIZ/MS: 1.17504-2

ATIVIDADE/CLASSE

ARMAZENAR: MEDICAMENTO

DISTRIBUIR: MEDICAMENTO

EXPEDIR: MEDICAMENTO

IMPORTAR: MEDICAMENTO

Na Resolução - RE nº 3.245, de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 146, de 1º de agosto de 2011, Seção 1, pág. 75 e Suplemento, pág. 65,

Onde se lê:

EMPRESA: CRYSTALL COMERCIO E SERVIÇOS OPTICOS E

HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: RUA VIGÁRIO JOSÉ INACIO, 250 - SALA 96

BAIRRO: CENTRO CEP: 90020110 - PORTO ALEGRE/RS

CNPJ: 11.929.006/0001-64

PROCESSO: 25351.284378/2011-33 AUTORIZ/MS: K9YXX2074284 (8.07620.2)

AT I V I D A D E / C L A S S E

DISTRIBUIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: CRYSTALL COMERCIO E SERVIÇOS DE MATERIAIS

OPTICOS E HOSPITALARES LTDA

ENDEREÇO: RUA VIGÁRIO JOSÉ INACIO, 250 - SALA 96

BAIRRO: CENTRO CEP: 90020110 - PORTO ALEGRE/RS

CNPJ: 11.929.006/0001-64

PROCESSO: 25351.284378/2011-33 AUTORIZ/MS: K9YXX2074284 (8.07620.2)

AT I V I D A D E / C L A S S E

DISTRIBUIR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 1.277, de 11 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 93, de 17 de maio de 2017, Seção 1, pág. 53 e Suplemento, págs. 32 e 33,

Onde se lê:

EMPRESA: DentalPrótese Comércio de Materiais Odontológicos LTDA-ME

ENDEREÇO: Rua Anita Garibaldi, 128, Andar 01, Sala 01

BAIRRO: Centro CEP: 88010500 - FLORIANÓPOLIS/SC

CNPJ: 11.450.788/0001-54

PROCESSO: 25351.217145/2017-22 AUTORIZ/MS: PX6X6281X91W (8.15063.3)

AT I V I D A D E / C L A S S E

COMERCIALIZAR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: DentalPrótese Comércio de Materiais Odontológicos LTDA-ME

ENDEREÇO: Rua José Jaqcues, nº 96

BAIRRO: Centro CEP: 88020080 - FLORIANÓPOLIS/SC

CNPJ: 11.450.788/0001-54

PROCESSO: 25351.217145/2017-22 AUTORIZ/MS: PX6X6281X91W (8.15063.3)

AT I V I D A D E / C L A S S E

COMERCIALIZAR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 776, de 28 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 62, de 2 de abril de 2018, Seção 1, pág. 105 e Suplemento, págs. 72 e 73,

Onde se lê:

EMPRESA: LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME

ENDEREÇO: AV WASHINGTON LUIZ 175 SALA 06

BAIRRO: CENTRO CEP: 11740000 - ITANHAÉM/SP

CNPJ: 25.164.770/0001-09

PROCESSO: 25351.601981/2017-12 AUTORIZ/MS: 3H61Y212YHL3 (8.15820.8)

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: LITORAL COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME

ENDEREÇO: AV WASHINGTON LUIZ 175 SALA 06

BAIRRO: CENTRO CEP: 11740000 - ITANHAÉM/SP

CNPJ: 25.164.770/0001-09

PROCESSO: 25351.601981/2017-12 AUTORIZ/MS: 3H61Y212YHL3 (8.15820.8)

AT I V I D A D E / C L A S S E

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Na Resolução - RE nº 3.051, de 16 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 221, de 20 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 56 e Suplemento, págs. 62 e 65,

Onde se lê:

EMPRESA: LIMPOMATE QUÍMICA LTDA ME

ENDEREÇO: TR SÃO SEBASTIÃO MARTIR, Nº 1651 A

BAIRRO: CENTRO CEP: 95800000 - VENÂNCIO AIRES/RS

CNPJ: 04.244.064/0001-99

PROCESSO: 25351.018915/01-21 AUTORIZ/MS: 3.02523.5

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.

DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.

EMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.

REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

Leia-se:

EMPRESA: LIMPOMATE QUÍMICA LTDA ME

ENDEREÇO: RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO 964

BAIRRO: CENTRO CEP: 96810076 - SANTA CRUZ DO SUL/RS

CNPJ: 04.244.064/0001-99

PROCESSO: 25351.018915/01-21 AUTORIZ/MS: 3.02523.5

ATIVIDADE/ CLASSE

ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.

DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.

EMBALAR: SANEANTE DOMIS.

EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

FABRICAR: SANEANTE DOMIS.

FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.

REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.

TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.

Na Resolução - RE n º 196, de 25 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 20, de 29 de janeiro de 2018, Seção 1, pág. 74 e Suplemento, págs. 58 e 59,

Onde se lê:

EMPRESA: paulo jose maia esmeraldo sobreira

ENDEREÇO: av. severino cordeiro 324

BAIRRO: jardim oasis CEP: 58900000 - CAJAZEIRAS/PB

CNPJ: 09.210.219/0001-90

PROCESSO: 25351.664164/2017-67 AUTORIZ/MS: P0684YW6H71M (8.15957.2)

AT I V I D A D E / C L A S S E:

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Leia-se:

EMPRESA: paulo jose maia esmeraldo sobreira

ENDEREÇO: av. severino cordeiro, 402

BAIRRO: jardim oasis CEP: 58900000 - CAJAZEIRAS/PB

CNPJ: 09.210.219/0001-90

PROCESSO: 25351.664164/2017-67 AUTORIZ/MS: P0684YW6H71M (8.15957.2)

AT I V I D A D E / C L A S S E:

ARMAZENAR: CORRELATOS

DISTRIBUIR: CORRELATOS

EXPEDIR: CORRELATOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RETIFICAÇÃO**

Na Resolução - RE N° 258, de 1º de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº. 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção I, pág. 67 e em suplemento da Seção I, pág. 99, referente a certificação da empresa Aesculap Chifa SP. ZO.O., solicitado pela empresa Laboratórios B. Braun S.A., CNPJ 31.673.254/0001-02, conforme expedientes nº 1685009/17-2 e 0108218/18-3.

Onde se lê: 8.01.369

Leia-se: 8.01.369-9

**RETIFICAÇÃO**

Na resolução - RE N.º 4.508, de 20 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 227, de 24 de novembro de 2014, Seção 1 Pag. 242 e Suplemento Págs. 69 e 80.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA CAPELA NOVA LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA AMAZONAS Nº 374

BAIRRO: VILA BANDEIRANTES CEP: 32650720 - BETIM/MG

CNPJ: 21.014.287/0001-89

PROCESSO: 25351.450822/2014-92 AUTORIZ/MS: 7.32269.3

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA CAPELA NOVA LTDA

ENDEREÇO: avenida governador valadares, 471a

BAIRRO: centro CEP: 32510010 - BETIM/MG

CNPJ: 21.014.287/0001-89

PROCESSO: 25351.450822/2014-92

AUTORIZ/MS: 7.32269-3

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

---

Na resolução - RE Nº 15, de 4 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 5, 8 de janeiro de 2018, Seção 1 Pag. 58 e Suplemento Págs. 27 e 29.

Onde se lê:

EMPRESA: dimed s/a distribuidora de medicamentos

ENDEREÇO: RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 1.099

BAIRRO: CENTRO CEP: 96600000 - RIO GRANDE/RS

CNPJ: 92.665.611/0356-39

PROCESSO: 25351.679851/2014-81

AUTORIZ/MS: 7.34239-2

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: dimed s/a distribuidora de medicamentos

ENDEREÇO: RUA GENERAL OSÓRIO, Nº 1.099

BAIRRO: CENTRO CEP: 96600000 - CANGUÇU/RS

CNPJ: 92.665.611/0356-39

PROCESSO: 25351.679851/2014-81

AUTORIZ/MS: 7.34239-2

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

---

Na resolução - RE Nº 854, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União N° 67, de 9 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 98 e Suplemento Págs. 126 e 130.

Onde se lê:

EMPRESA: COMERCIAL FARMACEUTICO PITANGUI LTDA

ME

ENDEREÇO: PRAÇA BRITO CONDE Nº 18

BAIRRO: CENTRO CEP: 40010020 - PITANGUI/MG

CNPJ: 13.360.781/0001-77

PROCESSO: 25351.400502/2014-91

AUTORIZ/MS: 7.23418-7

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: COMERCIAL FARMACEUTICO PITANGUI LTDA

ME

ENDEREÇO: PRAÇA BRITO CONDE Nº 18

BAIRRO: CENTRO CEP: 35650000 - PITANGUI/MG

CNPJ: 13.360.781/0001-77

PROCESSO: 25351.400502/2014-91

AUTORIZ/MS: 7.23418-7

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

---

Na resolução - RE Nº 1.059, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União N° 82, de 30 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 101 e Suplemento Págs. 91 e 104.

Onde se lê:

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.

ENDEREÇO: AVENIDA FRANCISCO SÁ N° 6200

BAIRRO: BARRA DO CEARÁ CEP: 60310003 - F O RTA L E Z A / C E

CNPJ: 06.626.253/0021-03

PROCESSO: 25351.108056/2018-90

AUTORIZ/MS: 7.56986-0

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Leia-se:

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S.A.

ENDEREÇO: AV DA AMIZADE, 1913

BAIRRO: SAO FRANCISCO CEP: 69640000 - TABATINGA/AM

CNPJ: 06.626.253/0021-03

PROCESSO: 25351.108056/2018-90

AUTORIZ/MS: 7.56986-0

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

---

Na resolução - RE Nº 1.636, de 12 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União N° 73, de 16 de abril de 2012, Seção 1 Pag. 65 e Suplemento Págs. 70 e 76.

Onde se lê:

EMPRESA: CELIA GOBBO SOLDERA-ME

ENDEREÇO: RUA PEDRO LANÇA, N. 603

BAIRRO: CENTRO CEP: 18890000 - TAGUAÍ/SP

CNPJ: 08.459.825/0001-80

PROCESSO: 25351.046727/2007-69 AUTORIZ/MS: 0.48870.6

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: ASB MEDICAMENTOS LTDA-ME

ENDEREÇO: RUA PEDRO LANÇA, N. 603

BAIRRO: CENTRO CEP: 18890000 - TAGUAÍ/SP

CNPJ: 08.459.825/0001-80

PROCESSO: 25351.046727/2007-69 AUTORIZ/MS: 0.48870.6

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

---

Na resolução - RE Nº 869, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União N° 67, de 9 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 98 e Suplemento Págs. 131 e 134.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA FAM FARMA LTDA

ENDEREÇO: RUA CORONEL SEABRA, Nº 810, CONJ. 1

BAIRRO: VILA MARINA CEP: 09176000 - SANTO ANDRÉ/SP

CNPJ: 58.768.557/0009-04

PROCESSO: 25351.012651/2018-21

AUTORIZ/MS: 7.56329-1

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA FAM FARMA LTDA

ENDEREÇO: RUA CORONEL SEABRA, Nº 610, CONJ. 1

BAIRRO: VILA MARINA CEP: 09176000 - SANTO ANDRÉ/SP

CNPJ: 58.768.557/0009-04

PROCESSO: 25351.012651/2018-21

AUTORIZ/MS: 7.56329-1

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS

A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

---

Na resolução - RE Nº 1.059, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União N° 82, de 30 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 101 e Suplemento Págs. 91 e 98.

Onde se lê:

EMPRESA: VETFARMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS

VETERINARIOS LTDA - ME

ENDEREÇO: Rua zeca neves, 16, sala comercial

BAIRRO: centro CEP: 88502225 - LAGES/SC

CNPJ: 17.778.857/0001-30

PROCESSO: 25351.108619/2018-40

AUTORIZ/MS: 7.57294-5

AT I V I D A D E / C L A S S E :

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Leia-se:

EMPRESA: VETFARMA - COMERCIO DE MEDICAMENTOS

LTDA - ME

ENDEREÇO: Rua Benjamin Constant, 123, sala 03

BAIRRO: Centro CEP: 88510110 - LAGES/SC

CNPJ: 17.778.857/0001-30

PROCESSO: 25351.108619/2018-40

AUTORIZ/MS: 7.57294-5

AT I V I D A D E / C L A S S E :

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

---

Na resolução - RE Nº 1.059, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 82, de 30 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 101 e Suplemento Págs. 91, 92 e 93.

Onde se lê:

EMPRESA: ultraceres drogaria eireli

ENDEREÇO: avenida bernardo sayão n.365

BAIRRO: centro CEP: 76300000 - CERES/GO

CNPJ: 29.459.325/0001-19

PROCESSO: 25351.113989/2018-07

AUTORIZ/MS: 7.57045-5

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL-
Leia-se:
EMPRESA: ultraceres drogaria eireli
ENDEREÇO: avenida bernardo sayão n.365
BAIRRO: centro CEP: 76300000 - CERES/GO
CNPJ: 29.459.325/0001-19
PROCESSO: 25351.113989/2018-07
AUTORIZ/MS: 7.57045-5
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

---

Na resolução - RE N° 1.684, de 8 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 88, de 12 de maio de 2014, Seção 1 Pag. 49 e Suplemento Págs. 42 e 46.
Onde se lê:
EMPRESA: fuzi & antonelli ltda me
ENDEREÇO: rua riachuelo, 545
BAIRRO: centro CEP: 13560110 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 11.993.918/0001-03
PROCESSO: 25351.152616/2014-10 AUTORIZ/MS: 7.13775.2
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: PEVIANI & LUIZ LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA RIO PARANA 330
BAIRRO: JARDIM JOCKEI CLUB A CEP: 13565200 - SÃO CARLOS/SP
CNPJ: 11.993.918/0001-03
PROCESSO: 25351.152616/2014-10
AUTORIZ/MS: 7.13775-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

---

Na resolução - RE Nº 940, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 72, de 16 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 39 e Suplemento Págs. 90 e 96.
Onde se lê:
EMPRESA: M. DE LOURDES R. FIGUEIREDO LTDA
ENDEREÇO: RUA GERALDO BRANDÃO ROCHA, 1022 BOX 0003
BAIRRO: GRAMAME CEP: 58068185 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 28.706.673/0001-80
PROCESSO: 25351.093998/2018-66
AUTORIZ/MS: 7.56764-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: M. DE LOURDES R. FIGUEIREDO LTDA ME
ENDEREÇO: RUA GERALDO BRANDÃO ROCHA, 1022 BOX 0003
BAIRRO: GRAMAME CEP: 58068185 - JOÃO PESSOA/PB
CNPJ: 28.706.673/0001-80
PROCESSO: 25351.093998/2018-66
AUTORIZ/MS: 7.56764-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

---

Na resolução - RE Nº 854, de 5 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União N° 67, de 9 de abril de 2018, Seção 1 Pag. 98 e Suplemento Págs. 126 e 128.
Onde se lê:
EMPRESA: farmacia sagrado coracao ltda
ENDEREÇO: RUA PADRE BIAGGIO SIMONETTI 212
BAIRRO: CENTRO CEP: 40010020 - FRAIBURGO/SC
CNPJ: 83.002.360/0002-30
PROCESSO: 25351.093273/2014-44
AUTORIZ/MS: 7.11911-9
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS
A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: farmacia sagrado coracao ltda
ENDEREÇO: RUA PADRE BIAGGIO SIMONETTI 212
BAIRRO: CENTRO CEP: 89580000 - FRAIBURGO/SC
CNPJ: 83.002.360/0002-30
PROCESSO: 25351.093273/2014-44
AUTORIZ/MS: 7.11911-9
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS
A CONTROLE ESPECIAL:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

---

Na resolução - RE N.º 1.226, de 04 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 66, de 07 de abril de 2014, Seção 01 Pag. 41 e Suplemento Págs. 67 e 106.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA RINOFARMA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA PROFRSSOR SUD MENUCCI, Nº 126
BAIRRO: CENTRO CEP: 17740000 - RINÓPOLIS/SP
CNPJ: 67.936.914/0001-30
PROCESSO: 25351.015566/2014-91 AUTORIZ/MS: 7.08420.0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-
TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A
CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA RINOFARMA LTDA - ME
ENDEREÇO: RUA LUIZ WOLFF Nº 203
BAIRRO: CENTRO CEP: 17740000 - RINÓPOLIS/SP
CNPJ: 67.936.914/0001-30
PROCESSO: 25351.015566/2014-91
AUTORIZ/MS: 7.08420-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

---

Na resolução - RE N.º 629, de 15 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 53, de 19 de março de 2018, Seção 01 Pag. 58 e Suplemento Págs. 109 e 114.
Onde se lê:
EMPRESA: OLIVEIRA E MATSUBARA LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DO ALVARENGA 1706
BAIRRO: BALNEARIO MAR PAULISTA CEP: 04467000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 45.776.051/0006-52
PROCESSO: 25351.005577/2018-96
AUTORIZ/MS: 7.56239-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: OLIVEIRA E MATSUBARA LTDA.
ENDEREÇO: ESTRADA DO ALVARENGA 1706
BAIRRO: BALNEARIO MAR PAULISTA CEP: 04467000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 45.776.051/0006-52
PROCESSO: 25351.005577/2018-96
AUTORIZ/MS: 7.56239-0
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

---

Na resolução - RE N.º 589, de 8 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 48, de 12 de março de 2018, Seção 01 Pag. 56 e Suplemento Págs. 142 e 152.
Onde se lê:
EMPRESA: COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO
ENDEREÇO: Rua Quinze de Novembro 160
BAIRRO: Centro CEP: 12210070 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 57.508.426/0061-09
PROCESSO: 25351.733669/2017-89
AUTORIZ/MS: 7.56186-6
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
Leia-se:
EMPRESA: COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO
ENDEREÇO: Rua Quinze de Novembro 160
BAIRRO: Centro CEP: 12210070 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 57.508.426/0061-09
PROCESSO: 25351.733669/2017-89
AUTORIZ/MS: 7.56186-6
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

## GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.356, DE 29 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

### RESOLUÇÃO-RE Nº 1.394, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.395, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.396, DE 30 DE MAIO DE 2018(*)**

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Tornar insubsistente o indeferimento da Concessão da Autorização de Funcionamento para a Empresa, publicada pela Resolução-RE n° 3.410 de 21 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União nº 246 de 26 de dezembro de 2017, Seção 1 pág. 900 e Suplemento págs. 172.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

## Ministério das Cidades

### GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 354, DE 1° DE JUNHO DE 2018**

Altera a Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º O Anexo I da Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 14 de fevereiro de 2018, Seção 1, páginas 36 a 41, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

CONDIÇÕES GERAIS PARA AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS

(...)

8. ENQUADRAMENTO E SELEÇÃO DE PROPOSTAS

(...)

8.1.1. O enquadramento será realizado pelo Gestor Operacional do PMCMV, a partir da verificação dos seguintes pré-requisitos:

(...)

g) limite máximo de 3.000 unidades habitacionais por proponente, para o somatório de empreendimentos selecionados anualmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As IF ficam impedidas de contratar empreendimentos nos municípios que:

(...)

d) tenham empreendimentos já concluídos sem demanda indicada."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

**PORTARIA Nº 355, DE 1° DE JUNHO DE 2018**

Altera o Anexo II da Portaria nº 189, de 08 de março de 2018, que torna público o processo de seleção de propostas de Entes Apoiadores para participação no Programa Cartão Reforma - Edital CR 001/2018.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2018, a Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, e o Decreto n° 9.084, de 29 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º O Anexo II da Portaria nº 189, de 08 de março de 2018, alterado pela Portaria nº 308, de 8 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

| Etapa | Prazo |
|---|---|
| 1º Turno | |
| Início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores e de propostas | 12/03/2018 |
| Data limite para inscrição de propostas | 26/03/2018 |
| Data limite para publicação de resultado de seleção | 16/04/2018 |
| Data limite para interposição de recurso | 30/04/2018 |
| Data limite para publicação do resultado final | 30/07/2018 |
| 2º Turno | |
| Início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores e de propostas | 27/03/2018 |
| Data limite para inscrição de propostas | 13/04/2018 |
| Data limite para publicação de resultado de seleção | 06/08/2018 |
| Data limite para interposição de recurso | 31/08/2018 |
| Data limite para publicação do resultado final | 28/09/2018 |

"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

## Ministério das Relações Exteriores

### SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

### DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

### DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

**EMENDA AO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS PARA PORTADORES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS E OFICIAIS OU DE SERVIÇO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República da Indonésia
(doravante denominados "Partes"),

Com o objetivo de estabelecer Emenda ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais ou de Serviços, assinado em Jacarta, em 12 de julho de 2008 (doravante denominado "Acordo"),

Acordam o seguinte:

1. O Artigo 1 do Acordo deverá receber a seguinte Emenda:

"Artigo 1
Isenção de visto

Os nacionais das Partes portadores de passaportes diplomáticos e oficiais ou de serviço válidos estarão isentos de visto para entrar, transitar e permanecer no território da outra Parte por um período que não exceda 30 (trinta) dias a partir da data da entrada."

2. O parágrafo 2 do Artigo 10 do Acordo deverá receber a seguinte Emenda:

"Artigo 10
Entrada em vigor, vigência e denúncia

2. Este Acordo vigerá por termo indeterminado."

3. Essa emenda formará parte integral do Acordo e entrará em vigor 30 (trinta) dias após a sua assinatura.

Em testemunho do que, os representantes de ambos os Governos, devidamente autorizados, celebraram a presente Emenda.

Feito em Jacarta, em 11 de maio de dois mil e dezoito, em dois originais, nos idiomas português, indonésio e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência relativa à interpretação desta Emenda, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

ALOYSIO NUNES FERREIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República da Indonésia

RETNO L.P. MARSUDI
Ministra dos Negócios Estrangeiros

## Ministério de Minas e Energia

### GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 194, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000402/2018-37, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica SRMN II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.302.357/0001-06, com Sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 18, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Santa Rosa e Mundo Novo II, no Município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.035211-0.01, com 31.500 kW de capacidade instalada e 18.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.100 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Santa Rosa e Mundo Novo II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de quarenta e nove quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Paraíso, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 6 de setembro de 2021;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 5 de outubro de 2021;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de outubro de 2021;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 3 de março de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de junho de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 3 de março de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 22 de novembro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 17 de dezembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 5 de dezembro de 2022; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.500.188,50 (nove milhões, quinhentos mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Santa Rosa e Mundo Novo II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Santa Rosa e Mundo Novo II, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Santa Rosa e Mundo Novo II, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica SRMN II S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Central Eólica SRMN II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Central Eólica SRMN II S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Santa Rosa e Mundo Novo II, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Central Eólica SRMN II S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Eólica SRMN II S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Renato Volponi Lício. | CPF: 245.721.287-15. |
| Representante legal: Filipe Alves Domingues. | CPF: 068.779.441-27. |
| Responsável técnico: Gustavo Mallet Gaspar. | CPF: 360.029.548/99. |
| Contador: Alfredo Antonio Tessari Neto. | CPF: 162.979.298-58. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 146.901.390,00. |
| Serviços | 35.781.240,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (1) | 190.003.770,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 133.313.010,00. |
| Serviços | 32.471.470,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (2) | 173.105.620,00. |
| Período de execução do projeto: De 30 de setembro de 2021 a 30 de dezembro de 2022. | |

ANEXO II

| Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 | | |
|---|---|---|
| Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada) | | |
| Razão Social | CNPJ | Participação |
| EDP Renováveis Brasil S.A. | 09.334.083/0001-20. | 100 % |

ANEXO III

| Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Santa Rosa e Mundo Novo II | | |
|---|---|---|
| Aerogerador | Coordenadas UTM | |
| | E (m) | N (m) |
| 1 | 810336 | 9348895 |
| 2 | 810452 | 9349171 |
| 3 | 810564 | 9349456 |
| 4 | 810672 | 9349737 |
| 5 | 810812 | 9350001 |
| 6 | 810898 | 9350289 |
| 7 | 811007 | 9350567 |
| 8 | 811128 | 9350840 |
| 9 | 811282 | 9351102 |
| 10 | 811471 | 9351333 |
| 11 | 811570 | 9351612 |
| 12 | 811723 | 9351838 |
| 13 | 811872 | 9352047 |
| 14 | 812014 | 9352261 |
| 15 | 812134 | 9352489 |

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

**PORTARIA Nº 195, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000422/2018-16, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.616.162/0001-30, com Sede na Praça Leoni Ramos, nº 1, 5º andar, bloco 2, São Domingos, Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Ventos de Santa Ângela 21, no Município de Queimada Nova, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.PI.033025-6.01, com 30.000 kW de capacidade instalada e 15.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por dez Unidades Geradoras de 3.000 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Ventos de Santa Ângela 21, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de quinze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Queimada Nova II, de propriedade da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A., em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de fevereiro de 2022;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 2 de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 2 de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de março de 2022;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 15 de março de 2022;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 1º de maio de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 1º de agosto de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de abril de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de outubro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de novembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 3ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2022;

l) início da Operação em Teste da 4ª à 6ª Unidade Geradora: até 2 de dezembro de 2022;

m) início da Operação em Teste da 7ª à 10ª Unidade Geradora: até 17 de dezembro de 2022; e

n) início da Operação Comercial da 1ª à 10ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.250.000,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Ventos de Santa Ângela 21;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ventos de Santa Ângela 21, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Ventos de Santa Ângela 21, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Ventos de Santa Ângela 21, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Carlos Ewandro Naegele Moreira. | CPF: 391.142.017-04. |
| Representante legal: Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira. | CPF: 002.533.027-65. |
| Responsável técnico: Tiago Amaro Heerdt. | CPF: 001.362.080-02. |
| Contador: Elço Góes de Assis. | CPF: 028.058.327-36. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 137.610.000,00. |
| Serviços | 23.925.000,00. |
| Outros | 3.465.000,00. |
| Total (1) | 165.000.000,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 127.014.000,00. |
| Serviços | 23.829.000,00. |
| Outros | 3.465.000,00. |
| Total (2) | 154.308.000,00. |
| Período de execução do projeto: De 1º de março de 2022 a 1º de novembro de 2022. | |

ANEXO II

| Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 | | |
|---|---|---|
| Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada) | | |
| Razão Social | CNPJ | Participação |
| Enel Green Power Brasil Participações Ltda. | 08.084.537/0001-99 | 99,9 % |
| Ventos de Santa Ângela Energias Renováveis S.A. | 15.673.986/0001-38. | 0,1 % |

ANEXO III

| Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ventos de Santa Ângela 21 | | |
|---|---|---|
| Aerogerador | Coordenadas UTM | |
| | E (m) | N (m) |
| 1 | 231888 | 9040220 |
| 2 | 231714 | 9040091 |
| 3 | 231567 | 9039950 |
| 4 | 231426 | 9039806 |
| 5 | 231297 | 9039657 |
| 6 | 231166 | 9039509 |
| 7 | 230539 | 9038782 |
| 8 | 230330 | 9038396 |
| 9 | 230242 | 9038229 |
| 10 | 230160 | 9038060 |

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

**PORTARIA Nº 196, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000401/2018-92, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica SRMN I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.302.334/0001-00, com Sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 17, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Santa Rosa e Mundo Novo I, no Município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.035210-1.01, com 31.500 kW de capacidade instalada e 18.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.100 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de quarenta e nove quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Paraíso, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 6 de setembro de 2021;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 5 de outubro de 2021;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de outubro de 2021;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 3 de março de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de junho de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 3 de março de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 22 de novembro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 17 de dezembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 5 de dezembro de 2022; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.500.188,50 (nove milhões, quinhentos mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Santa Rosa e Mundo Novo I, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica SRMN I S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Central Eólica SRMN I S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Central Eólica SRMN I S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Central Eólica SRMN I S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Eólica SRMN I S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Renato Volponi Lício. | CPF: 245.721.287-15. |
| Representante legal: Filipe Alves Domingues. | CPF: 068.779.441-27. |
| Responsável técnico: Gustavo Mallet Gaspar. | CPF: 360.029.548/99. |
| Contador: Alfredo Antonio Tessari Neto. | CPF: 162.979.298-58. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 146.901.390,00. |
| Serviços | 35.781.240,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (1) | 190.003.770,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 133.313.010,00. |
| Serviços | 32.471.470,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (2) | 173.105.620,00. |
| Período de execução do projeto: De 30 de setembro de 2021 a 30 de dezembro de 2022. | |

ANEXO II

| Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 | | |
|---|---|---|
| Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada) | | |
| Razão Social | CNPJ | Participação |
| EDP Renováveis Brasil S.A. | 09.334.083/0001-20. | 100 % |

ANEXO III

| Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Santa Rosa e Mundo Novo I | | |
|---|---|---|
| Aerogerador | Coordenadas UTM | |
| | E (m) | N (m) |
| 1 | 815077 | 9345558 |
| 2 | 814879 | 9345425 |
| 3 | 814684 | 9345288 |
| 4 | 814475 | 9345166 |
| 5 | 814250 | 9345028 |
| 6 | 814035 | 9344869 |
| 7 | 813874 | 9344638 |
| 8 | 813646 | 9344430 |
| 9 | 813385 | 9344299 |
| 10 | 813136 | 9344160 |
| 11 | 812890 | 9343955 |
| 12 | 812696 | 9343720 |
| 13 | 809971 | 9348072 |
| 14 | 810083 | 9348350 |
| 15 | 810205 | 9348625 |

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

**PORTARIA Nº 197, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000403/2018-81, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Central Eólica SRMN III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.433.969.0001-38, com Sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 19, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Santa Rosa e Mundo Novo III, no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.035212-8.01, com 31.500 kW de capacidade instalada e 20.000 kW médios de garantia física de energia, constituída por quinze Unidades Geradoras de 2.100 kW, cujas localizações são apresentadas no Anexo III à presente Portaria.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de quarenta e nove quilômetros e setecentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Paraíso, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 6 de setembro de 2021;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de setembro de 2021;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de aerogeradores ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de setembro de 2021;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 5 de outubro de 2021;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de outubro de 2021;

f) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 3 de março de 2022;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 15 de junho de 2022;

h) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 3 de março de 2022;

i) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 22 de novembro de 2022;

j) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 17 de dezembro de 2022;

k) início da Operação em Teste da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 5 de dezembro de 2022; e

l) início da Operação Comercial da 1ª à 15ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2023;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.500.188,50 (nove milhões, quinhentos mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL os dados georreferenciados do empreendimento, conforme orientações disponibilizadas na página da ANEEL na rede mundial de computadores, no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Portaria, e mantê-los atualizados.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Santa Rosa e Mundo Novo III, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Central Eólica SRMN III S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Central Eólica SRMN III S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Central Eólica SRMN III S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Central Eólica SRMN III S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Central Eólica SRMN III S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO I

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Renato Volponi Lício. | CPF: 245.721.287-15. |
| Representante legal: Filipe Alves Domingues. | CPF: 068.779.441-27. |
| Responsável técnico: Gustavo Mallet Gaspar. | CPF: 360.029.548/99. |
| Contador: Alfredo Antonio Tessari Neto. | CPF: 162.979.298-58. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 146.901.390,00. |
| Serviços | 35.781.240,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (1) | 190.003.770,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 133.313.010,00. |
| Serviços | 32.471.470,00. |
| Outros | 7.321.140,00. |
| Total (2) | 173.105.620,00. |
| Período de execução do projeto: De 30 de setembro de 2021 a 30 de dezembro de 2022. | |

ANEXO II

| Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011 | | |
|---|---|---|
| Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada) | | |
| Razão Social | CNPJ | Participação |
| EDP Renováveis Brasil S.A. | 09.334.083/0001-20. | 100 % |

ANEXO III

| Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Santa Rosa e Mundo Novo III | | |
|---|---|---|
| Aerogerador | Coordenadas UTM | |
| | E (m) | N (m) |
| 1 | 803388 | 9352228 |
| 2 | 803653 | 9352413 |
| 3 | 803928 | 9352542 |
| 4 | 804035 | 9352946 |
| 5 | 804330 | 9353074 |
| 6 | 804442 | 9353352 |
| 7 | 804564 | 9353627 |
| 8 | 804695 | 9353897 |
| 9 | 804876 | 9354171 |
| 10 | 804974 | 9354462 |
| 11 | 805000 | 9354792 |
| 12 | 805155 | 9355084 |
| 13 | 805327 | 9355392 |
| 14 | 805580 | 9355735 |
| 15 | 805924 | 9355925 |

Fuso/Datum: 24S/SIRGAS2000.

**PORTARIA Nº 198, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000972/2018-27, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.870.939/0001-82, com Sede na Estrada Vicinal Possidônio de Andrade Neto, km 8, Fazenda Santa Rita, Zona Rural, Município de Pitangueiras, Estado de São Paulo, a ampliar em 25.000 kW a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada Pitangueiras, no Município de Pitangueiras, Estado de São Paulo, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.AI.SP.028859-4.01, passando a ser constituída por três Unidades Geradoras, sendo uma de 15.000 kW e uma de 10.000 kW, autorizadas pela Resolução ANEEL nº 779, de 23 de dezembro de 2002, e pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.336, de 22 de abril de 2008, respectivamente, e uma de 25.000 kW, totalizando 50.000 kW de capacidade instalada e 24.800 kW médios de garantia física de energia, em ciclo Rankine, utilizando bagaço de cana-de-açúcar como combustível principal, localizada às coordenadas planimétricas E 784474 m e N 7669629 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UTE Pitangueiras, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, em Circuito Duplo, interligando a Subestação Elevadora ao seccionamento da futura Linha Morro Agudo-Humaitá, trecho Usina Ibitiúva-Humaitá, de propriedade da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - ampliar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de junho de 2018;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de junho de 2018;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de junho de 2018;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2018;

e) início da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2019;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2018;

g) conclusão da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 23 de dezembro de 2019;

h) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 2 de março de 2020; e

i) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 1º de abril de 2020;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da terceira Unidade Geradora da UTE Pitangueiras;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a ampliação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE Pitangueiras, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 5º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de ampliação da UTE Pitangueiras, detalhado nesta Portaria e no Anexo, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda. e constam dos documentos do projeto de ampliação Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º A Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A revogação da autorização de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI.

Art. 7º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Rafael de Andrade Neto. | CPF: 220.718.758-69. |
| Responsável técnico: Jônathas Davanço Costa. | CPF: 327.612.188-33. |
| Contador: Claudio Cheli Lotufo. | CPF: 049.339.248-30. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 50.000.000,00. |
| Serviços | 20.000.000,00. |
| Outros | 0,00. |
| Total (1) | 70.000.000,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 45.375.000,00. |
| Serviços | 18.150.000,00. |
| Outros | 0,00. |
| Total (2) | 63.525.000,00. |
| Período de execução do projeto: De 1º de junho de 2018 a 1º de abril de 2020. | |

## PORTARIA Nº 199, DE 29 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, e o que consta dos Processos nº 48500.003818/2017-26 e nº 48500.000386/2018-82, resolve:

Capítulo I

DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa EECO Jacutinga - Empreendimentos Energéticos do Centro Oeste S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.347.411/0001-22, com Sede na Rua Florais, nº 1.788, sala 6-M, Ribeirão do Lipa, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio Claro, integrante da Sub-Bacia 17, Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, nas coordenadas planimétricas E 533364 m e N 8474220 m, Fuso 21S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Pequena Central Hidrelétrica denominada Perdidos, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: PCH.PH.MT.037328-1.01, com 28.000 kW de capacidade instalada e 16.420 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas Unidades Geradoras de 14.000 kW.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da PCH Perdidos, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 138 kV, com cerca de sessenta e seis quilômetros e quinhentos metros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Nova Mutum, de propriedade da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Pequena Central Hidrelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 1º de agosto de 2018;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de setembro de 2019;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de outubro de 2019;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de janeiro de 2020;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de setembro de 2020;

f) desvio do Rio - 1ª fase: até 1º de maio de 2020;

g) desvio do Rio - 2ª fase: até 1º de julho de 2021;

h) início da Concretagem da Casa de Força: até 1º de janeiro de 2021;

i) solicitação de Acesso ao Sistema Interligado: até 1º de outubro de 2019;

j) início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até 1º de fevereiro de 2021;

k) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de janeiro de 2021;

l) descida do Rotor da 1ª Unidade Geradora: até 1º de junho de 2021;

m) descida do Rotor da 2ª Unidade Geradora: até 1º de agosto de 2021;

n) conclusão da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até 1º de dezembro de 2021;

o) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de outubro de 2021;

p) início do Enchimento do Reservatório: até 1º de novembro de 2021;

q) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2021;

r) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 15 de dezembro de 2021;

s) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 1º de dezembro de 2021; e

t) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 9.570.616,50 (nove milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da PCH Perdidos;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 05/2017-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e conforme o art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela PCH Perdidos, enquanto mantiver as características de Pequena Central Hidrelétrica e a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Capítulo II

DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da PCH Perdidos, detalhado nesta Portaria e no Anexo, nos termos da Portaria MME nº 222, de 7 de junho de 2016.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de novembro de 2017, são de exclusiva responsabilidade da EECO Jacutinga - Empreendimentos Energéticos do Centro Oeste S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A EECO Jacutinga - Empreendimentos Energéticos do Centro Oeste S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A EECO Jacutinga - Empreendimentos Energéticos do Centro Oeste S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 222, de 2016, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI.

Art. 8º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO

| Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura | |
|---|---|
| Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica | |
| Representante legal: Fernando Maggi Scheffer. | CPF: 353.455.601-10. |
| Representante legal: Leonardo Rossato. | CPF: 024.715.539-07. |
| Responsável técnico: Celso Rubens Vareta. | CPF: 828.584.468-49. |
| Contador: Giancarlo Morini Marques. | CPF: 034.732.889-00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 50.640.810,00. |
| Serviços | 126.794.140,00. |
| Outros | 13.977.380,00. |
| Total (1) | 191.412.330,00. |
| Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$) | |
| Bens | 45.956.540,00. |
| Serviços | 115.065.680,00. |
| Outros | 13.977.380,00. |
| Total (2) | 174.999.600,00. |
| Período de execução do projeto: De 1º de abril de 2020 a 1º de janeiro de 2022. | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### DESPACHO Nº 1.206, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 27101.000463/1989-40, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Elétrica S.A. em face dos Despachos nos 3.865/2017, 3.866/2017 e 3.946/2017, emitidos pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG, que, respectivamente, registrou a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico, alterou a potência da outorga de autorização e homologou os parâmetros de garantia física relativos a Usina Hidrelétrica - UHE Bom Retiro, e, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

### DESPACHO Nº 1.207, DE 30 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000711/2007-10, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Painel Energética S.A. em face do Despacho nº 1.848, de 27 de junho de 2017 e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para: i) indeferir o pedido para alterar o cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Painel; ii) determinar à Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG que monitore a implantação da PCH Painel no âmbito do Programa de Gestão da Outorgas, pelo prazo de até 18 meses, dentro do qual a Interessada deverá obter a Licença de Instalação e iniciar as obras; iii) determinar à Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG que instaure imediatamente processo punitivo tendente a revogar a autorização da PCH Painel, caso seja constatada a inviabilidade do Empreendimento ou o prazo fixado no item "b" expire sem o início das obras, e iv) cancelar as determinações contidas no Despacho nº 1.848, de 27 de junho de 2017.

ROMEU DONIZETE RUFINO

### RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa n° 7.038, de 22 de maio de 2018, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, constante do Processo nº 48500.006525/2017-09 publicado no DOU, de 28 de maio de 2018, seção 1, página 56, n°. 101, onde se lê: "Processo: 48500.002128/2018-31" leia-se: "Processo: 48500.006525/2017-09".

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DE 28 DE MAIO DE 2018

Nº 1.182 - Processo nº 48500.004335/2009-39. Interessado: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (líder do Consórcio Tapajós). Decisão: prorrogar até o dia 31/12/2019 o prazo estabelecido no Despacho nº 85/2016 para entrega do EVTE da UHE Jamanxim, cadastrada sob o CEG UHE.PH.PA.040437-3.01, com potência de 881.000 kW, localizada no rio Jamanxim, no estado do Pará.

Nº 1.183 - Processo nº 48500.004332/2009-03. Interessado: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (líder do Consórcio Tapajós). Decisão: prorrogar até o dia 31/12/2019 o prazo estabelecido no Despacho nº 470/2016 para entrega do EVTE da UHE Cachoeira do Caí, CEG UHE.PH.PA.040436-5.01, com potência de 802.000 kW, localizada no rio Jamanxim, no estado do Pará.

Nº 1.184 - Processo nº 48500.004336/2009-83. Interessado: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (líder do Consórcio Tapajós). Decisão: prorrogar até o dia 31/12/2019 o prazo estabelecido no Despacho nº 818/2016 para entrega do EVTE da UHE Cachoeira dos Patos, CEG UHE.PH.PA.040438-1.01, com potência de 528.000 kW, localizada no rio Jamanxim, no estado do Pará.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.192, DE 29 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001596/2014-64. Interessada: Autazes Empreendimentos e Participações Ltda. Decisão: transferir da AEL Atividade Empresarial Ltda. para a Autazes Empreendimentos e Participações Ltda., o DRS-PCH nº 3.136, de 1º de dezembro de 2016, cujo objeto é a adequabilidade da PCH Inferno, com 9.700 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MG.034036-7.01, localizada no município de Sacramento, no estado de Minas Gerais.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.198, DE 30 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001451/2004-93. Interessado: Rio Sirinhaém Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Cachoeira da Prata, CEG PCH.PH.PE.030084-5.01, localizada no rio Sirinhaém, município de Barra de Guabiraba, estado de Pernambuco.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.199, DE 30 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001450/2004-21. Interessado: Rio Sirinhaém Energia Ltda. Decisão: homologar os parâmetros necessários ao cálculo da Garantia Física da PCH Ilha das Flores, CEG PCH.PH.PE.030087-0.01, localizada no rio Sirinhaém, municípios de Cortês e Bonito, estado de Pernambuco.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

### DESPACHO Nº 1.201, DE 30 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.002504/2018-97. Interessado: Rio Paraíba Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Cajueiro, cadastrada sob o CEG PCH.PH.AL.037122-0.01, localizada no rio Paraíba, no estado de Alagoas; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) nos termos do § 1º do art. 7º da indicada Resolução, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

### DESPACHO Nº 1.210, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de abril de 2018, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 811, de 24 de abril de 2018.

A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO
Superintendente Adjunto

## SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

### DESPACHO Nº 1.204, DE 30 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001910/2018-32. Interessados: EPB - Energisa Paraíba e Constrular Comércio Material de Construção Ltda. Decisão: dar provimento parcial ao requerimento da empresa consumidora.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ RUELLI
Superintendente

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

## DIRETORIA I

## SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

### DESPACHO Nº 696, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.014971/2012-27, torna público o seguinte ato:

Fica alterado o artigo 2º da Autorização ANP nº 52, de 26/01/2018, publicada no DOU de 29/01/2018, em função do atendimento ao inciso VII do art. 7º da Resolução ANP nº 26/2012, que passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin), sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização."

THYAGO GROTTI VIEIRA

### DESPACHO Nº 697, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.014471/2012-95, torna público o seguinte ato:

Fica revogado o artigo 2º da Autorização ANP nº 472, de 18/08/2017, publicada no DOU de 21/08/2017, em função da apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal.

THYAGO GROTTI VIEIRA

## DIRETORIA II

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO Nº 462, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64 de 1º de março de 2012 e tendo em vista o constante no Processo nº 48610.002329/2007-38, resolve:

Fica a empresa Logás - Logística e Distribuição de Gás Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 11.893.134/0004-48, autorizada a operar a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) localizada na Rodovia BR 040, KM 699, Zona Rural Barbacena, Estado de Minas Gerais.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

## DIRETORIA IV

## SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

### AUTORIZAÇÃO Nº 463, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, e considerando a Resolução ANP nº 03 de 19 de janeiro de 2005, e o que consta no processo n.º 48610.201657/2018-78, autoriza a empresa BR SOIL DISTRIBUIÇÃO S.A., CNPJ n.º 29.302.535/0001-07, a exercer a atividade de importação de asfaltos.

MAURO MOTTA LAPORTE

### AUTORIZAÇÃO Nº 464, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.201647/2018-32, autoriza a filial da empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ n.º 34.274.233/0390-68, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

### AUTORIZAÇÃO Nº 465, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200557/2018-24, autoriza a filial da empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A, CNPJ n.º 03.987.364/0009-52, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**AUTORIZAÇÃO Nº 466, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48610.201655/2018-89, autoriza a empresa MASUT COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 37.350.519/0010-09, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR). Revoga-se a autorização de exercício 142/2007.

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO Nº 698, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e com fundamento no disposto no artigo 56, § 1º da Lei nº 9.784/99, do art. 19, inciso I, alínea "c", da Resolução ANP nº 17/2009 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.007014/2017-59, torna público o CANCELAMENTO, a pedido, da autorização para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, outorgada à sociedade TPXBR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.116.341/0001-02.

CEZAR CARAM ISSA

**DESPACHO Nº 699, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº. 92, de 26 de maio de 2004 e com fundamento no artigo 13, VIII e X da Resolução ANP nº 48/2010 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.010393/2016-83, torna público o CANCELAMENTO do cadastramento de consumidor industrial de solventes da sociedade STYROPEK EPS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.407.882/0001-84. Revogam-se as disposições em contrário.

CEZAR CARAM ISSA

**RETIFICAÇÃO**

Na Autorização n.º 371/18 publicada no D.O.U., em 18/05/2018, onde se lê: CNPJ 34.272.233/0280-23. Leia-se: CNPJ 34.274.233/0280-23.

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 44/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3989/2018-866.924/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3990/2018-866.925/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3991/2018-866.927/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3992/2018-866.928/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3993/2018-866.984/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3994/2018-866.985/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3995/2018-866.986/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3996/2018-866.987/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3997/2018-866.989/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3998/2018-866.990/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
3999/2018-866.991/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4000/2018-866.992/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4001/2018-866.993/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4002/2018-866.994/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4003/2018-866.995/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4004/2018-866.996/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4005/2018-866.997/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4006/2018-866.998/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4007/2018-866.999/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4008/2018-867.001/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4009/2018-867.002/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4010/2018-867.004/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4011/2018-867.005/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4012/2018-867.006/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4013/2018-867.007/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4014/2018-867.011/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4015/2018-867.012/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4016/2018-867.013/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4017/2018-867.014/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4018/2018-867.015/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4019/2018-867.017/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4020/2018-867.018/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4021/2018-867.019/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4022/2018-867.020/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4023/2018-867.027/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4024/2018-867.028/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4025/2018-867.029/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4026/2018-867.030/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4027/2018-867.031/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4028/2018-867.034/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4029/2018-867.035/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4030/2018-867.036/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4031/2018-867.037/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4032/2018-867.038/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4033/2018-867.039/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4034/2018-867.040/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4035/2018-867.041/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4036/2018-867.042/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4037/2018-867.043/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4038/2018-867.044/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4039/2018-867.045/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4040/2018-867.048/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4041/2018-867.049/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4042/2018-867.050/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA .-
4043/2018-867.051/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4044/2018-867.052/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4045/2018-867.053/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4046/2018-867.054/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4047/2018-867.055/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
4048/2018-867.056/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 45/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4049/2018-866.145/2017-ELZIO DA SILVA BARBOZA-
4050/2018-866.748/2017-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM-
4051/2018-867.059/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE-
4052/2018-867.101/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4053/2018-867.109/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4054/2018-867.110/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4055/2018-867.111/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4056/2018-867.112/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4057/2018-867.167/2017-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.-
4058/2018-867.178/2017-ERALDO ÉRIC DONADEL GUIMARÃES-
4059/2018-867.200/2017-C L DE A RIBEIRO-
4060/2018-867.212/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4061/2018-867.213/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4062/2018-867.214/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4063/2018-867.215/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4064/2018-867.216/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4065/2018-867.229/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4066/2018-867.230/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4067/2018-867.231/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4068/2018-867.232/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
4069/2018-867.255/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4070/2018-867.256/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4071/2018-867.259/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4072/2018-867.260/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4073/2018-867.261/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4074/2018-867.262/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4075/2018-867.263/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4076/2018-867.264/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4077/2018-867.265/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4078/2018-867.266/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4079/2018-867.269/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4080/2018-867.270/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4081/2018-867.271/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4082/2018-867.272/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4083/2018-867.273/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4084/2018-867.275/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4085/2018-867.276/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4086/2018-867.295/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4087/2018-867.297/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4088/2018-867.311/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4089/2018-867.348/2017-MARINGÁ FERRO LIGA S.A.-
4090/2018-867.349/2017-MARINGÁ FERRO LIGA S.A.-
4091/2018-867.350/2017-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTOS MINERAIS DE POCONÉ LTDA.-
4092/2018-867.370/2017-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-
4093/2018-867.378/2017-SILVIO KIYOSHI TIYODA-
4094/2018-867.379/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
4095/2018-867.405/2017-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 46/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
4096/2018-866.187/2014-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-
4097/2018-866.188/2014-COOPEAREIA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA-
4098/2018-866.368/2016-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-
4099/2018-866.290/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4100/2018-866.366/2017-LUIZ CARLOS CRAMOLICH ME-
4101/2018-866.367/2017-LUIZ CARLOS CRAMOLICH ME-
4102/2018-866.429/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-
4103/2018-866.565/2017-DRAGA PORTO SEGURO LTDA ME-
4104/2018-867.065/2017-VANDERLEI APARECIDO DA SILVA-
4105/2018-867.066/2017-VANDERLEI APARECIDO DA SILVA-
4106/2018-867.067/2017-VANDERLEI APARECIDO DA SILVA-
4107/2018-867.192/2017-MINERAÇÃO ESQUIVEL LTDA ME-
4108/2018-867.225/2017-CLOVIS NARDINI-
4109/2018-867.227/2017-MINERADORA AMIGAL LTDA-
4110/2018-867.394/2017-ANDRÉ APARECIDO SEABRA-
4111/2018-867.397/2017-CASCALHEIRA SANTA MARIA LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4112/2018-866.066/2014-MINERADORA PARACALL LTDA-
4113/2018-866.705/2016-MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE-
4114/2018-866.956/2016-MURILLO BARROS DA SILVA FREIRE-
4115/2018-866.309/2017-RICARDO PINHO LARA-
4116/2018-866.418/2017-MINERAÇÃO DIDONE LTDA ME-
4117/2018-866.761/2017-RICARDO PINHO LARA-
4118/2018-867.071/2017-L G LOCAÇÕES DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA ME-
4119/2018-867.179/2017-RODOCON CONSTRUÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA-
4120/2018-867.185/2017-SONIA MARIA LOURENÇO-
4121/2018-867.351/2017-LUCIANO PASSOS DAMASCENO-
4122/2018-867.355/2017-BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA-
4123/2018-867.356/2017-GILMAR MATOS QUEIROZ-
4124/2018-867.369/2017-ARIDES RODRIGUES DE ALMEIDA-
4125/2018-867.371/2017-BENEDITO ORLANDO XAVIER-
4126/2018-867.375/2017-CALCARIO MATO GROSSO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
4127/2018-867.393/2017-PLINIO MARCIO BONINI-
4128/2018-867.396/2017-BRITAZIL XINGU LTDA - EPP-
4129/2018-867.401/2017-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-
4130/2018-867.411/2017-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO LTDA-
4131/2018-867.412/2017-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO LTDA-
4132/2018-866.238/2018-OASIS THERMAS HOTEL-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 53/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
4133/2018-848.105/2018-SERRINHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
4134/2018-848.118/2018-TCON ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
4135/2018-848.075/2018-MHAG SERVIÇOS E MINERAÇÃO S.A.-
4136/2018-848.114/2018-MINERAÇÃO SERRA DA ESTRELA LTDA-
4137/2018-848.115/2018-MINERAÇÃO SERRA DA ESTRELA LTDA-
4138/2018-848.116/2018-MINERAÇÃO SERRA DA ESTRELA LTDA-
4139/2018-848.117/2018-MINERAÇÃO SERRA DA ESTRELA LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 62/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3934/2018-871.976/2015-MEDITERRANEO MINERAÇÃO LTDA-
3935/2018-870.056/2017-MARCOS FALSONI-
3936/2018-870.313/2017-HERCULES CIPRIANI PESSINI-
3937/2018-870.734/2017-DATERRA TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES EIRELI ME-
3938/2018-870.741/2017-JAIME SANTOS ANJOS-
3939/2018-870.771/2017-LAECIO DA SIVA OLIVEIRA-
3940/2018-871.269/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
3941/2018-871.516/2017-MAFRA E FIGUEIREDO LTDA ME-
3942/2018-871.655/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-
3943/2018-871.656/2017-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-
3944/2018-871.846/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3945/2018-871.848/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3946/2018-871.849/2017-JOSÉ MANOEL DOS SANTOS-
3947/2018-871.857/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3948/2018-871.858/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3949/2018-871.859/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3950/2018-871.860/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3951/2018-871.861/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA-
3952/2018-872.043/2017-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-
3953/2018-870.090/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
3954/2018-870.093/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
3955/2018-870.096/2018-SOGEM SOCIEDADE GERAL DE MINERAÇÃO LTDA-
3956/2018-870.113/2018-DJ GRANITOS EIRELI ME-
3957/2018-870.115/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
3958/2018-870.116/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
3959/2018-870.120/2018-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-
3960/2018-870.123/2018-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-
3961/2018-870.140/2018-CELIO PEREIRA DA SILVA ME-
3962/2018-870.144/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA-
3963/2018-870.145/2018-AGEANDRO LAERTE PEREIRA DA SILVA-
3964/2018-870.152/2018-HELMO BAGDÁ GAMA-
3965/2018-870.153/2018-SANTA FÉ EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS S A-
3966/2018-870.158/2018-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3967/2018-870.588/2017-EVERALDO BISPO DOS SANTOS-
3968/2018-871.438/2017-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-
3969/2018-870.128/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3970/2018-870.129/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3971/2018-870.130/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3972/2018-870.131/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3973/2018-870.132/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3974/2018-870.133/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3975/2018-870.134/2018-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-
3976/2018-870.154/2018-FOCUS MINE ENGENHARIA EIRELI ME-
3977/2018-870.190/2018-LUIZ DELFINO MOTA LOPES-
3978/2018-870.191/2018-LUIZ DELFINO MOTA LOPES-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 87/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
3979/2018-815.383/2017-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
3980/2018-815.364/2017-MARIA LUISA FRANCISCO BENDINI-
3981/2018-815.686/2017-ARIEL CARLOS SCHROEDER-
3982/2018-815.730/2017-AREMIX MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-
3983/2018-815.737/2017-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA-
3984/2018-815.739/2017-MARCOS HEINZ MAAHS ME-
3985/2018-815.780/2017-TRIANGULO INDÚSTRIA DE TIJOLOS LTDA EPP-
3986/2018-815.782/2017-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-
3987/2018-815.798/2017-VEGETAL BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NUTRICÊUTICOS E NUTRACÊUTICOS LT-
3988/2018-815.038/2018-CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

## SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 31/2018/AP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
858.016/2017-EIDER PENA PESTANA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.011/2018-MINERAÇÃO AMAPÁ LTDA - EPP-OF. N°172/2018
858.013/2018-A. A. GOMES EIRELI-OF. N°176/2018
858.013/2018-A. A. GOMES EIRELI-OF. N°175/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
858.005/2017-GERALDO MAGELA GUERRA-OF. N°172/2018
858.012/2018-ADJAIR RAMALHO DANTAS-OF. N°174/2018
858.014/2018-CRISTOVÃO FERNANDES-OF. N°177/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
858.005/2017-GERALDO MAGELA GUERRA-OF. N°297/2017
Indefere por Interferencia Total(1339)
858.002/2018-COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DO VALE DO AMAPARI
858.004/2018-GILSON CORDEIRO DE AZEVEDO

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Superintendente
Substituto

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 32/2018/AP

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
950.240/1985-CADAM S.A.- AI N° 016/2018; 017/2018; 018/2018; 019/2018; 020/2018; 021/2018; 022/2018; 023/2018
851.676/1992-BEADELL BRASIL LTDA- AI N° 024/2018; 025/2018; 026/2018; 027/2018; 028/2018; 029/2018; 030/2018; 031/2018; 032/2018; 033/2018; 034/2018; 035/2018; 036/2018
858.010/1999-ZAMIN AMAPÁ MINERAÇÃO S.A.- AI N° 037/2018; 038/2018; 040/2018; 041/2018; 042/2018; 043/2018; 044/2018; 045/2018; 046/2018; 047/2018; 048/2018; 049/2018; 050/2018; 051/2018; 052/2018; 053/2018; 054/2018; 055/2018; 056/2018; 057/2018; 058/2018; 059/2018; 060/2018; 061/2018
858.119/2009-UNAMGEN MINERAÇÃO E METALURGIA S.A.- AI N° 039/2018

GEORGE MORAIS DE SOUZA
Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 68/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.328/2016-CESAR LUIZ PAIVA CORREIA
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
870.328/2016-CESAR LUIZ PAIVA CORREIA-Alvará N°8978/2016
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
873.995/2011-NILTON DA CRUZ ALVES -Alvará N°7374/2015
870.045/2016-TECVET TECNOLOGIA VETERINARIA ESPECIALIZADA LTDA -Alvará N°9422/2016
870.678/2016-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA - Alvará N°8971/2016
872.904/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3636/2017
872.908/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3639/2017
872.912/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3267/2017
872.917/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3272/2017
872.918/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3273/2017
872.922/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3277/2017
872.923/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3278/2017
872.926/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3281/2017
872.927/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3282/2017
872.928/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3283/2017
872.929/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3284/2017
872.946/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4019/2017
872.965/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4020/2017
870.083/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4648/2017
870.084/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4038/2017
870.089/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4651/2017
870.091/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4652/2017
870.094/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°5698/2017
870.095/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4655/2017
870.096/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4656/2017
870.097/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4657/2017
870.099/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4042/2017
870.101/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4044/2017
870.102/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4045/2017
870.105/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4659/2017
870.106/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4660/2017
870.107/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4696/2017
870.108/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4661/2017
870.110/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4663/2017
870.111/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4664/2017
870.114/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4667/2017
870.115/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4668/2017
870.116/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4669/2017
870.117/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4670/2017
870.126/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4677/2017
870.129/2017-VERDE MATA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA -Alvará N°4636/2017
870.336/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4698/2017
870.338/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4700/2017
870.340/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4701/2017
870.341/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4702/2017
870.349/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4709/2017
870.354/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4714/2017
870.384/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4741/2017
870.385/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4742/2017
870.395/2017-FILIPE VILAS BOAS SALES -Alvará N°4693/2017
870.462/2017-DIOGO PATRICK ORNELAS CHAVES - Alvará N°5029/2017
870.629/2017-ANTONIO CARLOS WERPEL PESSOA - Alvará N°7035/2017
870.998/2017-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA -Alvará N°7764/2017
871.014/2017-CBV CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°7796/2017
871.070/2017-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°7809/2017
871.075/2017-CBV CONSTRUTORA LTDA -Alvará N°7810/2017
871.290/2017-3 S LTDA -Alvará N°8285/2017
871.291/2017-3 S LTDA -Alvará N°8286/2017
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
872.036/2017-EDIMAR OLIVEIRA PESSINE EIRELI ME
870.111/2018-GRANMINAS POLIMENTOS LTDA ME

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 69/2018/BA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
870.262/2018-ERIVALDO ANDRADE LIMA
870.309/2018-JOÃO TOMAZ RODRIGUES PLAÇA
870.314/2018-PEDREIRA AMORIM LTDA.
870.345/2018-RICARDO BORGES DE ANDRADE
870.347/2018-M DOS SANTOS PRODUÇÃO ME
870.350/2018-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
870.388/2018-EDIVALDO FERNANDES SANTANA
870.424/2018-ALEX SOUZA DOS ANJOS
870.443/2018-GUIMARÃES & SOUZA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME
870.489/2018-ERICA DOS SANTOS PEREIRA DE JACOBINA
870.501/2018-MINERAÇÃO CASCAVEL EIRELI EPP
870.522/2018-MARCOS VINICIUS SANTANA MELO
870.526/2018-MINERMAX ROCHAS E MINERIOS EIRELI ME
870.527/2018-LUIS PAULO SILVA MOTA
870.562/2018-CLEAN MAXX DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA ME
870.563/2018-ALEX SOUZA DOS ANJOS
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
871.487/2013-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP
872.728/2016-COMPANHIA DE AREIA LTDA
870.626/2017-OMC EMPREENDIMENTOS LTAD ME.
870.670/2017-MARCIO DANIEL DOS SANTOS LIMA
870.850/2017-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
871.140/2017-S.A DA SILVA ME
871.336/2017-OSWALDO PEREIRA CARDOSO
871.635/2017-FSD SERVIÇOS EIRELE ME
871.640/2017-FOLER OURO COMERCIO DE FOLHEADOS E BIJUTERIAS LTDA ME
871.824/2017-JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
870.317/2015-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA -Alvará N°3.617/2015
872.264/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE NOVO HORIZONTE -Alvará N°2540/2017
872.350/2016-MAZAL ASSESSORIA LTDA ME -Alvará N°2619/2017
873.001/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3640/2017
873.006/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3645/2017
873.007/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3646/2017
873.012/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3651/2017
873.017/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3655/2017
873.019/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3657/2017
873.023/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3661/2017
873.027/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3665/2017
873.029/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3667/2017
873.033/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3671/2017
873.035/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3673/2017
873.044/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4025/2017
873.049/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4030/2017
870.075/2017-ACA MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME -Alvará N°5676/2017
870.090/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°4041/2017
871.292/2017-ANA CAROLINA DE SOUZA -Alvará N°9280/2017
871.401/2017-TOP ENGENHARIA LTDA -Alvará N°9197/2017
871.644/2017-SETA ENGENHARIA S.A. -Alvará N°203/2018
871.875/2017-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA -Alvará N°1307/2018
871.876/2017-PAVOTEC PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA -Alvará N°1308/2018
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao pedido de reconsideração(369)
875.060/2008- Recurso interposto por Santa Luz Desenvolvimento Mineral Ltda - C.N.P.J.: 22.103.965/001-42
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
872.532/2012-AREAL NORDESTINA LTDA- DOU de 24/04/2013
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
872.626/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
872.798/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
872.799/2015-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
870.288/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
870.953/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.324/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.374/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
871.418/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA
872.124/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 70/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
870.194/2009-JOSÉ OTÁVIO ARMANI PASCHOAL
Indefere pedido de reconsideração(263)
870.578/2012-REGINALDO BRUNO DOS SANTOS DE JUAZEIRO
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
871.626/2014-GEOVERITAS GEOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-AI N°135/2018

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 73/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
870.041/2012-RICARDO MARCELO TICHAUER- AI N°294/2017
872.033/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°303/2017
872.034/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°287/2017
872.035/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°288/2017
872.036/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°289/2017
872.037/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°718/2017
872.038/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°291/2017
872.039/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°292/2017
872.040/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°293/2017
872.041/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°294/2017
872.045/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°295/2017
872.061/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°724/2017
872.062/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°297/2017
872.064/2012-HELIO JOSE DANTAS ROSADO- AI N°298/2017
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)
874.975/2007-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°38/2018

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 65/2018/CE

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.932/2012-NÓTRIA IMÓBILARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°810/2018
800.663/2015-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°811/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.136/2017-MINERIOS MONTANHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Cessionário:TECNOGRÉS REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA- CPF ou CNPJ 04.390.556/0001-92- Alvará n°491/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.065/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-BOA VIAGEM/CE - Guia n° 012/2018-10.000TONELADAS-QUARTZITO- Validade:14/03/2019
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.149/2014-MINERAÇÃO RIO DAS PALMAS LTDA-QUARTZITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
801.032/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
800.737/2013-LIMA TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.
800.760/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.761/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.027/2016-EDNIR OLIVEIRA SANTIAGO
800.130/2016-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
800.406/2014-REGINA CAMELO POSSIDONE-ALVARÁ N°9366/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.145/2008-DPA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°777/2018
800.731/2009-ALVIM COMERCIO INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°817/2018
800.569/2014-PORAN ÁGUAS MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME-OF. N°813/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.006/2011-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°780/2018-180 dias
800.871/2011-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°781/2018-180 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.228/2004-CANDIDO DA SILVEIRA QUINDERÉ-ALVARÁ n° 6615/2005 - Cessionário: CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A-CNPJ 06.080.985/0001-99
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.755/2007-DPA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°787/2018
800.145/2008-DPA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°778/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°819/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
840.201/1980-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA-OF. N°820/2018
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
800.274/1993-CEBRITA CEARÁ BRITAGEM LTDA- AI N°069//2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°818/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 68/18/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Faprese Fabrica de Premoldados,serralharia e Britagem Ltda - 800205/05 - Not.95/2018 - R$ 3.506,50
Globest Participações Ltda - 2318/59 - Not.94/2018 - R$ 3.592,34

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 69/18/CE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Construrban Logistica Ambiental - 800715/16
j b p Dantas - 800432/16, 800535/16, 800536/16, 800584/16, 800585/16

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 70/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.867/2012-VOTORANTIM METAIS S.A
800.562/2017-IMARF BENEFICIAMENTO DE GRANITOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
800.464/2013-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA-Alvará N°8980/2013
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.265/2012-MINERAÇÃO SERRA D´AGUA LTDA. - Alvará N°16.356/2015
800.269/2012-MINERAÇÃO SERRA D´AGUA LTDA. - Alvará N°16.358/2015
800.790/2013-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°1.965/2014
800.792/2013-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°1.966/2014
800.042/2014-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°2.558/2014
800.043/2014-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA -Alvará N°2.259/2014
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.692/2015-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA-CALCÁRIO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.122/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
800.123/2015-TRIUNFO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA
800.748/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.749/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.750/2015-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
800.122/2016-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.322/2010-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°875/2018-180 dias
800.306/2012-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI-OF. N°812/2018-180 dias
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
800.332/2003-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°738/2018, 739/2018, 740/2018, 741/2018 e 742/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 58/18/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Ejovel Contrução, Engenharia e Serviços Ltda - 806245/11
Luís Cláudio Moreira Fonseca - 806001/13
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 806433/10, 806434/10, 806435/10, 806436/10, 806112/15, 806113/15, 806038/16
Moacir João Bergoli - 806228/14
Porto da Casca Mineração e Transportes Ltda - 806214/13
Ricardo Antonio Archer - 806202/08
w j Sousa e Cia Ltda - 806002/16

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 59/18/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
pg Mineração e Engenharia Ltda - 806045/16, 806046/16, 806047/16, 806048/16, 806049/16

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 60/18

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Inecol Industria Engenharia e Comercio Ltda - 806119/15 - Not.55/2018 - R$ 3.677,85

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 61/2018/MA

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Águas Minerais Lençóis Maranhense LTDA. Cpf/cnpj :12.093.639/0001-48 - Processo minerário: 806071/00 - Processo de cobrança: 906132/18 Valor: R$.1.325.828,28
Titular: H2o Empresa de Mineracao Ltda Cpf/cnpj :04.410.198/0001-32 - Processo minerário: 806056/00 - Processo de cobrança: 906134/18 Valor: R$.263.334,02
Titular: Mineração Mont'alverne Ltda Cpf/cnpj :05.055.624/0001-20 - Processo minerário: 806092/01 - Processo de cobrança: 906131/18 Valor: R$.31.195,15

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 47/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.952/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°156/2018-Sup
867.032/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°181/2018-Sup
867.168/2017-MARCELA QUADROS DE OLIVEIRA-OF. N°318/2018-DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
867.076/2017-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-OF. N°38/2018-Cad
867.084/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-OF. N°39/2018-Cad
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.749/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE -Alvará N°9548/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
867.405/2013-RODRIGO RIBAS SILES- Alvará n°15993/2015 - Cessionário: Argila Bomsucesso Ltda- CNPJ 29.623.427/0001-28
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
866.177/2014-VITÓRIA RÉGIA ÁGUA MINERAL LTDA-Fonte São Lourenço - Água Mineral Puríssima - 20L, 10L, 6L, 1.5L, 500ml sem gás (comum, mulher e sport), 500 ml com gás, 497ml (normal e eco), 350ml (Gourmet), 350ml com gás (Gourmet), 300ml e 200ml.- DOM AQUINO/MT
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
866.695/2013-ANACLETO ARAUJO PAE - PLG Nº 09/2014 de 19/02/2014- Vencimento em 19/02/2021
866.389/2015-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG Nº 01/2016 de 26/02/2016- Vencimento em 26/02/2023
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
866.576/2014-JOSÉ MARIA OTÁVIO MARTINS DUARTE- Cessionário:Edmar Guermand de Queiroz- CNPJ 551.118.581-72- PLG n°19/2015
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
866.912/2013-ANGELO CARLOS VICARI JUNIOR- AI N°532/2016
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)
866.870/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°201/RAl
866.871/2005-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°202/RAl
866.041/2006-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°200/RAl
866.310/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°203/RAl
866.311/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°204/RAl

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.312/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°205/RAl
866.313/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°206/RAl
866.314/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°207/RAl
866.315/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°208/RAl
866.316/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°209/RAl
866.317/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°210/RAl
866.318/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°211/RAl
866.319/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°212/RAl
866.320/2009-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°213/RAl
866.872/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°214/RAl
866.873/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°215/RAl
866.874/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°216/RAl
866.875/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°217/RAl
866.876/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°218/RAl
866.877/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°219/RAl
866.878/2010-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°220/RAl

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

867.295/2007-PEDREIRA LM LTDA-OF. N°467/2018-SR

Homologa renúncia do Registro de Licença(784)

866.987/2011-CERÂMICA SÃO BENEDITO LTDA-ME
867.076/2014-CASCALHEIRA INSULA LTDA ME

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)

867.186/2017-MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE- Registro de Extração N°10/2018 de 23/05/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

867.131/2014-B. FERREIRA DA SILVA ME-OF. N°328/2018-SR
866.334/2015-LEVI MACHADO DE OLIVEIRA-OF. N°329/2018-SR

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 48/2018/MT

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

866.558/2012-EDVANILCE MARQUES GODINHO- Cessionário:Artejones Extração de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 02.510.576/0001-24- Alvará n°15668/2017

866.028/2015-JOÃO BROGGI JÚNIOR- Cessionário:Claudinei da Silva Amorim- CPF ou CNPJ 08.237.977/0001-39- Alvará n°5270/2017

866.238/2015-GEOCONSULT GEOLOGIA MINERAÇÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI ME- Cessionário:Flavio Caldeira Eireli-ME- CPF ou CNPJ 01.945.379/0001-75- Alvará n°17191/2015

866.043/2016-GEOMIN GEOLOGIA E MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:Arthur Henrique de Melo- CPF ou CNPJ 920.220.141-20- Alvará n°7224/2017

866.245/2017-M.M. GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA.- Cessionário:E.C. Calcário Estrela Ltda- CPF ou CNPJ 29.368.136/0001-30- Alvará n°7237/2017

866.597/2017-ELIANE TEIXEIRA PEREIRA- Cessionário:Com. e Extração de Areia S D Zilmer Ltda - ME- CPF ou CNPJ 19.687.645/0001-72- Alvará n°8415/2017

Fase de Lavra Garimpeira

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(601)

867.008/2010-MARA DAISY GIL DIAS- PLG n°69/2010- Cessionario:866.449/2017-Antonio da Cunha Barbosa Filho#- CNPJ 483.372.509-68-

867.218/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- PLG n°93/2011- Cessionario:867.172/2017-Carlos Alberto dos Reis Dias#- CNPJ 174.781.201-30-

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)

866.179/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°221/RAl
866.180/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°222/RAl
866.181/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°223/RAl
866.182/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°224/RAl
866.183/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°225/RAl
866.184/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°226-RAl
866.185/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°227-RAl
866.186/2012-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°228-RAl
866.187/2012-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°229-RAl
866.015/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°283-RAl
866.016/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°284-RAl
866.017/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°285-RAl
866.018/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°286-RAl
866.019/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°287-RAl
866.020/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°288-RAl
866.021/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°289/RAl
866.022/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°290/RAl
866.023/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°291-RAL
866.024/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°292-RAL
866.025/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°293-RAL
866.026/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°294-RAL
866.027/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°295-RAL
866.028/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°230/RAl
866.029/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°271-RAL
866.030/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°273-RAL
866.031/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°274-RAL
866.032/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°275-RAL
866.033/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°276-RAL
866.034/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°277-RAL
866.035/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°278-RAL
866.036/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°279-RAL
866.037/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°280-RAl
866.038/2013-EULER OLIVEIRA COELHO- AI N°281-RAl
866.039/2013-VALDINEI MAURO DE SOUZA- AI N°282-RAl

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

866.581/2015-VERMONTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-Registro de Licença N° 26/2018 - Vencimento em 05/10/2020

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 49/2018/MT

Fase de Lavra Garimpeira

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1695)

866.275/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°188-RAL
866.276/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°189-RAL
866.277/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°190-RAL
866.278/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°301-RAL
866.279/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°302-RAL
866.280/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°303-RAL
866.281/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°304-RAL
866.282/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°305-RAL
866.773/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°346-RAL
866.774/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°331-RAL
866.775/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°332-RAL
866.776/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°333-RAL
866.777/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°347-RAL
866.778/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°335-RAL
866.779/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°336-RAL
866.780/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°337-RAL
866.781/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°338-RAL
866.782/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°339-RAL
866.783/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°340-RAL
866.784/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°341-RAL
866.785/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°342-RAL
866.786/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°343-RAL
866.787/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°344-RAL
866.788/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°345-RAL
866.789/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°334-RAL
866.790/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°127-RAL
866.791/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°128-RAL
866.792/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°129-RAL
866.793/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°130-RAL
866.794/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°131-RAL
866.795/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°132-RAL
866.796/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°133-RAL
866.797/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°134-RAL
866.798/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°135-RAL
866.799/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°136-RAL
866.800/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°181-RAL
866.801/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°182-RAL
866.802/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°183-RAL
866.803/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°184-RAL
866.804/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°185-RAL
866.805/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°186-RAL
866.806/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°187-RAL

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 50/18/MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Ademar Diniz da Costa - 866291/16
Brazil Tin Ltda - 866988/12, 866989/12, 866990/12
Ccoope de PEQ. Mineradores de Ouro e P.preciosas de N.bandeirantes e Outros Muni - 866244/17
Marcio Sandim Gonçalves - 866469/13

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº51/18/MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Antonio Agnaldo do Nascimento - 866073/17, 866226/17
Ari Goss Oliveira - 866442/15
Arnaldo Antonio de Oliveira - 866288/12, 866623/17
Atiaia Pecuária s a - 866216/17, 866217/17
br Conquista Mineração Ltda - 866762/14, 866763/14, 866771/14
Didimo da Silva Rodrigues - 866087/13
Draga Porto Seguro Ltda me - 866184/17
Eudinéia Miranda de Freitas - 866578/17, 866595/17
Fabio Cunha Gaissler Donin - 867002/16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fernando Antonio Costa - 866203/16
Flavio Donin - 867001/16
Flavio Ferreira Pires - 866277/16
Hudson Neves Depaula - 866138/17
José Antonio Gonçalves Viana - 866254/15
José Maria Lopes - 866861/16
José Roberto Almeida Fernandes de Melo - 866630/14
José Roberto Schmaltz - 866415/16
Josileni Resende de Oliveira - 866619/10
Josimar Vieira Pires - 866669/16
Júlio Cezar Dantas da Costa - 866555/17
Marcio Augusto Guariente - 866495/16
Mário Sabatel Júnior - 866018/17
Max Salustiano de Lima Junior - 866858/16
Mineradora Paracall Ltda - 866496/16
Rio Pec Rio Sangue Pecuária sa - 866214/17, 866215/17
Sebastião Benevides de Souza - 866355/17
Svm Consultoria em Mineração Ltda Epp - 866274/17, 866277/17
Transmix Engenharia Industria e Comercio S.A. - 866251/14

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 52/18/MT

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Celso Luis Kempf - 866040/16 - Not.113/2018 - R$ 31.016,67

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº53/18/MT

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
a r Weber me - 866444/16 - Not.116/2018 - R$ 3.292,71
Ana Francisca Pompeu de Barros Neves - 866746/16 - Not.117/2018 - R$ 3.292,71
Antônio da Cunha Barbosa Filho - 866467/17 - Not.120/2018 - R$ 3.292,71
Celso Luis Kempf - 866059/12 - Not.109/2018 - R$ 6.585,42, 866040/16 - Not.114/2018 - R$ 6.585,42
Deusimar Sousa Silva - 866349/15 - Not.112/2018 - R$ 3.292,71
Donizete Dos Reis Lima - 866622/17 - Not.127/2018 - R$ 3.292,71, 866712/17 - Not.128/2018 - R$ 3.292,71
Fanio Teixiraes Guimarães - 866256/17 - Not.119/2018 - R$ 3.292,71
Geraldo Aluizio Guimarães - 866372/16 - Not.115/2018 - R$ 3.292,71
João Euripedes Alves e Silva - 866381/13 - Not.110/2018 - R$ 3.292,71, 866585/17 - Not.124/2018 - R$ 3.292,71, 866598/17 - Not.126/2018 - R$ 3.292,71
Josafa da Silva Junior - 866864/16 - Not.118/2018 - R$ 3.292,71
José Sampaio Leite - 866588/17 - Not.125/2018 - R$ 3.292,71
José Seixas da Silva - 866561/17 - Not.121/2018 - R$ 3.292,71, 866563/17 - Not.122/2018 - R$ 3.292,71, 866564/17 - Not.123/2018 - R$ 3.292,71
Torio Brasil Mineração Ltda - 867416/13 - Not.111/2018 - R$ 6.585,42

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 64/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.027/2018-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°756/2018
868.066/2018-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°754/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.958/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.959/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.206/1995-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°762/2018
868.208/1995-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°764/2018
868.091/1998-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°764/2018
868.144/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.145/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.146/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.147/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.148/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.149/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
868.150/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-OF. N°760/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.136/2016-3A PARTICIPAÇÕES S.A -Alvará N°6069/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
868.961/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.148/2006-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.226/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.262/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.278/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.132/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.133/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.134/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.135/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.136/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.137/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.139/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.141/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.176/2004-MINERADORA CAVALLIERE & CIA LTDA-OF. N°312/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.110/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.111/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.113/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.114/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.115/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.116/1997-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
868.195/1998-MINERAÇÃO D' AGOSTINI LTDA EPP-OF. N°765/2018
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.161/2013-LOURENÇO CYRIACO COINETE ME-Registro de Licença N° 4/2014 - Vencimento em 08/05/2019
868.287/2016-AREIEIRO PÉROLA DO RIO AQUIDAUANA LTDA ME- Registro de Licença N° 7/2018 - Vencimento em 25/07/2022
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
868.022/2008-SAME HASSAN GEBARA EPP-Cessionário:AREEIRO TRÊS MENINOS LTDA ME- CNPJ 23.332.400/0001-08- Registro de Licença N° 8/2008- Vencimento da Licença: 02/04/2019
868.277/2010-SAME HASSAN GEBARA EPP-Cessionário:AREEIRO TRÊS MENINOS LTDA ME- CNPJ 23.332.400/0001-08- Registro de Licença N° 4/2011- Vencimento da Licença: 03/10/2019
868.025/2017-MS CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.-Cessionário:PEDREIRA VILA VARGAS EIRELI ME- CNPJ 26.469.948/0001-84- Registro de Licença N° 7/2017- Vencimento da Licença: 13/11/2022
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra.(1118)
868.049/2013-PEDREIRA BRITAMAT LTDA- Prazo:02 ANOS A PARTIR DE 10/05/2018
868.050/2013-PEDREIRA BRITAMAT LTDA- Prazo:02 ANOS A PARTIR DE 10/05/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2077)
868.008/2004-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-OF. N°754/2018

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 65/2018/MS

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
868.461/2007-PAULO ROBERTO BORTOLETTO & CIA LTDA- DOU de 24/07/2017

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 66/2018/PA

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
855.150/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 06/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.165/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 21/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.178/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 34/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.179/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 35/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.180/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 36/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.181/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 37/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.182/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 38/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.183/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 39/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.184/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 40/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.185/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 41/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.186/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 42/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.187/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 43/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.188/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 44/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.189/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 45/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.190/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 46/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.191/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 47/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.203/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 59/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.204/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 60/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.205/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 61/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.206/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 62/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.207/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 63/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.208/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 64/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.209/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 65/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.210/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 66/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.211/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 67/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.212/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 68/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.213/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 69/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.214/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 70/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.216/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 72/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.217/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 73/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.218/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 74/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.256/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 59/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.257/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 60/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.258/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 61/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.259/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 62/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.260/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 63/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.261/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 64/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.262/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 65/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.263/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 66/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.264/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 67/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.265/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 81/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.266/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 68/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.267/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 69/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.268/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 70/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.269/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 71/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.270/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 72/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

855.271/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 73/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.272/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 74/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.273/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 75/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.274/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 76/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.275/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 77/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.276/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 78/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.277/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 79/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.278/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 80/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.279/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 81/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.280/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 82/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.281/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 83/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.282/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 84/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.283/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 85/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.284/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 86/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 67/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.449/2013-LARA DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA.
851.998/2013-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
850.369/2017-ORION MINERAÇÃO E GEOLOGIA LTDA
851.281/2017-HELIO KENNEDY SOARES DO NASCIMENTO FILHO
850.260/2018-ANTONIO COSTA FILHO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.309/2006-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.815/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.587/2017-ASIAM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°1.817/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Defere pedido de reconsideração(182)
850.830/2017-JOSÉ TADEU PACHECO BIANCHI
Nega provimento ao recurso interposto(187)
851.304/2013-RIO VERMELHO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
851.883/2013-DARLENE GOMES PEDRO
850.366/2016-MANOEL VIEIRA RAMOS
851.031/2016-JOSEVAL ALVES FERREIRA
850.416/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
850.748/2017-ELVINA NUNES DE SOUSA
850.853/2017-WILSON DE ALCÂNTARA FARIAS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.008/2017-MONTE CARMELO MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°1.748/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.740/2017-XTZ MINERIUM LTDA-OF. N°1.749/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.719/2010-ARIQUEMES INDÚSTRIA DE GRANITOS LTDA- Cessionário:A M S MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 23.776.335/0001-00- Alvará n°6.582/2015
850.721/2010-ARIQUEMES INDÚSTRIA DE GRANITOS LTDA- Cessionário:A M S MINERAÇÃO LTDA ME- CPF ou CNPJ 23.776.335/0001-00- Alvará n°6.583/2015
850.701/2016-ANTONIO MIGUEL SIRUGE-Cessionário:TETRAMEC CALCINAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA LTDA- CPF ou CNPJ 01.635.621/0001-04- Alvará n°356/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.301/2008-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA. - Alvará N°11.037/2008
850.303/2008-COAL & COOPER MINERAÇÃO LTDA. - Alvará N°11.039/2008
850.382/2009-VALE S A -Alvará N°8.086/2009
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
850.871/2010-IMERYS, RIO CAPIM CAULIM S A-CAULIM
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.863/2014-METAL LIGA INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N°2.805/2015
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
850.410/2000-MINERADORA ADONAI LTDA ME-Substância Aprovada:MINÉRIO DE OURO
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
850.410/2000- EDITAL DISPONIBILIDADE N°010/2016-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: FALCON METAIS LTDA (21); MA PEREIRA MINERAÇÃO (17).
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
855.002/1993-JOÃO DE OLINDA DE MAGALHAES
850.700/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.701/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.702/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.703/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.704/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.705/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.706/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.707/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
850.708/1994-JOSÉ VALDECY BRANDÃO
651.823/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.824/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.825/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.826/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.827/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.828/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.829/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
651.830/1997-MÁRCIA MARIA GONÇALVES DAMASCENO
850.450/2017-MANOEL DE MATOS AGUIAR
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
850.822/2017-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA - PLG N°47/2018 de 29/05/2018 - Prazo 05 anos
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.584/2017-BJR MINÉRIOS LTDA ME
850.638/2017-FRANCISCO ARNALDO RODRIGUES DA COSTA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.094/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
950.000/1997-MINERACAO RIO DO NORTE S A- AI N° 000.599/2017,000.604/2017, 000.609/2017, 000.611/2017, 000.612/2017, 000.614/2017, 000.613/2017, 000.610/2017, 000.615/2017, 001.192/2017, 000.899/2017, 000.898/2017, 000.897/2017, 000.896/2017, 000.895/2018, 000.894/2017, 000.893/2017, 000.892/2017 e 000.885/2017.
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
850.097/1999-SANTAGUA SANTARÉM ÁGUAS LTDA-AI Nº 1.178/2016 e 1.179/2016.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.097/1999-SANTAGUA SANTARÉM ÁGUAS LTDA-OF. N°1.410/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.508/2008-ARIEROM CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP- Registro de Licença N° 15/2011 - Vencimento em 11/04/2020
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.736/2017-JUAREZ OLIVEIRA PINHEIRO-OF. N°1.757/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.742/2017-AMAURY ANTONIO DE MENEZES SPINOLA-OF. N°1.756/2018 - Superintendência do DNPM/PA
851.025/2017-O. SILVA DOS SANTOS ME-OF. N°1.759/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
851.643/2011-CERAMICA FRONTEIRAS LTDA ME
850.689/2017-FRANCISCO GREGORIO DA SILVA
851.372/2017-SÉRGIO RIBEIRO DA ROCHA

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 68/2018/PA

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
855.151/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 07/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.152/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 08/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.153/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 09/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.154/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 10/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.215/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 71/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.219/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 75/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.220/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 76/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.221/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 77/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.222/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 78/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.223/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 79/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.224/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 80/2012 de 14/05/2012- Vencimento em 14/05/2022
855.226/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 30/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.227/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 31/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.228/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 32/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.229/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 33/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.238/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 42/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.250/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 53/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.251/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 54/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.252/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 55/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021
855.253/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 56/2011 de 29/04/2011- Vencimento em 29/04/2021

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 69/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
850.395/2016-PEREIRA, F.A.M.-OF. N°3.297/2016-DOU de 18/12/2017
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
850.830/2017-JOSÉ TADEU PACHECO BIANCHI- DOU de 14/03/2018

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 5/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
846.163/2016-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-DOU de 26/10/2017
846.060/2017-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA- DOU de 26/10/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 33/2018/PR

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
826.447/2014-EXCOPAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS E AREIA LTDA-OF. N°240/2018/DGTM/DNPM/PR
826.390/2017-LUCIO IRAJÁ FURTADO-OF. N°238/2018/DGTM/DNPM/PR
826.569/2017-DANIEL BRANCO PERIN SANCHES-OF. N°236/2018/DGTM/DNPM/PR
826.569/2017-DANIEL BRANCO PERIN SANCHES-OF. N°235/2018/DGTM/DNPM/PR
826.569/2017-DANIEL BRANCO PERIN SANCHES-OF. N°234/2018/DGTM/DNPM/PR
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.368/2016-TRÊS RIOS MINERAÇÃO EIRELLI ME-Alvará n°4170/2017 - Cessionario:826.158/2018; 826.159/2018-Mineração São Marcos Ltda- CPF ou CNPJ 27.884.082/0001-30
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

826.613/2016-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.270/2013-ROYALMINING MINERAÇÃO LTDA-OF. N°237/2018/DGTM/DNPM/PR
826.345/2015-ROYALMINING MINERAÇÃO LTDA-OF. N°237/2018/DGTM/DNPM/PR
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
826.505/2009-AGROPECUÁRIA LAFFRANCHI COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.025/2012-CELSO ADÃO BRINKER- Cessionário:Celio Claret da Silva- CPF ou CNPJ 186.328.079-00- Alvará n°1928/2017
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
826.674/2016-FABIO ROBERTO LOCH -Alvará N°3071/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
826.022/2017-AREIAL DO VALE LTDA
826.430/2017-CONSTRUTORA DERBLI LTDA
826.431/2017-CONSTRUTORA DERBLI LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
826.270/2013-ROYALMINING MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8203/2013
826.345/2015-ROYALMINING MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7588/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.606/2007-FOGGIATTO & CIA LTDA-OF. N°637/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.487/1996-COMERCIO E INDUSTRIA DE CAL TANCAL LTDA-RIO BRANCO DO SUL/PR - Guia n° 20/2018-20.000ton/ano-Calcário dolomítico- Validade:25/05/2019
826.074/2004-MILUMAJU MINERADORA LTDA.-IBIPORÃ/PR, RANCHO ALEGRE/PR - Guia n° 21/2017-50.000ton/ano-Areia- Validade:08/03/2019
826.001/2007-AREAL QUATRO HAGÁ LTDA-MORRETES/PR - Guia n° 24/2018-50.000ton/ano-Areia-Validade:21/05/2018
826.365/2010-A. G. DISSENHA AREAL ME-TIJUCAS DO SUL/PR, CAMPO ALEGRE/SC - Guia n° 22/2018-10.000ton/ano-Areia- Validade:23/05/2019
826.713/2011-MINERAÇÃO AGM LTDA-MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - Guia n° 23/2018-50.000ton/ano-Basalto-Validade:24/08/2019
826.219/2013-EURO MINÉRIOS LTDA-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 25/2018-16.500ton/ano-Saibro-Validade:16/09/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
803.528/1976-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°638/2018
826.524/1995-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°638/2018
826.768/1996-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°638/2018
826.030/2004-ITAJARA MINÉRIOS LTDA-OF. N°638/2018
Nega provimento a defesa apresentada(476)
826.891/2001-MINERALIZADORA FONTE DE LUZ LTDA
826.124/2002-FONTE SHANGRILA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
826.466/2004-AREAL BOZZA LTDA ME-Granito
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.167/1989-P. C. LOPES -EPP- Registro de Licença N° 163/1997 - Vencimento em 28/04/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)
826.741/2016-E. S. SPERANDIO ME-# Registro de Licença N° 25/2017- Cessionario:826.659/2017-Klabin S/A- CNPJ 89.637.490/0001-45
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
826.733/2009-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
826.734/2009-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
826.735/2009-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
826.088/2010-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Homologa desistência do requerimento de Registro de Licença(783)
826.736/2009-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
826.196/2011-CERÂMICA SIMONATTO LTDA
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
826.656/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
826.751/2015-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-OF. N°252/2018/DGTM/DNPM/PR
826.761/2015-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-OF. N°254/2018/DGTM/DNPM/PR
826.548/2017-JOSE BENEDITO DOS SANTOS E CIA LTDA ME-OF. N°232/2018/DGTM/DNPM/PR
826.565/2017-DANIEL BRANCO PERIN SANCHES-OF. N°233/2018/DGTM/DNPM/PR
826.572/2017-OSMAR GONÇALES DIAS-OF. N°246/2018/DGTM/DNPM/PR
826.648/2017-EURICO FINGER JUNIOR-OF. N°230/2018/DGTM/DNPM/PR
826.670/2017-PEDRO GERMANO DA SILVA-OF. N°238/2018/DGTM/DNPM/PR
826.676/2017-MIELI & CIA LTDA-OF. N°239/2018/DGTM/DNPM/PR
826.677/2017-CERAMICA GEREI LTDA ME-OF. N°241/2018/DGTM/DNPM/PR
826.678/2017-ANDRE LUIS VANZO-OF. N°242/2018/DGTM/DNPM/PR
826.679/2017-CERAMICA PETRIU LTDA ME-OF. N°243/2018/DGTM/DNPM/PR
826.680/2017-MACHADO & GALLI LTDA ME-OF. N°244/2018/DGTM/DNPM/PR
826.681/2017-CELSO JOSÉ PACHKO & CIA LTDA ME-OF. N°245/2018/DGTM/DNPM/PR
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
826.186/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.188/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
826.190/2014-INDÚSTRIA E COMÉRCIO LEOPOLDINO LTDA.
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
826.232/2010-CERÂMICA PARANAGUAÇU LTDA ME
826.656/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL SEREIA LTDA. ME
826.657/2017-PORTO DE AREIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA.
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Indefere requerimento de Registro de Extração- não cumprimento de exigência(830)
826.320/2017-IVAIPORÃ PREFEITURA

HUDSON CALEFE
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 34/2018/PR

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
826.433/2010-LUIZ FERNANDO CABRAL-OF. N°1518/2011/DNPM/PR-DOU de 12/09/2011
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
826.433/2010-LUIZ FERNANDO CABRAL- DOU de 09/12/2013

HUDSON CALEFE
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 40/2018/PE

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
840.297/2015-ARAUJO GALVÃO TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI- AI N°002/2018
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
840.152/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°061/2017
Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)
840.829/2012-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA
840.511/2013-ROCHA FIRME LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.528/1989-MINERAÇÃO ALTO CAXANGÁ LTDA-AI N° 007/2018
940.026/1990-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- AI N° 041/2017
841.058/1995-JOSÉ ONOFRE DE SOUZA FILHO ME-AI N° 005/2018
840.054/1997-JOSE PIANCO DE LIMA-ME- AI N° 001/2018
840.060/1999-INDUSTRIAL ÁGUA BONITO LTDA ME-AI N° 030/2017
840.065/1999-HIDROMINERAL ALEGRIA LTDA- AI N° 010/2018, 011/2018
840.141/1999-GENESIS MINERACAO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 012/2018, 013/2018
840.054/2003-ÁGUA MINERAL IGARA LTDA EPP- AI N° 048/2017
840.491/2010-ÁGUA MINERAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA EPP- AI N° 014/2018
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.337/1992-AGUANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI Nº 298/2015, 299/2015, 300/2015
840.451/1993-PEDREIRA ANHANGUERA S A EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI Nº 156/2015, 157/2015
840.116/1994-MZA FABRICAÇÃO DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI Nº 047/2017
841.071/1995-GALDINO E FILHOS LTDA- AI Nº 013/2017 e 014/2017
840.016/1996-ITA ROCA ATLANTIS MINERAÇÃO LTDA.- AI Nº 051/2017
840.105/1996-DP COMÉRCIO DE ÁGUA LIMITADA-AI Nº 052/2017
840.091/1998-PEDREIRA ANHANGUERA S.A.-EMPRESA DE MINERAÇÃO- AI Nº 158/2015 e 159/2015
840.091/1999-KAETÉS INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA- AI Nº 024/2017
840.142/1999-FIOS DE PRATA FABRICAÇÃO DE ÁGUAS ENVASADAS EIRELI ME- AI Nº 377/2016
840.094/2000-PARISI AGROINDUSTRIAL LTDA- AI Nº 290/2016
840.016/2006-MARIA MADELON ALVES DOS SANTOS COSTA ME- AI Nº 029/2017
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
841.071/1995-GALDINO E FILHOS LTDA- AI N°011/2017 e 012/2017
Fase de Licenciamento
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.028/1996-Cordeiro e Caldas ltda.- AI N°006/2018
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1694)
840.054/2001-AGROINDUSTRIAL BARRO FORTE LTDA- AI N°006/2017, 007/2017, 008/2017 e 009/2017

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 52/2018/RN

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.231/2016-CML CONSTRUÇÃO, MINERAÇÃO E LOCAÇÃO LTDA ME
848.074/2018-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA
848.076/2018-CARAMURU MINERAÇÃO EIRELI ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
848.101/2018-ORLANDO GARCIA DA ROCHA FILHO-OF. N°407/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
848.008/2009-SHAFTZ PARTICIPAÇÕES LTDA- Área de 179,79 ha para 155,80 ha-Esmeralda
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
848.127/2015-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-AI N°111/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME- AI N° 106/17
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
848.014/2001-INAMAR INDÚSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA ME- AI N°104/17
Fase de Lavra Garimpeira
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(571)
848.004/2016-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DE NOVA PALMEIRA- Cessionário:DIRUBIS MINERAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME- CNPJ 27.926.296/0001-22- PLG n°4/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
848.006/2018-LINO BRITA LTDA ME-OF. N°406/2018-SGTM/DNPM/RN
848.057/2018-CONSTRUTORA LUIZ COSTA LTDA-OF. N°422/2018-SGTM/DNPM/RN
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
848.142/2003-MARCUS VINICIUS DE SOUSA GONDIM

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 57/18/RN

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Limestone Marmores do Brasil Ltda - 848068/13 - A.I. 110/18
Luciano de Oliveira - 848054/13 - A.I. 108/18
Maria Doralice de Abreu Rodrigues - 848056/13 - A.I. 107/18
p j de Carvalho Poli - 848397/12 - A.I. 109/18

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 58/18/RN

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Ilena Maria Albuquerque me - 848070/14 - Not.13/2018 - R$ 10.813,65, 848071/14 - Not.14/2018 - R$ 10.379,91, 848072/14 - Not.15/2018 - R$ 12.698,55
Vulcano Export Calcários LTDA. me - 848102/15 - Not.16/2018 - R$ 3.159,39

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 57/18/RS

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Cleber Aires da Silveira - 810537/17
Cleber de Oliveira Vaz - 810184/16
Extração e Comércio de Basalto f. s. Ltda - 810601/17
Rodrigo da Luz Mersoni - 810791/17

ROBERTO FERRARI BORBA
Superintendente
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 44/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
890.138/2015-FRANCINIR ANTONIO SANCHES
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
890.058/2016-HG AGROPECURÁRIA E MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.459/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 903/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.461/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 904/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.462/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 910/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.463/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 913/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.464/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 901/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.465/2013-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-OF. N°Ofício nº 914/2018/DNPM/RJ-DFAM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
890.385/2015-CALIFÓRNIA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA. ME-BELMIRO BRAGA/MG, RIO DAS FLORES/RJ - Guia n° 6/2018-30.000Toneladas-Areia- Validade:1 (UM) ANO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.367/2010-HINDALCO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALUMINA LTDA.
890.075/2012-ROGÉRIO MOREIRA VIEIRA
890.228/2015-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.
890.482/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.467/2006-JOSÉ CARLOS MORAES-AI N°124/2018
890.809/2011-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-AI N°125/2018
890.163/2015-JM EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO EIRELI ME-AI N°126/2018
890.500/2015-AREAL BATATAL LTDA-AI N°127/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.489/2000-CABRALES CAMPOS& FILHOS LTDA-OF. N°Ofício nº 931/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.387/2009-CÓRREGO RICO TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°Ofício nº 840/2018/DNPM/RJ-DFAM
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.432/1989-ÁGUA MINERAL CASCATAI LTDA-Aprova os modelos de rotulos de embalagens de água mineral da fonte Cascataí, marca Cascataí, para embalagens de 20 Litros e 5 Litros (semgás) e da fonte Santo Amaro, marca Superlev, para embalagens de 20 Litros 9sem gás) apresentados pela empresa Água Mineral Cascataí Ltda.- CACHOEIRAS DE MACACU/RJ
890.566/1991-AGROPECUÁRIA BELA VISTA LTDA-Aprova os modelos de rótulos e embalagens de água mienral da fonte Do Amanhecer, da marca Donna Natureza para embalagens de 330 mL., 510 mL e 1,5 litros (sem gás) e da marca Fênix, para embalagens de 510 mL e 1,5 Litros (sem gás), apresentados pela empresa Agropecuária Bela Vista Ltda.- SUMIDOURO/RJ, CARMO/RJ
890.540/1993-MINERADORA HERONDINA LTDA ME-Aprova o modelo de rótulo de embalagems de água mineral da fonte Santa Clara, da marca Imperatriz do Rio Premium, para embalagens de 20 L (sem gás) apresentado pela empresa Mineradora Herondina Ltda. ME.- DUQUE DE CAXIAS/RJ
890.252/2009-MINERADORA LE PETIT LTDA- Aprova os modelos de rótulos de embalagens de água mineral da fonte Consagração, das marcas Diamante da Serra e Serra de Cachoeiras, para embalagens de 20 Litros, (sem gás) apresentados pela empresa Mineradora de Petit Ltda.- ITABORAÍ/RJ
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
890.347/2000-AGROPECUARIA ÁGUAS ZALLY LTDA ME- AI N° 129/2018
890.057/2001-ARBOR DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME- AI N° 128/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.779/1935-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME-OF. N°Ofício nº 839/2018/DNPM/RJ-DFAM
000.081/1948-ESTÂNCIA HIDROMINERAL SOLEDADE LTDA ME-OF. N°Ofício nº 836/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.566/1991-AGROPECUÁRIA BELA VISTA LTDA-OF. N°Ofício nº 986/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.551/1992-PETRA AGREGADOS RJ LTDA-OF. N°Ofício Nº 833/2018/Fiscalização Superintendência do DNPM/RJ
890.540/1993-MINERADORA HERONDINA LTDA ME-OF. N°Ofício nº 981/2018/DNPM/RJ-DFAM
891.556/1994-EMPRESA HIDROMINERAL FLUMINENSE LTDA-ME-OF. N°Ofício nº 839/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.116/1997-ESTÂNCIA HIDROMINERAL SOLEDADE LTDA ME-OF. N°Ofício nº 836/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.-OF. N°Ofício nº 828/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.347/2000-AGROPECUARIA ÁGUAS ZALLY LTDA ME-OF. N°Ofício nº 983/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.057/2001-ARBOR DISTRIBUIDORA DE ÁGUA LTDA ME-OF. N°Ofício nº 935/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.226/2002-HIDROVITA PARTICIPACOES LTDA-OF. N°Ofício nº 924/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.213/2005-ÁGUA MINERAL OASIS DA SAÚDE LTDA-OF. N°Ofício nº 915/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.294/2005-MEG MINERADORA ESTRELA GUIA DE RAPOSO LTDA-OF. N°Ofício nº 826/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.380/2007-AQUA GLASS INDUSTRIA E COM. DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°Ofício nº 902/2018/DNPM/RJ-DFAM
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
890.551/1992-PETRA AGREGADOS RJ LTDA-OF. N°Ofício Nº 834/2018/Fiscalização Superintendência do DNPM/RJ
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.310/2012-PEDRAS DEC. FERNANDES DA COSTA LTDA ME-OF. N°Ofício nº 825/2018/DNPM/RJ-DFAM
890.045/2015-MINERAÇÃO IRMÃOS FRAUCHES LTDA ME-OF. N°Ofício nº 797/2018/DNPM/RJ-DFAM
Nega provimento ao recurso interposto(757)
890.075/1978-INDÚSTRIA E COMÉRCIO APOLO LTDA.
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1714)
890.075/1978-INDÚSTRIA E COMÉRCIO APOLO LTDA.- AI N°297/2015

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 54/18/RJ

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
a. Alves de Souza Areal e Material de Construção me - 890564/14 - Not.146/2018 - R$ 190,08
Alain Robert Pouchucq - 890419/14 - Not.145/2018 - R$ 16,84
Areal Extrasol LTDA. - 890432/13 - Not.149/2018 - R$ 189,29
Claudia Passos Alves - 890596/12 - Not.150/2018 - R$ 182,69
Laterita Mineração LTDA. - 890538/14 - Not.147/2018 - R$ 2.346,72, 890536/14 - Not.144/2018 - R$ 130,39
Marcos Falsoni - 890445/14 - Not.143/2018 - R$ 1.804,99
Marpav Construções e Empreendimentos Ltda - 890127/14 - Not.151/2018 - R$ 2.002,29
Mineração Ilha Das Garças - 890567/14 - Not.148/2018 - R$ 109,71

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 55/18/RJ

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 890897/14
H.j.ext Min de Areia Areola Ltda - 890305/16
Tr4 Terraplanagem Ltda - 890123/13

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES
Superintendente

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 45/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
890.535/2014-LATERITA MINERAÇÃO LTDA.- AI N°655/2018 (RELAÇÃO 153/2017 DOU 26/ 07/2017
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
890.177/2006-ORLANDO DE CASTRO CARDOSO- AI N°105/2010
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)
890.177/2006-Orlando de Castro Cardoso- NOT. N°395/2017
Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA. - Publicado DOU de 26/01/2018, Relação n° 2/2018, Seção I, pág. 41-Onde se lê : 1,5 mL., Leia-se 1,5 L.

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

**DESPACHO**
RELAÇÃO Nº 86/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.783/2017-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-OF. N°1581/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
815.166/2008-COOPERATIVA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL DOS TRABALHADORES DE CRICIÚMA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.449/2012-ADILÇON ADURVÂNIO REUS ME- Área de 73,36 ha para 21,49 ha-AREIA E ARGILA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.184/1992-BRITAPLAN BRITAGEM PLANALTO LTDA-OF. N°1619/2018
815.314/2000-PALADINI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1598/2018
815.725/2011-MONTE REAL EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELI EPP-OF. N°1593/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.363/2003-DM ASSOCIADOS GESTÃO EMPRESARIAL E ENGENHARIA LTDA- 7.851 n° 2003 - Cessionário: AREIAS LAGUNA LTDA ME- CNPJ 29222128/0001-81
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
815.512/1984-FLORESTAL S.A- AI N° 114/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.379/1988-TERFAL MAT. CONST. LTDA-OF. N°1613/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
811.404/1975-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
810.345/1980-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
815.202/1984-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
815.003/1985-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
815.097/1985-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
815.098/1985-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
815.234/1985-FLORESTAL S.A-OF. N°1615/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.238/2005-GSG EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°1603/2018
815.541/2006-JOAO PAULO MARTINS TERRAPLANAGEM ME-OF. N°1620/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.309/1990-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença N° 519//1996 - Vencimento em 13/04/2020
815.310/1990-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHNAIDER LTDA- Registro de Licença N° 520/2018 - Vencimento em 13/04/2020
815.538/1997-EXTRAÇÃO DE AREIA SCHRAMM LTDA-Registro de Licença N° 620/1998 - Vencimento em 27/03/2020
815.131/2003-PRESTADORA DE SERVIÇOS JANTSCH EIRELI EPP- Registro de Licença N° 1058/2018 - Vencimento em 02/05/2033
815.564/2011-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2081/2018 - Vencimento em 27/04/2019
815.565/2011-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2082/2017 - Vencimento em 27/04/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

815.124/2001-ANDERSON OSNI DA SILVA SILVEIRA ME- Cessionário:EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA IRMÃOS WILL LTDA- CNPJ 29973622/0001-88- Registro de Licença N° 829/2001- Vencimento da Licença: 20/07/2021

815.369/2001-ANDERSON OSNI DA SILVA SILVEIRA ME- Cessionário:EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA IRMÃOS WILL LTDA- CNPJ 29973622/0001-88- Registro de Licença N° 901/2001- Vencimento da Licença: 07/03/2022

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

815.238/2005-GSG EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- AI N°113/2018

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

815.419/2008-PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA- Registro de Extração N°10/2008 de 28/05/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

815.713/2017-FISCHER SA AGROINDUSTRIA-OF. N°1621/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES
Superintendente

# Ministério do Desenvolvimento Social

## GABINETE DO MINISTRO

### DECISÃO Nº 86, DE 30 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87 da Constituição Federal e o art. 34, §7º, do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, em face do que consta no Processo NUP 71000.067950/2017-19, pelos jurídicos fundamentos expostos no PARECER Nº 00309/2018/CONJUR-MDS/CGU/AGU, decide:

Não Conhecer o recurso administrativo interposto por MARIA GRIGÓRIO DE MESQUITA, titular do NIS 135.47979.19-5, contra Notificação para devolução de recursos do Programa Bolsa Família em parcela única, por intempestividade.

ALBERTO BELTRAME

### PORTARIA Nº 2.208, DE 30 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Secretário-Executivo para atuar como Ordenador de Despesas das seguintes Unidades Gestoras deste Ministério:

I - 550003 - Secretaria-Executiva;

II - 550012 - Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família;

III - 550014 - Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social;

IV - 550017 - II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS; e

V - 550019 - II Projeto de Apoio ao PBF e ao CNDS - Dólar.

Art. 2º Delegar competência ao Secretário-Executivo Adjunto para atuar como Ordenador de Despesas Substituto das Unidades Gestoras 550003, 550012, 550014, 550017 e 550019, deste Ministério.

Art. 3º Delegar competência ao Diretor de Cooperação Técnica da Secretaria-Executiva para atuar como Gestor Financeiro das Unidades Gestoras 550003, 550012, 550014, 550017 e 550019, deste Ministério.

Art. 4º Delegar competência ao Substituto do Diretor de Cooperação Técnica da Secretaria-Executiva para atuar como Gestor Financeiro Substituto das Unidades Gestoras 550003, 550012, 550014, 550017 e 550019, deste Ministério.

Art. 5º Fica revogada a Portaria MDS nº 72, de 21 de junho de 2016, a Portaria MDS nº 171, de 8 de setembro de 2016 e a Portaria MDS nº 274, de 24 de novembro de 2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

## CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PAUTAS DE REUNIÕES - JUNHO 2018

04/06/2018 - 265ª Reunião Ordinária do CNAS

9h às 10h30

Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social

10h30 às 11h

Aprovação da ata da 264ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 265ª Reunião Ordinária do CNAS

11h às 12h30

Relato da Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

14h às 16h

Relato da Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social: Pactuação do Programa Nacional do Acesso ao Mundo do Trabalho - Programa Acessuas Trabalho

16h às 18h

Relato da Reunião Extraordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social: Pactuação das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI

05/06/2018 - Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF e Posse dos Conselheiros - Gestão 2018/2020

9h às 17h

Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF

12h

Posse dos Conselheiros - Gestão 2018/2020

06/06/2018 - Continuação da 265ª Reunião Ordinária do CNAS

9h

Eleição do/a Presidente e Vice-presidente do CNAS

9h30

Aprovação da continuação da pauta da 265ª Reunião Ordinária do CNAS

9h30 às 10h30

Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CONGEMAS, FONSEAS, MDS e Conselheiros.

10h30 às 12h

Apresentação da Comissão de Política da Assistência Social

Apresentação da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social

14h às 17h

Apresentação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social

Apresentação da Comissão de Normas da Assistência Social

Apresentação da Presidência Ampliada

17h às 18h

Indicação dos conselheiros para composição das Comissões Temáticas do CNAS.

# Ministério do Meio Ambiente

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

### ATO Nº 554, DE 29 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução ANA nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 702ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos à:

RP Geradora de Energia Elétrica Ltda, rio Canoas, Município de Guaranésia/Minas Gerais, Geração de energia hidrelétrica/CGH Santa Cleonice.

O inteiro teor da Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

# Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 139 , DE 1 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Ampliar o limite constante do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

| Órgãos | | Despesas Discricionárias | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PAC | Emendas Impositivas | | Demais | Total |
| | | | Individuais | Bancada | | |
| 53000 | Ministério da Integração Nacional | 0 | 0 | 0 | 10.378.180 | 10.378.180 |
| | TOTAL | 0 | 0 | 0 | 10.378.180 | 10.378.180 |

**PORTARIA Nº 140, DE 1 DE JUNHO DE 2018**

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e dos Direitos Humanos e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 70.027.555,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos III, alíneas "a", item "1", "d", item "1", "e", item "1", e "h", item "1", e V, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Integração Nacional e dos Direitos Humanos e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 70.027.555,00 (setenta milhões, vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2065 | Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | | 350.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 423 | 2065 2384 | Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania | | | | | | | 350.000 |
| 14 423 | 2065 2384 0001 | Direitos Sociais e Culturais e à Cidadania - Nacional | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 350.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 350.000 |

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores

UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2082 | Política Externa | | | | | | | 481.086 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 07 211 | 2082 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE | | | | | | | 481.086 |
| 07 211 | 2082 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - No Exterior | | | | | | | 481.086 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 481.086 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 481.086 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 481.086 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 188.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2038 20U1 | Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 176.000 |
| 04 122 | 2038 20U1 0001 | Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional | | | | | | | 176.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 176.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 04 211 | 2038 00PN | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE | | | | | | | 12.000 |
| 04 211 | 2038 00PN 0002 | Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - No Exterior | | | | | | | 12.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 12.000 |
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | | | | | | | 457.521 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 127 | 2125 153E | Adequação e Reforma de Instalações Prediais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | | | | | | | 457.521 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 127 | 2125 153E 5664 | Adequação e Reforma de Instalações Prediais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Em Brasília - DF | | | | | | | 457.521 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 457.521 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 645.521 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 645.521 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47204 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 1.090.999 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 04 571 | 2038 00M6 | Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica | | | | | | | 1.090.999 |
| 04 571 | 2038 00M6 0001 | Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica - Nacional | | | | | | | 1.090.999 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.090.999 |
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | | | | | | | 4.287.769 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2125 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 4.287.769 |
| 04 122 | 2125 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 4.287.769 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.287.769 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.378.768 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.378.768 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 2.674.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 121 | 2038 20U7 | Censos Demográfico e Agropecuário | | | | | | | 1.600.000 |
| 04 121 | 2038 20U7 0001 | Censos Demográfico e Agropecuário - Nacional | | | | | | | 1.600.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.600.000 |
| 04 127 | 2038 20U8 | Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos | | | | | | | 924.000 |
| 04 127 | 2038 20U8 0001 | Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional | | | | | | | 924.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 924.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 121 | 2038 15MV | Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica | | | | | | | 150.000 |
| 04 121 | 2038 15MV 0001 | Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional | | | | | | | 150.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.674.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.674.000 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional e Territorial | | | | | | | 7.178.180 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 608 | 2029 214S | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas | | | | | | | 1.178.180 |
| 20 608 | 2029 214S 0001 | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional | | | | | | | 1.178.180 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.178.180 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 15 244 | 2029 7K66 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado | | | | | | | 6.000.000 |
| 15 244 | 2029 7K66 0001 | Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.000.000 |
| | 2084 | Recursos Hídricos | | | | | | | 3.200.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Projetos | | | | | | | |
| 18 544 | 2084 1851 | Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica | | | | | | | 3.200.000 |
| 18 544 | 2084 1851 0001 | Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional | | | | | | | 3.200.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 10.378.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 10.378.180 |

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 49.620.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 00BA | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) | | | | | | | 49.620.000 |
| 28 846 | 0910 00BA 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 49.620.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 49.620.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 49.620.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 49.620.000 |

ÓRGÃO: 81000 - Ministério dos Direitos Humanos

UNIDADE: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2064 | Promoção e Defesa dos Direitos Humanos | | | | | | | 500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 422 | 2064 20ZN | Promoção dos Direitos Humanos | | | | | | | 500.000 |
| 14 422 | 2064 20ZN 0001 | Promoção dos Direitos Humanos - Nacional | | | | | | | 500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 500.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2081 | Justiça, Cidadania e Segurança Pública | | | | | | | 100.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 14 422 | 2081 13FC | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil | | | | | | | 100.000 |
| 14 422 | 2081 13FC 0001 | Implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil - Nacional | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 100.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 100.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 100.000 |

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública

UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2065 | Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas | | | | | | | 400.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 14 125 | 2065 20UF | Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados | | | | | | | 400.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 125 | 2065 20UF 0001 | Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 400.000 |
| | | | | | | | | | 400.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 400.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 400.000 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 5.768.584 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 121 | 2038 20U0 | Gestão e Aprimoramento do Planejamento | | | | | | | 213.816 |
| 04 121 | 2038 20U0 0001 | Gestão e Aprimoramento do Planejamento - Nacional | | | | | | | 213.816 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 213.816 |
| 04 122 | 2038 20U1 | Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 176.000 |
| 04 122 | 2038 20U1 0001 | Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional | | | | | | | 176.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 176.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 127 | 2038 152W | Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal | | | | | | | 5.378.768 |
| 04 127 | 2038 152W 0001 | Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal - Nacional | | | | | | | 5.378.768 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 5.378.768 |
| | 2125 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | | | | | | | 1.086.791 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 122 | 2125 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 350.000 |
| 04 122 | 2125 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| 04 121 | 2125 4732 | Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos | | | | | | | 267.270 |
| 04 121 | 2125 4732 0001 | Estudos sobre Conjuntura Econômica e Investimentos Públicos - Nacional | | | | | | | 267.270 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 267.270 |
| 04 121 | 2125 4743 | Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais | | | | | | | 12.000 |
| 04 121 | 2125 4743 0001 | Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - Nacional | | | | | | | 12.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 12.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 127 | 2125 153E | Adequação e Reforma de Instalações Prediais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | | | | | | | 457.521 |
| 04 127 | 2125 153E 5664 | Adequação e Reforma de Instalações Prediais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Em Brasília - DF | | | | | | | 457.521 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 457.521 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.855.375 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.855.375 |

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2038 | Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública | | | | | | | 2.674.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 04 121 | 2038 20U7 | Censos Demográfico e Agropecuário | | | | | | | 1.600.000 |
| 04 121 | 2038 20U7 0001 | Censos Demográfico e Agropecuário - Nacional | | | | | | | 1.600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.600.000 |
| 04 127 | 2038 20U8 | Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos | | | | | | | 924.000 |
| 04 127 | 2038 20U8 0001 | Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional | | | | | | | 924.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 924.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 04 121 | 2038 15MV | Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica | | | | | | | 150.000 |
| 04 121 | 2038 15MV 0001 | Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional | | | | | | | 150.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.674.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.674.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0910 | Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais | | | | | | | 59.998.180 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 28 846 | 0910 0057 | Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC) | | | | | | | 11.400.000 |
| 28 846 | 0910 0057 0001 | Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC) - Nacional | | | | | | | 11.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 11.400.000 |
| 28 846 | 0910 00BC | Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE) | | | | | | | 10.200.000 |
| 28 846 | 0910 00BC 0002 | Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE) - No Exterior | | | | | | | 10.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 10.200.000 |
| 28 846 | 0910 00E8 | Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MTb) | | | | | | | 3.500.000 |
| 28 846 | 0910 00E8 0002 | Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MTb) - No Exterior | | | | | | | 3.500.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 3.500.000 |
| 28 846 | 0910 00F4 | Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE) | | | | | | | 2.400.000 |
| 28 846 | 0910 00F4 0002 | Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE) - No Exterior | | | | | | | 2.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 2.400.000 |
| 28 846 | 0910 00HD | Contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul - ARGM (MRE) | | | | | | | 2.170.000 |
| 28 846 | 0910 00HD 0002 | Contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul - ARGM (MRE) - No Exterior | | | | | | | 2.170.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 2.170.000 |
| 28 846 | 0910 00HF | Contribuição à União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (MRE) | | | | | | | 8.900.000 |
| 28 846 | 0910 00HF 0002 | Contribuição à União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (MRE) - No Exterior | | | | | | | 8.900.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 8.900.000 |
| 28 846 | 0910 00OQ | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica | | | | | | | 2.350.000 |
| 28 846 | 0910 00OQ 0002 | Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior | | | | | | | 2.350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 2.350.000 |
| 28 846 | 0910 0128 | Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) | | | | | | | 12.278.180 |
| 28 846 | 0910 0128 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - No Exterior | | | | | | | 12.278.180 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 12.278.180 |
| 28 846 | 0910 0186 | Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (PR) | | | | | | | 1.400.000 |
| 28 846 | 0910 0186 0002 | Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (PR) - No Exterior | | | | | | | 1.400.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 1.400.000 |
| 28 846 | 0910 0420 | Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) | | | | | | | 100.000 |
| 28 846 | 0910 0420 0002 | Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - No Exterior | | | | | | | 100.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 100.000 |
| 28 846 | 0910 0B73 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) | | | | | | | 5.300.000 |
| 28 846 | 0910 0B73 0002 | Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) - No Exterior | | | | | | | 5.300.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 80 | 0 | 100 | 5.300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 59.998.180 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 59.998.180 |

## PORTARIA Nº 141, DE 1 DE JUNHO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente, da Integração Nacional, e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 67.890.831,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "c", item "1", e III, alíneas "d", item "1", e "h", item "1", da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Turismo, crédito suplementar no valor de R$ 67.890.831,00 (sessenta e sete milhões, oitocentos e noventa mil, oitocentos e trinta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2066 | Reforma Agrária e Governança Fundiária | | | | | | | 20.497.638 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 21 631 | 2066 211A | Desenvolvimento de Assentamentos Rurais | | | | | | | 15.000.000 |
| 21 631 | 2066 211A 0001 | Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 21 631 | 2066 211B | Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária | | | | | | | 5.497.638 |
| 21 631 | 2066 211B 0001 | Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional | | | | | | | 5.497.638 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 176 | 5.497.638 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.497.638 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.497.638 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2080 | Educação de qualidade para todos | | | | | | | 38.750.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 847 | 2080 0515 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica | | | | | | | 38.750.000 |
| 12 847 | 2080 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | | | | | 38.750.000 |
| | | | F | 4 | 1 | 40 | 8 | 113 | 38.750.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.750.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 38.750.000 |

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2084 | Recursos Hídricos | | | | | | | 406.220 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 544 | 2084 20WI | Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos | | | | | | | 406.220 |
| 18 544 | 2084 20WI 0001 | Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional | | | | | | | 406.220 |
| | | | F | 4 | 1 | 90 | 0 | 183 | 406.220 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 406.220 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 406.220 |

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional

UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2029 | Desenvolvimento Regional e Territorial | | | | | | | 2.500.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 608 | 2029 214S | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas | | | | | | | 2.500.000 |
| 20 608 | 2029 214S 0001 | Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 40 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.500.000 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2076 | Desenvolvimento e Promoção do Turismo | | | | | | | 2.200.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 20Y3 | Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional | | | | | | | 2.200.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 23 695 | 2076 20Y3 0001 | Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional | | | | | | | 2.200.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.200.000 |
| | 2128 | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo | | | | | | | 3.536.973 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 23 122 | 2128 2000 | Administração da Unidade | | | | | | | 3.536.973 |
| 23 122 | 2128 2000 0001 | Administração da Unidade - Nacional | | | | | | | 3.536.973 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.536.973 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.736.973 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.736.973 |

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República

UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2066 | Reforma Agrária e Governança Fundiária | | | | | | | 20.497.638 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 21 631 | 2066 211A | Desenvolvimento de Assentamentos Rurais | | | | | | | 15.000.000 |
| 21 631 | 2066 211A 0001 | Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional | | | | | | | 15.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 15.000.000 |
| 21 631 | 2066 211B | Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária | | | | | | | 5.497.638 |
| 21 631 | 2066 211B 0001 | Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional | | | | | | | 5.497.638 |
| | | | F | 5 | 2 | 90 | 0 | 176 | 5.497.638 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 20.497.638 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 20.497.638 |

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2080 | Educação de qualidade para todos | | | | | | | 38.750.000 |
| | | Operações Especiais | | | | | | | |
| 12 847 | 2080 0515 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica | | | | | | | 38.750.000 |
| 12 847 | 2080 0515 0001 | Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional | | | | | | | 38.750.000 |
| | | | F | 3 | 1 | 40 | 8 | 113 | 38.750.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 38.750.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 38.750.000 |

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2087 | Transporte Terrestre | | | | | | | 2.500.000 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 26 782 | 2087 15PL | Adequação de Travessia Urbana no Município de Marabá/PA - na BR-155/PA | | | | | | | 2.500.000 |
| 26 782 | 2087 15PL 0316 | Adequação de Travessia Urbana no Município de Marabá/PA - na BR-155/PA - No Município de Marabá - PA | | | | | | | 2.500.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.500.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.500.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.500.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente

UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2084 | Recursos Hídricos | | | | | | | 406.220 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 18 544 | 2084 20WI | Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos | | | | | | | 406.220 |
| 18 544 | 2084 20WI 0001 | Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional | | | | | | | 406.220 |
| | | | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 183 | 406.220 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 406.220 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 406.220 |

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo

UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2076 | Desenvolvimento e Promoção do Turismo | | | | | | | 5.736.973 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 20Y4 | Articulação e Ordenamento Turístico | | | | | | | 900.000 |
| 23 695 | 2076 20Y4 0001 | Articulação e Ordenamento Turístico - Nacional | | | | | | | 900.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 900.000 |
| 23 695 | 2076 218H | Sustentabilidade, Formalização e Posicionamento de Produtos e Destinos Turísticos | | | | | | | 1.106.215 |
| 23 695 | 2076 218H 0001 | Sustentabilidade, Formalização e Posicionamento de Produtos e Destinos Turísticos - Nacional | | | | | | | 1.106.215 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.106.215 |
| 23 571 | 2076 2C01 | Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo | | | | | | | 250.000 |
| 23 571 | 2076 2C01 0001 | Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo - Nacional | | | | | | | 250.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 250.000 |
| 23 695 | 2076 4590 | Qualificação e Certificação no Turismo | | | | | | | 755.450 |
| 23 695 | 2076 4590 0001 | Qualificação e Certificação no Turismo - Nacional | | | | | | | 755.450 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 755.450 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 23 695 | 2076 14TJ | Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional | | | | | | | 2.725.308 |
| 23 695 | 2076 14TJ 0001 | Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional - Nacional | | | | | | | 2.725.308 |
| | | | F | 3 | 2 | 30 | 0 | 100 | 1.375.308 |
| | | | F | 3 | 2 | 40 | 0 | 100 | 1.350.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 5.736.973 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 5.736.973 |

## PORTARIA Nº 142, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Trabalho; do Esporte; e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R$ 5.257.795,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, § 6º, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Trabalho; do Esporte; e do Desenvolvimento Social, crédito suplementar no valor de R$ 5.257.795,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas individuais, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2077 | Agropecuária Sustentável | | | | | | | 550.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 608 | 2077 20ZV | Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 350.000 |
| 20 608 | 2077 20ZV 0027 | Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Alagoas | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 20 608 | 2077 8622 | Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo | | | | | | | 200.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 608 | 2077 8622 0032 | Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 3 | 6 | 50 | 0 | 100 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 550.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 550.000 |

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2071 | Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária | | | | | | | 850.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 11 334 | 2071 215F | Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária | | | | | | | 850.000 |
| 11 334 | 2071 215F 0014 | Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - No Estado de Roraima | | | | | | | 850.000 |
| | | | F | 3 | 6 | 50 | 0 | 100 | 850.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 850.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 850.000 |

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte, Cidadania e Desenvolvimento | | | | | | | 735.879 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 27 812 | 2035 20JP | Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social | | | | | | | 685.879 |
| 27 812 | 2035 20JP 3577 | Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Município de Guarujá - SP | | | | | | | 685.879 |
| | | | F | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 685.879 |
| 27 811 | 2035 20YA | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento | | | | | | | 50.000 |
| 27 811 | 2035 20YA 0035 | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - No Estado de São Paulo | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 4 | 6 | 99 | 0 | 100 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 735.879 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 735.879 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar | | | | | | | 150.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 244 | 2012 20GD | Inclusão Produtiva Rural | | | | | | | 150.000 |
| 08 244 | 2012 20GD 0026 | Inclusão Produtiva Rural - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 150.000 |
| | 2069 | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 258.848 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 306 | 2069 215I | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN | | | | | | | 258.848 |
| 08 306 | 2069 215I 0035 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.143 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 2.143 |
| 08 306 | 2069 215I 3341 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Município do Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | 256.705 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 256.705 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 408.848 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 408.848 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2037 | Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | | | | | | | 2.713.068 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 244 | 2037 2B30 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica | | | | | | | 2.563.068 |
| 08 244 | 2037 2B30 0031 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 620.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 41 | 0 | 100 | 220.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 41 | 0 | 100 | 400.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 0043 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 343.068 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 343.068 |
| 08 244 | 2037 2B30 3347 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Município de São João da Barra - RJ | | | | | | | 200.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 41 | 0 | 100 | 200.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 3351 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Município de São Pedro da Aldeia - RJ | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 300.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 7102 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Japeri - RJ | | | | | | | 350.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 7104 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Parati - RJ | | | | | | | 350.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 7108 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Rio das Flores - RJ | | | | | | | 400.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 400.000 |
| 08 244 | 2037 2B31 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial | | | | | | | 150.000 |
| 08 244 | 2037 2B31 0031 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 41 | 0 | 100 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.713.068 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.713.068 |

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2077 | Agropecuária Sustentável | | | | | | | 550.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 20 608 | 2077 20ZV | Fomento ao Setor Agropecuário | | | | | | | 350.000 |
| 20 608 | 2077 20ZV 0027 | Fomento ao Setor Agropecuário - No Estado de Alagoas | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 20 608 | 2077 8622 | Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo | | | | | | | 200.000 |
| 20 608 | 2077 8622 0032 | Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 200.000 |
| | | | F | 4 | 6 | 50 | 0 | 100 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 550.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 550.000 |

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho

UNIDADE: 40101 - Ministério do Trabalho - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2071 | Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária | | | | | | | 850.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 11 334 | 2071 215F | Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária | | | | | | | 850.000 |
| 11 334 | 2071 215F 0014 | Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - No Estado de Roraima | | | | | | | 850.000 |
| | | | F | 4 | 6 | 50 | 0 | 100 | 850.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 850.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 850.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2035 | Esporte, Cidadania e Desenvolvimento | | | | | | | 735.879 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 27 812 | 2035 20JP | Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social | | | | | | | 685.879 |
| 27 812 | 2035 20JP 3577 | Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Município de Guarujá - SP | | | | | | | 685.879 |
| | | | F | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 685.879 |
| 27 811 | 2035 20YA | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento | | | | | | | 50.000 |
| 27 811 | 2035 20YA 0035 | Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - No Estado de São Paulo | | | | | | | 50.000 |
| | | | F | 3 | 6 | 99 | 0 | 100 | 50.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 735.879 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 735.879 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012 | Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar | | | | | | | 150.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 244 | 2012 20GD | Inclusão Produtiva Rural | | | | | | | 150.000 |
| 08 244 | 2012 20GD 0026 | Inclusão Produtiva Rural - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 150.000 |
| | 2069 | Segurança Alimentar e Nutricional | | | | | | | 258.848 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 306 | 2069 215I | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN | | | | | | | 258.848 |
| 08 306 | 2069 215I 0035 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.143 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 2.143 |
| 08 306 | 2069 215I 3341 | Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Município do Rio de Janeiro - RJ | | | | | | | 256.705 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 256.705 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 408.848 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 408.848 |

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2037 | Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | | | | | | | 2.713.068 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 08 244 | 2037 2B30 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica | | | | | | | 2.563.068 |
| 08 244 | 2037 2B30 0031 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 620.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 41 | 0 | 100 | 400.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 41 | 0 | 100 | 220.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 0043 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 343.068 |
| | | | S | 4 | 6 | 40 | 0 | 100 | 343.068 |
| 08 244 | 2037 2B30 3347 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Município de São João da Barra - RJ | | | | | | | 200.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 41 | 0 | 100 | 200.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 3351 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - No Município de São Pedro da Aldeia - RJ | | | | | | | 300.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 300.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 08 244 | 2037 2B30 7102 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Japeri - RJ | | | | | | | 350.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 7104 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Parati - RJ | | | | | | | 350.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 350.000 |
| 08 244 | 2037 2B30 7108 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Centro Municipal de Apoio ao Idoso - No Município de Rio das Flores - RJ | | | | | | | 400.000 |
| | | | S | 3 | 6 | 40 | 0 | 100 | 400.000 |
| 08 244 | 2037 2B31 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial | | | | | | | 150.000 |
| 08 244 | 2037 2B31 0031 | Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 150.000 |
| | | | S | 4 | 6 | 41 | 0 | 100 | 150.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.713.068 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.713.068 |

**PORTARIA Nº 143, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

Estabelece o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal e o art. 53, inciso VII, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista a realização da Copa do Mundo FIFA 2018, resolve:

Art. 1º Estabelecer, em caráter excepcional, que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, o expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional dar-se-á da seguinte forma:

I - nos dias em que os jogos se realizarem pela manhã, o expediente terá início a partir das 14h00 (horário de Brasília); e

II - nos dias em que os jogos se realizarem à tarde, o expediente se encerrará às 13h00 (horário de Brasília).

Parágrafo único. As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput serão objeto de compensação até o dia 31 de outubro de 2018.

Art. 2º Caberá aos dirigentes dos órgãos e entidades, nas respectivas áreas de competência, assegurar que os agentes públicos observem os turnos de funcionamento dos órgãos ou entidades, bem como a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

## SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

**PORTARIA Nº 5.818, DE 30 DE MAIO DE 2018**

Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Informação da Secretaria de Orçamento Federal

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, no uso das atribuições estabelecidas no Regimento Interno da Secretaria de Orçamento Federal, e com base na Portaria MP nº 372, de 13 de novembro de 2017, e, ainda, considerando a necessidade de aprimoramento da governança e da gestão dos processos de negócio, tecnologias e normas correlatas que suportam a missão institucional da Secretaria, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Estrutura de Gestão da Informação da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, que será responsável pela governança e gestão dos planejamentos, diretrizes, processos e ferramentas tecnológicas que atendem ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SIPOF.

Art. 2º A Estrutura de Gestão da Informação da SOF será constituída por:

I - Comitê Gestor da Informação - CGI;

II - Comitê Técnico de Apoio aos Processos de Negócio - Cotap;

III - Comitê Técnico de Tecnologia da Informação e Comunicações - Cotic; e

IV - Fórum Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Fórum SIOP.

§ 1º Os membros das instâncias que formam a referida Estrutura deverão promover, em suas respectivas unidades organizacionais, o amplo conhecimento das atividades dos colegiados, incluindo suas diretrizes, deliberações, resoluções, informações e atas de reunião, coordenando, com o apoio das demais unidades da SOF, ações permanentes de divulgação, treinamento, educação e conscientização dos servidores e colaboradores impactados e demais envolvidos.

§ 2º A participação na citada estrutura não enseja remuneração de qualquer espécie ou quaisquer criações de cargos, além daqueles já existentes na estrutura regimental da SOF, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3º O CGI é a instância colegiada constituída como último nível para discussão sobre as questões referentes à Estrutura de Gestão da Informação, com caráter deliberativo.

§ 1º O CGI terá como membros titulares, sendo suplentes seus respectivos substitutos legais:

a) o Secretário de Orçamento Federal, que o presidirá;

b) os Secretários-Adjuntos; e

c) os Diretores.

§ 2º O Cotap e o Cotic deverão participar das reuniões do CGI, representados por meio de seus respectivos presidentes.

Art. 4º Compete ao CGI:

I - estabelecer princípios estratégicos e diretrizes de gestão da informação, buscando viabilizar os recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao seu cumprimento, alinhados aos objetivos institucionais da SOF e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e ao arcabouço legal-normativo ao qual a SOF está subordinada;

II - deliberar, caso submetidas à sua apreciação, sobre as demandas relacionadas ao alinhamento entre os processos de negócio da Secretaria e tecnologias associadas, observadas as competências das unidades administrativas da instituição;

III - aprovar o Plano de Tecnologia da Informação - PTI, buscando assegurar os recursos necessários ao seu cumprimento, bem como acompanhar sua execução, determinando e priorizando, nos casos necessários, os ajustes cabíveis;

IV - apoiar o cumprimento das Políticas institucionais de Segurança da Informação e Comunicações do MP - POSIC/MP e de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos - PGIRC/MP; e

V - deliberar sobre propostas de alteração da Estrutura de Gestão da Informação.

Parágrafo único. O CGI poderá constituir grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos e propor soluções sobre temas de seu interesse, sendo seus respectivos integrantes e coordenador designados pelo Presidente do Comitê, após deliberação de seus membros.

Art. 5º O Cotap é a instância técnico-gerencial colegiada de suporte ao CGI responsável por compatibilizar processos de negócio e tecnologias associadas e/ou disponíveis e será constituído:

I - pelo Coordenador-Geral do Processo Orçamentário, que o presidirá;

II - pelo presidente do Cotic;

III - por um representante de cada Departamento de Programa; e

IV - por um representante de cada Coordenação-Geral da SOF não vinculada a Departamento de Programa.

§ 1º Os representantes e suplentes deverão ser indicados pelos titulares de suas unidades, devendo ser o suplente do presidente seu respectivo substituto legal.

§ 2º Poderão ser convidados representantes de outras unidades da SOF para as reuniões do Comitê, mediante deliberação do Coordenador-Geral do Processo Orçamentário ou dos membros do Cotap, a depender do tema a ser tratado.

Art. 6º Compete ao Cotap:

I - sistematizar demandas recebidas acerca dos processos de negócio, incluindo dúvidas, modificações, incidentes, problemas e sugestões de melhoria, e elaborar possíveis alternativas de melhoria nos processos e sistema;

II - validar necessidades de negócio sistematizadas e possíveis alternativas com o Secretário-Adjunto da SOF, de acordo com a respectiva competência, quando considerado pertinente pelos seus membros;

III - discutir e propor práticas gerenciais, metodologias, projetos, atividades, normativos de apoio e manuais de procedimentos que busquem assegurar a conformidade e o adequado desempenho dos processos de negócio, submetendo as propostas à apreciação do CGI, quando considerado pertinente pelos seus membros;

IV - especificar as soluções ou demandas de sistema, submetendo à apreciação do Secretário-Adjunto da SOF, de acordo com a respectiva competência, quando considerado pertinente pelos seus membros;

V - submeter as soluções ou demandas especificadas para avaliação e análise do Cotic quanto aos impactos no planejamento, nos projetos e níveis de risco associados às ferramentas de tecnologia da informação da Secretaria; e

VI - acompanhar a execução e homologar as soluções ou demandas de sistema aprovadas para implementação, informando às áreas interessadas sobre sua implantação.

Parágrafo único. As deliberações que tiverem como objeto a implementação de regra que cria, altera ou elimina algum tipo de restrição no relacionamento com o usuário deverão ser submetidas à apreciação do Secretário-Adjunto da SOF, de acordo com a respectiva competência.

Art. 7º O Cotic é a instância técnico-gerencial colegiada de apoio ao CGI responsável pela gestão dos planos, projetos e ferramentas de tecnologia de informação e comunicação que atendam ou apoiem os processos de negócio da Secretaria e será constituído:

I - pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação, que o presidirá;

II - pelos Coordenadores das áreas da Tecnologia da Informação da SOF; e

III - pelo presidente do Cotap.

Parágrafo único. Deverão ser indicados suplentes para cada um dos membros do Cotic, devendo ser o suplente do presidente seu respectivo substituto legal.

Art. 8º Compete ao Cotic:

I - propor o Plano de Tecnologia da Informação - PTI, em consonância com as demandas validadas pelo Cotap, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MP - PDTI/MP e o Planejamento Estratégico Institucional da SOF, submetendo-o à aprovação do CGI;

II - propor, discutir e aprovar práticas gerenciais, metodologias, projetos, atividades, normativos operacionais e manuais de procedimentos que busquem assegurar a conformidade, o adequado desempenho e a segurança das ferramentas de tecnologia da informação que apoiam os processos de negócio, submetendo as propostas à apreciação do CGI, quando considerado pertinente pelos seus membros;

III - avaliar e analisar as demandas oriundas do Cotap quanto aos impactos no PTI e nas ferramentas de tecnologia da informação disponibilizadas pela Secretaria;

IV - deliberar sobre as necessidades de alteração no PTI, consolidá-las no planejamento e submeter a nova revisão do PTI à aprovação do CGI; e

V - gerir a execução do PTI.

Parágrafo único. O PTI da SOF deverá ser o instrumento balizador e orientador dos trabalhos das áreas de Tecnologia da Informação da SOF e nele deverão ser consideradas necessidades, objetivos, iniciativas, portfólios e recursos destinados ao atendimento dos processos de negócio da Secretaria, bem como seus riscos associados, devendo inclusive abordar as eventuais alterações motivadas por demandas validadas pelo Cotap.

Art. 9º O Fórum do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Fórum SIOP - constitui-se como grupo técnico-operacional permanente de apoio ao Cotap e ao Cotic, cuja finalidade é informar e fomentar a discussão sobre alterações e sugestões de melhorias das ferramentas tecnológicas de gestão e execução orçamentária utilizadas pelo SIPOF e providas pela SOF.

§ 1º O Fórum SIOP deverá ser formado por, no mínimo, um representante de cada Departamento de Programa e de cada uma das Coordenações-Gerais da Secretaria, estando vinculado ao Cotic.

§ 2º Poderão ser convidados ao Fórum representantes das unidades orçamentárias da Administração Pública Federal, indicados por deliberação dos membros de qualquer um dos colegiados que compõem a Estrutura de Gestão da Informação da SOF.

§ 3º O Fórum SIOP será coordenado por servidor indicado pelo presidente do Cotic.

§ 4º As reuniões do Fórum deverão ser realizadas na Secretaria de Orçamento Federal com periodicidade mínima bimestral, alternadas à realização das reuniões do Cotap e do Cotic, ou a qualquer tempo, por convocação de seu coordenador.

§ 5º O coordenador do Fórum SIOP deverá realizar a compilação dos temas tratados nas reuniões e dar-lhes prosseguimento, submetendo-os, quando pertinente, à apreciação do Cotap e do Cotip.

Art. 10. Poderão ser estabelecidos, a critério do CGI, Cotap ou Cotic, outros fóruns técnicos de caráter operacional, devendo sua(s) finalidade(s) e funcionamento(s) ser(em) especificada(s) em sua criação pelo respectivo colegiado criador.

Art. 11. Sem prejuízo de suas respectivas atribuições, o Cotap e o Cotic constituem a Comissão de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) da SOF, conforme disposto no art. 37 da Portaria MP nº 372, de 13 de novembro de 2017, que estabelece a Política de Segurança da Informação e Comunicações do MP - POSIC/MP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A Unidade de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações da SOF, quando constituída conforme disposto no art. 35 da referida POSIC/MP, deverá atuar como instância de auxílio técnico-operacional à Comissão de SIC da SOF, nos assuntos de sua competência.

Art. 12. Os trabalhos do CGI, Cotap e do Cotic deverão ser realizados por meio de reuniões periódicas registradas em ata, presentes, pelo menos, 50% de seus membros, sendo que:

I - as reuniões do CGI deverão ser realizadas com periodicidade mínima trimestral, ou a qualquer tempo, por convocação de seu presidente ou quaisquer de seus membros;

II - as reuniões do Cotap e Cotic deverão ser realizadas com periodicidade mínima bimestral, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário, por convocação de seu presidente, para tratar de tema específico;

III - as atas deverão ser encaminhadas a todos os membros para sua aprovação, devendo ser disponibilizadas para consulta; e

IV - as deliberações dos colegiados devem buscar, preferencialmente, o consenso entre seus membros, sendo garantida a possibilidade de votação por maioria simples dos integrantes presentes, nos casos em que houver controvérsias de posicionamento.

§ 1º Na ocorrência de empate das votações especificadas no inciso IV do caput, a decisão será determinada pelo voto do presidente do respectivo colegiado.

§ 2º A Chefia de Gabinete da SOF atuará como Secretaria do CGI, providenciando apoio e suportes técnico e operacional necessários aos trabalhos e realização das reuniões do CGI.

§ 3º As respectivas unidades administrativas da SOF chefiadas pelos presidentes do Cotap e Cotic deverão prestar todo o suporte técnico e operacional necessários aos trabalhos e realização das reuniões dos respectivos colegiados.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo que:

I - os membros para o Cotap, Cotic e Fórum SIOP deverão ser indicados em até quinze dias após a sua vigência, informando ao presidente do respectivo colegiado;

II - o Comitê Gestor da Informação - CGI deverá se reunir em até sessenta dias após a sua vigência;

III - as reuniões do Cotap e do Cotic deverão iniciar-se em até trinta dias após a sua vigência; e

IV - o Fórum SIOP deverá se reunir em até quarenta e cinco dias após a sua vigência.

Art. 14 Ficam revogadas as Portarias SOF nº 3, de 23 de janeiro de 2007, SOF nº 142, de 18 de novembro de 2011 e SOF nº 157, de 25 de novembro de 2011.

GEORGE SOARES

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

### PORTARIA Nº 5.592, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.000673/2016-54, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM em Minas Gerais, do imóvel localizado na Rua do Pilar nºs 60 e 76, Município de Ouro Preto-MG, com área de 1.087,52 m², registrado sob a Matricula nº 2.791, Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina-se à manutenção do Anexo III, do Museu da Inconfidência.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.596, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º ao 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 05550.000095/2006-52, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, do imóvel localizado à Rua Professor Diomedes, nº 764, Quadra nº 079 (antiga 132-A), Lote nº 640, Município de Boa Vista, Estado de Roraima, com área de terreno de 17.694,27m², cadastrado nos assentos da SPU sob o RIP nº 0301.00470.500-6 e registrado sob a Matrícula nº 58.478, Livro nº 2 - Registro Geral, Ficha 01, no Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à instalação e funcionamento da Sede do DNIT no Município de Boa Vista/RR.

§ 1º A instalação da Sede do DNIT deverá ser finalizada no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de assinatura do contrato de doação.

§ 2º O imóvel será utilizado de forma compartilhada com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal - PRF em Roraima, de forma provisória, até o término da construção de sua sede própria.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vierem a ser dadas aplicações diversas da prevista ou se ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 4º O donatário responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.621, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º , inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998, o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04936.004028/2011-87, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, no Estado do Paraná, do imóvel urbano constituído por terreno com área de 16.402,55m² e benfeitorias de 215,60m², localizado na Avenida Victor Ferreira do Amaral, nº 1.500, Bairro Tarumã, Município de Curitiba, Estado do Paraná, registrado sob a matrícula n° 42.917 da 3ª Circunscrição do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se à manutenção da sede Superintendência do DNIT, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 3º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n° 574, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 244, de 21 de dezembro de 2011, seção 1, página 102.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.623, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04926.000670/2016-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM em Minas Gerais, do imóvel de propriedade da União denominado Museu da Inconfidência (sede e anexos I e II), com área de 2.635,42 m², localizado na Praça Tiradentes, nº 139 e na Rua Antônio Pereira, nº 3 - no Município de Ouro Preto/MG, registrado sob a Matricula nº 8.546, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à manutenção do Museu da Inconfidência, sede e anexos I e II.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, se não for cumprida a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel a que se refere o art. 1º, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.625, DE 30 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I e §§ 1º a 3º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04936.007016/2011-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Barracão, Estado do Paraná, do imóvel localizado na Rua Helmud Thiele s/nº - Lote 02 - Quadra 49-A, com área de 1.379,21 m² e benfeitorias com 320,00 m², registrado sob a matrícula nº 6.845, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Centro de Convivência de Idosos.

Parágrafo único. O donatário tem o prazo de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração, para finalizar a implantação do projeto institucional a que se refere o caput.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, se não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, se não subsistirem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista, se houver inobservância de qualquer condição nela expressa, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela averbação dos acessórios no cartório competente, bem como pelas demais averbações ou providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 5º A presente doação não exime o Município de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.702, DE 1° DE JUNHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o art. 27, parágrafo 3º, da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo nº 14235.000421/94-72, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo ao Município de Sarandi, Estado do Paraná, dos acessórios com área de 4.681,24m², instalados no imóvel urbano, localizado na Avenida Angelo Perini, 1188, no Município de Sarandi, Estado do Paraná, registrado sob a matrícula nº 37.786 do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se ao funcionamento do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, com a finalidade de prestação de serviços educacionais de caráter público e gratuito.

Art. 3º O encargo de que trata o artigo 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente às acessões à propriedade da União, se não for cumprida, a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, ou se ocorrer inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais.

Art. 4º Fica o donatário responsável pela averbação dos acessórios no Cartório de Registro de Imóveis, bem como pelas demais averbações ou providências necessárias à regularização cartorial do imóvel.

Art. 5º A presente doação não exime o Município de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

### PORTARIA Nº 5.709, DE 1° DE JUNHO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 5º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com redação dada pelo art. 33 da lei 9.636/98; na Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009; e nos elementos que integram o processo 04905.001896/2012-53, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria de Declaração de Interesse do Serviço Público nº 137/2012, Seção 1, p. 66, de 21/05/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**PORTARIA Nº 5.712, DE 1° DE JUNHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e no processo nº 05047.000041/2003-34, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como nacional interior, proveniente do patrimônio do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, localizado à Praça Moisés Ferreira da Costa, s/n, Distrito de Mucuri, Município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais, com área de 38.359,51 m², inscrito sob o RIP nº 5371.00018.500-6, e registrado sob a Matrícula nº 29.436 Livro nº 3-AE no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis daquela Comarca.

Parágrafo único. A área acima mencionada situada junto a ponte do Rio Mucury, na Estrada Rio-Bahia, apresenta as seguintes características e confrontações: de frente, dando para a estrada Rio-Bahia 106,08 m, do lado esquerdo, junto ao Rio Mucury, segue a divisa numa linha formando um ângulo aberto, junto a linha de frente medindo 86,30 m, daí outra linha, paralela ao Rio Mucury, num comprimento de 177,00 m, e dali outra linha de ângulo aberto com a anterior e paralelo ao desvio do Rio Mucury, num comprimento de 150,00 m daí uma linha reta, fechando o terreno na linha de frente, dando para a estrada Rio-Bahia, num comprimento de 274,00 m.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, é de interesse público na medida em que será destinado à implantação de projeto de regularização fundiária, em benefício de 22 (vinte duas) famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU-MG dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e a Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIRA NETO

**PORTARIA Nº 5.716, DE 1° DE JUNHO DE 2018**

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98, e no processo nº 04926.001070/2011-65, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público para fins de regularização fundiária os seguintes imóveis da União, que totalizam 27.057,85 m², classificados como nacional interior, provenientes do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal SA - RFFSA, localizados no bairro Belmonte, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais:

I - Imóvel com área de 10.999,97m², objeto da matrícula nº 115821 do 5º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca, inscrito sob o RIP Utilização nº 412300810.500-3;

II - Imóvel com área de 16.057,88m², objeto da matrícula nº 121899, do 5º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca, inscrito sob o RIP Utilização nº 412301109.500-5.

Art. 2º Os imóveis descritos no art. 1º, são de interesse público na medida em que serão destinados à regularização da área ocupada pela comunidade do Acampamento Cigano "Guiemos Kalóns", em benefício de 70 (setenta) famílias de baixa renda.

Art. 3º A SPU-MG dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

## SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

**PORTARIA Nº 5.723, DE 30 DE MAIO DE 2018**

O Superintendente do Patrimônio da União no Estado de Alagoas, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 2º, inciso VII, a Portaria n.° 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30/06/2010, e tendo em vista o disposto no Art. 6.° do Decreto-Lei n.° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e os elementos que integram o Processo MP n.° 04982.001750/2018-81, resolve:

Art. 1º Autorizar o Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR, a realizar as obras de Revitalização da Orla Fluvial do município de Penedo-AL, localizada na Avenida Beira Rio naquele município, em área conceituada presumidamente em parte como terreno de marinha.

Paragrafo único. O prazo da referida autorização será pelo período necessário a realização das atividades descritas no caput deste artigo.

Art. 2º A presente autorização não exime o interessado de obter as demais licenças pertinentes às obras que serão executadas, especialmente em relação aos órgãos ambientais, de acordo com a legislação vigente, bem como não implica na constituição de direito ou domínio sobre a área, ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 3º Não fica permitida pela presente autorização a instalação de quaisquer estabelecimentos comerciais, os quais, caso venham a existir, deverão ser objeto de solicitação de cessão onerosa específica e submetidos a procedimento licitatório nos termos da legislação vigente.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

VICTOR SOARES BRAGA

# Ministério do Trabalho

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 389, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais; e considerando a necessidade de expedir instruções para a execução do disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º. O §3º, do art. 29, da Portaria nº 854, de 25 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Exceto se existir dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação das provas e documentos, se apresentadas por cópia.

Art. 2º. Revoga-se o §5º, do art. 29, da Portaria nº 854, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELTON YOMURA

**DESPACHO DE 30 DE MAIO DE 2018**

Conforme todo exposto na Nota Técnica CGAT/AESAM nº 98/2018, de lavra da Assessoria Técnica/GM, bem como diante da decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança n.° MS 24.234/DF, impetrado pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, DETERMINO a suspensão da aplicação da Portaria 1.287/2017 a impetrante do MS 24.234/DF, de forma a impossibilitar a aplicação de sanções em decorrência do descumprimento do referido ato normativo, especificamente em relação ao contrato de prestação de serviços celebrado entre a CELESC DISTRIBUIÇÃO e a GREEN CARD S/A de fls. 121- 129 e eventuais aditivos.

HELTON YOMURA
Ministro

**DESPACHO DE 30 DE MAIO DE 2018**

Conforme todo exposto na Nota Técnica CGAT/AESAM nº 95/2018, de lavra da Assessoria Técnica/GM, bem como diante da decisão exarada nos autos do Mandado de Segurança n.° MS 24.243/DF, impetrado pela FUNDAÇÃO SANEPAR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DETERMINO a suspensão da aplicação da Portaria 1.287/2017 a impetrante do MS 24.243/DF, de forma a impossibilitar a aplicação de sanções em decorrência do descumprimento do referido ato normativo, especificamente no tocante às execução dos contratos 633507 e 633504 firmados com a Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. e respectivos aditivos.

HELTON YOMURA
Ministro

## CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**RESOLUÇÃO Nº 9, DE 10 DE MAIO DE 2017**

Dispõe sobre orientações para o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL.

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 9º da Portaria MTE 1780, de 19/11/2014 e tendo em vista a Deliberação Plenária em sua XXI Reunião Ordinária, realizada nos dias 09 e 10 de maio de 2017, resolve:

Estabelecer o procedimento para renovação dos cadastros no Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL.

Art. 1º A validade dos cadastros de empreendimentos econômicos solidários no CADSOL, prevista no inciso VI do art. 7º da Portaria MTE 1780, de 19/11/2014, poderá ser renovada por igual período, desde que seguido o procedimento determinado nesta resolução.

Art. 2º Para renovação da validade dos cadastros no CADSOL, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

I - O empreendimento que estiver com cadastro vencendo deverá acessar o sistema eletrônico do CADSOL, encontrar seu cadastro, fazer a atualização das suas informações cadastrais, salvar e confirmar as alterações pelo link enviado pelo sistema;

II - Após a confirmação da atualização, o cadastro irá para a situação Consulta Pública, quando estará aberto a manifestações favoráveis ou contrárias no prazo de 30 dias;

III - Caso não haja manifestações contrárias, após o prazo de Consulta Pública, o cadastro voltará para a situação Cadastrado e ficará renovada sua validade por mais dois anos;

IV - Caso haja manifestação contrária, a respectiva Comissão de Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário fará a análise do cadastro e da manifestação, podendo emitir parecer de acolhimento da manifestação e consequente reprovação do cadastro ou de rejeição da manifestação e consequente manutenção do cadastro do empreendimento, que após o prazo de Consulta Pública terá sua validade renovada por mais dois anos;

V- A existência de manifestação contrária suspende o prazo de Consulta Pública ao qual o empreendimento está submetido. O prazo será retomado a partir da análise da respectiva Comissão de Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário.

Art. 3º Os empreendimentos que tiverem a validade de seus cadastros ultrapassada irão para a situação Cadastro Expirado e terão um prazo de seis meses para fazer a atualização das informações, após o qual será cancelado o cadastro caso o empreendimento não faça o procedimento de atualização.

Parágrafo Único: O empreendimento que tiver o cadastro cancelado poderá fazer novo cadastramento no CADSOL, com o fluxo de seu cadastro ocorrendo da maneira ordinária, com análise por parte da respectiva Comissão de Cadastro, Informações e Comércio Justo e Solidário.

Art. 4º Se até 31 de dezembro de 2018 o Ministério do Trabalho não viabilizar as alterações no sistema do CADSOL para possibilitar o procedimento, o Ministro do Trabalho poderá emitir Portaria prorrogando a validade dos empreendimentos econômicos solidários próximos ao vencimento.

Parágrafo Único: A Comissão Nacional de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário será consultada sobre os critérios para a prorrogação e o prazo a ser prorrogado.

Art. 5º A Comissão Nacional de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário deverá avaliar os efeitos do procedimento de prorrogação determinado nesta resolução e poderá propor alterações no procedimento.

HELTON YOMURA
Presidente do Conselho

# Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA N° 411, DE 30 DE MAIO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III, art. 1º, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Autorizar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil a descentralizar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT recursos orçamentários no montante de R$ 16.741.652,00 (dezesseis milhões, setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), consignados na Lei nº 13.587, de 02 janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, classificados no Programa de Trabalho 26.784.2086.14KV.0035 - Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - No Estado de São Paulo.

Art. 2º Os recursos descentralizados deverão ser empregados na consecução do objeto previsto no programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática e a legislação em vigor.

Art. 3º - Tornar sem efeito a Portaria nº 718, de 07 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2018, Seção 1, pág. 184.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

**PORTARIA Nº 415, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, o art. 15 da Lei n.° 12.815, de 05 de junho de 2013, combinado com o inciso I do art. 6° da Lei n° 13.341, de 29 de setembro de 2016, e considerando o disposto nos arts. 31 e 32 da Lei n.° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Convidar os interessados a participarem do procedimento de consulta pública, cujo objeto é a adaptação da poligonal da área do Porto Organizado de São Sebastião, no Estado de São Paulo.

Art. 2º A metodologia de funcionamento dos trabalhos relativos à consulta envolve a participação de quaisquer interessados, por meio de apresentação de contribuições à proposta de traçado da poligonal da área do porto organizado divulgada pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Parágrafo Único - A proposta de traçado da poligonal da área do Porto Organizado de São Sebastião e os elementos que a fundamentaram constam no processo 00045.004551/2015-11, cujas cópias encontram-se disponíveis para consulta no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento'.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º As contribuições a serem realizadas na fase da consulta pública, no prazo indicado no inc. I, art. 4º desta Portaria, deverão ser enviadas ao endereço eletrônico poligonais.sso@transportes.gov.br.

Art. 4º O cronograma envolvendo os procedimentos de consulta pública relativa à adaptação da área do Porto Organizado de São Sebastião é o seguinte:

I - 05/06/2018 a 03/08/2018 - prazo para apresentação de contribuições pelos interessados na fase da consulta pública;

II - 04/08/2018 a 02/09/2018 - prazo para a Secretaria Nacional de Portos sistematizar as contribuições feitas na consulta pública;

III - 03/09/2018 - divulgação, pelo Departamento de Planejamento, Logística e Gestão do Patrimônio Imobiliário/SNP/MTPA, das respostas às contribuições no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento';

IV - 04/09/2018 a 13/09/2018 - prazo para interposição de recurso contra o exame das contribuições, que deverá ser dirigido ao Secretário Nacional de Portos, por meio do endereço eletrônico poligonais.sso@transportes.gov.br;

V - 14/09/2018 a 13/10/2018 - prazo para avaliação e encaminhamento da resposta aos recursos, podendo ser prorrogado por mais trinta dias, na forma do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999.

Art. 5º Eventuais alterações nas datas e dispositivos aqui estabelecidos poderão ser realizadas por ato do Secretário Nacional de Portos, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União, e disponibilizado no sítio 'http://www.transportes.gov.br/component/content/article.html?id=5466', em 'Consultas públicas em andamento'.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

### PORTARIA N° 416, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 3º do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993,

Considerando o disposto na alínea f, inciso IV, parágrafo 1º do art. 17 da Lei n.º 13.473, de 13 de agosto de 2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018, denominada Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

Considerando que a Lei nº 13.588, de 3 de janeiro de 2018, inseriu no PPA 2016-2019, o Programa 2087 - Transporte Terrestre, atribuído ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, o Objetivo 1170 - Promover a construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais;

Considerando que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é o responsável por implementar a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, nos termos do art. 80 da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve:

Art.1º Fica delegada ao DNIT a execução orçamentária do Objetivo 1170 - Promover a construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais que integra o Programa 2087 - Transporte Terrestre, atribuído ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

§1º A execução direta das despesas de que trata o caput será admitida nos casos em que a lei expressamente atribua competência ao DNIT.

§2º Nas hipóteses que não se enquadram no parágrafo anterior, o DNIT deverá transferir os recursos para o ente federativo legalmente competente para execução de construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais, observado o disposto no Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 424, de 30 de dezembro de 2016.

§3º Os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, fiscalização, acompanhamento, prestação de contas relacionadas às hipóteses de que trata o § 2º serão de competência do DNIT.

Art. 2º Fica a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil autorizada a descentralizar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT recursos orçamentários, consignados na Lei nº 13.587, de 02 de Janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício

financeiro de 2018, classificados no programa de trabalho 26.782.2087.7XB5.0001 - Adequação de Estradas Vicinais - Nacional.

Parágrafo único. Os recursos descentralizados para o DNIT deverão ser empregados na consecução do objeto previsto no programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática e a legislação em vigor.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.520, DE 24 DE MAIO DE 2018

Subdelega competência ao Subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em matéria de pessoal, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria GM nº 068, de 17 de março de 2016; pela Portaria Ministerial nº 392, de 17 de maio de 2018, o disposto no Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, e no Decreto n° 7.689, de 02 de março de 2012, resolve:

CAPÍTULO I

DOS ATOS DE PESSOAL

Art. 1º Subdelegar, ao Subsecretário de Assuntos Administrativos deste Ministério, competência para a prática dos seguintes atos:

I - gestão orçamentária e financeira dos recursos relativos a custeios e capital, nas unidades gestoras sob jurisdição da Subsecretaria; e

II - autorização de viagem de servidores e empregados da Subsecretaria.

Art. 2º Subdelegar, ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas deste Ministério, competência para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre pedidos de reversão ao serviço público;

II - efetivar a localização de servidores e empregados;

III - dispensar e abonar o ponto de servidores, em virtude de comparecimento a congressos, conferências ou reuniões similares, no País ou no Exterior, e daqueles que exerçam mandato eletivo em confederação ou federação de servidores públicos ou associações de classe, de âmbito nacional, nos termos da legislação pertinente;

IV - gestão orçamentária e financeira dos recursos relativos à pessoal, encargos sociais e outros custeios, na Unidade Gestora 390007 - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, sob jurisdição da Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

V - nomeação para provimento de cargos efetivos do quadro permanente do MTPA, em decorrência de habilitação em concurso público ou por decisão judicial, bem como de provimento de empregos públicos;

VI - declaração de vacância, exoneração de cargo efetivo e de rescisão de contrato de trabalho;

VII - aposentadoria e concessão de pensão;

VIII - aproveitamento, recondução, readaptação e reintegração;

IX - apostilamento;

X - licenças e afastamentos, exceto o que se refere ao disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

XI - promoção e progressão funcional;

XII - remoção; e

XIII - posse em cargo público.

CAPÍTULO II

DAS AUTORIZAÇÕES DE DIÁRIAS E PASSAGENS

Art. 3º Fica subdelegada a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens, em viagens no território nacional, aos servidores desta Pasta e das entidades vinculadas, na forma do disposto no § 2º do art. 6º, do Decreto nº 7.689, de 2012, desde que obedecido os limites, estabelecidos em ato da Secretaria-Executiva, para as despesas anuais com diárias e passagens, unicamente:

I - ao Chefe de Gabinete do Ministro;

II - ao Consultor Jurídico;

III - ao Corregedor;

IV - ao Secretário Nacional de Transportes Terrestres e Aquaviários;

V - ao Secretário de Fomento e Parcerias;

VI - a Secretário de Política e Integração;

VII - a Secretaria Nacional de Aviação Civil;

VIII - ao Secretário Nacional de Portos;

IX - ao Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal;

X - aos Dirigentes máximos das Companhias Docas, vinculadas a este Ministério;

XI - a Liquidante da Companhia Docas do Maranhão;

XII - ao Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária S/A - Infraero;

XIII - ao Diretor-Presidente da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A;

XIV - ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes;

XV - ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres;

XVI - ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários; e

XVII - ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil.

Parágrafo único. Quando o deslocamento exigir a manutenção de sigilo, as autoridades de que trata o caput poderão subdelegar a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens aos chefes das unidades responsáveis pelo deslocamento.

Art. 4º A autorização eletrônica exigida pelo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP poderá ser feita por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Subdelegar competência ao Subsecretário de Assuntos Administrativos deste Ministério para autorizar, em casos excepcionais, devidamente justificados e no interesse da Administração Pública Federal, a utilização dos serviços de comunicação de voz por meio de telefonia móvel e de dados em dispositivos do tipo celular, tablet e modem, por outros servidores não ocupantes de Cargos de Natureza Especial (CNE) ou de Direção e Assessoramento Superior (DAS) Níveis 5 e 6.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - os incisos I a V, VIII, X a X IV, XVII e XVIII do art. 1º da Portaria SE nº 281, de 05 de outubro de 2010; e

II - a Portaria SE nº 2055, de 21 de junho de 2017;

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HERBERT DRUMMOND

## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

## SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

### PORTARIA Nº 1.653, DE 28 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta dos processos listados abaixo, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Tipo - CT abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

| Nº Processo | Nº CT | Detentor do CT | Descrição | Aplicabilidade | Data |
|---|---|---|---|---|---|
| 00066.009970/2018-43 | 7503 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7503-05 Modelos EMB-710, EMB-710C e EMB-710D | 03.05.2018 |
| 00066.010040/2018-32 | 7504 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7504-07 Modelos EMB-720C e EMB-720D | 03.05.2018 |
| 00066.010045/2018-65 | 7506 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7506-06 Modelos EMB-721C e EMB-721D | 03.05.2018 |
| 00066.010042/2018-21 | 7505 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7505-03 Modelo EMB-820C (NAVAJO) | 03.05.2018 |
| 00066.009902/2018-84 | 7502 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7502-07 Modelos EMB-711, EMB-711C, EMB-711A, EMB-711B, EMB-711T e EMB-711ST | 03.05.2018 |
| 00066.009848/2018-77 | 6301 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-6301-04 Modelos 56, 56-B, 56-B-1, 56-C, 56-C-1, 56-C-1 "Agrícola" e 56-C-1 "Rebocador" | 03.05.2018 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 00066.009854/2018-24 | 7501 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7501-06 Modelos EMB-810C e EMB-810D | 03.05.2018 |
| 00066.010047/2018-54 | 7801 | Embraer S.A | Alteração do nome do detentor | EA-7801-02 Modelo EMB-712 | 03.05.2018 |
| 00066.031564/2015-14 | 8807 | Boeing Commercial Airplane CO -Seattle - Washington - USA | Inclusão de Modelo | EA-8807-63 Modelos 737-300, 737-400, 737-500, 737-700, 737-800, 737-600 e 737-8 | 14.05.2018 |
| 00066.029521/2016-50 | 2018T01 | Airship do Brasil Indústria e Serviços Aéreos Especializados LTDA | Alteração do nome do detentor | EB-2018T01-01 Modelo 138S | 24.05.2018 |

Art. 2º O inteiro teor dos Certificados citados acima encontram-se disponíveis no sítio da ANAC na rede mundial de computadores, endereço http://www2.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

## GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

### PORTARIAS DE 23 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.611 - Inscrever o heliponto privado Condor (PR) (código OACI: SDXC) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.022280/2018-90. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.613 - Inscrever o heliponto privado Ilha da Gipóia (RJ) (código OACI: SWKG) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.507436/2017-27. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.614 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Chaparral (BA) (código OACI: SWHF) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.023286/2018-84. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.615 - Inscrever o aeródromo privado Bugio (SP) (código OACI: SJVG) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00066.009991/2018-69. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.616 - Inscrever o aeródromo privado Margom (GO) (código OACI: SWMG) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00058.017201/2018-18. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIA Nº 1.622, DE 24 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.021355/2018-15, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PETROBRAS 25 P-25 (9PZA);

II - Indicativo de chamada: V7GO5;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E002675;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma semissubmersível;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VII - Posição geográfica: 22° 06' 23" S / 039° 55' 00" W;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 22,60 metros;

IX - Resistência do pavimento: 12.800 quilogramas;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,28 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 1 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIA Nº 1.623, DE 24 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.015909/2018-45, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PETROBRAS 65 (9PSD);

II - Indicativo de chamada: V7RX2;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E000664;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma semissubmersível;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VII - Posição geográfica: 22° 42' 00" S / 040° 40' 42" W;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 32,30 metros;

IX - Resistência do pavimento: 9.000 quilogramas;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 18,70 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 5 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIA Nº 1.626, DE 25 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.021814/2018-61, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: ETESCO TAKATSUGU J (9PFI);

II - Indicativo de chamada: NS-38, 3EVF;

III - Número de inscrição na Autoridade Marítima Brasileira: 381E008584;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Navio sonda;

V - Unidade da Federação: RJ;

VI - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos, Bacia de Santos e Bacia do Espírito Santo;

VII - Posição geográfica: Variável;

VIII - Altitude em relação ao nível do mar: 24 metros;

IX - Resistência do pavimento: 12.800 quilogramas;

X - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 22,20 metros;

XI - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XII - Classe: 1;

XIII - Categoria: H2; e

XIV - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 28 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIA Nº 1.627, DE 25 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.020507/2018-62, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PLATAFORMA DE CAMORIM 09 PCM-9 (9PCM);

II - Indicativo de chamada: PCM-9;

III - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma fixa de produção de petróleo;

IV - Unidade da Federação: SE;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia do Sergipe;

VI - Posição geográfica: 10° 59' 14" S / 036° 57' 04" W;

VII - Altitude em relação ao nível do mar: 25,87 metros;

VIII - Resistência do pavimento: 6.000 quilogramas;

IX - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 16 metros;

X - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XI - Classe: 1;

XII - Categoria: H2; e

XIII - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 5 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIAS DE 28 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.649 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade FPSO CIDADE DO RIO DE JANEIRO MV-14 (9PCI). Processo nº 00065.015018/2018-99. A homologação tem validade até 20 de fevereiro de 2021.

Nº 1.651 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PLATAFORMA DE UBARANA 02 PUB-02 (9PUB). Processo nº 00065.019404/2018-50. A homologação tem validade até 5 de janeiro de 2021.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

### PORTARIA Nº 1.660, DE 29 DE MAIO DE 2018

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.018736/2018-17, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: PEREGRINO B (9PBI);

II - Indicativo de chamada: WHPB;

III - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma fixa;

IV - Unidade da Federação: RJ;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Posição geográfica: 32° 17' 45" S / 041° 12' 28" W;

VII - Altitude em relação ao nível do mar: 58,80 metros;

VIII - Resistência do pavimento: 7.000 quilogramas;

IX - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 17,27 metros;

X - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XI - Classe: 1;

XII - Categoria: H2; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIII - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 5 de abril de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

**PORTARIA Nº 1.662, DE 29 DE MAIO DE 2018**

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.017413/2018-14, resolve:

Art. 1º Considerar homologado e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação e sigla: CARMEN KNUTSEN (9PHE);

II - Indicativo de chamada: 9HA2914;

III - Tipo de plataforma/embarcação: Navio tanque;

IV - Unidade da Federação: RJ;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos e Bacia de Santos;

VI - Posição geográfica: Variável;

VII - Altitude em relação ao nível do mar: 12 metros;

VIII - Resistência do pavimento: 12.800 quilogramas;

IX - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 20,88 metros;

X - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

XI - Classe: 1;

XII - Categoria: H2; e

XIII - Sistema de combustível homologado: Não possui.

Art. 2º A homologação tem validade até 5 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

**PORTARIAS DE 29 DE MAIO DE 2018**

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751/SIA, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 1.667 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade WEST TELLUS (9PTU). Processo nº 00065.018177/2018-45. A homologação tem validade até 11 de março de 2021.

Nº 1.668 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade ODN I (9PGF). Processo nº 00065.019189/2018-97. A homologação tem validade até 21 de fevereiro de 2021.

Nº 1.669 - Homologar o heliponto privado a bordo da unidade PETROBRAS 09 (9PSS). Processo nº 00065.023868/2018-61. A homologação tem validade até 14 de março de 2021.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

## SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

## GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

**PORTARIA Nº 1.472, DE 9 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.571230/2017-51, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação do curso prático de Instrutor de Voo Avião - INV-A do AEROCLUBE DE CANELA, situado à Avenida José Luiz Correa Pinto, 1000 - São José, em Canela - RS, CEP: 95680-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.495, DE 11 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.541705/2017-84, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos de Avião - IFRA (IS 61-002D), do AEROCLUBE DE FERNANDÓPOLIS, situado à Rodovia João C. Estuqui - Km 01 - Bairro Aeroporto, em Fernandópolis - SP, CEP: 15600-000.

Art. 2º Revogar o curso prático de Voo por Instrumentos, do AEROCLUBE DE FERNANDÓPOLIS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.526, DE 15 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00066.009437/2018-81, resolve:

Art. 1º Renovar a autorização, por 5 (cinco) anos, do funcionamento da ACADEMIA KANÁPIA DE ULTRALEVE, situada à Aeroporto Municipal Comendador Virgolino de Oliveira - Rodovia Luiz Gonzaga de Amoedo Campos s/n - Bairro Paraíso da Cachoeira, em Mogi Mirim - SP, CEP: 13800-970.

Art. 2º Renovar a autorização, por 5 (cinco) anos, dos cursos teóricos e práticos de Piloto Desportivo de Ultraleve (CPD) e de Piloto de Recreio de Ultraleve (CPR) da ACADEMIA KANÁPIA DE ULTRALEVE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.527, DE 15 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.521566/2017-72, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos de Avião - IFRA (IS 61-002D), da YROS FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situado à Rua São Francisco de Assis, 500 - Hangar Azul, Sala 12 , bairro Jardim São José, em Bragança Paulista - SP, CEP: 12916-350;

Art. 2º Revogar o curso prático de Voo por Instrumentos, da YROS FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.531, DE 15 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.502238/2017-77, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PP-A, Piloto Comercial Avião - PC-A, Voo por Instrumentos - IFR e práticos de Piloto Privado Avião - PP-A, Piloto Comercial Avião - PC-A, Instrutor de Voo Avião - INVA do AEROCLUBE PIRACICABA, situado ao Aeroporto Comendador Pedro Morganti, Estrada Monte Alegre, S/N, PIRACICABA - SP - CEP: 13418-300.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.534, DE 15 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.003361/2018-91, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teórico e prático de Piloto Rebocador de Planador - PRBP do AEROCLUBE DE ERECHIM, situado à Rua Delmar Luiz Rigoni, 255, bairro Aeroporto, em Erechim-RS, CEP 99708-820.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.535, DE 15 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.011948/2018-73, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos teórico e prático de Instrutor de Voo de Planador - INPL do AEROCLUBE DE ERECHIM, situado à Rua Delmar Luiz Rigoni, 255, bairro Aeroporto, em Erechim-RS, CEP 99708-820.

Art. 2º Renovar, por mais 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teórico e prático de Piloto de Planador - PPL do AEROCLUBE DE ERECHIM.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.620, DE 24 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.004391/2018-14, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial de Avião - PCA(P) e Instrutor de Voo Avião - INVA(P) da ESCOLA DE AVIACAO CIVIL DE POUSO ALEGRE LTDA (EAPA), situada à Avenida João Batista Piffer, 1 - Jardim Brasil I, em Pouso Alegre - MG, CEP: 37550-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.642, DE 25 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.003022/2018-12, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Instrutor de Voo Avião - INVA, da BRAS FLIGHT ESCOLA BRASILEIRA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situado à Avenida Oscar Laranjeira Filho, 4000 - Hangar 1, em Caruaru - PE, CEP: 55000-000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.648, DE 28 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.025395/2018-36, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31/07/2018, a autorização de funcionamento da AMAZON FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Av. Carvalho Leal, nº 1448, Cachoeirinha, em Manaus - AM, CEP: 69065-001.

Art. 2º Prorrogar, até 31/07/2018, a homologação do curso teórico de Piloto Privado Avião (PP-A) da AMAZON FLY ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

**PORTARIA Nº 1.666, DE 29 DE MAIO DE 2018**

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.027580/2018-65, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de julho de 2018, as homologações dos cursos teóricos e práticos de Piloto Privado de Avião (PPA), Piloto Comercial de Avião (PCA) e Instrutor de Voo de Avião (INVA), do AEROCLUBE DE PASSO FUNDO, situada à Rua Independência, nº 812, Salas 61 e 62, Centro, em Passo Fundo - RS, CEP: 99010-041.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

### PORTARIA Nº 1.659, DE 29 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.014469/2018-06, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2014-12-4IJO-1101, Revisão 01, emitido em 22 de maio de 2018, em favor da sociedade empresária TOM AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, enviado à interessada em 29 de maio pelo Ofício nº Ofício nº 1722/2018/GTCE/GOAG/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Prudente de Morais, n° 569 - Centro Ibitinga - São Paulo - SP CEP: 14940-000;

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas Comerciais;

IV - Regulamentação: RBAC n° 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar SAE, outorgada pela Diretoria Colegiada dessa Agência publicada no DOU; e

II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

### PORTARIA Nº 1.661, DE 29 DE MAIO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.011678/2018-90, resolve:

Art. 1º Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-08-5IGV-06-01, Revisão 01, emitido em 23 de abril de 2018, em favor da sociedade empresária NORDICA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, enviado à interessada em 29 de maio pelo Ofício nº Ofício nº 1737/2018/GTCE/GOAG/SPO-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Av. Afonso Pena, 5723. Ed. Evolution Business Center, Bairro Santa Fé, Sala 1802 - Cep 79031-010.

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas Comerciais;

IV - Regulamentação: RBAC n° 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar SAE, outorgada pela Diretoria Colegiada dessa Agência publicada no DOU; e

II - Registro de estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

### RESOLUÇÃO Nº 6.155, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002036/2017-78, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA e, por via de consequência, a nova equação econômico-financeira do Contrato de Arrendamento nº 44/2001, firmado originalmente entre a Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA e a empresa Terminal Químico de Aratu S/A - TEQUIMAR, cujo resultado apresentou um Valor Presente Líquido - VPL (positivo) correspondente a R$ 19.564.908,60 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oito reais e sessenta centavos), ano-base 2016.

Art. 2º Ficará a cargo do Poder Concedente avaliar a forma como será absorvido e distribuído o referido valor (do VPL positivo) em favor da Autoridade Portuária.

Art. 3º Cientificar a empresa TEQUIMAR acerca da presente decisão, alertando-a para o prazo contratual de cinco dias úteis para manifestação acerca do ora deliberado, consoante disposto na Condição Resolutiva imposta pela Cláusula Sétima do 1º Termo Aditivo contratual, para, em seguida, remeter os autos em epígrafe à Secretaria Nacional de Portos - SNP, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, em resposta ao Ofício nº 90/2017/SPP/MTPA.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.157, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008363/2017-33, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de retificação da Subcláusula Primeira da Cláusula Terceira do Contrato de Adesão nº 09/2015-SEP/PR, de titularidade da empresa IMETAME LOGÍSTICA LTDA, alterando seu objeto de "granel líquido" para "carga geral" em virtude da constatação de erro material.

Art. 2º Encaminhar os autos em epígrafe ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, com vistas à adoção dos procedimentos inerentes à sua esfera de competência.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.158, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001124/2017-52, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Brasil Terminal Portuário S/A - BTP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.887.625/0001-78, ante a inexistência do requisito do periculum in mora.

Art. 2º Sobrestar o feito até a edição da nova norma acerca da matéria, no bojo do Processo nº 50300.000381/2008-86, que trata da revisão da Resolução nº 2.389-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.160, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010071/2017-61 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa MATAPI TRANSPORTE MULTIMODAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.019.319/0001-39, com sede na Rodovia PA-483, s/n, Km 09, Vila Murucupi - Barcarena/PA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, granel sólido e contêineres, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.545-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.161, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003934/2018-24 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa J C TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.955.107/0001-02, com sede na Rua Raul Zagury, nº 878, Sala A, São Francisco - Manaus/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.546-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.168, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000888/2018-10 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Propor ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA a declaração de nulidade da outorga de autorização conferida à empresa ARTHURISMO - TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.052.667/0001-26, de que trata a Portaria nº 32, de 30/08/1999, emitida pelo então Departamento de Hidrovias Interiores da Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, em conformidade com as disposições constantes do inciso I do art. 24 da norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ.

Art. 2º Encaminhar os autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, com vistas à adoção dos procedimentos inerentes à sua esfera de competência, em consonância com o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.169, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004620/2018-49 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa NAPOL - NAVEGAÇÃO DE APOIO PORTUÁRIO LTDA. ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.189.461/0001-00, com sede na Rua Luiz Cirilo, nº 222, Centro - Areia Branca/RN, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.547-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.170, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006319/2018-70 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 444ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade do empresário individual ADMIR FERREIRA DA SILVA - ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.939.091/0001-89, com sede na Rua Antonio Augusto dos Santos Filho, nº 21, Centro - Afuá/PA, de que trata o Termo de Autorização nº 1.064-ANTAQ e a Resolução nº 3.610-ANTAQ, ambos de 15/09/2014, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

### RESOLUÇÃO Nº 6.172, DE 31 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001380/2015-88 e tendo em vista o que foi deliberado na 443ª Reunião Ordinária de Diretoria - ROD, realizada em 29 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de norma que estabelece as regras gerais do processo decisório da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 2º O Anexo de que trata o art. 1º não entrará em vigor e será submetido previamente à Audiência Pública.

Art. 3º O citado Anexo não será publicado no Diário Oficial da União - DOU e estará disponível na íntegra no sítio eletrônico da Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### DIRETORIA COLEGIADA

#### DELIBERAÇÃO Nº 297, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 151, de 23 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.996989/2018-15, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TRANSPORTES TRAVISANI LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.731.949/0001-97, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT nº 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

#### DELIBERAÇÃO Nº 298, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos do art. 59, II e 60, da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, fundamentada no Voto DEB - 152, de 23 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.381265/2015-20, delibera:

Art. 1º Revogar o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 33.1569, concedido à empresa ROSAMARES TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.072.687/0001-20.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

#### DELIBERAÇÃO Nº 299, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 153 de 23 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.067128/2006-94, delibera:

Art. 1º Anuir às garantias oferecidas pela MRS LOGÍSTICA S/A no Aditivo nº 4 ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Rotativo nº 06.2.0956.1, a ser celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Art. 2º Determinar que, em até 10 (dez) dias contados da data da assinatura, a cópia do aditivo seja remetida à ANTT.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas - SUFER que comunique a Concessionária MRS LOGÍSTICA S.A., da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 68, § 2º c/c Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

#### DELIBERAÇÃO Nº 300, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 143 de 23 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50520.033434/2017-41, delibera:

Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50520.033434/2017-41, referente à empresa RH TURISMO E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA., CNPJ nº 22.422.774/0001-43.

Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1°, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

#### DELIBERAÇÃO Nº 301, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 144, de 24 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.532913/2017-84, delibera:

Art. 1º Registrar, com fundamento no art. 29 da Resolução nº 3.694, de 14 de julho de 2011, a ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0001-77, como usuário dependente do transporte ferroviário de cargas, para os fluxos de Produto Siderúrgico com origem em Juiz de Fora/MG e destino em São Paulo/SP, Contagem/MG e Arará/RJ.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

#### DELIBERAÇÃO Nº 302, DE 30 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX ao art. 24 da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art; 5º, alíneas "h" e "i", do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; fundamentada no Voto DMV - 149, de 22 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.650072/2017-96, delibera:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas a seguir descritas, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias à execução da obra de duplicação do subtrecho F, entre o km 308+200m e o km 357+700m da Rodovia BR-101/ES:

| QUADRO DE COORDENADAS | |
|---|---|
| TITULO DA OBRA: | Declaração de Utilidade Pública- Implantação de pista dupla no Subtrecho F km 305,8 ao km 357,0 |
| SISTEMA GEODÉSICO DE REFERÊNCIA: | SIRGAS 2000 |
| FUSO(S): | 24S |
| SISTEMA DE COORDENADAS: | UTM |

ÁREA 01

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.741.822,3840 | 347.718,9553 | 173°41'28" | 21,78 | | | 8.033,92 |
| 2 | 7.741.800,7321 | 347.721,3491 | 169°56'43" | 15,84 | | | |
| 3 | 7.741.785,1338 | 347.724,1149 | 194°29'29" | 5,04 | | | |
| 4 | 7.741.780,2519 | 347.722,8531 | 169°59'09" | 13,02 | | | |
| 5 | 7.741.767,4292 | 347.725,1174 | 165°01'14" | 30,21 | | | |
| 6 | 7.741.738,2486 | 347.732,9251 | 169°50'41" | 7,80 | | | |
| 7 | 7.741.730,5659 | 347.734,3012 | 186°30'32" | 10,00 | | | |
| 8 | 7.741.720,6277 | 347.733,1673 | 170°55'55" | 23,45 | | | |
| 9 | 7.741.697,4753 | 347.736,8625 | 175°17'38" | 33,23 | | | |
| 10 | 7.741.664,3577 | 347.739,5889 | 178°08'19" | 50,22 | | | |
| 11 | 7.741.614,1601 | 347.741,2201 | 177°02'00" | 79,64 | | | |
| 12 | 7.741.534,6268 | 347.745,3420 | 176°28'25" | 51,00 | | | |
| 13 | 7.741.483,7272 | 347.748,4786 | 164°46'06" | 3,93 | | | |
| 14 | 7.741.479,9360 | 347.749,5109 | 177°26'14" | 37,56 | | | |
| 15 | 7.741.442,4099 | 347.751,1905 | 176°28'42" | 67,17 | | | |
| 16 | 7.741.375,3677 | 347.755,3163 | 192°27'22" | 1,98 | | | |
| 17 | 7.741.373,4369 | 347.754,8898 | 176°12'29" | 14,51 | | | |
| 18 | 7.741.358,9548 | 347.755,8497 | 111°41'52" | 2,85 | | | |
| 19 | 7.741.357,9026 | 347.758,4941 | 174°17'08" | 10,38 | | | |
| 20 | 7.741.347,5770 | 347.759,5274 | 186°57'08" | 5,70 | | | |
| 21 | 7.741.341,9232 | 347.758,8380 | 173°24'48" | 10,35 | | | |
| 22 | 7.741.331,6409 | 347.760,0253 | 235°40'22" | 3,03 | | | |
| 23 | 7.741.329,9343 | 347.757,5261 | 173°24'43" | 13,04 | | | |
| 24 | 7.741.316,9811 | 347.759,0221 | 180°00'00" | 8,77 | | | |
| 25 | 7.741.308,2152 | 347.759,0221 | 172°51'43" | 7,80 | | | |
| 26 | 7.741.300,4797 | 347.759,9908 | 186°44'09" | 4,62 | | | |
| 27 | 7.741.295,8897 | 347.759,4487 | 176°00'45" | 47,02 | | | |
| 28 | 7.741.248,9872 | 347.762,7181 | 174°46'44" | 29,59 | | | |
| 29 | 7.741.219,5202 | 347.765,4107 | 178°15'56" | 14,83 | | | |
| 30 | 7.741.204,6982 | 347.765,8595 | 177°00'27" | 45,68 | | | |
| 31 | 7.741.159,0793 | 347.768,2444 | 176°07'55" | 95,81 | | | |
| 32 | 7.741.063,4836 | 347.774,7079 | 175°38'25" | 50,93 | | | |
| 33 | 7.741.012,7004 | 347.778,5795 | 178°38'25" | 16,99 | | | |
| 34 | 7.740.995,7105 | 347.778,9827 | 176°28'06" | 6,29 | | | |
| 35 | 7.740.989,4374 | 347.779,3699 | 180°26'45" | 16,04 | | | |
| 36 | 7.740.973,3963 | 347.779,2451 | 183°03'30" | 13,23 | | | |
| 37 | 7.740.960,1886 | 347.778,5394 | 186°45'44" | 29,95 | | | |
| 38 | 7.740.930,4485 | 347.775,0131 | 201°08'50" | 11,03 | | | |
| 39 | 7.740.920,1658 | 347.771,0356 | 214°32'07" | 6,65 | | | |
| 40 | 7.740.914,6909 | 347.767,2678 | 210°58'56" | 11,40 | | | |
| 41 | 7.740.904,9157 | 347.761,3984 | 190°32'30" | 12,76 | | | |
| 42 | 7.740.892,3673 | 347.759,0632 | 186°14'57" | 13,34 | | | |
| 43 | 7.740.879,1074 | 347.757,6112 | 190°17'00" | 13,14 | | | |
| 44 | 7.740.866,1824 | 347.755,2662 | 272°58'46" | 7,97 | | | |
| 45 | 7.740.866,5964 | 347.747,3113 | Arco | - | 277,92 | 32,84 | |
| 46 | 7.740.897,4477 | 347.758,5262 | Arco | - | 277,92 | 98,43 | |
| 47 | 7.740.994,7423 | 347.769,5176 | 356°30'14" | 829,18 | | | |

ÁREA 02

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.740.664,8033 | 347.669,2977 | 134º38'26" | 4,61 | | | 429,78 |
| 2 | 7.740.661,5648 | 347.672,5771 | 173º30'26" | 13,88 | | | |
| 3 | 7.740.647,7705 | 347.674,1470 | 183º08'37" | 19,59 | | | |
| 4 | 7.740.628,2099 | 347.673,0727 | 189º01'11" | 9,51 | | | |
| 5 | 7.740.618,8137 | 347.671,5811 | 187º26'42" | 13,48 | | | |
| 6 | 7.740.605,4479 | 347.669,8346 | 234º26'20" | 7,06 | | | |
| 7 | 7.740.601,3442 | 347.664,0943 | Arco | - | 266,00 | 63,83 | |

ÁREA 03

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.740.484,8210 | 347.691,9124 | 103º12'33" | 9,34 | | | 342,46 |
| 2 | 7.740.482,6861 | 347.701,0081 | 154º33'20" | 15,74 | | | |
| 3 | 7.740.468,4758 | 347.707,7692 | 162º51'40" | 16,49 | | | |
| 4 | 7.740.452,7143 | 347.712,6298 | 220º16'40" | 10,93 | | | |
| 5 | 7.740.444,3759 | 347.705,5639 | 341º20'56" | 42,69 | | | |

ÁREA 04

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.740.427,6172 | 347.711,2205 | 104º56'40" | 9,79 | | | 269,13 |
| 2 | 7.740.425,0912 | 347.720,6840 | 165º32'22" | 15,27 | | | |
| 3 | 7.740.410,3055 | 347.724,4970 | 158º38'22" | 14,96 | | | |
| 4 | 7.740.396,3700 | 347.729,9472 | 216º45'31" | 9,41 | | | |
| 5 | 7.740.388,8275 | 347.724,3132 | 341º20'56" | 40,94 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| ÁREA 05 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.740.285,5926 | 347.759,1582 | 148°13'59" | 9,72 | | | 448,70 |
| 2 | 7.740.277,3293 | 347.764,2750 | 158°34'59" | 25,84 | | | |
| 3 | 7.740.253,2750 | 347.773,7100 | 166°25'33" | 19,22 | | | |
| 4 | 7.740.234,5931 | 347.778,2208 | 170°06'07" | 21,03 | | | |
| 5 | 7.740.213,8785 | 347.781,8353 | 172°40'49" | 20,82 | | | |
| 6 | 7.740.193,2320 | 347.784,4874 | 175°56'15" | 13,69 | | | |
| 7 | 7.740.179,5766 | 347.785,4573 | 180°21'04" | 11,55 | | | |
| 8 | 7.740.168,0315 | 347.785,3865 | 182°18'41" | 21,30 | | | |
| 9 | 7.740.146,7476 | 347.784,5275 | 187°27'33" | 16,07 | | | |
| 10 | 7.740.130,8096 | 347.782,4408 | 2°20'15" | 7,21 | | | |
| 11 | 7.740.138,0183 | 347.782,7350 | Arco | - | 374,64 | 136,96 | |
| 12 | 7.740.272,8481 | 347.763,4598 | 341°20'56" | 13,45 | | | |

| ÁREA 06 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.739.808,3839 | 347.769,0578 | 169°48'28" | 8,06 | | | 7.535,64 |
| 2 | 7.739.800,4530 | 347.770,4837 | 175°12'31" | 37,42 | | | |
| 3 | 7.739.763,1663 | 347.773,6092 | 180°01'53" | 23,00 | | | |
| 4 | 7.739.740,1662 | 347.773,5966 | 176°38'57" | 116,10 | | | |
| 5 | 7.739.624,2692 | 347.780,3822 | 177°54'06" | 26,08 | | | |
| 6 | 7.739.598,2061 | 347.781,3371 | 180°01'12" | 58,73 | | | |
| 7 | 7.739.539,4726 | 347.781,3167 | 184°32'38" | 50,28 | | | |
| 8 | 7.739.489,3556 | 347.777,3337 | 187°57'51" | 30,43 | | | |
| 9 | 7.739.459,2161 | 347.773,1172 | 196°31'56" | 21,53 | | | |
| 10 | 7.739.438,5796 | 347.766,9917 | 202°48'28" | 15,23 | | | |
| 11 | 7.739.424,5405 | 347.761,0879 | 170°14'09" | 5,84 | | | |
| 12 | 7.739.418,7802 | 347.762,0792 | 174°26'30" | 17,23 | | | |
| 13 | 7.739.401,6328 | 347.763,7479 | 134°07'49" | 8,54 | | | |
| 14 | 7.739.395,6890 | 347.769,8750 | 175°59'39" | 11,13 | | | |
| 15 | 7.739.384,5833 | 347.770,6527 | 178°30'27" | 8,13 | | | |
| 16 | 7.739.376,4540 | 347.770,8645 | 178°32'31" | 15,11 | | | |
| 17 | 7.739.361,3477 | 347.771,2490 | 183°51'11" | 5,83 | | | |
| 18 | 7.739.355,5297 | 347.770,8572 | 188°40'53" | 9,54 | | | |
| 19 | 7.739.346,0948 | 347.769,4166 | 225°48'39" | 17,91 | | | |
| 20 | 7.739.333,6122 | 347.756,5756 | 189°28'37" | 11,99 | | | |
| 21 | 7.739.321,7888 | 347.754,6020 | 180°00'00" | 4,38 | | | |
| 22 | 7.739.317,4115 | 347.754,6020 | 193°53'06" | 22,19 | | | |
| 23 | 7.739.295,8671 | 347.749,2763 | 203°42'09" | 4,22 | | | |
| 24 | 7.739.292,0042 | 347.747,5804 | 2°22'54" | 516,83 | | | |

| ÁREA 07 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.738.756,2254 | 347.700,6558 | 113°11'09" | 6,44 | | | 254,60 |
| 2 | 7.738.753,6893 | 347.706,5771 | 124°06'44" | 8,13 | | | |
| 3 | 7.738.749,1307 | 347.713,3069 | 209°44'48" | 28,57 | | | |
| 4 | 7.738.724,3242 | 347.699,1307 | 267°44'53" | 2,67 | | | |
| 5 | 7.738.724,2194 | 347.696,4654 | 7°27'33" | 32,28 | | | |

| ÁREA 08 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.737.820,8899 | 347.544,8852 | 196°25'58" | 16,34 | | | 112,82 |
| 2 | 7.737.805,2142 | 347.540,2618 | 199°45'52" | 38,82 | | | |
| 3 | 7.737.768,6785 | 347.527,1338 | 218°39'32" | 12,02 | | | |
| 4 | 7.737.759,2897 | 347.519,6230 | 23°20'42" | 11,99 | | | |
| 5 | 7.737.770,3012 | 347.524,3755 | Arco | - | 1.225,35 | 54,59 | |

| ÁREA 09 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.737.202,9053 | 347.279,4879 | 164°14'22" | 9,53 | | | 5.058,60 |
| 2 | 7.737.193,7324 | 347.282,0768 | 182°21'38" | 6,22 | | | |
| 3 | 7.737.187,5172 | 347.281,8205 | 200°28'55" | 4,59 | | | |
| 4 | 7.737.183,2133 | 347.280,2130 | 196°00'23" | 14,83 | | | |
| 5 | 7.737.168,9610 | 347.276,1244 | 196°43'59" | 10,44 | | | |
| 6 | 7.737.158,9636 | 347.273,1188 | 200°23'16" | 10,76 | | | |
| 7 | 7.737.148,8744 | 347.269,3691 | 205°20'42" | 14,05 | | | |
| 8 | 7.737.136,1778 | 347.263,3552 | 209°19'23" | 7,61 | | | |
| 9 | 7.737.129,5423 | 347.259,6280 | 212°51'06" | 14,19 | | | |
| 10 | 7.737.117,6225 | 347.251,9310 | 260°29'31" | 7,91 | | | |
| 11 | 7.737.116,3151 | 347.244,1251 | 199°36'34" | 17,23 | | | |
| 12 | 7.737.100,0879 | 347.238,3439 | 139°11'56" | 7,70 | | | |
| 13 | 7.737.094,2582 | 347.243,3762 | 181°48'24" | 16,01 | | | |
| 14 | 7.737.078,2566 | 347.242,8715 | 171°25'54" | 7,84 | | | |
| 15 | 7.737.070,5085 | 347.244,0389 | 190°12'38" | 11,70 | | | |
| 16 | 7.737.058,9891 | 347.241,9640 | 196°19'00" | 19,18 | | | |
| 17 | 7.737.040,5775 | 347.236,5743 | 194°52'58" | 8,80 | | | |
| 18 | 7.737.032,0744 | 347.234,3145 | 188°05'34" | 37,44 | | | |
| 19 | 7.736.995,0106 | 347.229,0444 | 191°38'20" | 10,00 | | | |
| 20 | 7.736.985,2161 | 347.227,0270 | 195°05'31" | 20,64 | | | |
| 21 | 7.736.965,2849 | 347.221,6521 | 210°19'06" | 8,02 | | | |
| 22 | 7.736.958,3578 | 347.217,6012 | 185°31'09" | 37,16 | | | |
| 23 | 7.736.921,3684 | 347.214,0271 | 180°12'53" | 16,12 | | | |
| 24 | 7.736.905,2512 | 347.213,9667 | 146°59'38" | 10,97 | | | |
| 25 | 7.736.896,0505 | 347.219,9432 | 175°09'41" | 23,48 | | | |
| 26 | 7.736.872,6570 | 347.221,9234 | 184°10'16" | 11,72 | | | |
| 27 | 7.736.860,9689 | 347.221,0710 | 195°06'50" | 13,33 | | | |
| 28 | 7.736.848,1001 | 347.217,5954 | 218°27'46" | 9,78 | | | |
| 29 | 7.736.840,4403 | 347.211,5106 | 169°25'20" | 7,39 | | | |
| 30 | 7.736.833,1710 | 347.212,8681 | 184°42'35" | 11,77 | | | |
| 31 | 7.736.821,4386 | 347.211,9015 | 189°53'57" | 15,44 | | | |
| 32 | 7.736.806,2301 | 347.209,2474 | 241°48'00" | 9,31 | | | |
| 33 | 7.736.801,8285 | 347.201,0383 | 1°20'08" | 108,35 | | | |
| 34 | 7.736.910,1506 | 347.203,5637 | Arco | | 635,31 | 244,05 | |
| 35 | 7.737.147,0956 | 347.255,4005 | 23°20'42" | 60,79 | | | |

| ÁREA 10 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.736.530,0338 | 347.179,0569 | 170°18'52" | 16,24 | | | 3.455,53 |
| 2 | 7.736.514,0214 | 347.181,7898 | 181°10'22" | 21,74 | | | |
| 3 | 7.736.492,2838 | 347.181,3448 | 191°03'28" | 47,72 | | | |
| 4 | 7.736.445,4533 | 347.172,1929 | 176°38'03" | 23,46 | | | |
| 5 | 7.736.422,0374 | 347.173,5701 | 183°29'33" | 49,76 | | | |
| 6 | 7.736.372,3705 | 347.170,5387 | 185°32'12" | 11,42 | | | |
| 7 | 7.736.361,0004 | 347.169,4366 | 190°07'05" | 10,53 | | | |
| 8 | 7.736.350,6339 | 347.167,5867 | 195°35'23" | 16,46 | | | |
| 9 | 7.736.334,7812 | 347.163,1636 | 206°45'03" | 42,25 | | | |
| 10 | 7.736.297,0540 | 347.144,1468 | 206°10'32" | 65,77 | | | |
| 11 | 7.736.238,0317 | 347.115,1355 | Arco | - | 1.126,02 | 145,90 | |
| 12 | 7.736.379,2453 | 347.151,3957 | Arco | - | 362.273,37 | 101,24 | |
| 13 | 7.736.478,7274 | 347.170,1630 | 9°50'04" | 52,07 | | | |

| ÁREA 11 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.736.107,1558 | 347.064,3872 | 112°34'53" | 11,17 | | | 1.391,69 |
| 2 | 7.736.102,8669 | 347.074,7000 | 189°51'29" | 20,36 | | | |
| 3 | 7.736.082,8120 | 347.071,2150 | 205°03'52" | 19,09 | | | |
| 4 | 7.736.065,5237 | 347.063,1296 | 205°36'15" | 25,39 | | | |
| 5 | 7.736.042,6290 | 347.052,1582 | 210°11'32" | 17,60 | | | |
| 6 | 7.736.027,4198 | 347.043,3090 | 211°50'23" | 21,45 | | | |
| 7 | 7.736.009,2015 | 347.031,9957 | 228°22'11" | 17,71 | | | |
| 8 | 7.735.997,4348 | 347.018,7567 | 22°34'53" | 118,83 | | | |

| ÁREA 12 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.735.859,8119 | 346.946,1688 | 87°11'31" | 0,44 | | | 719,20 |
| 2 | 7.735.859,8336 | 346.946,6119 | 167°08'25" | 20,28 | | | |
| 3 | 7.735.840,0639 | 346.951,1251 | 171°20'51" | 12,50 | | | |
| 4 | 7.735.827,7097 | 346.953,0051 | 246°19'24" | 9,58 | | | |
| 5 | 7.735.823,8615 | 346.944,2291 | 211°59'39" | 3,23 | | | |
| 6 | 7.735.821,1186 | 346.942,5155 | 221°20'38" | 2,57 | | | |
| 7 | 7.735.819,1884 | 346.940,8172 | 236°48'01" | 4,57 | | | |
| 8 | 7.735.816,6867 | 346.936,9940 | 249°51'49" | 10,53 | | | |
| 9 | 7.735.813,0633 | 346.927,1123 | 222°56'01" | 16,55 | | | |
| 10 | 7.735.800,9435 | 346.915,8365 | 226°06'36" | 7,08 | | | |
| 11 | 7.735.796,0361 | 346.910,7352 | 29°03'23" | 72,96 | | | |

| ÁREA 13 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.735.364,8841 | 346.671,1891 | 119°48'08" | 3,74 | | | 10.810,94 |
| 2 | 7.735.363,0277 | 346.674,4304 | 209°48'08" | 11,72 | | | |
| 3 | 7.735.352,8619 | 346.668,6078 | 209°30'58" | 5,06 | | | |
| 4 | 7.735.348,4591 | 346.666,1152 | 196°19'49" | 15,28 | | | |
| 5 | 7.735.333,7974 | 346.661,8194 | 203°46'21" | 28,01 | | | |
| 6 | 7.735.308,1604 | 346.650,5269 | 186°41'54" | 28,78 | | | |
| 7 | 7.735.279,5753 | 346.647,1697 | 192°55'40" | 21,72 | | | |
| 8 | 7.735.258,4036 | 346.642,3100 | 194°17'09" | 45,62 | | | |
| 9 | 7.735.214,1978 | 346.631,0537 | 97°39'09" | 7,31 | | | |
| 10 | 7.735.213,2245 | 346.638,2976 | 98°49'18" | 9,55 | | | |
| 11 | 7.735.211,7605 | 346.647,7310 | 167°32'11" | 26,14 | | | |
| 12 | 7.735.186,2356 | 346.653,3727 | 177°39'10" | 52,82 | | | |
| 13 | 7.735.133,4626 | 346.655,5360 | 193°58'13" | 37,58 | | | |
| 14 | 7.735.096,9940 | 346.646,4634 | 199°59'32" | 30,38 | | | |
| 15 | 7.735.068,4411 | 346.636,0755 | 188°01'30" | 41,93 | | | |
| 16 | 7.735.026,9201 | 346.630,2217 | 195°19'10" | 22,47 | | | |
| 17 | 7.735.005,2468 | 346.624,2847 | 194°51'38" | 31,53 | | | |
| 18 | 7.734.974,7675 | 346.616,1973 | 210°45'00" | 32,21 | | | |
| 19 | 7.734.947,0856 | 346.599,7282 | Arco | - | 372,53 | 123,56 | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 20 | 7.735.069,6980 | 346.609,4492 | 355°05'09" | 65,92 | | | |
| 21 | 7.735.135,3745 | 346.603,8025 | Arco | - | 307,96 | 182,59 | |
| 22 | 7.735.311,3194 | 346.641,4289 | 29°03'23" | 61,28 | | | |

ÁREA 14

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.734.813,2737 | 346.438,5422 | 214°54'20" | 202,77 | | | 1.158,62 |
| 2 | 7.734.646,9845 | 346.322,5137 | 22°17'34" | 30,62 | | | |
| 3 | 7.734.675,3160 | 346.334,1291 | 332°30'20" | 8,41 | | | |
| 4 | 7.734.682,7750 | 346.330,2471 | 37°37'27" | 26,39 | | | |
| 5 | 7.734.703,6797 | 346.346,3599 | 38°56'46" | 25,45 | | | |
| 6 | 7.734.723,4768 | 346.362,3605 | 94°47'05" | 5,62 | | | |
| 7 | 7.734.723,0077 | 346.367,9647 | 39°04'37" | 22,00 | | | |
| 8 | 7.734.740,0889 | 346.381,8348 | 37°46'13" | 92,58 | | | |

ÁREA 15

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.733.963,8976 | 346.051,7376 | 139°06'18" | 20,26 | | | 1.435,76 |
| 2 | 7.733.948,5830 | 346.065,0011 | 173°59'28" | 11,14 | | | |
| 3 | 7.733.937,5064 | 346.066,1671 | 206°08'49" | 16,91 | | | |
| 4 | 7.733.922,3224 | 346.058,7131 | 192°47'09" | 12,96 | | | |
| 5 | 7.733.909,6873 | 346.055,8458 | 190°40'25" | 10,25 | | | |
| 6 | 7.733.899,6149 | 346.053,9474 | 199°13'49" | 10,89 | | | |
| 7 | 7.733.889,3352 | 346.050,3615 | 206°05'39" | 13,66 | | | |
| 8 | 7.733.877,0667 | 346.044,3527 | 235°16'36" | 17,59 | | | |
| 9 | 7.733.867,0487 | 346.029,8976 | Arco | - | 1.490,57 | 99,30 | |

ÁREA 16

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.733.684,8966 | 345.926,2183 | Arco | - | 1.763,42 | 134,27 | 5.738,65 |
| 2 | 7.733.550,9290 | 345.917,6940 | 181°04'25" | 51,14 | | | |
| 3 | 7.733.499,7939 | 345.916,7357 | 181°04'25" | 51,14 | | | |
| 4 | 7.733.448,6587 | 345.915,7775 | 310°53'22" | 14,83 | | | |
| 5 | 7.733.458,3649 | 345.904,5682 | 337°26'38" | 47,40 | | | |
| 6 | 7.733.502,1347 | 345.886,3880 | 358°31'15" | 14,06 | | | |
| 7 | 7.733.516,1912 | 345.886,0250 | 2°46'28" | 54,29 | | | |
| 8 | 7.733.570,4204 | 345.888,6531 | 5°47'20" | 60,28 | | | |
| 9 | 7.733.630,3951 | 345.894,7333 | 16°24'38" | 12,64 | | | |
| 10 | 7.733.642,5237 | 345.898,3054 | 19°10'37" | 18,57 | | | |
| 11 | 7.733.660,0603 | 345.904,4043 | 22°07'42" | 15,48 | | | |
| 12 | 7.733.674,3988 | 345.910,2348 | 56°42'13" | 19,12 | | | |

ÁREA 17

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.733.104,0738 | 345.968,1686 | Arco | - | 26.098,71 | 281,10 | 9.668,78 |
| 2 | 7.732.828,9155 | 346.025,6613 | 167°53'23" | 107,06 | | | |
| 3 | 7.732.724,2337 | 346.048,1230 | Arco | - | 10.961,10 | 146,27 | |
| 4 | 7.732.581,0202 | 346.077,8545 | 168°39'15" | 6,55 | | | |
| 5 | 7.732.574,5938 | 346.079,1440 | 168°34'40" | 117,05 | | | |
| 6 | 7.732.459,8634 | 346.102,3242 | 337°54'05" | 33,97 | | | |
| 7 | 7.732.491,3370 | 346.089,5451 | 342°46'13" | 44,57 | | | |
| 8 | 7.732.533,9100 | 346.076,3423 | 343°02'26" | 111,81 | | | |
| 9 | 7.732.640,8588 | 346.043,7275 | 346°09'01" | 68,52 | | | |
| 10 | 7.732.707,3902 | 346.027,3248 | 350°06'15" | 12,67 | | | |
| 11 | 7.732.719,8708 | 346.025,1475 | 352°32'18" | 101,10 | | | |
| 12 | 7.732.820,1172 | 346.012,0181 | 358°20'21" | 21,67 | | | |
| 13 | 7.732.841,7776 | 346.011,3900 | 9°39'52" | 19,04 | | | |
| 14 | 7.732.860,5427 | 346.014,5856 | 339°19'45" | 17,33 | | | |
| 15 | 7.732.876,7533 | 346.008,4695 | 331°51'24" | 22,33 | | | |
| 16 | 7.732.896,4390 | 345.997,9391 | 345°33'38" | 104,89 | | | |
| 17 | 7.732.998,0199 | 345.971,7832 | 349°46'25" | 26,86 | | | |
| 18 | 7.733.024,4549 | 345.967,0143 | 2°21'08" | 26,11 | | | |
| 19 | 7.733.050,5407 | 345.968,0858 | 349°30'56" | 16,18 | | | |
| 20 | 7.733.066,4536 | 345.965,1410 | 358°35'43" | 30,86 | | | |
| 21 | 7.733.097,3041 | 345.964,3844 | 29°12'16" | 7,76 | | | |

ÁREA 18

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.731.772,4867 | 346.172,9596 | Arco | - | 1.272,28 | 70,42 | 1.059,74 |
| 2 | 7.731.702,0758 | 346.173,6268 | 177°53'13" | 54,90 | | | |
| 3 | 7.731.647,2102 | 346.175,6511 | 312°28'16" | 9,47 | | | |
| 4 | 7.731.653,6056 | 346.168,6647 | 345°57'00" | 11,88 | | | |
| 5 | 7.731.665,1270 | 346.165,7814 | 349°12'54" | 12,66 | | | |
| 6 | 7.731.677,5596 | 346.163,4131 | 353°44'26" | 11,00 | | | |
| 7 | 7.731.688,4907 | 346.162,2141 | 0°29'03" | 21,18 | | | |
| 8 | 7.731.709,6668 | 346.162,3931 | 5°03'31" | 20,91 | | | |
| 9 | 7.731.730,4932 | 346.164,2367 | 6°00'53" | 20,34 | | | |
| 10 | 7.731.750,7204 | 346.166,3680 | 5°20'26" | 12,23 | | | |
| 11 | 7.731.762,9002 | 346.167,5065 | 29°37'56" | 11,03 | | | |

ÁREA 19

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.731.636,2358 | 346.256,1105 | 168°21'03" | 11,85 | | | 225,25 |
| 2 | 7.731.624,6284 | 346.258,5035 | 172°54'34" | 12,02 | | | |
| 3 | 7.731.612,7016 | 346.259,9871 | 179°04'56" | 12,41 | | | |
| 4 | 7.731.600,2933 | 346.260,1859 | 183°35'47" | 8,86 | | | |
| 5 | 7.731.591,4472 | 346.259,6299 | 183°51'00" | 42,42 | | | |
| 6 | 7.731.549,1215 | 346.256,7815 | 188°01'11" | 13,14 | | | |
| 7 | 7.731.536,1126 | 346.254,9486 | 259°43'20" | 1,38 | | | |
| 8 | 7.731.535,8660 | 346.253,5891 | Arco | - | 688,63 | 92,63 | |
| 9 | 7.731.628,3856 | 346.256,4001 | 357°53'13" | 7,86 | | | |

ÁREA 20

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.731.552,4722 | 346.174,7682 | Arco | - | 614,68 | 100,58 | 532,15 |
| 2 | 7.731.453,3838 | 346.158,1945 | 357°34'03" | 12,64 | | | |
| 3 | 7.731.466,0104 | 346.157,6582 | 6°31'40" | 29,70 | | | |
| 4 | 7.731.495,5183 | 346.161,0347 | 7°18'33" | 28,72 | | | |
| 5 | 7.731.524,0046 | 346.164,6885 | 8°38'13" | 22,90 | | | |
| 6 | 7.731.546,6489 | 346.168,1280 | 48°44'59" | 8,83 | | | |

ÁREA 21

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.731.468,4925 | 346.243,6061 | 114°11'04" | 2,80 | | | 144,77 |
| 2 | 7.731.467,3434 | 346.246,1647 | 192°55'38" | 13,44 | | | |
| 3 | 7.731.454,2439 | 346.243,1580 | 191°13'05" | 10,35 | | | |
| 4 | 7.731.444,0942 | 346.241,1450 | 194°57'13" | 8,40 | | | |
| 5 | 7.731.435,9808 | 346.238,9780 | 195°27'56" | 8,05 | | | |
| 6 | 7.731.428,2251 | 346.236,8322 | 197°40'09" | 10,92 | | | |
| 7 | 7.731.417,8242 | 346.233,5190 | 199°06'57" | 8,85 | | | |
| 8 | 7.731.409,4609 | 346.230,6204 | 238°32'57" | 2,15 | | | |
| 9 | 7.731.408,3383 | 346.228,7849 | Arco | - | 688,63 | 61,97 | |

ÁREA 22

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.731.211,8350 | 346.143,4951 | 191°39'07" | 32,36 | | | 2.417,46 |
| 2 | 7.731.180,1429 | 346.136,9597 | 204°27'33" | 33,53 | | | |
| 3 | 7.731.149,6208 | 346.123,0763 | 241°40'46" | 12,56 | | | |
| 4 | 7.731.143,6606 | 346.112,0165 | 206°28'41" | 46,36 | | | |
| 5 | 7.731.102,1606 | 346.091,3453 | 157°08'52" | 7,55 | | | |
| 6 | 7.731.095,2040 | 346.094,2771 | 191°59'33" | 20,65 | | | |
| 7 | 7.731.075,0007 | 346.089,9856 | 203°00'49" | 31,29 | | | |
| 8 | 7.731.046,1989 | 346.077,7519 | 206°52'29" | 53,22 | | | |
| 9 | 7.730.998,7259 | 346.053,6937 | 211°02'56" | 44,76 | | | |
| 10 | 7.730.960,3766 | 346.030,6066 | 240°21'34" | 16,16 | | | |
| 11 | 7.730.952,3823 | 346.016,5572 | 26°04'13" | 288,84 | | | |

ÁREA 23

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.730.191,8069 | 345.935,5311 | 159°16'20" | 11,97 | | | 21.355,44 |
| 2 | 7.730.180,6100 | 345.939,7682 | 239°31'53" | 9,25 | | | |
| 3 | 7.730.175,9189 | 345.931,7944 | 221°12'30" | 9,04 | | | |
| 4 | 7.730.169,1143 | 345.925,8357 | 202°05'49" | 8,33 | | | |
| 5 | 7.730.161,3921 | 345.922,7005 | 183°48'07" | 30,19 | | | |
| 6 | 7.730.131,2687 | 345.920,6987 | 184°59'14" | 21,70 | | | |
| 7 | 7.730.109,6508 | 345.918,8122 | 187°52'58" | 53,88 | | | |
| 8 | 7.730.056,2828 | 345.911,4232 | 191°13'48" | 25,67 | | | |
| 9 | 7.730.031,1039 | 345.906,4241 | 187°01'34" | 28,11 | | | |
| 10 | 7.730.003,2053 | 345.902,9857 | 191°43'44" | 78,31 | | | |
| 11 | 7.729.926,5256 | 345.887,0659 | 187°22'48" | 33,48 | | | |
| 12 | 7.729.893,3192 | 345.882,7648 | 162°27'53" | 22,85 | | | |
| 13 | 7.729.871,5282 | 345.889,6503 | 158°38'44" | 21,02 | | | |
| 14 | 7.729.851,9472 | 345.897,3061 | 170°30'47" | 13,22 | | | |
| 15 | 7.729.838,9037 | 345.899,4858 | 185°46'41" | 15,91 | | | |
| 16 | 7.729.823,0768 | 345.897,8843 | 195°52'50" | 16,27 | | | |
| 17 | 7.729.807,4246 | 345.893,4313 | 181°34'11" | 4,19 | | | |
| 18 | 7.729.803,2353 | 345.893,3165 | 140°48'40" | 5,50 | | | |
| 19 | 7.729.798,9705 | 345.896,7934 | 121°45'23" | 37,01 | | | |
| 20 | 7.729.779,4910 | 345.928,2641 | 117°57'46" | 34,41 | | | |
| 21 | 7.729.763,3557 | 345.958,6577 | 208°52'10" | 11,76 | | | |
| 22 | 7.729.753,0562 | 345.952,9792 | 192°43'21" | 8,36 | | | |
| 23 | 7.729.744,8968 | 345.951,1370 | 190°01'29" | 9,35 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 24 | 7.729.735,6894 | 345.949,5094 | 260°20'15" | 9,00 | | |
| 25 | 7.729.734,1783 | 345.940,6343 | 303°16'56" | 12,02 | | |
| 26 | 7.729.740,7733 | 345.930,5876 | 315°22'46" | 2,79 | | |
| 27 | 7.729.742,7582 | 345.928,6288 | 315°10'00" | 8,32 | | |
| 28 | 7.729.748,6616 | 345.922,7597 | 296°00'58" | 9,14 | | |
| 29 | 7.729.752,6700 | 345.914,5471 | 302°39'14" | 5,81 | | |
| 30 | 7.729.755,8027 | 345.909,6587 | 292°47'08" | 56,80 | | |
| 31 | 7.729.777,8021 | 345.857,2873 | 274°45'16" | 3,46 | | |
| 32 | 7.729.778,0885 | 345.853,8439 | 248°58'36" | 44,85 | | |
| 33 | 7.729.761,9984 | 345.811,9789 | 239°58'33" | 18,53 | | |
| 34 | 7.729.752,7283 | 345.795,9381 | 222°12'45" | 14,77 | | |
| 35 | 7.729.741,7869 | 345.786,0128 | 246°39'55" | 14,27 | | |
| 36 | 7.729.736,1338 | 345.772,9082 | 232°01'17" | 10,81 | | |
| 37 | 7.729.729,4815 | 345.764,3871 | 238°28'25" | 31,90 | | |
| 38 | 7.729.712,8026 | 345.737,1977 | 259°02'14" | 6,28 | | |
| 39 | 7.729.711,6077 | 345.731,0295 | 245°50'05" | 7,72 | | |
| 40 | 7.729.708,4484 | 345.723,9883 | 246°46'11" | 10,69 | | |
| 41 | 7.729.704,2305 | 345.714,1616 | 249°36'54" | 7,90 | | |
| 42 | 7.729.701,4778 | 345.706,7539 | 35°11'22" | 197,97 | | |
| 43 | 7.729.863,2697 | 345.820,8411 | Arco | - | 488,51 | 313,45 |
| 44 | 7.730.158,2135 | 345.909,9317 | 11°11'12" | 11,62 | | |
| 45 | 7.730.169,6100 | 345.912,1855 | 24°21'17" | 17,29 | | |
| 46 | 7.730.185,3599 | 345.919,3149 | 68°19'08" | 17,45 | | |

ÁREA 24

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.730.007,0937 | 345.806,2101 | Arco | - | 408,51 | 110,45 | 13.171,67 |
| 2 | 7.729.909,3723 | 345.755,4610 | 215°11'22" | 193,95 | | | |
| 3 | 7.729.750,8627 | 345.643,6883 | 13°53'01" | 16,21 | | | |
| 4 | 7.729.766,5977 | 345.647,5775 | 14°11'58" | 16,43 | | | |
| 5 | 7.729.782,5291 | 345.651,6086 | 18°40'57" | 22,32 | | | |
| 6 | 7.729.803,6728 | 345.658,7582 | 9°14'39" | 37,64 | | | |
| 7 | 7.729.840,8238 | 345.664,8048 | 352°12'42" | 17,95 | | | |
| 8 | 7.729.858,6109 | 345.662,3720 | 355°10'52" | 3,86 | | | |
| 9 | 7.729.862,4606 | 345.662,0474 | 4°10'55" | 21,14 | | | |
| 10 | 7.729.883,5451 | 345.663,5891 | 9°05'21" | 25,18 | | | |
| 11 | 7.729.908,4102 | 345.667,5670 | 11°25'50" | 28,42 | | | |
| 12 | 7.729.936,2706 | 345.673,2001 | 26°52'03" | 14,58 | | | |
| 13 | 7.729.949,2798 | 345.679,7908 | 35°10'14" | 8,60 | | | |
| 14 | 7.729.956,3078 | 345.684,7431 | 43°25'43" | 8,78 | | | |
| 15 | 7.729.962,6828 | 345.690,7776 | 55°45'55" | 12,93 | | | |
| 16 | 7.729.969,9582 | 345.701,4692 | 69°04'45" | 10,82 | | | |
| 17 | 7.729.973,8229 | 345.711,5786 | 79°12'50" | 8,61 | | | |
| 18 | 7.729.975,4334 | 345.720,0322 | 82°46'32" | 46,59 | | | |
| 19 | 7.729.981,2920 | 345.766,2504 | 87°44'03" | 5,21 | | | |
| 20 | 7.729.981,4981 | 345.771,4589 | 75°49'01" | 5,20 | | | |
| 21 | 7.729.982,7711 | 345.776,4960 | 75°06'09" | 7,05 | | | |
| 22 | 7.729.984,5830 | 345.783,3067 | 64°19'44" | 12,13 | | | |
| 23 | 7.729.989,8368 | 345.794,2375 | 41°45'34" | 1,84 | | | |
| 24 | 7.729.991,2067 | 345.795,4605 | 34°05'00" | 19,18 | | | |

ÁREA 25

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.729.454,1798 | 345.541,4075 | 200°53'09" | 116,77 | | | 552,88 |
| 2 | 7.729.345,0847 | 345.499,7791 | 215°55'43" | 23,31 | | | |
| 3 | 7.729.326,2085 | 345.486,1007 | 21°14'58" | 46,15 | | | |
| 4 | 7.729.369,2223 | 345.502,8272 | Arco | - | 842,46 | 93,35 | |

ÁREA 26

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.728.745,1291 | 345.348,1521 | 162°39'57" | 90,30 | | | 337,93 |
| 2 | 7.728.658,9277 | 345.375,0573 | 163°38'50" | 21,19 | | | |
| 3 | 7.728.638,5960 | 345.381,0230 | 165°50'18" | 25,17 | | | |
| 4 | 7.728.614,1952 | 345.387,1800 | 340°53'14" | 55,90 | | | |
| 5 | 7.728.667,0157 | 345.368,8759 | Arco | - | 544,69 | 80,89 | |

ÁREA 27

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.728.584,6479 | 345.397,4191 | 157°48'11" | 22,86 | | | 368,35 |
| 2 | 7.728.563,4781 | 345.406,0570 | 158°43'45" | 99,46 | | | |
| 3 | 7.728.470,7944 | 345.442,1385 | 175°57'46" | 19,13 | | | |
| 4 | 7.728.451,7135 | 345.443,4853 | 340°53'14" | 140,69 | | | |

ÁREA 28

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.728.424,9917 | 345.452,7453 | 138°28'19" | 33,52 | | | 2.274,43 |
| 2 | 7.728.399,8983 | 345.474,9679 | 154°42'50" | 23,18 | | | |
| 3 | 7.728.378,9423 | 345.484,8675 | 166°07'45" | 22,53 | | | |
| 4 | 7.728.357,0701 | 345.490,2685 | 183°19'45" | 32,59 | | | |
| 5 | 7.728.324,5397 | 345.488,3762 | 154°33'13" | 20,72 | | | |
| 6 | 7.728.305,8304 | 345.497,2786 | 154°03'58" | 18,55 | | | |
| 7 | 7.728.289,1474 | 345.505,3916 | 160°40'43" | 12,93 | | | |
| 8 | 7.728.276,9420 | 345.509,6711 | 170°42'18" | 16,08 | | | |
| 9 | 7.728.261,0752 | 345.512,2679 | 172°52'43" | 28,02 | | | |
| 10 | 7.728.233,2679 | 345.515,7420 | 182°09'01" | 66,87 | | | |
| 11 | 7.728.166,4450 | 345.513,2329 | 354°08'45" | 26,07 | | | |
| 12 | 7.728.192,3807 | 345.510,5736 | Arco | 186,85 | 807,47 | 186,85 | |
| 13 | 7.728.374,4106 | 345.470,2733 | 340°53'14" | 53,53 | | | |

ÁREA 29

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.727.996,1619 | 345.538,9900 | 159°40'12" | 20,67 | | | 1.477,13 |
| 2 | 7.727.976,7841 | 345.546,1696 | 168°18'22" | 21,19 | | | |
| 3 | 7.727.956,0351 | 345.550,4642 | 172°04'06" | 20,68 | | | |
| 4 | 7.727.935,5561 | 345.553,3175 | 175°54'14" | 23,33 | | | |
| 5 | 7.727.912,2853 | 345.554,9839 | 209°09'36" | 27,20 | | | |
| 6 | 7.727.888,5283 | 345.541,7284 | 354°08'45" | 126,46 | | | |
| 7 | 7.728.014,3255 | 345.528,8301 | 150°46'45" | 20,81 | | | |

ÁREA 30

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.727.863,4769 | 345.544,2970 | 127°44'35" | 10,55 | | | 3.560,89 |
| 2 | 7.727.857,0205 | 345.552,6376 | 150°08'55" | 21,83 | | | |
| 3 | 7.727.838,0883 | 345.563,5028 | 175°15'30" | 88,18 | | | |
| 4 | 7.727.750,2092 | 345.570,7922 | 174°36'21" | 123,56 | | | |
| 5 | 7.727.627,1959 | 345.582,4077 | 207°42'23" | 24,98 | | | |
| 6 | 7.727.605,0762 | 345.570,7915 | 354°08'45" | 259,76 | | | |

ÁREA 31

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.727.473,7759 | 345.584,2540 | 148°24'58" | 8,56 | | | 6.340,78 |
| 2 | 7.727.466,4843 | 345.588,7370 | 157°54'41" | 6,35 | | | |
| 3 | 7.727.460,6039 | 345.591,1235 | 163°10'51" | 6,55 | | | |
| 4 | 7.727.454,3313 | 345.593,0196 | 120°04'26" | 7,38 | | | |
| 5 | 7.727.450,6314 | 345.599,4089 | 166°35'20" | 55,20 | | | |
| 6 | 7.727.396,9333 | 345.612,2125 | 171°34'16" | 39,41 | | | |
| 7 | 7.727.357,9491 | 345.617,9893 | 214°22'37" | 7,18 | | | |
| 8 | 7.727.352,0256 | 345.613,9370 | 174°52'13" | 62,33 | | | |
| 9 | 7.727.289,9411 | 345.619,5102 | 173°43'49" | 31,49 | | | |
| 10 | 7.727.258,6361 | 345.622,9495 | 174°51'50" | 33,43 | | | |
| 11 | 7.727.225,3382 | 345.625,9424 | 175°11'39" | 30,34 | | | |
| 12 | 7.727.195,1050 | 345.628,4842 | 176°03'07" | 25,31 | | | |
| 13 | 7.727.169,8540 | 345.630,2269 | 178°07'07" | 50,76 | | | |
| 14 | 7.727.119,1251 | 345.631,8932 | 178°12'34" | 75,15 | | | |
| 15 | 7.727.044,0127 | 345.634,2414 | 180°47'50" | 50,07 | | | |
| 16 | 7.726.993,9500 | 345.633,5447 | 354°08'05" | 482,35 | | | |

ÁREA 32

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.726.768,3356 | 345.657,0074 | 139°46'41" | 10,29 | | | 1.810,45 |
| 2 | 7.726.760,4819 | 345.663,6495 | 163°30'03" | 30,97 | | | |
| 3 | 7.726.730,7861 | 345.672,4454 | 143°26'44" | 12,12 | | | |
| 4 | 7.726.721,0512 | 345.679,6631 | 169°30'54" | 12,87 | | | |
| 5 | 7.726.708,3995 | 345.682,0046 | 176°44'31" | 24,39 | | | |
| 6 | 7.726.684,0508 | 345.683,3907 | 215°49'39" | 8,26 | | | |
| 7 | 7.726.677,3566 | 345.678,5578 | 177°02'47" | 15,92 | | | |
| 8 | 7.726.661,4619 | 345.679,3779 | 179°40'04" | 30,84 | | | |
| 9 | 7.726.630,6214 | 345.679,5567 | 182°38'00" | 11,84 | | | |
| 10 | 7.726.618,7972 | 345.679,0129 | 197°23'54" | 15,94 | | | |
| 11 | 7.726.603,5818 | 345.674,2451 | 354°01'37" | 165,65 | | | |

ÁREA 33

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.725.973,5371 | 345.739,4081 | 171°33'23" | 9,44 | | | 831,93 |
| 2 | 7.725.964,2026 | 345.740,7937 | 173°26'11" | 21,44 | | | |
| 3 | 7.725.942,9079 | 345.743,2439 | 177°09'34" | 22,00 | | | |
| 4 | 7.725.920,9328 | 345.744,3342 | 183°25'00" | 21,85 | | | |
| 5 | 7.725.899,1213 | 345.743,0320 | 186°52'57" | 16,06 | | | |
| 6 | 7.725.883,1755 | 345.741,1073 | 183°40'06" | 26,16 | | | |
| 7 | 7.725.857,0680 | 345.739,4334 | 187°45'25" | 14,75 | | | |
| 8 | 7.725.842,4530 | 345.737,4426 | 114°53'20" | 3,85 | | | |
| 9 | 7.725.840,8324 | 345.740,9357 | 175°14'19" | 5,80 | | | |
| 10 | 7.725.835,0541 | 345.741,4170 | 193°07'33" | 23,16 | | | |
| 11 | 7.725.812,5023 | 345.736,1583 | 196°32'46" | 25,12 | | | |
| 12 | 7.725.788,4210 | 345.729,0040 | 221°44'10" | 7,20 | | | |
| 13 | 7.725.783,0501 | 345.724,2127 | 287°00'13" | 3,67 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 | 7.725.784,1244 | 345.720,6996 | 207°07'58" | 12,69 | | | |
| 15 | 7.725.772,8318 | 345.714,9127 | 215°33'13" | 5,44 | | | |
| 16 | 7.725.768,4060 | 345.711,7496 | 18°44'15" | 26,55 | | | |
| 17 | 7.725.793,5444 | 345.720,2769 | Arco | - | 410,12 | 168,39 | |
| 18 | 7.725.959,5187 | 345.740,5822 | 355°12'44" | 14,07 | | | |

ÁREA 34

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.725.674,5354 | 345.679,9074 | 173°31'56" | 1,82 | | | 76,84 |
| 2 | 7.725.672,7287 | 345.680,1123 | 197°45'01" | 46,80 | | | |
| 3 | 7.725.628,1575 | 345.665,8446 | 202°07'30" | 26,75 | | | |
| 4 | 7.725.603,3752 | 345.655,7690 | 18°44'15" | 75,14 | | | |

ÁREA 35

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.725.444,0446 | 345.601,7478 | 101°19'18" | 3,20 | | | 3.070,38 |
| 2 | 7.725.443,4171 | 345.604,8817 | 172°12'59" | 25,90 | | | |
| 3 | 7.725.417,7582 | 345.608,3891 | 170°36'10" | 4,71 | | | |
| 4 | 7.725.413,1107 | 345.609,1583 | 189°48'37" | 22,22 | | | |
| 5 | 7.725.391,2183 | 345.605,3727 | 193°01'15" | 21,58 | | | |
| 6 | 7.725.370,1961 | 345.600,5113 | 206°40'25" | 20,26 | | | |
| 7 | 7.725.352,0882 | 345.591,4143 | 193°49'19" | 17,09 | | | |
| 8 | 7.725.335,4945 | 345.587,3318 | 206°28'36" | 14,65 | | | |
| 9 | 7.725.322,3807 | 345.580,8002 | 211°28'40" | 9,28 | | | |
| 10 | 7.725.314,4670 | 345.575,9549 | 191°21'11" | 21,77 | | | |
| 11 | 7.725.293,1271 | 345.571,6702 | 232°59'12" | 10,32 | | | |
| 12 | 7.725.286,9132 | 345.563,4281 | 234°53'59" | 3,54 | | | |
| 13 | 7.725.284,8776 | 345.560,5318 | 231°19'15" | 14,63 | | | |
| 14 | 7.725.275,7348 | 345.549,1112 | 249°56'56" | 5,45 | | | |
| 15 | 7.725.273,8677 | 345.543,9957 | 18°44'44" | 179,71 | | | |

ÁREA 36

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.723.092,6483 | 344.226,5974 | 242°01'32" | 74,85 | | | 298,42 |
| 2 | 7.723.057,5373 | 344.160,4916 | 255°59'45" | 33,03 | | | |
| 3 | 7.723.049,5445 | 344.128,4445 | 66°17'29" | 107,20 | | | |

ÁREA 37

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.722.533,8189 | 343.912,0397 | 188°37'40" | 42,45 | | | 5.743,95 |
| 2 | 7.722.491,8531 | 343.905,6721 | 203°01'51" | 71,22 | | | |
| 3 | 7.722.426,3121 | 343.877,8100 | 217°52'09" | 55,15 | | | |
| 4 | 7.722.382,7772 | 343.843,9568 | 226°57'45" | 167,37 | | | |
| 5 | 7.722.268,5529 | 343.721,6268 | 235°04'30" | 126,80 | | | |
| 6 | 7.722.195,9618 | 343.617,6660 | 47°02'57" | 245,59 | | | |
| 7 | 7.722.363,2972 | 343.797,4206 | Arco | - | 1.909,63 | 24,22 | |
| 8 | 7.722.379,8756 | 343.815,0775 | Arco | - | 676,13 | 24,31 | |
| 9 | 7.722.396,9416 | 343.832,3845 | Arco | - | 425,59 | 24,36 | |
| 10 | 7.722.414,8349 | 343.848,9069 | Arco | - | 324,06 | 24,25 | |
| 11 | 7.722.433,6949 | 343.864,1406 | Arco | - | 288,00 | 104,33 | |
| 12 | 7.722.526,7133 | 343.910,1112 | 15°11'04" | 7,36 | | | |

ÁREA 38

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.720.074,3320 | 342.605,5089 | 213°29'49" | 42,79 | | | 473,55 |
| 2 | 7.720.038,6481 | 342.581,8931 | 227°10'08" | 116,23 | | | |
| 3 | 7.719.959,6299 | 342.496,6540 | 44°06'51" | 113,52 | | | |
| 4 | 7.720.041,1329 | 342.575,6751 | Arco | - | 1.420,34 | 11,15 | |
| 5 | 7.720.049,1614 | 342.583,4175 | Arco | - | 504,21 | 11,17 | |
| 6 | 7.720.057,3167 | 342.591,0489 | Arco | - | 328,40 | 11,18 | |
| 7 | 7.720.065,6905 | 342.598,4530 | Arco | - | 251,72 | 11,16 | |

ÁREA 39

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.718.675,6183 | 341.232,4960 | 215°31'11" | 51,41 | | | 3.935,86 |
| 2 | 7.718.633,7717 | 341.202,6252 | 223°43'48" | 156,50 | | | |
| 3 | 7.718.520,6814 | 341.094,4407 | 226°25'20" | 158,51 | | | |
| 4 | 7.718.411,4166 | 340.979,6125 | 230°59'15" | 28,38 | | | |
| 5 | 7.718.393,5516 | 340.957,5609 | 257°43'29" | 12,47 | | | |
| 6 | 7.718.390,9006 | 340.945,3771 | 45°14'26" | 404,35 | | | |

ÁREA 40

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.718.591,9884 | 340.824,0777 | 139°43'14" | 40,88 | | | 31.230,44 |
| 2 | 7.718.560,8018 | 340.850,5066 | 109°48'31" | 16,46 | | | |
| 3 | 7.718.555,2229 | 340.865,9954 | 85°05'47" | 33,83 | | | |
| 4 | 7.718.558,1145 | 340.899,7009 | 66°06'54" | 22,62 | | | |
| 5 | 7.718.567,2750 | 340.920,3874 | 82°09'39" | 32,00 | | | |
| 6 | 7.718.571,6392 | 340.952,0855 | 90°54'00" | 60,98 | | | |
| 7 | 7.718.570,6812 | 341.013,0587 | 225°14'26" | 60,63 | | | |
| 8 | 7.718.527,9865 | 340.970,0039 | 225°14'26" | 156,97 | | | |
| 9 | 7.718.417,4621 | 340.858,5474 | Arco | - | 410,00 | 102,27 | |
| 10 | 7.718.355,2027 | 340.777,7405 | 239°43'27" | 16,09 | | | |
| 11 | 7.718.347,0914 | 340.763,8461 | Arco | - | 408,18 | 28,60 | |
| 12 | 7.718.333,5489 | 340.738,6619 | 243°50'06" | 4,83 | | | |
| 13 | 7.718.331,4187 | 340.734,3259 | Arco | - | 440,00 | 217,02 | |
| 14 | 7.718.287,5745 | 340.524,0219 | 77°30'06" | 43,97 | | | |
| 15 | 7.718.297,0897 | 340.566,9480 | 87°14'56" | 26,35 | | | |
| 16 | 7.718.298,3543 | 340.593,2642 | 65°38'20" | 54,69 | | | |
| 17 | 7.718.320,9124 | 340.643,0834 | 78°50'10" | 52,00 | | | |
| 18 | 7.718.330,9798 | 340.694,0962 | 51°03'31" | 27,80 | | | |
| 19 | 7.718.348,4536 | 340.715,7198 | 65°48'52" | 30,10 | | | |
| 20 | 7.718.360,7852 | 340.743,1774 | 0°12'24" | 35,57 | | | |
| 21 | 7.718.396,3569 | 340.743,3058 | 22°31'36" | 28,64 | | | |
| 22 | 7.718.422,8105 | 340.754,2777 | 22°25'13" | 183,01 | | | |

ÁREA 41

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.718.321,6216 | 340.870,4445 | 209°22'16" | 16,40 | | | 8.699,36 |
| 2 | 7.718.307,3296 | 340.862,4009 | 173°08'40" | 16,58 | | | |
| 3 | 7.718.290,8683 | 340.864,3800 | 146°05'09" | 16,07 | | | |
| 4 | 7.718.277,5356 | 340.873,3439 | 119°01'22" | 31,48 | | | |
| 5 | 7.718.262,2643 | 340.900,8682 | 171°30'39" | 17,87 | | | |
| 6 | 7.718.244,5932 | 340.903,5057 | 160°48'17" | 27,75 | | | |
| 7 | 7.718.218,3815 | 340.912,6311 | 247°10'45" | 15,27 | | | |
| 8 | 7.718.212,4597 | 340.898,5579 | 290°54'56" | 36,17 | | | |
| 9 | 7.718.225,3716 | 340.864,7725 | 273°05'53" | 118,32 | | | |
| 10 | 7.718.231,7663 | 340.746,6256 | 269°25'14" | 48,14 | | | |
| 11 | 7.718.231,2793 | 340.698,4854 | Arco | - | 520,00 | 75,66 | |
| 12 | 7.718.259,1952 | 340.768,7363 | 63°56'42" | 3,91 | | | |
| 13 | 7.718.260,9105 | 340.772,2447 | Arco | - | 493,78 | 36,22 | |
| 14 | 7.718.277,9965 | 340.804,1685 | 59°43'59" | 14,66 | | | |
| 15 | 7.718.285,3842 | 340.816,8279 | Arco | - | 490,00 | 64,76 | |

ÁREA 42

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.718.258,3640 | 340.106,4342 | 246°05'54" | 17,75 | | | 1.032,64 |
| 2 | 7.718.251,1721 | 340.090,2059 | 263°30'20" | 56,56 | | | |
| 3 | 7.718.244,7749 | 340.034,0099 | 250°02'33" | 66,78 | | | |
| 4 | 7.718.221,9809 | 339.971,2388 | 235°20'45" | 28,34 | | | |
| 5 | 7.718.205,8687 | 339.947,9300 | 241°07'47" | 26,07 | | | |
| 6 | 7.718.193,2812 | 339.925,0996 | Arco | - | 265,00 | 197,18 | |

ÁREA 43

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.718.181,7380 | 339.912,6748 | 183°06'12" | 25,13 | | | 3.159,63 |
| 2 | 7.718.156,6464 | 339.911,3144 | 225°01'50" | 56,15 | | | |
| 3 | 7.718.116,9657 | 339.871,5912 | 213°39'40" | 106,15 | | | |
| 4 | 7.718.028,6118 | 339.812,7529 | 211°30'43" | 53,73 | | | |
| 5 | 7.717.982,8075 | 339.784,6708 | 200°02'50" | 58,48 | | | |
| 6 | 7.717.927,8744 | 339.764,6255 | 216°08'39" | 35,80 | | | |
| 7 | 7.717.898,9668 | 339.743,5115 | 257°12'30" | 13,44 | | | |
| 8 | 7.717.895,9903 | 339.730,4017 | 27°29'29" | 19,33 | | | |
| 9 | 7.717.913,1333 | 339.739,3225 | Arco | - | 1.844,98 | 216,42 | |
| 10 | 7.718.098,8264 | 339.850,2460 | 34°12'45" | 40,33 | | | |
| 11 | 7.718.132,1748 | 339.872,9202 | Arco | - | 298,33 | 63,66 | |

ÁREA 44

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.717.818,9408 | 339.690,3069 | 184°09'47" | 21,02 | | | 452,35 |
| 2 | 7.717.797,9769 | 339.688,7810 | 210°45'40" | 43,02 | | | |
| 3 | 7.717.761,0070 | 339.666,7765 | 235°25'02" | 16,72 | | | |
| 4 | 7.717.751,5194 | 339.653,0146 | Arco | - | 880,94 | 58,75 | |
| 5 | 7.717.802,6955 | 339.681,8533 | 27°29'29" | 18,31 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| ÁREA 45 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.716.230,1714 | 336.974,9812 | 204°31'16" | 24,36 | | | 5.830,65 |
| 2 | 7.716.208,0056 | 336.964,8698 | 216°08'06" | 53,69 | | | |
| 3 | 7.716.164,6424 | 336.933,2082 | 226°51'59" | 125,93 | | | |
| 4 | 7.716.078,5410 | 336.841,3062 | 247°04'56" | 62,36 | | | |
| 5 | 7.716.054,2565 | 336.783,8665 | 254°01'28" | 30,56 | | | |
| 6 | 7.716.045,8468 | 336.754,4911 | Arco | - | 53.705,63 | 182,24 | |
| 7 | 7.716.162,6471 | 336.894,3847 | 50°02'37" | 105,14 | | | |

| ÁREA 46 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.938,6721 | 336.500,1692 | 230°18'24" | 532,59 | | | 6.998,46 |
| 2 | 7.715.598,5172 | 336.090,3524 | 37°37'09" | 36,93 | | | |
| 3 | 7.715.627,7686 | 336.112,8946 | 47°19'56" | 242,39 | | | |
| 4 | 7.715.792,0449 | 336.291,1202 | 53°14'41" | 192,71 | | | |
| 5 | 7.715.907,3602 | 336.445,5160 | 60°11'27" | 62,99 | | | |

| ÁREA 47 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.349,4379 | 335.784,2692 | Arco | - | 474,85 | 33,98 | 753,45 |
| 2 | 7.715.332,2634 | 335.754,9522 | 241°41'16" | 64,88 | | | |
| 3 | 7.715.301,4933 | 335.697,8354 | 27°59'41" | 8,22 | | | |
| 4 | 7.715.308,7541 | 335.701,6952 | 50°24'02" | 22,65 | | | |
| 5 | 7.715.323,1918 | 335.719,1477 | 58°14'40" | 30,20 | | | |
| 6 | 7.715.339,0879 | 335.744,8300 | 70°21'15" | 36,58 | | | |
| 7 | 7.715.351,3871 | 335.779,2829 | 111°21'05" | 5,35 | | | |

| ÁREA 48 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.001,3207 | 335.140,6424 | 241°41'16" | 59,44 | | | 405,40 |
| 2 | 7.714.973,1293 | 335.088,3122 | 241°50'09" | 2,57 | | | |
| 3 | 7.714.971,9174 | 335.086,0486 | 28°28'40" | 16,43 | | | |
| 4 | 7.714.986,3592 | 335.093,8826 | 63°45'18" | 34,76 | | | |
| 5 | 7.715.001,7305 | 335.125,0592 | 91°30'22" | 15,59 | | | |

| ÁREA 49 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.956,9862 | 335.055,5070 | Arco | - | 496,26 | 72,53 | 635,26 |
| 2 | 7.714.932,3158 | 334.987,3671 | 254°17'03" | 4,31 | | | |
| 3 | 7.714.931,1481 | 334.983,2172 | 43°02'48" | 20,69 | | | |
| 4 | 7.714.946,2705 | 334.997,3421 | 64°39'51" | 18,65 | | | |
| 5 | 7.714.954,2494 | 335.014,1944 | 77°08'19" | 16,54 | | | |
| 6 | 7.714.957,9305 | 335.030,3165 | 92°08'48" | 25,21 | | | |

| ÁREA 50 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.915,5030 | 334.927,6175 | 254°16'56" | 110,50 | | | 611,35 |
| 2 | 7.714.885,5685 | 334.821,2481 | 61°47'29" | 36,76 | | | |
| 3 | 7.714.902,9459 | 334.853,6451 | 75°50'42" | 58,18 | | | |
| 4 | 7.714.917,1733 | 334.910,0579 | 95°26'01" | 17,64 | | | |

| ÁREA 51 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.828,4912 | 334.704,2423 | Arco | - | 305,00 | 23,97 | 2.467,74 |
| 2 | 7.714.812,9597 | 334.685,9873 | Arco | - | 343,39 | 9,41 | |
| 3 | 7.714.806,4880 | 334.679,1599 | Arco | - | 453,27 | 9,41 | |
| 4 | 7.714.799,8482 | 334.672,4855 | Arco | - | 1.057,94 | 18,82 | |
| 5 | 7.714.786,2928 | 334.659,4330 | 223°34'23" | 171,38 | | | |
| 6 | 7.714.662,1277 | 334.541,3030 | Arco | - | 590,55 | 57,96 | |
| 7 | 7.714.622,1590 | 334.499,3537 | 40°05'20" | 135,13 | | | |
| 8 | 7.714.725,5397 | 334.586,3739 | 42°59'01" | 116,26 | | | |
| 9 | 7.714.810,5880 | 334.665,6371 | 65°07'14" | 42,55 | | | |

| ÁREA 52 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.464,1917 | 334.259,7225 | 237°59'37" | 156,20 | | | 481,73 |
| 2 | 7.714.381,4016 | 334.127,2640 | 55°23'05" | 122,45 | | | |
| 3 | 7.714.450,9603 | 334.228,0380 | 62°13'32" | 30,38 | | | |
| 4 | 7.714.465,1191 | 334.254,9216 | 100°56'00" | 4,89 | | | |

| ÁREA 53 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.362,2576 | 334.096,6348 | 237°59'37" | 62,96 | | | 4.026,32 |
| 2 | 7.714.328,8903 | 334.043,2493 | Arco | - | 243,52 | 128,29 | |
| 3 | 7.714.291,9951 | 333.921,9269 | 268°45'18" | 19,84 | | | |
| 4 | 7.714.291,5640 | 333.902,0926 | 63°28'22" | 46,12 | | | |
| 5 | 7.714.312,1604 | 333.943,3536 | 68°09'34" | 67,86 | | | |
| 6 | 7.714.337,4042 | 334.006,3386 | 61°43'20" | 68,30 | | | |
| 7 | 7.714.369,7606 | 334.066,4866 | 103°58'31" | 31,07 | | | |

| ÁREA 54 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.446,5305 | 333.106,8923 | 287°25'32" | 198,97 | | | 6.365,43 |
| 2 | 7.714.506,1158 | 332.917,0529 | Arco | - | 927,22 | 87,85 | |
| 3 | 7.714.528,4175 | 332.832,1115 | 281°59'49" | 195,45 | | | |
| 4 | 7.714.569,0429 | 332.640,9331 | 91°49'38" | 75,04 | | | |
| 5 | 7.714.566,6504 | 332.715,9304 | 99°20'22" | 122,87 | | | |
| 6 | 7.714.546,7117 | 332.837,1670 | 105°17'30" | 92,27 | | | |
| 7 | 7.714.522,3773 | 332.926,1689 | 110°08'23" | 108,91 | | | |
| 8 | 7.714.484,8790 | 333.028,4187 | 116°02'38" | 87,34 | | | |

| ÁREA 55 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.640,2233 | 332.094,5219 | 283°49'40" | 7,34 | | | 71,13 |
| 2 | 7.714.641,9769 | 332.087,3973 | 290°58'39" | 26,68 | | | |
| 3 | 7.714.651,5296 | 332.062,4823 | 298°48'08" | 21,32 | | | |
| 4 | 7.714.661,8026 | 332.043,7976 | 113°02'46" | 55,12 | | | |

| ÁREA 56 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.293,0995 | 330.764,9850 | 293°03'27" | 395,30 | | | 9.190,76 |
| 2 | 7.715.447,9190 | 330.401,2684 | Arco | - | 2.088,84 | 91,13 | |
| 3 | 7.715.485,4276 | 330.318,2242 | 79°05'02" | 21,26 | | | |
| 4 | 7.715.489,4545 | 330.339,1037 | 92°22'57" | 28,38 | | | |
| 5 | 7.715.488,2749 | 330.367,4554 | 112°27'16" | 172,91 | | | |
| 6 | 7.715.422,2305 | 330.527,2591 | 126°36'04" | 24,36 | | | |
| 7 | 7.715.407,7069 | 330.546,8144 | 111°31'52" | 74,93 | | | |
| 8 | 7.715.380,2082 | 330.616,5131 | 118°32'20" | 118,01 | | | |
| 9 | 7.715.323,8293 | 330.720,1823 | 124°26'45" | 54,33 | | | |

| ÁREA 57 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.514,5101 | 330.259,7727 | 297°31'27" | 152,71 | | | 3.819,71 |
| 2 | 7.715.585,0795 | 330.124,3492 | 50°35'30" | 23,74 | | | |
| 3 | 7.715.600,1526 | 330.142,6940 | 102°19'11" | 32,58 | | | |
| 4 | 7.715.593,2003 | 330.174,5276 | 117°03'57" | 56,28 | | | |
| 5 | 7.715.567,5904 | 330.224,6473 | 130°42'32" | 36,38 | | | |
| 6 | 7.715.543,8606 | 330.252,2270 | 165°34'55" | 30,31 | | | |

| ÁREA 58 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.650,2194 | 329.034,0568 | 219°13'29" | 8,54 | | | 439,15 |
| 2 | 7.715.643,6070 | 329.028,6591 | 243°36'21" | 20,06 | | | |
| 3 | 7.715.634,6900 | 329.010,6915 | 236°15'23" | 34,82 | | | |
| 4 | 7.715.615,3472 | 328.981,7360 | 227°27'13" | 37,13 | | | |
| 5 | 7.715.590,2426 | 328.954,3837 | 230°47'59" | 15,70 | | | |
| 6 | 7.715.580,3214 | 328.942,2193 | Arco | - | 213,00 | 116,87 | |

| ÁREA 59 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.715.168,6114 | 328.581,6533 | 211°36'08" | 60,51 | | | 8.756,73 |
| 2 | 7.715.117,0755 | 328.549,9453 | 193°23'56" | 182,16 | | | |
| 3 | 7.714.939,8775 | 328.507,7345 | 205°15'16" | 136,13 | | | |
| 4 | 7.714.816,7547 | 328.449,6542 | 209°58'20" | 133,49 | | | |
| 5 | 7.714.701,1179 | 328.382,9663 | 222°42'26" | 43,25 | | | |
| 6 | 7.714.669,3385 | 328.353,6336 | Arco | - | 240,00 | 72,69 | |
| 7 | 7.714.730,0259 | 328.393,1420 | 22°22'07" | 42,06 | | | |
| 8 | 7.714.768,9242 | 328.409,1499 | 20°54'29" | 349,41 | | | |
| 9 | 7.715.095,3300 | 328.533,8442 | Arco | - | 206,81 | 88,16 | |

| ÁREA 60 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.071,8263 | 327.644,2913 | 224°17'42" | 11,12 | | | 5.197,60 |
| 2 | 7.714.063,8693 | 327.636,5277 | 225°05'14" | 13,01 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 7.714.054,6832 | 327.627,3137 | 225°05'14" | 13,01 | | |
| 4 | 7.714.045,4972 | 327.618,0997 | 228°20'59" | 6,54 | | |
| 5 | 7.714.041,1510 | 327.613,2131 | 229°53'52" | 13,04 | | |
| 6 | 7.714.032,7510 | 327.603,2385 | Arco | - | 111,15 | 60,70 |
| 7 | 7.714.010,4462 | 327.547,5971 | 263°50'53" | 6,54 | | |
| 8 | 7.714.009,7452 | 327.541,0939 | 265°36'08" | 6,54 | | |
| 9 | 7.714.009,2437 | 327.534,5723 | 266°55'15" | 6,52 | | |
| 10 | 7.714.008,8936 | 327.528,0641 | 267°51'05" | 6,52 | | |
| 11 | 7.714.008,6492 | 327.521,5511 | 268°35'29" | 12,99 | | |
| 12 | 7.714.008,3299 | 327.508,5653 | 268°46'47" | 135,06 | | |
| 13 | 7.714.005,4536 | 327.373,5362 | 55°10'25" | 23,48 | | |
| 14 | 7.714.018,8643 | 327.392,8128 | 74°33'28" | 18,67 | | |
| 15 | 7.714.023,8343 | 327.410,8045 | 86°39'15" | 22,64 | | |
| 16 | 7.714.025,1559 | 327.433,4100 | 104°30'35" | 35,62 | | |
| 17 | 7.714.016,2309 | 327.467,8965 | 74°57'52" | 33,18 | | |
| 18 | 7.714.024,8385 | 327.499,9405 | 70°03'10" | 44,43 | | |
| 19 | 7.714.039,9968 | 327.541,7074 | 72°45'43" | 107,41 | | |

ÁREA 61

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.714.004,4636 | 327.327,0610 | 268°46'47" | 99,16 | | | 695,30 |
| 2 | 7.714.002,3518 | 327.227,9215 | Arco | - | 645,85 | 31,41 | |
| 3 | 7.714.000,9196 | 327.196,5463 | 79°19'15" | 65,67 | | | |
| 4 | 7.714.013,0894 | 327.261,0827 | 89°33'04" | 12,55 | | | |
| 5 | 7.714.013,1877 | 327.273,6285 | 99°16'23" | 54,14 | | | |

ÁREA 62

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m)) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.713.993,3127 | 327.133,1372 | Arco | - | 645,85 | 88,47 | 284,18 |
| 2 | 7.713.972,5286 | 327.047,2186 | 59°18'20" | 19,89 | | | |
| 3 | 7.713.982,6797 | 327.064,3186 | 75°07'35" | 22,72 | | | |
| 4 | 7.713.988,5125 | 327.086,2804 | 80°42'28" | 22,00 | | | |
| 5 | 7.713.992,0640 | 327.107,9869 | 87°09'28" | 25,18 | | | |

ÁREA 63

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.713.743,4202 | 326.734,2584 | Arco | - | 920,50 | 37,01 | 18.918,44 |
| 2 | 7.713.707,2228 | 326.726,5698 | 191°16'23" | 111,96 | | | |
| 3 | 7.713.597,4198 | 326.704,6826 | 191°47'07" | 102,04 | | | |
| 4 | 7.713.497,5266 | 326.683,8406 | 192°17'51" | 99,25 | | | |
| 5 | 7.713.400,5547 | 326.662,7019 | Arco | - | 579,02 | 111,30 | |
| 6 | 7.713.294,7468 | 326.628,7220 | 203°18'40" | 94,01 | | | |
| 7 | 7.713.208,4142 | 326.591,5215 | Arco | - | 275,75 | 114,48 | |
| 8 | 7.713.097,0072 | 326.569,0217 | 179°31'29" | 114,14 | | | |
| 9 | 7.712.982,8667 | 326.569,9687 | Arco | - | 214,90 | 124,17 | |
| 10 | 7.712.865,2090 | 326.536,0599 | 212°37'45" | 182,94 | | | |
| 11 | 7.712.711,1439 | 326.437,4206 | 17°38'00" | 25,79 | | | |
| 12 | 7.712.735,7257 | 326.445,2341 | 30°58'45" | 188,13 | | | |
| 13 | 7.712.897,0166 | 326.542,0671 | 15°14'35" | 68,09 | | | |
| 14 | 7.712.962,7092 | 326.559,9683 | 359°39'23" | 158,86 | | | |
| 15 | 7.713.121,5635 | 326.559,0155 | 15°36'13" | 121,81 | | | |
| 16 | 7.713.238,8813 | 326.591,7788 | 14°31'15" | 243,32 | | | |
| 17 | 7.713.474,4236 | 326.652,7852 | 0°14'37" | 31,69 | | | |
| 18 | 7.713.506,1171 | 326.652,9199 | 11°46'38" | 160,91 | | | |
| 19 | 7.713.663,6393 | 326.685,7630 | 24°21'14" | 85,71 | | | |
| 20 | 7.713.741,7234 | 326.721,1076 | 82°38'53" | 13,26 | | | |

ÁREA 64

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.712.275,6859 | 326.318,9456 | 137°28'08" | 31,68 | | | 2.952,04 |
| 2 | 7.712.252,3409 | 326.340,3607 | 189°53'17" | 41,74 | | | |
| 3 | 7.712.211,2184 | 326.333,1926 | 204°09'53" | 43,89 | | | |
| 4 | 7.712.171,1746 | 326.315,2259 | 212°11'38" | 39,99 | | | |
| 5 | 7.712.137,3293 | 326.293,9174 | 5°22'13" | 57,87 | | | |
| 6 | 7.712.194,9472 | 326.299,3339 | Arco | - | 288,38 | 83,38 | |

ÁREA 65

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.774,4194 | 325.772,6341 | 229°30'25" | 68,61 | | | 18.706,47 |
| 2 | 7.711.729,8703 | 325.720,4609 | 238°11'07" | 99,56 | | | |
| 3 | 7.711.677,3823 | 325.635,8553 | 163°43'47" | 30,68 | | | |
| 4 | 7.711.647,9304 | 325.644,4511 | 204°52'33" | 32,88 | | | |
| 5 | 7.711.618,1049 | 325.630,6218 | 230°20'01" | 73,36 | | | |
| 6 | 7.711.571,2748 | 325.574,1474 | 271°47'39" | 33,84 | | | |
| 7 | 7.711.572,3344 | 325.540,3211 | 307°57'59" | 32,92 | | | |
| 8 | 7.711.592,5841 | 325.514,3713 | 269°27'48" | 15,83 | | | |
| 9 | 7.711.592,4359 | 325.498,5459 | 245°03'41" | 130,30 | | | |
| 10 | 7.711.537,4936 | 325.380,3921 | 213°42'01" | 8,04 | | | |
| 11 | 7.711.530,8034 | 325.375,9302 | 146°36'02" | 78,71 | | | |
| 12 | 7.711.465,0898 | 325.419,2595 | 236°03'35" | 12,41 | | | |
| 13 | 7.711.458,1622 | 325.408,9658 | 326°04'57" | 10,92 | | | |
| 14 | 7.711.467,2280 | 325.402,8698 | 236°10'19" | 19,74 | | | |
| 15 | 7.711.456,2358 | 325.386,4675 | 325°46'47" | 83,51 | | | |
| 16 | 7.711.525,2914 | 325.339,5016 | 356°06'27" | 9,96 | | | |
| 17 | 7.711.535,2329 | 325.338,8252 | 61°07'45" | 495,38 | | | |

ÁREA 66

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.763,0458 | 325.586,3180 | 241°07'45" | 172,23 | | | 6.578,77 |
| 2 | 7.711.679,8872 | 325.435,4946 | 344°23'14" | 21,27 | | | |
| 3 | 7.711.700,3709 | 325.429,7706 | 27°29'42" | 18,63 | | | |
| 4 | 7.711.716,9008 | 325.438,3737 | 72°11'16" | 16,44 | | | |
| 5 | 7.711.721,9297 | 325.454,0254 | 36°18'16" | 21,76 | | | |
| 6 | 7.711.739,4688 | 325.466,9113 | 48°13'16" | 72,45 | | | |
| 7 | 7.711.787,7366 | 325.520,9361 | 77°44'16" | 18,57 | | | |
| 8 | 7.711.791,6799 | 325.539,0790 | 97°11'41" | 14,21 | | | |
| 9 | 7.711.789,9004 | 325.553,1751 | 118°33'32" | 21,70 | | | |
| 10 | 7.711.779,5251 | 325.572,2374 | 129°29'43" | 12,83 | | | |
| 11 | 7.711.771,3680 | 325.582,1343 | 153°18'39" | 9,31 | | | |

ÁREA 67

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m)) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.008,1362 | 324.715,5563 | 199°48'24" | 21,41 | | | 244,31 |
| 2 | 7.710.987,9944 | 324.708,3021 | 242°48'29" | 16,80 | | | |
| 3 | 7.710.980,3158 | 324.693,3561 | 3°11'46" | 5,97 | | | |
| 4 | 7.710.986,2751 | 324.693,6888 | 2°22'59" | 6,07 | | | |
| 5 | 7.710.992,3363 | 324.693,9411 | Arco | - | 471,64 | 26,78 | |

ÁREA 68

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.001,6860 | 323.708,9590 | 305°08'03" | 34,84 | | | 748,53 |
| 2 | 7.711.021,7348 | 323.680,4686 | 312°20'13" | 70,90 | | | |
| 3 | 7.711.069,4834 | 323.628,0613 | 327°45'00" | 36,83 | | | |
| 4 | 7.711.100,6313 | 323.608,4085 | 134°32'20" | 141,07 | | | |

ÁREA 69

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.102,5416 | 323.606,4671 | 298°39'18" | 70,16 | | | 6.472,89 |
| 2 | 7.711.136,1858 | 323.544,9004 | 306°35'42" | 63,72 | | | |
| 3 | 7.711.174,1718 | 323.493,7429 | 332°02'05" | 26,78 | | | |
| 4 | 7.711.197,8260 | 323.481,1842 | 305°53'31" | 95,81 | | | |
| 5 | 7.711.253,9973 | 323.403,5637 | 290°23'54" | 49,71 | | | |
| 6 | 7.711.271,3234 | 323.356,9713 | 301°17'10" | 37,00 | | | |
| 7 | 7.711.290,5356 | 323.325,3555 | Arco | - | 215,20 | 169,22 | |
| 8 | 7.711.228,7314 | 323.478,2301 | 134°32'20" | 179,91 | | | |

ÁREA 70

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.250,0230 | 323.153,0924 | 160°44'24" | 3,38 | | | 346,28 |
| 2 | 7.711.246,8291 | 323.154,2084 | 253°24'48" | 85,12 | | | |
| 3 | 7.711.222,5303 | 323.072,6304 | 343°03'36" | 4,76 | | | |
| 4 | 7.711.227,0881 | 323.071,2422 | 74°20'48" | 85,00 | | | |

ÁREA 71

| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.219,5300 | 323.044,2689 | 175°58'53" | 9,28 | | | 21.821,44 |
| 2 | 7.711.210,2732 | 323.044,9193 | 224°13'15" | 16,55 | | | |
| 3 | 7.711.198,4127 | 323.033,3770 | 237°06'13" | 32,71 | | | |
| 4 | 7.711.180,6448 | 323.005,9082 | 211°07'57" | 23,21 | | | |
| 5 | 7.711.160,7780 | 322.993,9084 | 175°10'18" | 35,68 | | | |
| 6 | 7.711.125,2210 | 322.996,9119 | 202°24'32" | 40,23 | | | |
| 7 | 7.711.088,0304 | 322.981,5763 | 225°21'30" | 47,71 | | | |
| 8 | 7.711.054,5034 | 322.947,6274 | 259°11'26" | 55,28 | | | |
| 9 | 7.711.044,1361 | 322.893,3291 | 288°18'30" | 50,71 | | | |
| 10 | 7.711.060,0666 | 322.845,1831 | 322°38'47" | 30,88 | | | |
| 11 | 7.711.084,6139 | 322.826,4466 | 342°58'59" | 22,20 | | | |
| 12 | 7.711.105,8430 | 322.819,9494 | 345°50'17" | 41,47 | | | |
| 13 | 7.711.146,0518 | 322.809,8034 | Arco | - | 886,43 | 17,07 | |
| 14 | 7.711.151,6749 | 322.825,9210 | 70°12'55" | 54,04 | | | |
| 15 | 7.711.169,9677 | 322.876,7738 | Arco | - | 974,18 | 70,25 | |
| 16 | 7.711.191,3423 | 322.943,6729 | 74°20'48" | 104,47 | | | |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| ÁREA 72 | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PTS. | COORDENADAS UTM | | AZIMUTE | DIST.(m) | RAIO | ARCO (m) | ÁREA DA POLIGONAL DE DUP (m²) |
| | N | E | | | | | |
| 1 | 7.711.281,8842 | 322.975,6650 | Arco | - | 1.054,18 | 131,28 | 31.684,43 |
| 2 | 7.711.245,2454 | 322.849,6949 | 250°12'55" | 54,04 | | | |
| 3 | 7.711.226,9524 | 322.798,8413 | Arco | - | 806,43 | 62,69 | |
| 4 | 7.711.208,0453 | 322.739,0852 | 254°40'10" | 18,33 | | | |
| 5 | 7.711.203,1985 | 322.721,4052 | 23°01'01" | 22,29 | | | |
| 6 | 7.711.223,7154 | 322.730,1212 | 343°06'39" | 39,89 | | | |
| 7 | 7.711.261,8826 | 322.718,5330 | 329°49'14" | 28,64 | | | |
| 8 | 7.711.286,6421 | 322.704,1345 | 314°44'27" | 31,31 | | | |
| 9 | 7.711.308,6812 | 322.681,8950 | 292°48'20" | 24,20 | | | |
| 10 | 7.711.318,0612 | 322.659,5869 | 271°56'25" | 55,82 | | | |
| 11 | 7.711.319,9510 | 322.603,7975 | 1°57'05" | 19,40 | | | |
| 12 | 7.711.339,3388 | 322.604,4581 | 5°12'54" | 21,12 | | | |
| 13 | 7.711.360,3689 | 322.606,3775 | 93°36'44" | 41,51 | | | |
| 14 | 7.711.357,7534 | 322.647,8083 | 98°20'42" | 32,44 | | | |
| 15 | 7.711.353,0448 | 322.679,9080 | 115°08'55" | 32,06 | | | |
| 16 | 7.711.339,4221 | 322.708,9254 | 131°53'48" | 20,20 | | | |
| 17 | 7.711.325,9297 | 322.723,9646 | 108°36'58" | 28,66 | | | |
| 18 | 7.711.316,7796 | 322.751,1284 | 111°37'42" | 9,98 | | | |
| 19 | 7.711.313,0997 | 322.760,4092 | 63°42'52" | 22,40 | | | |
| 20 | 7.711.323,0201 | 322.780,4943 | 29°40'17" | 42,40 | | | |
| 21 | 7.711.359,8569 | 322.801,4813 | 43°34'22" | 23,57 | | | |
| 22 | 7.711.376,9328 | 322.817,7269 | 71°54'18" | 26,07 | | | |
| 23 | 7.711.385,0286 | 322.842,5032 | 90°00'00" | 16,62 | | | |
| 24 | 7.711.385,0286 | 322.859,1246 | 99°57'11" | 25,39 | | | |
| 25 | 7.711.380,6398 | 322.884,1346 | 123°39'54" | 45,01 | | | |
| 26 | 7.711.355,6877 | 322.921,5982 | 137°25'58" | 25,88 | | | |
| 27 | 7.711.336,6271 | 322.939,1053 | 146°15'48" | 65,83 | | | |
| ÁREA TOTAL (m²) | | | | | | | 337.003,43 |

Art. 2º Fica a ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias à execução da obra referenciada pelo art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A ECO101 fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, e não terá eficácia sobre bens de propriedade de Estados e Municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no art. 1º.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 303, DE 30 DE MAIO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 152, de 24 de maio de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.379715/2018-67, delibera:

Art. 1º Conceder anuência prévia para a operação de transferência de controle societário da VIAÇÃO MOTTA LTDA. para a 4S PARTICIPAÇÕES LTDA., nos termos apresentados.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

**DELIBERAÇÃO Nº 304, DE 30 DE MAIO DE 2018**

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 150, de 30 de maio de 2018, no que consta dos Processos nºs 50505.064344/2017-91, 50500.053408/2018-59 e 50500.401214/2017-93;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 17 do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2015, firmado com a ECOPONTE - Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.757, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova a 3ª Revisão Extraordinária e Reajuste da TBP;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018; e

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em cumprimento à Portaria DG/ANTT nº 467, de 21 de setembro de 2015, delibera:

Art. 1º Aprovar a 2ª Revisão Ordinária, 4ª Revisão Extraordinária e o Reajuste, que alteram a Tarifa de Pedágio, baseadas nos seguintes itens:

I - Alteração da Tarifa Básica de Pedágio de R$ 3,31524 para R$ 3,35106;

II - Aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,31244, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 2,61% (dois inteiros e sessenta e um centésimos percentuais), correspondente à variação do IPCA no período; e

III - Consideração do Fator C negativo de R$ 0,09943 na Tarifa de Pedágio;

Art. 2º Alterar, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 4,10673 para R$ 4,29042.

Art. 3º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa de Pedágio reajustada após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) para R$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos), na praça de pedágio.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 5 de junho de 2018.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

| Categoria de Veículos | Tipo de Veiculo | Número de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa | Valores a serem Praticados (R$) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Automóvel, caminhonete e furgão | 2 | Simples | 1 | 4,30 |
| 2 | Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão | 2 | Dupla | 2 | 8,60 |
| 3 | Automóvel e caminhonete com semi-reboque | 3 | Simples | 1,5 | 6,45 |
| 4 | Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus | 3 | Dupla | 3 | 12,90 |
| 5 | Automóvel e caminhonete com Reboque | 4 | Simples | 2 | 8,60 |
| 6 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 4 | Dupla | 4 | 17,20 |
| 7 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 5 | Dupla | 5 | 21,50 |
| 8 | Caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque | 6 | Dupla | 6 | 25,80 |
| 9 | Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas | 2 | Simples | 0,5 | 2,15 |

## SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

**RETIFICAÇÃO**

No art. 1º da Portaria nº 74, de 19.4.2018, disponibilizada no site www.antt.gov.br e publicada no DOU nº 79, seção 1, de 25.4.2018, pág. 95. Onde se lê: "... Município de Paraíba do Sul/RJ..."; leia-se: "... Município de Três Rios/RJ..."

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 90, de 11.5.2018, disponibilizada no site www.antt.gov.br e publicada no DOU nº 92, seção 1, de 15.5.2018, pág. 71. Onde se lê: "...no Município de Cachoeira..."; leia-se: "... no Município de Carmo da Cachoeira..."

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

**PORTARIA Nº 47, DE 1º DE JUNHO DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentado no processo nº 50500.142313/2018-17, e considerando os termos da Resolução nº 5.818, de 03/05/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Trens Urbanos do Recife - CBTU-STU/REC, nos seguintes termos:

OBJETO: passeio turístico a ser realizado nos dias 02, 03, 09, 10, 16, 23, 24 e 30 de junho de 2018, das 15 h às 22 h.

TRECHO: percurso de aproximadamente 33,5 km, localizado na malha concedida à FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., entre o Pátio de Cinco Pontas e a Estação do Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco.

FORMA: de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela CBTU-STU/REC e a concessionária FTL, aprovadas pela SUFER/ANTT, devendo ser cumpridas as seguintes determinações:

I - Os trens deverão respeitar o limite máximo de velocidade de 17 (dezessete) km/h, reduzindo-a para 05 (cinco) km/h nas passagens em nível e nos locais nos quais se verifique a presença de pessoas na faixa de domínio;

II - As passagens em nível devem ter um esquema especial de isolamento, com apoio do Batalhão de Trânsito, que impeça a circulação de automóveis e pedestres por ocasião da passagem do trem. Especial atenção deve ser dada às passagens "clandestinas", por serem desprovidas de qualquer tipo de sinalização;

III - A circulação deverá ocorrer também com especial atenção e velocidade reduzida entre os km 23 a 25 do ramal de Cinco Pontas, devido às invasões da faixa de domínio e da faixa de segurança. Mesmo tratamento deverá ser dado a partir de Cajueiro Seco, em decorrência da existência de travessias clandestinas de pedestres, especialmente entre Santo Inácio e Cabo de Santo Agostinho;

IV - A CBTU deverá manter equipes de socorro de prontidão na via permanente acompanhando a composição em todo trecho;

V - A CBTU deverá executar, sob sua responsabilidade, toda a operação e o licenciamento da composição, valendo-se do apoio constante e anuência da FTL;

VI - Nos dias e horários de cada viagem do evento, a CBTU-STU/REC e a concessionária FTL deverão suspender a circulação e todas as manobras das demais composições ferroviárias, no trecho a ser percorrido pelo trem comemorativo.

Art. 2º A CBTU-STU/REC e a concessionária FTL ficam submetidas às normas e aos regulamentos atinentes ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução nº 359, de 26/11/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO PAULO DE SOUZA

# Ministério Extraordinário da Segurança Pública

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### DIRETORIA EXECUTIVA

### COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

**ALVARÁ Nº 2.807, DE 22 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21405 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.865.761/0002-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 802/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**ALVARÁ Nº 2.856, DE 24 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23497 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEFIX EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.277.344/0001-94, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

16 (dezesseis) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.587, DE 9 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/27124 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO DO CONDOMINIO DO SHOPPING PARQUE DAS BANDEIRAS, CNPJ nº 16.904.176/0001-08 para atuar em São Paulo.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.943, DE 29 DE MAIO DE 2018**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19659 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COUTO SEGURANCA E VIGILANCIA - EIRELI, CNPJ nº 03.670.760/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 714/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

**ALVARÁ Nº 2.900, DE 25 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/33024 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0001-45, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Munições calibre 38

1000 (uma mil) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

4643 (quatro mil e seiscentos e quarenta e três) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.927, DE 28 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/38842 - DPF/GOY/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEMEAR SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.360.246/0001-86, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.937, DE 29 DE MAIO DE 2018**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/107379 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa G.I EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.473.476/0003-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 952/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

**ALVARÁ Nº 2.902, DE 25 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/35486 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE SEGURANÇA MARINGÁ LTDA, CNPJ nº 07.258.384/0001-96, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

8 (oito) Revólveres calibre 38

89888 (oitenta e nove mil e oitocentas e oitenta e oito) Espoletas calibre 38

1000 (um mil) Estojos calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Gramas de pólvora

89888 (oitenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.910, DE 25 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/33899 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CETRAL-CENTRO DE TREINAMENTO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 24.596.876/0001-00, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

24920 (vinte e quatro mil e novecentas e vinte) Munições calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.929, DE 28 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/32414 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa K2 CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 24.188.570/0001-15, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2444 (duas mil e quatrocentas e quarenta e quatro) Munições calibre 12

20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38

2000 (dois mil) Estojos calibre 38

8000 (oito mil) Gramas de pólvora

20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38

12000 (doze mil) Espoletas calibre .380

1000 (um mil) Estojos calibre .380

12000 (doze mil) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

**ALVARÁ Nº 2.946, DE 29 DE MAIO DE 2018**

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21673 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIGITAL SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 12.283.174/0003-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1013/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

**ALVARÁ Nº 2.901, DE 25 DE MAIO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/33032 - DPF/IJI/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa REFUGIO - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA FÍSICA E PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 85.262.277/0003-07, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre .380

1000 (uma mil) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

# Ministério Público da União

## ATOS DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA

**PORTARIA Nº 49, DE 30 DE MAIO DE 2018**

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 54 e no § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar públicos os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao 1º quadrimestre de 2018, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] |
| | MAI/17 | JUN/17 | JUL/17 | AGO/17 | SET/17 | OUT/17 | NOV/17 | DEZ/17 | JAN/18 | FEV/18 | MAR/18 | ABR/18 | TOTAL (Últimos 12 Meses) (a) | (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 321.769.039,78 | 338.541.205,33 | 329.127.987,68 | 329.493.941,45 | 332.412.598,70 | 331.449.335,33 | 340.471.005,61 | 641.012.300,70 | 520.431.346,41 | 341.168.495,26 | 340.561.877,47 | 338.951.402,58 | 4.505.390.536,30 | 8.388.198,01 |
| Pessoal Ativo | 276.057.670,31 | 292.300.995,15 | 283.088.052,26 | 283.171.073,73 | 285.845.777,64 | 284.718.630,00 | 293.342.592,63 | 519.998.461,84 | 448.980.113,76 | 293.214.695,16 | 292.393.251,79 | 290.630.169,88 | 3.843.741.484,15 | 6.746.667,53 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 233.728.671,09 | 249.197.395,76 | 239.898.632,97 | 239.885.223,95 | 242.541.623,93 | 241.398.994,65 | 248.016.324,67 | 430.704.040,18 | 404.133.493,54 | 248.616.520,87 | 247.476.554,87 | 246.164.383,09 | 3.271.761.859,57 | 6.063.443,69 |
| Obrigações Patronais | 42.327.703,79 | 43.102.303,96 | 43.188.123,86 | 43.284.554,35 | 43.302.858,28 | 43.318.339,92 | 45.294.182,21 | 89.292.189,23 | 44.844.387,79 | 44.595.941,86 | 44.883.457,09 | 44.437.196,10 | 571.871.238,44 | 683.223,84 |
| Benefícios Previdenciários | 1.295,43 | 1.295,43 | 1.295,43 | 1.295,43 | 1.295,43 | 1.295,43 | 32.085,75 | 2.232,43 | 2.232,43 | 2.232,43 | 33.239,83 | 28.590,69 | 108.386,14 | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 45.711.369,47 | 46.240.210,18 | 46.039.935,42 | 46.322.867,72 | 46.566.821,06 | 46.730.705,33 | 47.128.412,98 | 121.013.838,86 | 71.451.232,65 | 47.953.800,10 | 48.168.625,68 | 48.321.232,70 | 661.649.052,15 | 1.641.530,48 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 35.063.980,33 | 35.691.598,95 | 35.241.961,21 | 35.538.565,45 | 35.869.543,94 | 35.913.591,00 | 36.649.674,66 | 94.280.877,57 | 54.987.313,58 | 36.901.138,42 | 37.177.405,37 | 37.349.927,01 | 510.665.577,49 | 1.007.179,69 |
| Pensões | 10.647.389,14 | 10.548.611,23 | 10.797.974,21 | 10.784.302,27 | 10.697.277,12 | 10.817.114,33 | 10.478.738,32 | 26.732.961,29 | 16.463.919,07 | 11.052.661,68 | 10.991.220,31 | 10.971.305,69 | 150.983.474,66 | 634.350,79 |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 45.722.901,72 | 46.273.319,11 | 46.039.935,42 | 46.322.867,72 | 46.945.368,00 | 46.730.705,33 | 47.128.412,98 | 85.557.228,20 | 71.476.293,86 | 48.037.981,14 | 48.208.412,86 | 48.321.232,70 | 626.764.659,04 | 104.198,25 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | 11.532,25 | 33.108,93 | | | 378.546,94 | | | 73.925.929,64 | 25.061,21 | 84.181,04 | 39.787,18 | | 74.498.147,19 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 45.711.369,47 | 46.240.210,18 | 46.039.935,42 | 46.322.867,72 | 46.566.821,06 | 46.730.705,33 | 47.128.412,98 | 11.631.298,56 | 71.451.232,65 | 47.953.800,10 | 48.168.625,68 | 48.321.232,70 | 552.266.511,85 | 104.198,25 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 276.046.138,06 | 292.267.886,22 | 283.088.052,26 | 283.171.073,73 | 285.467.230,70 | 284.718.630,00 | 293.342.592,63 | 555.455.072,50 | 448.955.052,55 | 293.130.514,12 | 292.353.464,61 | 290.630.169,88 | 3.878.625.877,26 | 8.283.999,76 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2] | 743.632.072.000,00 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 3.886.909.877,02 | 0,52 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 4.461.792.432,00 | 0,60 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 4.238.702.810,40 | 0,57 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 4.015.613.188,80 | 0,54 |

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 21/maio/2018 e hora de emissão 15h e 30m.

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

Nota: Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da República

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS | | | | | | | | | | | | | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | MAI/17 | JUN/17 | JUL/17 | AGO/17 | SET/17 | OUT/17 | NOV/17 | DEZ/17 | JAN/18 | FEV/18 | MAR/18 | ABR/18 | TOTAL (Últimos 12 Meses) (a) | |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 47.918.168,23 | 50.952.025,87 | 50.875.363,03 | 49.919.422,22 | 49.828.300,78 | 50.003.808,60 | 50.678.359,59 | 112.813.356,46 | 79.795.726,20 | 52.122.471,85 | 51.553.939,66 | 51.267.296,43 | 697.728.238,92 | 578.300,84 |
| Pessoal Ativo | 42.251.396,61 | 45.277.034,67 | 45.119.476,83 | 44.146.445,76 | 43.887.315,49 | 44.137.264,92 | 44.755.183,97 | 92.744.037,06 | 70.772.649,69 | 46.108.973,83 | 45.529.052,49 | 45.280.409,03 | 610.009.240,35 | 553.636,59 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 35.872.112,42 | 38.735.701,12 | 38.524.064,30 | 37.558.544,31 | 37.392.789,75 | 37.670.883,89 | 38.086.580,58 | 78.786.677,04 | 64.118.046,00 | 39.464.224,56 | 38.901.686,01 | 38.660.273,95 | 523.771.583,93 | 453.800,48 |
| Obrigações Patronais | 6.379.284,19 | 6.541.333,55 | 6.595.412,53 | 6.587.901,45 | 6.494.525,74 | 6.466.381,03 | 6.668.603,39 | 13.957.360,02 | 6.654.603,69 | 6.644.749,27 | 6.627.366,48 | 6.620.135,08 | 86.237.656,42 | 99.836,11 |
| Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 5.666.771,62 | 5.674.991,20 | 5.755.886,20 | 5.772.976,46 | 5.940.985,29 | 5.866.543,68 | 5.923.175,62 | 20.069.319,40 | 9.023.076,51 | 6.013.498,02 | 6.024.887,17 | 5.986.887,40 | 87.718.998,57 | 24.664,25 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 4.311.471,18 | 4.299.971,63 | 4.288.779,77 | 4.356.632,03 | 4.415.553,67 | 4.428.591,78 | 4.480.605,30 | 15.478.959,00 | 6.865.990,60 | 4.580.089,19 | 4.568.511,98 | 4.568.138,17 | 66.643.294,30 | 24.664,25 |
| Pensões | 1.355.300,44 | 1.375.019,57 | 1.467.106,43 | 1.416.344,43 | 1.525.431,62 | 1.437.951,90 | 1.442.570,32 | 4.590.360,40 | 2.157.085,91 | 1.433.408,83 | 1.456.375,19 | 1.418.749,23 | 21.075.704,27 | |
| Outros Benefícios Previdenciários | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | | | | | | | | | | | | | | |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) | 5.666.771,62 | 5.674.991,20 | 5.756.738,75 | 5.772.976,46 | 5.940.985,29 | 5.866.543,68 | 5.923.175,62 | 25.778.487,95 | 9.023.076,51 | 6.013.498,02 | 6.024.887,17 | 5.986.887,40 | 93.429.019,67 | |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | | | | | | | | | | | | | | |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração | | | 852,55 | | | | | 22.584.504,30 | | | | | 22.585.356,85 | |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 5.666.771,62 | 5.674.991,20 | 5.755.886,20 | 5.772.976,46 | 5.940.985,29 | 5.866.543,68 | 5.923.175,62 | 3.193.983,65 | 9.023.076,51 | 6.013.498,02 | 6.024.887,17 | 5.986.887,40 | 70.843.662,82 | |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 42.251.396,61 | 45.277.034,67 | 45.118.624,28 | 44.146.445,76 | 43.887.315,49 | 44.137.264,92 | 44.755.183,97 | 87.034.868,51 | 70.772.649,69 | 46.108.973,83 | 45.529.052,49 | 45.280.409,03 | 604.299.219,25 | 578.300,84 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---|---|---|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) [2] | 743.632.072.000,00 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 604.877.520,09 | 0,0813 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF e Decreto nº 3.917/2001, com redação dada pelo Decreto nº 6.334/2007) | 684.141.506,24 | 0,0920 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 649.934.430,93 | 0,0874 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 615.727.355,62 | 0,0828 |

Fonte: Sistemas SIAFI e Tesouro Gerencial, Unidade Responsável AUDIN-MPU, Data de emissão 21/maio/2018 e hora de emissão 15h e 30m.

1 - Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

2 - Portaria STN nº 322, de 17/5/2018.

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS
Secretário-Geral

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
Auditor-Chefe

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Procuradora-Geral da República

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

### PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 307, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Titulo II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdade regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por RÔMULO SILVA GUEDES DE ARAÚJO, autuada sob o número 002055.2017.20.000/2, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a IRREGULARIDADES NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127), resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de LEIVAL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA. (CNPJ 16.198.632/0001-41, nome de fantasia Posto VB, localizado na Avenida Otávio Aciole Sobral, s/n, Zona Rural, Carmópolis/SE, CEP 49740-000). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

# Tribunal de Contas da União

## PLENÁRIO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 80, DE 23 DE MAIO DE 2018

Altera a Instrução Normativa - TCU nº 75, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos atinentes ao cálculo das quotas de participação, ao acompanhamento e à fiscalização da entrega dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal e legislação correlata.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando o poder regulamentar conferido pelo art. 3º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que autoriza a expedição de atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

Considerando o disposto no Capítulo Fiscalização, seção Objeto da Fiscalização, subseção Fiscalização das Transferências Constitucionais e Legais, do seu Regimento Interno, bem como o que consta no processo TC 023.266/2017-1, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa - TCU nº 75, de 9 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O cálculo das quotas dos recursos a que se refere o parágrafo único do art. 161 da Constituição Federal será feito com base na relação das populações por Estados e Municípios prevista no art. 102 da Lei nº 8.443, de 1992; nos dados de renda per capita mencionados no art. 5º da Lei Complementar nº 91, de 1997; nos valores de renda domiciliar per capita previstos no § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013; no valor total em dólares das exportações brasileiras de que trata o § 5º do art. 1º da Lei Complementar nº 61, de 1989, na proporção do ICMS que deixou de ser exigido em razão da não incidência de que trata o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 1991; na extensão da malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada Estado e no Distrito Federal; e no consumo, em cada Estado e no Distrito Federal, dos combustíveis a que a Cide se aplica, previstos no § 2º do art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 2001, com a redação dada pela Lei nº 10.866, de 2004, observando-se, para tanto, os critérios fixados pela legislação infraconstitucional vigente." (NR)

"Art. 5º Para a finalidade prevista no art. 2º da Lei Complementar nº 61, de 1989, o órgão encarregado do controle das exportações fornecerá ao Tribunal, de forma consolidada, até o dia 25 do mês de julho de cada ano, mediante transmissão eletrônica de dados, discriminado por unidade da federação e apurado na forma da lei, o valor total em dólares das exportações ocorridas nos doze meses antecedentes a primeiro de julho do ano imediatamente anterior ao da aplicação dos coeficientes de rateio, na proporção do ICMS que deixou de ser exigido em razão da não incidência de que trata o caput do art. 4º da Lei Complementar nº 65, de 1991, conforme os percentuais definidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)." (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 5º A Fundação IBGE encaminhará ao Tribunal, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e ao Banco do Brasil S.A, mediante transmissão eletrônica de dados, para os fins previstos no inciso II do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 143, de 2013:

I - até o dia 14 de cada mês, a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês equivalente ao mês corrente no ano de 2015 e o mês anterior ao corrente, que será utilizada nas distribuições do segundo e do terceiro decêndios do mês corrente e do primeiro decêndio do mês seguinte, exceto na distribuição do primeiro decêndio do mês de janeiro;

II - até o dia 20 do mês de dezembro de cada ano, a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, no período compreendido entre dezembro de 2014 e novembro do ano corrente, que será utilizada na distribuição do primeiro decêndio do mês de janeiro;

III - até o último dia útil de novembro de cada ano, a variação real anual do Produto Interno Bruto nacional definitivo divulgado no ano corrente, que será utilizada nas distribuições de todo o exercício seguinte." (NR)

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

## SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

## SECRETARIA DAS SESSÕES

### EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Plenário, de 06/06/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

012.859/2018-4
Natureza: Consulta
Consulente: Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

019.494/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Identidade preservada (art. 234, §2º do RITCU);
Interessados: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: João Luiz Noronha da Jornada e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Augusto Cesar Carvalho Barbosa de Souza, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Ministro BENJAMIN ZYMLER

004.571/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Willhelm Barbosa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí/PI
Representação legal: Mirela Mendes Moura Guerra (OAB/PI nº 3.401), representando o Município de Prata do Piauí/PI

005.354/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Gradux Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Teresina/PI
Representação legal: não há

006.603/2018-1
Natureza: Representação
Representante: Departamento Nacional de Auditoria do SUS
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Picos/PI, Associação Isac Batista e Centro de Reabilitação Santa Ana
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

010.138/2009-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - Dnit/MT
Responsáveis: Laércio Coelho Pina; Luiz Antônio Ehret Garcia; Orlando Fanaia Machado; Orlando Monteiro da Silva; Rui Barbosa Egual; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Mato Grosso - Dnit/MT; Vilceu Francisco Marcheti
Interessados: Construtora Sanches Tripoloni Ltda; Secretaria de Controle Externo-MT
Representação legal: Luis Justiniano Haiek Fernandes (OAB/DF 2193/A) e outros, representando Construtora Sanches Tripoloni Ltda

011.482/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Associação das Escolas de Ensino Técnico - Aneet
Órgão/Entidade/Unidade: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - MS
Representação legal: João Paulo Santana Nova da Costa (OAB/DF 40189)

027.285/2016-2
Natureza: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Paulo Luiz de Alencar
Responsável: Paulo Luiz de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Representação legal: não há

032.140/2017-7
Natureza: Pedido de reexame (Representação)
Recorrente: Bernardo de Alencar Araripe Diniz
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Federal de Processamento de Dados
Representação legal: Rafael Effting Cabral (OAB/DF 42686) e outros, representando Serviço Federal de Processamento de Dados

Ministro AROLDO CEDRAZ

019.567/2014-6
Natureza: Recurso de Revisão em TCE
Recorrente: Antonio Marcos Maciel Fernandes
Responsável: Antonio Marcos Maciel Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Apuí/AM
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6546) e outros, representando Antonio Marcos Maciel Fernandes

026.397/2015-3
Natureza: Denúncia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Responsáveis: Marilen Fagundes Peres e Município de Tupanciretã/RS.
Representação legal: Cristiano Rodrigues Aquino (OAB/RS 94464), representando Marilen Fagundes Peres.

031.633/2013-7
Natureza: Embargos de Declaração em Representação
Embargante: Departamento Nacional de Auditoria do SUS
Responsáveis: Antônio Carlos Rosa de Oliveira Junior; Antônio Carlos Figueiredo Nardi
Interessado: Identidade Reservada
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: Luis Gustavo Lorga (OAB/PR 34.631), representando Antônio Carlos Figueiredo Nardi

040.953/2012-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Renato Stoppa Candido; Due Promoções e Eventos Ltda; Luiz Cezar Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades
Responsáveis: Aridney Loyelo Barcellos; Due Promoções e Eventos Ltda; Edson Gaspar; Fany Alves Domingos do Nascimento; Francisco de Assis Rodrigues Fróes; José Maria Martins; Luiz Silveira Rangel; Magda Oliveira de Myron Cardoso; Marcilene Assunção Moreira; Orlando Moreira da Silva; Renato Stoppa Candido; Wilson Felicissimo de Lima
Representação legal: João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556) e outros, representando Luiz Silveira Rangel; Lucas dos Prazeres Fonseca (OAB/DF 30.588/) e outros, representando Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Pedro de Almeida Martins Filho (OAB/DF 25.726) e outros, representando Renato Stoppa Candido; Livia Rodrigues da Fonseca (OAB/DF 27824) e outros, representando Due Promoções e Eventos Ltda; Gilberto Garcia Gomes (OAB/DF 8849), representando Magda Oliveira de Myron Cardoso e Francisco de Assis Rodrigues Fróes; Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello Goncalves (OAB/DF 17.956), representando José Maria Martins

Ministra ANA ARRAES

011.738/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio/Coordenadoria Regional do Sul da Bahia
Representação legal: João Luís de Castro (OAB/SP 24887)

016.691/2008-4
Natureza: Relatório de Levantamento
Responsável: Plinio Ivan Pessoa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Plínio Ivan Pessoa da Silva

Ministro BRUNO DANTAS

000.667/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717), representando Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A

007.209/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Barbosa & Oliveira Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

008.265/2015-1
Natureza: Consulta
Consulente: Vinicius Nobre Lages
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

008.613/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza, formado pelas empresas Acciona Construccion S/A e Construtora Marquise S/A
Interessada: Consórcio Metrô Linha Leste Fortaleza
Órgão/Entidade/Unidade: Órgão do Governo do Estado do Ceará
Representação legal: Aline Saldanha de Lima Ferreira (OAB/CE 12.575)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

008.624/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

013.444/2017-4
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

023.691/2015-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Orgão/Órgão/Entidade/Unidade: Comitê Olímpico Brasileiro; Confederação Brasileira de Voleibol e Ministério do Esporte
Responsáveis: Amilton Barreto de Barros Junior; Ary da Silva Graça Filho; Blue Sea Cruises Agência de Viagens e Turismo Ltda; Cafe Torrao de Acucar Comercio Ltda - Me; Carlos Manuel Duarte Abreu; Claudio Barbosa de Figueiredo; Construtora Paris Ltda; CP-2 Engenharia Ltda; Croutton Comércio e Serviço em Alimentação Ltda - Me; Fernando Marques Costa D'Oliveira; Francisberto de Lima Pereira; JCE Amorim Locação e Transportes Ltda - ME; OX Locadora Ltda - ME; Rodrigo Ivar Pereira Jaldin; Tamoyo Internacional Agência de Viagens e Turismo Ltda; TODAY Ground Turismo Ltda - ME
Representação legal: Luiz Fernando de Moraes (OAB/DF 27.437); Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14.265); José Mauricio Tostes Caldas (OAB/RJ 81.927); Pedro Alberto Schiller de Faria (OAB/RJ 107.176)

025.152/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Auristela Souza Silva; Celza Grizani Paschoal; Claudia Elena Moreno Lima; Clóvis de Lima; Isabel Ferreira Alves; José Francisco; Maria Alves dos Santos; Neusa da Silva Rocha; Thereza Lustri da Silva
Representação legal: não há

029.879/2017-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Responsável: Roberto Leher
Representação legal: não há

033.318/2016-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do DNIT no Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Congresso Nacional; Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.; Ivaí Engenharia de Obras S/A
Representação legal: Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605), Paulo Aristóteles Amador de Sousa e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

020.246/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação Legal: não há

023.876/2014-0
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Emprego e Salário - Sppe/mte; Ministério do Trabalho e Emprego
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Representação legal: não há

036.677/2016-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa - BA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

005.313/2011-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Adair Antônio de Freitas Meira; Aline Ferreira dos Santos; Ana Paula da Silva; Anderson Alexandre dos Santos; Anete Alves Fernandes Fidelis; Carlo Roberto Simi; Centro de Capacitação e Desenvolvimento Crescimento; Ezequiel Sousa do Nascimento; Fatima Rosa Naves de Oliveira Santos; Geraldo Riesenbeck; Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda. - ME; Jose Geraldo Machado Jr; José Cláudio Santos Mateus; Manoel Eugenio Guimarães de Oliveira; Marcelo Aguiar dos Santos Sá; Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração
Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3625/) e outros, representando Ezequiel Sousa do Nascimento; Orlando Lino de Morais (OAB/GO 3.886) e outros, representando Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda. - ME, Centro de Capacitação e Desenvolvimento Crescimento e Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda - Me; Lívia Baylão de Morais (OAB/DF 37.104) e outros, representando Adair Antônio de Freitas Meira, Iniciativa Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda. - ME e Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração; Bruno Noronha Bergonse (OAB/SC 32088-B) e outros, representando Ana Paula da Silva

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

025.968/2014-9
Representação do MPTCU acerca de irregularidades na postagem de propaganda eleitoral sem chancela ou estampa digital. Análise das audiências.
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - DR/SPM/ECT
Responsáveis: Elione Aparecida Feitosa Alves, Eugênio Valentim da Silva, Fábio Barbosa Alves, Ivan de Moraes, José Ediberto Celestino dos Santos, Laís Nicacio da Silva Santos, Osvaldo Mitsuharo Nakamura, Paula Fontes Guinatti, Rogério de Medeiros Pereira, Sebastião Sérgio de Souza e Wilson Abadio de Oliveira
Representação legal: Celso Cordeiro de Almeida e Silva (OAB/SP 161.995) e outros, representando Elione Aparecida Feitosa Alves, Osvaldo Mitsuharo Nakamura, José Ediberto Celestino dos Santos, Fábio Barbosa Alves, Sebastião Sérgio de Souza, Paula Fontes Guinatti, Wilson Abadio de Oliveira e Laís Nicacio da Silva Santos; André Rampazzo de Freitas (OAB/SP 292.912) e outros, representando Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Interessado em sustentação oral:
- Guilherme Augusto Cardoso (OAB/SP 379.112), em nome de WILSON ABADIO DE OLIVEIRA, SEBASTIÃO SÉRGIO DE SOUZA, LAÍS NICÁCIO DA SILVA SANTOS, PAULA FONTES GUINATI, ELIONE APARECIDA FEITOSA ALVES, OSVALDO MITSUHARO NAKAMURA, JOSÉ EDIBERTO CELESTINO DOS SANTOS E FÁBIO BARBOSA ALVES

033.478/2014-7
Representação de equipe de auditoria acerca de postagem de propaganda eleitoral sem chancela ou estampa digital. Análise das audiências.
Representantes: Emerson Yuzo Togashi e Helton Cleiton de Souza
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em São Paulo/Interior - DR/SPL
Representação legal: Adilson Elias de Oliveira Sartorello (OAB/SP 160.824), Alceu Luiz Carreira (OAB/SP 124.489), Dirceu Carreira Júnior (OAB/SP 209.866) e outros, representando Helton Cleiton de Souza e Emerson Yuzo Togashi; André Rampazzo de Freitas (OAB/SP 292.912) e outros, representando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Interessado em sustentação oral:
- Alceu Luiz Carreira (OAB/SP 124.489), representando EMERSON YUZO TOGASHI E HELTON CLEITON DE SOUZA

Ministro AUGUSTO NARDES

016.158/2015-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total das despesas no âmbito de convênios que tinham por objeto apoiar cinco eventos nos estados de Goiás e de Minas Gerais.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Goiás
Responsáveis: Claudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda - Me; Leandro Rabelo Chaer; Luiz Henrique Peixoto de Almeida; Premium Avança Brasil
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18444) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando Claudia Gomes de Melo e Premium Avança Brasil
Interessados em sustentação oral:
- Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292), representando CLAUDIA GOMES de MELO e PREMIUM AVANÇA BRASIL

Ministro VITAL DO RÊGO

010.603/2003-3
Recurso de revisão interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do ora recorrente em processo de prestação de contas simplificada relativas ao exercício de 2002.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Piauí
Recorrente: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
Representação legal: Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI 7.332); Francisco Soares Campelo Filho (OAB/PI 2.734) e outros

Interessado em sustentação oral:
- Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB/PI 7.332), em nome de FRANCISCO VALDECI DE SOUSA CAVALCANTE

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

006.023/2004-5
Pedido de reexame interposto contra acórdão que inabilitou o recorrente para o exercício de cargo ou função pública e aplicou-lhe multa, em virtude da contratação de firma pertencente a diretor da empresa pública contratante, infringindo o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993, bem como os princípios da moralidade e impessoalidade.
Recorrente: Graciano dos Santos Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A.
Representação legal: Ricardo André do Amaral Leite (OAB/DF 12.399) e outros
Revisor: Ministro Aroldo Cedraz (10/2011)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

041.559/2012-6
Tomada de Contas Especial decorrente de fiscalização realizada em processos de dispensa de licitação, abrangendo o período de 1995 a 2001. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto, Antônio Máximo da Silva Filho, Francisco Augusto Pereira Desideri, Genésio Bernardino de Souza, Gerardo de Freitas Fernandes, Leônidas Soriano Caldas Neto, Maurício Hasenclever Borges e DM Construtora de Obras Ltda.
Representação legal: Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903) e Roger Santos Ferreira (OAB/PR 29.960) e outros
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (37/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.780/2018-3
Representação sobre indícios de irregularidades na condução de pregão eletrônico que teve por objeto a contratação de serviços de vigilância armada.

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Interessado: Amazon Security Ltda.
Representação legal:

008.941/2001-7
Prestação de contas do exercício de 2000.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Interessado: Petróleo Brasileiro S.A
Responsáveis: Albano de Souza Gonçalves; Antônio Luiz Silva de Menezes; Augusto de Almeida Lyra; Carlos Affonso de Aguiar Teixeira; Delcídio do Amaral Gomez; Henri Philippe Reichstul; Jaime Rotstein; Jorge Marques de Toledo Camargo; Marcos Antonio Silva Menezes; Marítima Petróleo e Engenharia Ltda; Pedro Pullen Parente; Rodolpho Tourinho Neto; Ronnie Vaz Moreira; Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena
Representação legal: José Antônio Miguel Neto (OAB/SP 85.688); Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20.015); Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62929); Rayssa Sereno Neves Jacintho

023.701/2015-3
Tomada de contas especial sobre possíveis irregularidades na execução de convênio tendo por objeto a construção de melhorias sanitárias domiciliares e cisternas de reservação de água pluvial.
Órgão/Entidade: Município de Gurinhém/PB
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Responsáveis: Claudino César Freire; DJ Construções Ltda. - Me; Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda - Me; Robério Saraiva Grangeiro
Representação legal: Írio Dantas da Nóbrega (OAB/PB 10.025)

033.132/2017-8
Representação, com pedido de medida cautelar, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas contratação emergencial e em pregão eletrônico para contratar serviços de vigilância armada e motorizada.
Representante: Força Alerta Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda.
Interessado: Interfort
Responsáveis: Margareth de Fatima Formiga Melo Diniz; Universidade Federal da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (OAB/PE 14265); Paulo Márcio Soares Madruga (OAB/PB 16.414)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.768/2018-5
Representação, com pedido de concessão de medida cautelar, a respeito de possíveis irregulares ocorridas em concorrência que tinha por objetivo contratação de serviços de auditoria externa independente.
Representante: Maciel Auditores S/S
Órgão/Entidade/Unidade: Itaipu Binacional - ELETROBRAS - MME
Interessado: Maciel Auditores S/S
Representação legal: Luis Felipe Canto Barros (OAB/RS 65.230) e outros, representando Grupo Maciel Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria

018.402/2014-3
Embargos de declaração interpostos contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, aplicou-lhes multas individuais e sanções de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública em razão de irregularidades na construção, operação e manutenção da usina termelétrica Termoceará.
Natureza: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Responsáveis: Antônio Luiz Silva de Menezes; Francisco Roberto Andre Gros; Geraldo Vieira Baltar; Irani Carlos Varella; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Coutinho Barbosa; João Pinheiro Nogueira Batista; Rogério Almeida Manso da Costa Reis; e Termoceará Ltda.;
Representação legal: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283), Renator Otto Kloss (OAB/RJ 117.110), Rodrigo A. C. Macedo (OAB/RJ 123.041) e outros, representando Antônio Luiz Silva de Menezes, José Coutinho Barbosa, Jorge Marques de Toledo Camargo, Rogério Almeida Manso da Costa Reis, João Pinheiro Nogueira Batista e Irani Carlos Varella; Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460) e outros, representando Termoceará Ltda. e Petróleo Brasileiro S.A;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

023.147/2017-2
Relatório de auditoria em municípios do Estado do Piauí visando apurar a regularidade da aplicação dos recursos federais objetos de precatórios alusivos às diferenças do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caridade do Piauí/PI; Prefeitura Municipal de Itaueira/PI; Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI; Prefeitura Municipal de Palmeirais/PI; Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Piauí/PI; Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI; Prefeitura Municipal de Socorro do Piauí/PI
Representação legal: Leonardo Burlamaqui Ferreira (OAB/PI 12.795) representando a Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI

031.684/2015-7
Tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidades na organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Análise de citação e oitivas.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
Responsáveis: Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; Estrutural Montagem e Empreendimentos Ltda.; DMDL Montagem de Stands Ltda.; Set Locações Ltda.; CBM - Empresa Brasileira de Montagens Ltda.; Luciana Gatto Fonseca; José Ricardo Santana; Rogério Bellini dos Santos
Representação legal: Jose Alfredo Lion (OAB/RJ 74.074), representando Octaplan Arquitetura e Promoção Ltda.; José Reinaldo Nogueira de Oliveira Júnior (OAB/SP 146.428) e Carla Maluf Elias (OAB/SP 110.819), representando Estrutural Montagens e Empreendimentos Ltda.; Fransrui Antônio Salvetti (OAB/SP 45.801), representando Set Locações Ltda.; Eduardo Lowenhaupt da Cunha (OAB/DF 6.856), representando Luciana Gatto Fonseca; Gustavo Scagliarini Jardim (OAB/DF 14.799) e Vilma Braz da Cruz (OAB/DF 31.780), representando José Ricardo Santana; Daniella Vitelbo Aparicio Pazini Riper (OAB/SP 174.987), representando Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

Ministro AUGUSTO NARDES

001.961/2009-3
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que condenou a recorrente em débito e multa por superfaturamento nas obras de construção da BR 230/PA, denominada Rodovia Transamazônica, no trecho compreendido entre os municípios de Marabá e Altamira, ambos no Estado do Pará.
Recorrente: Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Maia Melo Engenharia Ltda.; Manoel Nazareth Santanna Ribeiro; Miguel Dario Ardissone Nunes; Seplane Engenharia e Planejamento do Nordeste Ltda.; Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda
Interessados: Luiz Antônio Pagot; Tribunal de Contas da União
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Torc Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda

011.636/2009-8
Recurso de revisão interposto contra acórdão que julgou as contas do recorrente irregulares e condenou-o ao pagamento do débito e de multa em razão da inexecução parcial de convênio cujo objeto era a construção de cais de proteção no Município de Tuntum/MA.
Recorrente: Antonio Pires Leda Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tuntum/MA
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Accioly Cardoso Lima e Silva (OAB/MA 6.560-A), representando Antonio Pires Leda Neto; Marco Aurélio Santos Sousa (OAB/MA 10.244) e outros, representando Poli Construtécnica Ltda. - ME

014.448/2017-3
Representação, com pedido de medida cautelar, sobre supostas irregularidades ocorridas em pregão eletrônico para registro de preços com vistas a eventual contratação de expansão e modernização da solução de armazenamento de dados - storage.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Interessados: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Claudio Torquato da Silva, representando Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

035.995/2015-7
Pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou procedente representação, proferindo determinação para adoção de providências para anulação de concorrência pública que teve por finalidade a implementação de serviços de esgotamento na municipalidade.
Recorrente: Esquadra Construções
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cruz/CE
Representação legal: Antônio Braga Neto (OAB/CE 17713) e outros, representando Esquadra Construções Eireli

Ministro AROLDO CEDRAZ

010.359/2014-1
Atos de concessão de aposentadorias.
Interessados: Maria Ines Tschoepke Ludwig; Maria Nunes de Oliveira; Maria da Graça Machado; Maria da Graça Zubaran; Mario Gasperin Postiglione; Mario Hideki Osanai; Mario Luiz de Carlo; Mario Luiz de Carlo; Mario de Oliveira Smith; Marlene Martins Heyder; Martha Eliana Waltermann
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

026.039/2010-9
Recursos de Reconsideração interpostos contra acórdão que julgou irregulares as conta dos recorrentes, condenou-os solidariamente ao recolhimento de débito e sancionou-os com multa em razão de superfaturamento decorrente de preços excessivos em contrato cujo objeto era a execução de serviços de conservação e restauração na rodovia BR-153/TO, no trecho Wanderlândia/TO - Xambioá/TO.
Recorrentes: Egesa Engenharia S.A.; José Francisco dos Santos e Via Engenharia S.A.
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e do Governo do Estado de Tocantins.
Representante legal: Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 34.308), representando Egesa Engenharia S.A.; Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 248.386) e outros, representando Via Engenharia S.A. e Régis Antônio Caetano (OAB/TO 1.863), representando José Francisco dos Santos.

029.906/2017-2
Representação formulada por empresa, com pedido de medida cautelar, noticiando supostas irregularidades na condução de pregão eletrônico tendo como objeto o registro de preços para aquisição de sistema de circuito fechado de monitoramento de ambientes.
Representante: Arcade Tecnologia Projetos e Engenharia Ltda..
Unidade jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.
Advogados constituídos nos autos: Tarley Max da Silva (OAB/DF 19.960); Fernando José Gonçalves Acunha (OAB/DF 21.184)

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

015.940/2017-9
Consolidação de Fiscalização de Orientação Centralizada realizada com o objetivo de verificar a regularidade do processo de concessão de renúncias tributárias relacionadas às áreas sociais e de desenvolvimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

021.629/2017-0
Relatório de auditoria de natureza operacional realizada com o objetivo de avaliar a efetividade das ações do Banco do Nordeste do Brasil na execução das políticas e ações financiadas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil
Responsável: Romildo Carneiro Rolim
Representação legal: não há

038.755/2012-2
Auditoria realizada com o objetivo de examinar possíveis irregularidades cometidas pela direção da entidade envolvendo as áreas de licitação, contratos, convênios, pessoal, entre outras.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia
Responsáveis: Pedro Teixeira Chaves, Osvino Juraszek, Hiram Rodrigues Leal, Deise Mara Rosa de Lima, Autoclima Serviços e Comércio Eireli, Shallon Comércio & Serviços Eireli, Moriá Comércio e Serviços Ltda., Forma Consultoria, Projetos e Treinamentos Ltda. e Dexter Consultoria Empresarial Eireli
Representação legal: Francisco Assis de Oliveira Filho (OAB/RO 1.306), Márcio Augusto Ramos Tinôco (OAB/PI 3.447) e outros

Ministra ANA ARRAES

014.120/2001-9
Prestação de contas do exercício de 2000. Análise de audiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A
Responsáveis: André Siegfried Gruenbaum, Antônia Rubenita Tavares Lima Bussons, Antônio Arnaldo de Menezes, Armínio Fraga Neto, Avelino de Almeida Neto, Benjamin Benzaquen Sicsu, Byron Costa de Queiroz, Ernani Jose Varela de Melo, Everaldo Nunes Maia, Francisco Carlos Cavalcanti, Ivo Ademar Lemos, Jefferson Cavalcante Albuquerque, Joaquim dos Santos Barros, Manuel Marcos Maciel Formiga, Marcelo Pelágio da Costa Bomfim, Marco Aurélio de Melo Vieira, Marcos Caramuru de Paiva, Martus Antônio Rodrigues Tavares, Mauro Sérgio Bogea Soares, Milton Seligman, Mônica Clark Nunes Cavalcante, Osmar Nelson Frota, Osmundo Evangelista Rebouças, Otair de Faria, Pedro Paulo Monteiro Vieira, Pedro Wilson Carrano Albuquerque, Raimundo Nonato Carneiro Sobrinho, Rodrigo Pereira de Mello, Tereza Cristina Grossi Togni e Wagner Bittencourt de Oliveira
Representação legal: Guilherme Henrique Magaldi Netto (OAB/DF 4.110) e outros representando Mauro Sérgio Bogea Soares; Humberto de Souza Leite e outros representando o Banco do Nordeste do Brasil S.A.; e outros

Ministro BRUNO DANTAS

010.262/2011-3
Pedido de reexame interposto por empresa contratada para execução das obras de construção do trecho rodoviário Ferreira Gomes-Oiapoque (BR-156/AP) contra acórdão por meio do qual esta Corte determinou a repactuação de valores em razão de sobrepreço em diversos serviços.
Recorrente: CR Almeida S/A - Engenharia de Obras
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Estado do Amapá
Responsáveis: C R Almeida S.A. - Engenharia de Obras; Edivaldo Damasceno Ramos; Edson Alcântara Valente; Eduardo Lucas Leite Praça; Herbert Sousa de Azevedo Picanço; JM Terraplanagem e Construções Ltda.; José Aurélio Delgado Bastos; José Ronaldo Mota Rachid; Maia Melo Engenharia Ltda.; Nilton de Brito; Paulo Alfredo Bezerra Hage; Sergio Roberto Rodrigues de La Rocque; Solângelo Fonseca da Costa
Representação legal: Wellington Cristiano da Fonseca e outros, representando Egesa Engenharia S.A.; Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando C R Almeida S.A. - Engenharia de Obras

014.858/2017-7
Relatório de auditoria realizada com o objetivo de verificar a legalidade de importações de equipamentos de saúde efetuadas com recursos federais no Estado do Rio de Janeiro, principalmente no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)
Responsáveis: Alberto Beltrame; Anabete Gomes; Bruno Gonzaga Barbosa; Cesar Romero Vianna Junior; Claudio Roberto Vianna; Drager Industria e Comercio Ltda.; Ermano Marchetti Moraes; Francisco Matheus Guimarães; Geraldo da Rocha Motta Filho; Helo-med 1993 Materiais, Equipamentos e Servicos Hospitalares Ltda - Me; Indumed Comercio Importacao e Exportacao de Produtos Medicos Ltda; Jobmed Servicos Tecnicos Ltda; Jose Carvalho de Noronha; Jose Jorge Ataualpa de Lima; Jose Luiz de Alcantara Ramalho Neto; João Antonio Matheus Guimarães; Julio Cezar Alvarez; Luiz Fernandes da Silva; Maquet do Brasil Equipamentos Médicos Ltda.; Miguel Iskin; Márcio Acúrcio Pereira Benigno; Naasson Trindade Cavanellas; Norman Pierre Gunther; Oscar Iskin & Cia Ltda; Per Prima Comércio e Representação Ltda; Ricardo Antonio Campanelli; Ricardo Castilho; Rizzi Comércio e Representações Ltda.; Rizzi Comércio, Importação, Exportação e Representação Ltda. - Epp; Roberto Nudelmann Gomes; Rogerio dos Reis Visconti; Sergio Luiz Cortes da Silveira; Stryker do Brasil Ltda.; Tito Henrique de Noronha Rocha; Veronica Amorim e Silva; Veronica Fernandes Vianna
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Tito Henrique de Noronha Rocha

034.411/2017-8
Relatório de Inspeção em que se monitorou o cumprimento de determinação do TCU para que se promova imediata licitação para a exploração, mediante arrendamento, dos Armazéns XII e XVII e do T8 - Terminal de Sal, após expirado o prazo de vigência, o qual, em nenhuma hipótese, poderia ser prorrogado. Analise de audiência do responsável pela ausência de contrato de transição.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp
Responsável: José Alex Botelho de Oliva
Representação legal: Gabriel Nogueira Eufrasio (OAB/CE 6.745) e outros, representando José Alex Botelho de Oliva e Companhia Docas do Estado de São Paulo

035.388/2017-0
Representação acerca de irregularidades em edital de pregão eletrônico para registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção, operação e suporte das infraestruturas de comunicação de voz, dados, som e imagem.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessado: Telemática Engenharia e Sistema Ltda
Representação legal: João Rafael de Sousa Caetano Soares (OAB/MG 136.487) e outros, representando Telemática Engenharia e Sistema Ltda

Ministro VITAL DO RÊGO

011.245/2018-2
Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de auditoria acerca de "supostas irregularidades relacionadas a desvio de dinheiro público federal em obras de escolas no Estado do Paraná, no âmbito da Operação Quadro Negro".
Interessado: Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná
Representação legal: não há

016.617/2016-9
Tomada de contas especial instaurada com o fito de apurar prejuízos decorrentes de repasse de recursos públicos para transação de compra e venda de imóvel celebrada entre a Universidade Federal de Pelotas e sua fundação de apoio, Fundação Simon Bolívar.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Responsáveis: Antônio César Gonçalves Borges; Fundação Simon Bolivar; Geraldo Rodrigues da Fonseca; Mariana Holman Rodrigues da Fonseca; Maurício Pinto da Silva; Montebelluna Participações Ltda.; Ruluvi Participações Ltda.
Representação legal: Mario Rocha Lopes Filho (OAB/RS 81.100) e Cristiano Lages Baioco (OAB/RS 45.663)

025.715/2017-8
Consulta relativa a aspectos de permuta de imóveis da União.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

032.942/2017-6
Representação autuada com objetivo de apurar possíveis irregularidades no cálculo da parcela redutora das pensões civis, prevista no art. 40, § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Defensoria Pública da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senado Federal; Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

005.275/2018-0
Levantamento de auditoria com o objetivo de verificar a instituição, a estrutura e o funcionamento dos sistemas de controle interno nos 144 municípios paraenses.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeituras dos 144 Municípios do Estado do Pará
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Representação legal: não há

013.091/2017-4
Auditoria operacional com o objetivo de avaliar quais instrumentos estão em uso para promover a articulação do Sebrae com as políticas nacionais de desenvolvimento, bem como se o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Unidade Nacional (Sebrae - Unidade Nacional) monitora a atuação do Sistema Sebrae, precifica seus produtos/serviços e divulga sua atuação e seus resultados à sociedade.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Nacional (Sebrae - Unidade Nacional) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Distrito Federal (Sebrae/DF)
Representação legal: Larissa Moreira Costa (OAB/DF 16745) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

037.783/2011-4
Tomada de contas especial resultante da conversão da auditoria que tratou de irregularidades nas obras de implementação de terminal portuário de Caracaraí/RR. Análise das alegações de defesa.
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Prefeitura Municipal de Caracaraí/RR
Responsáveis: Andrade Galvão Engenharia Ltda.; Andrea Soares Barnez; Antonio Eduardo Filho; Sandra Silva Pinto.
Representação legal: Walter Ramos Costa Couto (OAB/DF 6.098); Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 48.386); e outros, representando Andrade Galvão Engenharia Ltda.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

004.666/2017-8
Tomada de Contas Especial instaurada em virtude de prejuízo causado por ex-servidor na concessão irregular de benefícios assistenciais.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Luiz Henrique Nunes da Silva
Representação legal: não há

015.563/2012-0
Representação formulada por equipe de auditoria sobre indícios de irregularidades relacionadas com a estruturação de dois projetos de assentamentos (PA) localizados no estado do Paraná: PA Celso Furtado e PA Ireno Alves dos Santos.
Interessado: Tribunal de Contas da União
Responsável: Nilton Bezerra Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Paraná
Representação legal: não há

017.413/2017-6
Auditoria com o objetivo precípuo de verificar a conformidade da nova metodologia denominada Ancine+Simples para avaliação de prestação de contas pela Ancine.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Cultura e Agência Nacional do Cinema
Responsáveis: O2 Produções Artísticas e Cinematográficas Ltda.; Andrete Cesar Santos da Silva; Christian de Castro Oliveira; Débora Regina Ivanov Gomes; João Marcio Silva de Pinho; Luís Mauricio Lopes Bortoloti; Manoel Rangel Neto; Marcial Renato de Campos; Roberto Gonçalves de Lima; Rosana dos Santos Alcântara e Thainá Domingos Albernaz
Representação legal: não há

018.777/2016-3
Auditoria realizada para avaliar os atos relacionados à contratação para implantar o corredor de transporte BRT (bus rapid transit) e o sistema inteligente de transporte (SIT), na região sul do município de Palmas - TO - BRT Sul.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades
Responsáveis: André Luís Camargo Castro; Antônio Luiz Cardozo Brito; Caroline Colombo dos Santos; Enéas Ribeiro Neto; Eraldo Luís Lopes Carvalho; Frederico Coli Mendes; João Marciano Junior; Joaquim José de Oliveira Junior; Juliano Afonso Rodovalho; Maria Lucylla Rassi Sant Anna; Robson Freitas Correa; Rosana Ramos Rabello; Shirlene da Silva Martins; Tiisa - Triunfo Iesa Infraestrutura S.A; Valéria Ernestina de Oliveira e Viviene Gomide Dumont Vargas
Representação legal: Eduardo Lamonato Faggion (OAB/SP 262.991) e outros, representando Tiisa - Triunfo Iesa Infra-estrutura S.A.; Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Públio Borges Alves (OAB/TO 2.365) e outros, representando o Município de Palmas/TO

023.301/2015-5
Agravos opostos em face da cautelar de indisponibilidade de bens decretada diante dos indícios de dano ao erário em contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).
Recorrentes: Alberto Jesus Padilla Lizondo, Carlos Alberto Rodrigues e SOG - Óleo e Gás S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
Representação legal: Rogério Pires da Silva (OAB/SP 111.399), Rogério Pires da Silva (OAB/SP 111.399), Kariny Santos de Araújo (OAB/SP 344.789), Estevão Bruno Rossi Mantovani (OAB/SP 373.951)

030.171/2014-8
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que considerou parcialmente procedente representação sobre possível sobrepreço, além de outras irregularidades, nas obras de construção do Estaleiro e Base Naval (EBN) da Marinha no Município de Itaguaí/RJ, bem como proferiu determinações à recorrente.
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando da Marinha
Representação legal: Jose Augusto Correia Neto e outros representando Ministério da Defesa/Comando da Marinha; e Marcos Jose Santos Meira (OAB/BA 35.560) e outros representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

024.851/2017-5
Auditoria pertencente à fiscalização de orientação centralizada (FOC) que tem como objetivo avaliar, em âmbito nacional, a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos conselhos de fiscalização profissional (CFPs).
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo
Responsável: Lavínio Nilton Camarim
Representação legal: Olga Codorniz Campello Carneiro (OAB/SP 86.795) e outros, representando Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

Em 1º de junho de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária

# Poder Judiciário

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 1º DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre os valores per capita do auxílio-alimentação e da assistência pré-escolar nos órgãos do Poder Judiciário integrantes do Orçamento Geral da União.

OS PRESIDENTES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR E DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO o disposto no art. 109, caput e § 2º, da Lei n. 13.473, de 8 de agosto de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria Conjunta n. 5, de 5 de dezembro de 2011, dos presidentes dos órgãos acima mencionados, resolvem:

Art. 1º Os valores per capita mensais de referência do auxílio-alimentação, de que trata o art. 22 da Lei n. 8.460, de 17 de setembro de 1992, e da assistência pré-escolar, de que trata o art. 7º, inciso XXV, da Constituição da República, a serem pagos no âmbito dos órgãos signatários desta portaria, passam a ser, respectivamente, de R$ 910,08 (novecentos e dez reais e oito centavos) e de R$ 719,62 (setecentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

Parágrafo único. A implantação dos novos valores em cada órgão fica condicionada à prévia demonstração da existência de disponibilidade orçamentária pelo ordenador de despesas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Min. LUIZ FUX
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Min. LAURITA HILÁRIO VAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Min. JOSÉ COÊLHO FERREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. ROMÃO CÍCERO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### PORTARIA Nº 454, DE 25 DE MAIO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; nos itens "1", "2" e "3", alínea "a", inciso II do caput do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018; e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000004737-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 6.712.014 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 6.712.014 |
| 02 122 | 0570 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 6.712.014 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 6.712.014 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.712.014 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.712.014 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 479.790 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 479.790 |
| 02 122 | 0570 20TP 0012 | Ativos Civis da União - No Estado do Acre | | | | | | | 479.790 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 479.790 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 479.790 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 479.790 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 461.943 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 461.943 |
| 02 122 | 0570 20TP 0027 | Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas | | | | | | | 461.943 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 461.943 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 461.943 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 461.943 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 739.200 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 739.200 |
| 02 122 | 0570 20TP 0013 | Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas | | | | | | | 739.200 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 739.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 739.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 739.200 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.380.067 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.380.067 |
| 02 122 | 0570 20TP 0029 | Ativos Civis da União - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.380.067 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.380.067 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.380.067 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.380.067 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.400.174 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.400.174 |
| 02 122 | 0570 20TP 0023 | Ativos Civis da União - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.400.174 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.400.174 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.400.174 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.400.174 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 527.512 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 527.512 |
| 02 122 | 0570 20TP 0053 | Ativos Civis da União - No Distrito Federal | | | | | | | 527.512 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 527.512 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 527.512 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 527.512 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 625.196 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 625.196 |
| 02 122 | 0570 20TP 0032 | Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 625.196 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 625.196 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 625.196 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 625.196 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 841.928 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 841.928 |
| 02 122 | 0570 20TP 0052 | Ativos Civis da União - No Estado de Goiás | | | | | | | 841.928 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 841.928 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 841.928 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 841.928 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 931.644 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 931.644 |
| 02 122 | 0570 20TP 0021 | Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão | | | | | | | 931.644 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 931.644 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 931.644 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 931.644 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 730.128 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 730.128 |
| 02 122 | 0570 20TP 0051 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 730.128 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 730.128 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 730.128 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 730.128 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 508.425 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 508.425 |
| 02 122 | 0570 20TP 0054 | Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 508.425 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 508.425 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 508.425 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 508.425 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.764.456 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.764.456 |
| 02 122 | 0570 20TP 0031 | Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.764.456 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.764.456 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.764.456 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.764.456 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 954.674 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 954.674 |
| 02 122 | 0570 20TP 0015 | Ativos Civis da União - No Estado do Pará | | | | | | | 954.674 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 954.674 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 954.674 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 954.674 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 589.611 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 589.611 |
| 02 122 | 0570 20TP 0025 | Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba | | | | | | | 589.611 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 589.611 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 589.611 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 589.611 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.136.360 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.136.360 |
| 02 122 | 0570 20TP 0041 | Ativos Civis da União - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.136.360 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.136.360 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.136.360 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.136.360 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.072.080 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.072.080 |
| 02 122 | 0570 20TP 0026 | Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco | | | | | | | 1.072.080 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.072.080 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.072.080 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.072.080 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 816.739 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 816.739 |
| 02 122 | 0570 20TP 0022 | Ativos Civis da União - No Estado do Piauí | | | | | | | 816.739 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 816.739 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 816.739 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 816.739 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.511.429 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.511.429 |
| 02 122 | 0570 20TP 0033 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.511.429 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.511.429 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.511.429 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.511.429 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 555.105 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 555.105 |
| 02 122 | 0570 20TP 0024 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 555.105 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 555.105 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 555.105 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 555.105 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.039.955 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 1.039.955 |
| 02 122 | 0570 20TP 0043 | Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 1.039.955 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 1.039.955 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.039.955 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.039.955 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 455.066 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 455.066 |
| 02 122 | 0570 20TP 0011 | Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia | | | | | | | 455.066 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 455.066 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 455.066 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 455.066 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 820.616 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 820.616 |
| 02 122 | 0570 20TP 0042 | Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 820.616 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 820.616 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 820.616 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 820.616 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 2.328.316 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 2.328.316 |
| 02 122 | 0570 20TP 0035 | Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.328.316 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.328.316 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.328.316 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.328.316 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 367.636 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 367.636 |
| 02 122 | 0570 20TP 0028 | Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe | | | | | | | 367.636 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 367.636 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 367.636 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 367.636 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 604.441 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 604.441 |
| 02 122 | 0570 20TP 0017 | Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins | | | | | | | 604.441 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 604.441 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 604.441 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 604.441 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 265.595 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 265.595 |
| 02 122 | 0570 20TP 0014 | Ativos Civis da União - No Estado de Roraima | | | | | | | 265.595 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 265.595 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 265.595 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 265.595 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 379.900 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20TP | Ativos Civis da União | | | | | | | 379.900 |
| 02 122 | 0570 20TP 0016 | Ativos Civis da União - No Estado do Amapá | | | | | | | 379.900 |
| | | | F | 1 | 1 | 90 | 0 | 100 | 379.900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 379.900 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 379.900 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 9.717.644 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 9.717.644 |
| 02 122 | 0570 20GP 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional | | | | | | | 9.717.644 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 3.005.630 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 6.712.014 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 9.717.644 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 9.717.644 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 479.790 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 479.790 |
| 02 122 | 0570 20GP 0012 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre | | | | | | | 479.790 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 279.790 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 200.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 479.790 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 479.790 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 461.943 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 461.943 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0570 20GP 0027 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas | | | | | | | 461.943 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 285.752 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 176.191 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 461.943 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 461.943 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 739.200 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 739.200 |
| 02 122 | 0570 20GP 0013 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas | | | | | | | 739.200 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 739.200 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 739.200 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 739.200 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.380.067 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.380.067 |
| 02 122 | 0570 20GP 0029 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia | | | | | | | 1.380.067 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.380.067 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.380.067 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.380.067 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.400.174 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.400.174 |
| 02 122 | 0570 20GP 0023 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará | | | | | | | 1.400.174 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.400.174 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.400.174 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.400.174 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 625.196 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 625.196 |
| 02 122 | 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 625.196 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 625.196 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 625.196 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 625.196 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 841.928 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 841.928 |
| 02 122 | 0570 20GP 0052 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás | | | | | | | 841.928 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 841.928 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 841.928 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 841.928 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 931.644 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 931.644 |
| 02 122 | 0570 20GP 0021 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão | | | | | | | 931.644 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 821.719 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 109.925 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 931.644 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 931.644 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 508.425 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 508.425 |
| 02 122 | 0570 20GP 0054 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul | | | | | | | 508.425 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 508.425 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 508.425 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 508.425 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.764.456 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.764.456 |
| 02 122 | 0570 20GP 0031 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais | | | | | | | 1.764.456 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.764.456 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.764.456 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.764.456 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 954.674 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 954.674 |
| 02 122 | 0570 20GP 0015 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará | | | | | | | 954.674 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 829.674 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 125.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 954.674 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 954.674 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 589.611 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 589.611 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0570 20GP 0025 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 589.611 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 589.611 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 589.611 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.072.080 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.072.080 |
| 02 122 | 0570 20GP 0026 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.072.080 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.072.080 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.072.080 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 816.739 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 816.739 |
| 02 122 | 0570 20GP 0022 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 816.739 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 816.739 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 816.739 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.511.429 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.511.429 |
| 02 122 | 0570 20GP 0033 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 1.511.429 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.511.429 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.511.429 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 311.111 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 311.111 |
| 02 122 | 0570 20GP 0024 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 311.111 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 311.111 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 311.111 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.039.955 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.039.955 |
| 02 122 | 0570 20GP 0043 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul | | | | | | | 1.039.955 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 739.955 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 300.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.039.955 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.039.955 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 455.066 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 455.066 |
| 02 122 | 0570 20GP 0011 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia | | | | | | | 455.066 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 455.066 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 455.066 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 455.066 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 820.616 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 820.616 |
| 02 122 | 0570 20GP 0042 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina | | | | | | | 820.616 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 730.616 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 90.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 820.616 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 820.616 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 2.328.316 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 2.328.316 |
| 02 122 | 0570 20GP 0035 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo | | | | | | | 2.328.316 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 2.328.316 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 2.328.316 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 2.328.316 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 604.441 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 604.441 |
| 02 122 | 0570 20GP 0017 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins | | | | | | | 604.441 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 604.441 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 604.441 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 604.441 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 265.595 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 265.595 |
| 02 122 | 0570 20GP 0014 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima | | | | | | | 265.595 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 265.595 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 265.595 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 265.595 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 379.900 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 379.900 |
| 02 122 | 0570 20GP 0016 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá | | | | | | | 379.900 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 379.900 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 379.900 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 379.900 |

## PORTARIA Nº 455, DE 25 DE MAIO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; no § 3º do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018; e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000004737-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor de R$ 3.005.630,00 (três milhões, cinco mil e seiscentos e trinta reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 3.005.630,00 (três milhões, cinco mil e seiscentos e trinta reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 3.005.630 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 3.005.630 |
| 02 122 | 0570 20GP 0001 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional | | | | | | | 3.005.630 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 3.005.630 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.005.630 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.005.630 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 527.512 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 527.512 |
| 02 122 | 0570 20GP 0053 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal | | | | | | | 527.512 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 527.512 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 527.512 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 527.512 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 730.128 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 730.128 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 122 | 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | | 730.128 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | | 730.128 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | | 730.128 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | | 730.128 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.136.360 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.136.360 |
| 02 122 | 0570 20GP 0041 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná | | | | | | | 1.136.360 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 1.136.360 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.136.360 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.136.360 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 243.994 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 243.994 |
| 02 122 | 0570 20GP 0024 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte | | | | | | | 243.994 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 243.994 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 243.994 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 243.994 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 367.636 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 367.636 |
| 02 122 | 0570 20GP 0028 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe | | | | | | | 367.636 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 367.636 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 367.636 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 367.636 |

## PORTARIA Nº 469, DE 30 DE MAIO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; no item "1", alínea "d", inciso III do caput do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018; e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000005508-9, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 8.485.000,00 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 8.485.000,00 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 350.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 350.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0027 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 350.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 350.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 600.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 600.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 127 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 600.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 600.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 6.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 6.000.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.081.394 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 127 | 1.918.606 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.535.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.535.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0033 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.535.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 710.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 127 | 825.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.535.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.535.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 350.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 350.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0027 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas | | | | | | | 350.000 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 350.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 350.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 350.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 600.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 600.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0032 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo | | | | | | | 600.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 600.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 600.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 600.000 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 6.000.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 6.000.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0051 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso | | | | | | | 6.000.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 4.081.394 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 1.918.606 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 6.000.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 6.000.000 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 1.535.000 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 1.535.000 |
| 02 122 | 0570 20GP 0033 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro | | | | | | | 1.535.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 710.000 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 127 | 825.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 1.535.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 1.535.000 |

## PORTARIA Nº 470, DE 30 DE MAIO DE 2018

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017; no § 3º do art. 4º da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018; e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000005508-9, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão e do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí no valor de R$ 1.058.934,00 (um milhão, cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.058.934,00 (um milhão, cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 287.664 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 15HO | Reforma de Cartório Eleitoral no Município de São Luis - MA | | | | | | | 287.664 |
| 02 122 | 0570 15HO 0734 | Reforma de Cartório Eleitoral no Município de São Luis - MA - No Município de São Luís - MA | | | | | | | 287.664 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 287.664 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 287.664 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 287.664 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 771.270 |
| | | Projetos | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 14FL | Construção de Cartório Eleitoral no Município de Teresina - PI | | | | | | | 771.270 |
| 02 122 | 0570 14FL 0981 | Construção de Cartório Eleitoral no Município de Teresina - PI - No Município de Teresina - PI | | | | | | | 771.270 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 771.270 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 771.270 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 771.270 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 287.664 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 287.664 |
| 02 122 | 0570 20GP 0021 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão | | | | | | | 287.664 |
| | | | F | 3 | 2 | 90 | 0 | 100 | 287.664 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 287.664 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 287.664 |

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0570 | Gestão do Processo Eleitoral | | | | | | | 771.270 |
| | | Atividades | | | | | | | |
| 02 122 | 0570 20GP | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral | | | | | | | 771.270 |
| 02 122 | 0570 20GP 0022 | Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí | | | | | | | 771.270 |
| | | | F | 4 | 2 | 90 | 0 | 100 | 771.270 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 771.270 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 771.270 |

## PORTARIA Nº 476, DE 30 DE MAIO DE 2018

Estabelece o limite de pagamento dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000000616-9, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o limite de pagamento de despesas primárias dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário para o exercício 2018, conforme indicado no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 68, de 26 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ANEXO I

Valores em R$

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | LIMITES DE PAGAMENTOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS | | |
|---|---|---|---|
| | OBRIGATÓRIAS | DISCRICIONÁRIAS | TOTAL |
| TSE | 590.606.652 | 397.012.835 | 987.619.487 |
| TRE - AC | 34.535.578 | 18.742.725 | 53.278.303 |
| TRE - AL | 83.260.407 | 15.084.189 | 98.344.596 |
| TRE - AM | 94.107.292 | 24.137.682 | 118.244.974 |
| TRE - BA | 249.657.924 | 45.064.419 | 294.722.343 |
| TRE - CE | 175.982.746 | 45.720.971 | 221.703.717 |
| TRE - DF | 73.676.608 | 17.225.248 | 90.901.856 |
| TRE - ES | 89.811.527 | 20.415.021 | 110.226.548 |
| TRE - GO | 146.356.379 | 27.492.148 | 173.848.527 |
| TRE - MA | 132.907.448 | 30.421.712 | 163.329.160 |
| TRE - MT | 87.430.284 | 23.841.451 | 111.271.735 |
| TRE - MS | 81.196.858 | 21.664.715 | 102.861.573 |
| TRE - MG | 462.467.245 | 57.616.160 | 520.083.405 |
| TRE - PA | 134.055.366 | 31.761.059 | 165.816.425 |
| TRE - PB | 111.307.864 | 19.253.028 | 130.560.892 |
| TRE - PR | 233.478.439 | 39.211.553 | 272.689.992 |
| TRE - PE | 205.221.189 | 33.277.472 | 238.498.661 |
| TRE - PI | 122.038.999 | 28.249.018 | 150.288.017 |
| TRE - RJ | 414.217.440 | 49.353.856 | 463.571.296 |
| TRE - RN | 107.112.695 | 21.167.775 | 128.280.470 |
| TRE - RS | 231.774.602 | 73.958.467 | 305.733.069 |
| TRE - RO | 57.775.430 | 14.859.614 | 72.635.044 |
| TRE - SC | 147.036.426 | 26.796.209 | 173.832.635 |
| TRE - SP | 572.946.590 | 76.028.333 | 648.974.923 |
| TRE - SE | 68.740.809 | 12.004.690 | 80.745.499 |
| TRE - TO | 61.154.171 | 19.737.289 | 80.891.460 |
| TRE - RR | 35.794.987 | 8.672.665 | 44.467.652 |
| TRE - AP | 32.827.737 | 12.405.167 | 45.232.904 |
| SUBTOTAL | 4.837.479.692 | 1.211.175.471 | 6.048.655.163 |
| FUNDO PARTIDÁRIO | 888.735.090 | - | 888.735.090 |
| TOTAL | 5.726.214.782 | 1.211.175.471 | 6.937.390.253 |

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018060400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 462, de 23 de maio de 2018 publicada no DOU nº 101, de 28-5-2018, Seção 1, págs. 131 e 132, na assinatura da tabela anexa, onde se lê: "ANIELA BORGES DE CARVALHO", leia-se: "DANIELA BORGES DE CARVALHO".

(p/Coejo)

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

### RESOLUÇÃO Nº 1.541, DE 18 DE MAIO DE 2018

Altera o Art. 2º da Resolução CFC n.º 1.434/2013, que regulamenta o repasse da taxa de inscrição do Exame de Suficiência no Sistema CFC/CRCs.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Altera o Art. 2º da Resolução CFC n.º 1.432/2013, publicada no Diário Oficial da União, no dia 27 de março de 2013, Seção 1, Página 106, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) repassará aos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), a título de subvenção, 80% (oitenta por cento) do montante por ele arrecadado, deduzidos os custos e despesas para a realização do Exame de Suficiência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

### DECISÃO Nº 7, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2018

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decide:

Art.1 º - Autorizar contratação da empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais no âmbito Coren MA.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

### DECISÃO Nº 27, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decide:

Art. 1 ° - Arquivar o PAD n º 003/2017 - Contratação de empresa especializada em serviço de motorista.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

### DECISÃO Nº 46, DE 27 DE ABRIL DE 2018

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decidem:

Art.1° - Homologar Prestação de Contas referente ao 1º trimestre de 2018 no âmbito do Coren-MA.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

### DECISÃO Nº 47, DE 17 DE MAIO DE 2018

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decidem:

Art.1° - Homologar Reformulação Orçamentária 2018 - FUNAD.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

### DECISÃO Nº 48, DE 17 DE MAIO DE 2018

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decidem:

Art.1° - Homologar Reformulação Orçamentária - Semana da Enfermagem 2018.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

## CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE

### PORTARIA Nº 80, DE 23 DE MAIO DE 2018

Homologa o resultado final do concurso público realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe e dá outras providências.

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE, autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, com sede e foro na cidade de Aracaju e jurisdição no Estado do Sergipe, exercendo papel institucional de primeira e segunda instâncias, instituída pela Resolução n.º 240, de 28 de maio de 1976, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, através de seu presidente, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 37, II da Constituição Federal Brasileira e demais normas correlatas, resolve:

Artigo 1º - Homologar o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2017-CREA/SE realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE, concernente ao Edital Normativo Nº 001/2017- CREA/SE, à vista do Resultado Final apresentado pela Comissão Especial do Concurso Público para preenchimento de cargos vagos no Quadro de Vagas de provimento efetivo do Conselho Regional, consagrando-se como exatos e consequentemente definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão do Certame.

Artigo 2º - O Concurso Público realizado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período para atender o interesse público do Conselho Regional.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARÍCIO RESENDE SILVA
Presidente do Conselho

## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO Nº 56, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Aprova a abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento do Exercício de 2018

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO, usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII do artigo 7º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

CONSIDERANDO a análise orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder ao ajuste na dotação orçamentária;

CONSIDERANDO os termos do artigo 41, Inciso I da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964; e,

CONSIDERANDO os termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, resolve:

Artigo 1º - Aprovar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ao orçamento do exercício de 2018, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região, no valor de R$ 1.760.084,61 (um milhão setecentos e sessenta mil e oitenta e quatro reais e sessenta e um centavo), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTA:

6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE

6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS

6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO

6.2.2.1.1.01.04.03.001.014 - Aquisição de Software de Base.....R$ 3.404,94

6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS

6.2.2.1.1.01.04.002 - Condomínio.....R$ 3.831,66

6.2.2.1.1.01.04.003 - Locação de Bens Imóveis.....R$ 8.100,00

6.2.2.1.1.01.04.011 - Serviços de Internet.....R$ 132.857,37

6.2.2.1.1.01.04.012 - Serviços de Informática.....R$ 103.069,00

6.2.2.1.1.01.04.017 - Serviços de Divulgação, Publicação e Publicidade.....R$ 4.661,00

6.2.2.1.1.01.04.048 - Seguros de Bens Imóveis.....R$ 2.063,49

6.2.2.1.1.01.04.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS

6.2.2.1.1.01.04.05.001 - TRIBUTOS

6.2.2.1.1.01.04.05.001.001 - Impostos e Taxas.....R$ 5.073,31

6.2.2.1.1.01.04.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES

6.2.2.1.1.01.04.06.005 - Despesas de Exercícios Anteriores.....R$ 29.832,00

6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL

6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS

6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Maquinas, Equipamentos e Aparelhos.....R$ 6.699,00

6.2.2.1.1.02.01.03.003 - Equipamentos de Informática.....R$ 1.450.492,84

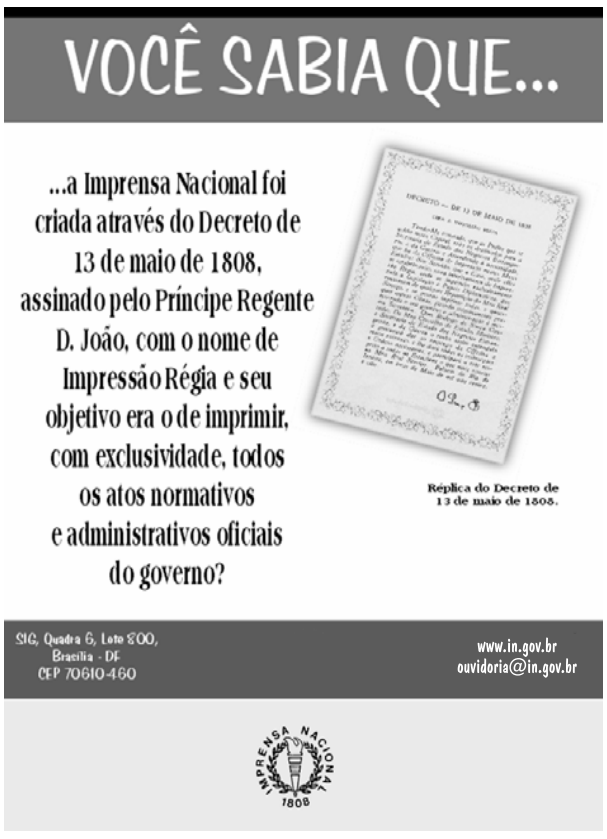
6.2.2.1.1.02.01.03.010 - Móveis e Utensílios.....R$ 10.000,00

TOTAL.....R$ 1.760.084,61

Parágrafo Único - O valor do presente crédito será coberto com recursos provenientes da parte do superávit financeiro do exercício anterior.

JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA LEITE
Presidente do Conselho

EDUARDO FILONI
Diretor-Secretário



# A Imprensa Nacional está nas redes sociais

*A informação oficial onde você estiver*

SIGA-NOS

DiarioOficialdaUniao

@Imprns_Nacional

imprensanacional

